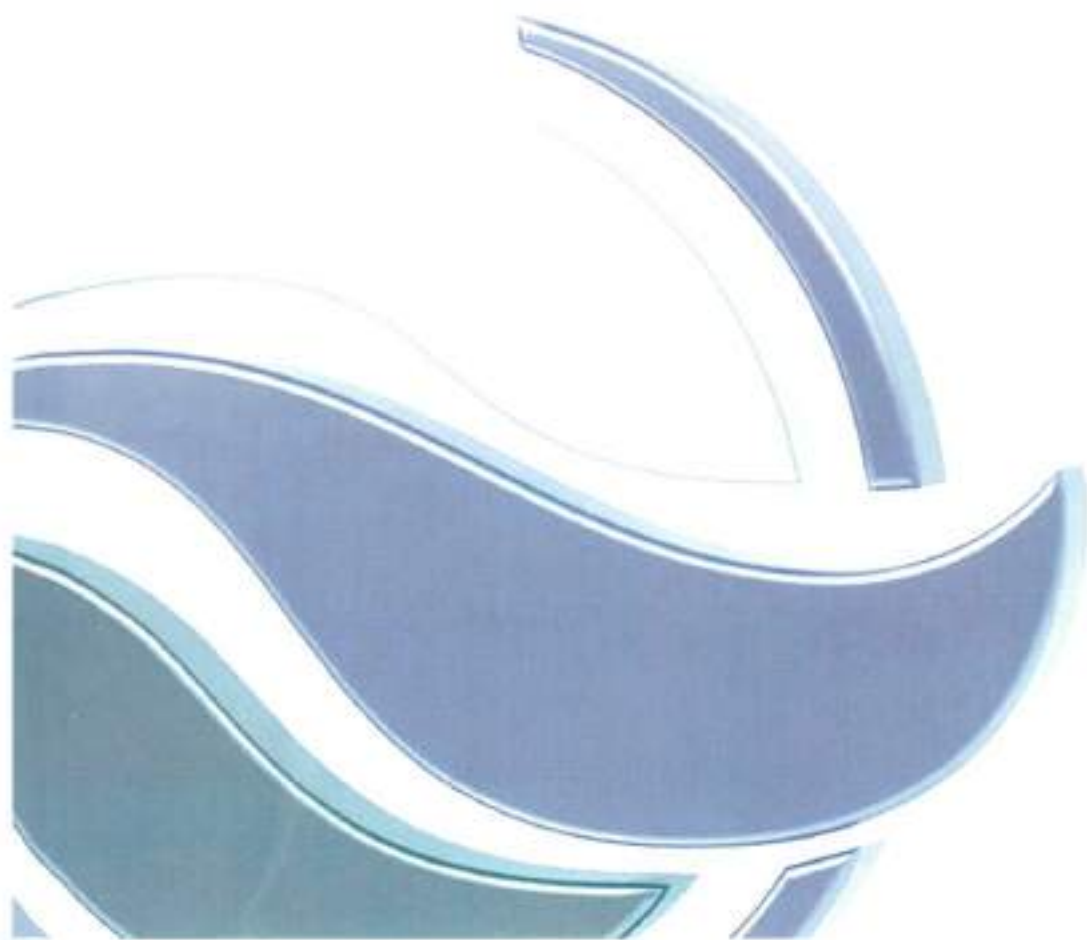


Águas do Tejo Atlântico  
Grupo Águas de Portugal  
Relatório e Contas  
2022





# Índice

MENSAGEM DA PRESIDENTE.....	9
2022 EM DESTAQUE.....	11
Principais conquistas de 2022 – Factos relevantes do exercício.....	11
Síntese de Indicadores.....	14
A EMPRESA.....	15
QUEM SOMOS.....	17
Missão, Visão e Valores.....	17
Descrição, Atividade e Presença.....	18
Cadeia de Valor.....	19
As nossas Pessoas.....	21
Os nossos Stakeholders.....	27
ORGANIZAÇÃO.....	28
O NOSSO PROPÓSITO.....	31
RELATÓRIO DE GESTÃO.....	35
A ENVOLVENTE.....	36
Contexto Macro Económico.....	36
O Setor.....	38
A Energia.....	43
Contexto Regulatório.....	52
ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS.....	55
O NEGÓCIO.....	59
Introdução.....	59
Saneamento em Alta.....	59
Outros Negócios.....	60
Atividade Operacional.....	61
Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes.....	61
Controlo Analítico.....	71
Conceção e Construção de Infraestruturas.....	81
Manutenção de Equipamentos e Infraestruturas.....	93
Gestão de Ativos.....	96
Segurança e Sustentabilidade Empresarial.....	101
Comunicação e Educação Ambiental.....	106
Investigação&Desenvolvimento e Inovação.....	110
RISCO E CONTROLO INTERNO.....	114
DESEMPENHO ECONÓMICO FINANCEIRO.....	120
Análise dos Resultados.....	120
Análise Patrimonial.....	125
Análise do impacto financeiro de eventos excecionais.....	131
EVENTOS POSTERIORES AO FECHO.....	133
ANEXO I - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	134
PERSPETIVAS FUTURAS.....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	157
RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS.....	159
ANEXO AO RELATÓRIO.....	161
AS CONTAS.....	163
Demonstração da posição financeira.....	165
Demonstração dos resultados por naturezas.....	167
Demonstração do rendimento integral.....	168
Demonstração das variações do capital próprio.....	168
Demonstração dos fluxos de caixa.....	169
Notas às demonstrações financeiras.....	170
I. Informação geral.....	170
I.1. Identificação da Empresa.....	170
I.2. Atividade económica.....	170
I.2.1 Atividade regulada.....	171
I.3. O exercício de 2022 da Águas do Tejo Atlântico.....	172

*M.wei*

1.4 Aprovação das demonstrações financeiras.....	174
2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas.....	174
2.1 Bases de apresentação.....	174
2.2 Direito de Utilização de Infraestruturas ("DUI").....	175
2.3 Estimativas e julgamentos.....	177
2.4 Eventos subsequentes.....	178
3. Novas normas e alteração de políticas.....	178
4. Políticas de gestão do risco financeiro.....	180
5. Ativos intangíveis.....	183
6. Ativos fixos tangíveis.....	190
7. Locações.....	192
8. Outros ativos financeiros.....	196
9. Desvio de Recuperação de Gastos (Défice/Superavit tarifário).....	196
10. Clientes.....	198
11. Outros Ativos Correntes.....	205
12. Inventários.....	206
13. Caixa e seus equivalentes.....	206
14. Capital próprio.....	207
15. Provisões.....	209
16. Acréscimo de gastos de investimento contratual.....	213
17. Subsídios ao investimento.....	214
18. Empréstimos.....	215
19. Fornecedores e outros passivos.....	217
20. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9.....	220
21. Rédito de contratos com clientes.....	221
22. Gasto das vendas.....	222
23. Fornecimentos e serviços externos.....	223
24. Gastos com pessoal.....	226
25. Amortizações, depreciações e reversões do exercício.....	230
26. Provisões e reversões do exercício.....	231
27. Outros gastos e perdas operacionais.....	231
28. Outros rendimentos e ganhos operacionais.....	231
29. Gastos financeiros.....	232
30. Rendimentos financeiros.....	232
31. Imposto sobre o rendimento.....	232
32. Saldos e transações com entidades relacionadas.....	235
33. Remuneração acionista.....	238
34. Investimento contratual.....	240
35. Honorários de auditoria e de revisão legal de contas.....	240
36. Informações exigidas por diplomas legais.....	240
37. Informação sobre matérias ambientais.....	240
38. Outros assuntos.....	240
39. Eventos subsequentes.....	241
Certificação Legal de Contas.....	243
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	245

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



# Índice de Quadros

Quadro 1- Indicadores Financeiros.....	14
Quadro 2 - Indicadores de atividade.....	14
Quadro 3 - Indicadores de Infraestruturas.....	14
Quadro 4 - Headcount.....	21
Quadro 5 - Distribuição de Headcount por Direção/Departamento/Área.....	21
Quadro 6 - Evolução do número de efetivos.....	22
Quadro 7 - Movimentos de pessoal.....	22
Quadro 8 - Distribuição por género.....	23
Quadro 9 - Antiguidade.....	23
Quadro 10 - Estrutura Etária.....	23
Quadro 11 - Nível Profissional.....	23
Quadro 12 - Habilitações.....	24
Quadro 13 - Formação profissional.....	24
Quadro 14 - Absentismo.....	24
Quadro 15 - Acidentes de trabalho.....	25
Quadro 16 - Indicadores de segurança.....	25
Quadro 17 - Medicina no trabalho.....	25
Quadro 18 - Vacinação.....	25
Quadro 19 - Consultas.....	26
Quadro 20 - Acionistas.....	28
Quadro 21 - Variação da cotação média da Energia elétrica.....	44
Quadro 22 - Variação da cotação média da Energia elétrica no OMIP.....	44
Quadro 23 - Sistema Tejo Atlântico.....	61
Quadro 24 - Descrição do Sistema Tejo Atlântico.....	61
Quadro 25 - Descrição das novas infraestruturas.....	62
Quadro 26 - Principais dados operacionais do Sistema Tejo Atlântico.....	62
Quadro 27 - Comparação dos principais dados operacionais do Sistema Tejo Atlântico.....	63
Quadro 28 - Comparação dos principais indicadores operacionais do Sistema Tejo Atlântico.....	63
Quadro 29 - Projetos/Estudos em que a caracterização analítica foi assegurada por LAB.....	79
Quadro 30 - Principais Empreitadas de 2022.....	82

# Índice de Figuras

Figura 1 - Valores éticos do grupo AdP e princípios de atuação.....	18
Figura 2 - Sistema Multimunicipal da Grande Lisboa e Oeste.....	19
Figura 3 - Stakeholders.....	27
Figura 4 - Estrutura organizacional.....	29
Figura 5 - Evolução do preço da energia no OMIE.....	43
Figura 6 - Evolução das componentes que influenciam o preço da energia.....	44
Figura 7 - Evolução comparativa do preço da Energia, AdP e OMIE.....	46
Figura 8 - Consumo do Grupo AdP em 2022 da RESP por nível de tensão.....	47
Figura 9 - Repartição com os custos de Energia e taxas.....	48
Figura 10 - Atividade em grandes números.....	59
Figura 11 - Evolução mensal do volume de água residual tratada por região.....	65
Figura 12 - Evolução mensal do volume de água residual não tratada por região.....	66
Figura 13 - Evolução mensal do volume da energia consumida por região.....	67
Figura 14 - Evolução mensal do volume da energia produzida por região.....	67
Figura 15 - Evolução mensal do consumo de reagentes por região.....	67
Figura 16 - Evolução mensal do consumo de água potável por região.....	68
Figura 17 - Evolução mensal da valorização de lamas por região.....	69
Figura 18 - Evolução mensal da produção de areias e gradados por região.....	69
Figura 19 - Evolução mensal da utilização de água+ por região.....	70
Figura 20 - Sistema de robotização para realização do ensaio de CBO5.....	72
Figura 21 - Formação em Amostragem de águas residuais.....	72
Figura 22 - Aplicação de gestão de reagentes.....	73
Figura 23 - SASA - Sistema automático de separação de amostras.....	73
Figura 24 - Número de amostras e ensaios por unidade LAB/Área Técnica (FQ ou MB).....	75
Figura 25 - Acreditação dos ensaios/uni LAB (% total ensaios internos).....	75
Figura 26 - Ensaio não acreditados por uni LAB.....	76
Figura 27 - Nº Ensaio contratados AdTA SUL.....	76
Figura 28 - Nº Ensaio contratados AdTA Norte.....	77
Figura 29 - Nº Ensaio anuais AdTA SUL.....	77
Figura 30 - Nº Ensaio anuais AdTA Norte.....	78
Figura 31 - Evolução anual do nº de ensaios AdTA SUL.....	78
Figura 32 - Evolução anual do nº de ensaios AdTA Norte.....	78
Figura 33 - Empreitada de Conceção-Construção da Beneficiação da FA de Chelas - Fase I.....	83
Figura 34 - Empreitada de Reabilitação do Intercetor da Asseiceira do Subsistema da Póvoa da Galega.....	84
Figura 35 - Emp. Execução Troço de Jusante do Intercetor do rio Silveira e Reab. do Emissário Descarga de Dois Portos.....	84
Figura 36 - Emp. Fornecimento e Montagem de Substituição de Equip. Eletromecânicos Zona Norte da AdTA - Lt 1.....	85
Figura 37 - Emp. Fornecimento e Montagem de Substituição de Equip. Eletromecânicos Zona Norte AdTA - Lt 2.....	86
Figura 38 - Emp. Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Z. Norte - Lt 3.....	86
Figura 39 - Empreitada de Fornecimento e Instalação de Centrais Fotovoltaicas nas FA de Alcântara e Beirolas.....	87
Figura 40 - Empreitada de Reabilitação de Câmaras de Visita do Emissário das Marianas - Fase I.....	88
Figura 41 - Empreitada de Beneficiação da Segurança e Acessibilidades nas Estações Elevatórias de Alcântara.....	88
Figura 42 - Empreitada de Execução do Emissário de Montemor (Frielas) - Troços II e IV.....	89
Figura 43 - Empreitada de Fornecimento e Montagem de Sistema de Arejamento para a FA de Beirolas.....	90
Figura 44 - Emp. Substituição de Cobertura de Fibrocimento nas FA de Beirolas, Bucelas, Fervença e EE de Fonte da Pipa.....	90
Figura 45 - Emp. Reabilitação do sistema Pneumático de Transporte de Gradados e Areias da FA da Guia - Fase Líquida.....	91
Figura 46 - Empreitada de reabilitação de tampas na FA da Guia - Fase Líquida - Fase 2 - Tampas T1 e T3.....	92
Figura 47 - Sensibilização para a Sustentabilidade e Responsabilidade Social da Tejo Atlântico.....	101
Figura 48 - Campanha "Segurança 365".....	103
Figura 49 - Comemoração do 1º do Dia Nacional da Sustentabilidade.....	104
Figura 50 - Comemoração da Semana Europeia de Prevenção de Resíduos.....	104
Figura 51 - Comemoração do Dia Mundial da Energia.....	105
Figura 52 - Campanha "... o que é que cada um de nós está a fazer para garantir que todos nós continuamos a viver neste planeta ?".....	105
Figura 53 - Projeto de arte urbana - EE Monte Estoril, Paço Arcos e Conde de Óbidos.....	107
Figura 54 - Campanha Dia Mundial do Saneamento.....	107
Figura 55 - 6ª Edição do Caminho da Inovação 2022.....	107
Figura 56 - Ações de Educação Ambiental.....	109

11  
A  
K



u  
f  
i  
n  
g





## MENSAGEM DA PRESIDENTE

Caros Acionistas, Clientes, Parceiros e Trabalhadores,

A atividade da Águas do Tejo Atlântico em 2022 fica marcada pela estabilidade das operações, num contexto evolutivo de eficiência operacional, de maior resiliência dos ativos, de inovação nas abordagens organizativas internas e de continuidade no desenvolvimento de projetos estratégicos no domínio da economia circular e sustentabilidade. Estes foram desafios que mobilizaram os quase 400 trabalhadores da Tejo Atlântico. Num contexto de crescente complexidade, em que os efeitos da crise climática e da guerra se fizeram sentir em diferentes dimensões da atividade da Empresa, os trabalhadores continuaram a demonstrar empenho e profissionalismo, estando sempre presentes para superar desafios, mesmo nos momentos mais críticos.

Numa empresa de capital intensivo, em que os ativos infraestruturais assumem valores substanciais, sabemos que o seu ativo mais valioso são as pessoas. Em 2022, demos início ao processo de reposição dos salários devidos pelas funções efetivamente desempenhadas, ao abrigo do processo de reclassificações. Lançámos programas de formação inovadores, focados no reforço do trabalho colaborativo entre equipas operacionais e na valorização de competências. Estamos empenhados num caminho de promoção do mérito das equipas, com base na avaliação do desempenho e nos resultados atingidos.

O reforço das parcerias foi também um objetivo central em 2022. A Tejo Atlântico apostou no reforço das parcerias com os 23 municípios da nossa área de concessão. Alargámos também a nossa rede de parceiros ao nível de operadores nacionais e internacionais, universidades e centros de investigação e entidades do setor industrial e do setor agrícola. Estamos convictos que a transformação da linearidade para a circularidade só é efetiva num quadro de colaboração e de convergência de objetivos. O nosso agradecimento a todos pela confiança e pela colaboração prestada nos projetos que temos em curso.

A Tejo Atlântico rima com Economia Circular e no aproveitamento de todos os subprodutos existentes nas águas residuais. A valorização de recursos é uma prioridade da Empresa, pelo que em 2022 foram dados passos importantes no desenvolvimento das novas atividades de reutilização de águas residuais, de valorização de biolamas e de produção de energia verde para autoconsumo. Esta prioridade concretiza-se na estratégia de transformação das instalações de tratamento do Tejo Atlântico em verdadeiras fábricas de recuperação e valorização de recursos, assentes num modelo de circularidade e de descarbonização do ciclo urbano da água.

Neste contexto, um dos projetos emblemáticos de 2022 foi o arranque da rega com água+ (água para reutilização) nos espaços verdes da zona norte do Parque da Nações - numa parceria com o Município de Lisboa que é um exemplo inspirador da mudança de paradigma do saneamento. Projetos semelhantes têm vindo a ser trabalhados com outros municípios para a expansão desta solução sustentável. A propósito, destaco a importância da publicação do regime que procede à reforma e à simplificação dos licenciamentos ambientais que vai permitir agilizar os procedimentos de licenciamento da reutilização de água.

O arranque efetivo do Plano de Ação para a Gestão das Águas Residuais Industriais na Região da Grande Lisboa e Oeste para o período 2022-2025 (AgIR) marcou o segundo semestre de 2022. Este Plano que assenta num trabalho sistemático de grande proximidade com os municípios e as indústrias, tendo em vista encontrar as melhores soluções para a resolução dos problemas associados às afluências indevidas de efluentes industriais às redes de drenagem urbanas, sem o devido tratamento, que muitas vezes comprometem a eficiência de tratamento das nossas Fábricas de Água (ETAR). Tendo várias fases, no 1.º ano de implementação do AgIR, foram selecionados 6 dos 23 municípios da área de concessão da AdTA. A seleção dos municípios teve em conta diversos fatores, nomeadamente a existência de indústrias muito críticas para as infraestruturas AdTA, o nível de informação disponível e disponibilizada pelo município, a existência de

estudos/projetos no âmbito das aflúências indevidas, os incumprimentos das condições de descarga nas FA/ETAR, a identificação de descargas indevidas, a localização geográfica, a dimensão do município, a dimensão e a complexidade das indústrias do município. É um plano pioneiro em Portugal, que poderá inspirar outras iniciativas semelhantes.

A gestão energética é da maior importância para a Águas do Tejo Atlântico. Com a dimensão e a cobertura territorial do nosso sistema, com cerca de 4.100 km<sup>2</sup> de área, mais de 100 Fábricas de Água e mais de 200 estações elevatórias, os custos de energia representam um peso muito significativo nos gastos operacionais da empresa. A atual crise energética internacional veio colocar ainda mais pressão na necessidade de aumentar a eficiência e a valorização energética nos nossos sistemas. Em 2022 tiveram início as empreitadas de instalação de painéis fotovoltaicos nos subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirolas. Com estes investimentos, pretende-se caminhar no sentido da neutralidade energética da empresa, em linha com os objetivos do Grupo AdP.

Na atividade operacional, realça-se o trabalho desenvolvido no Plano Estratégico para Cumprimento dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos, que guiará a ação da Empresa na melhoria contínua das condições de descarga de efluentes. A proposta de revisão da Diretiva Europeia das Águas Residuais Urbanas, conhecida recentemente, vem colocar ainda mais pressão nos níveis de tratamento das águas residuais urbanas, com os respetivos investimentos e gastos operacionais associados. Durante 2023 haverá certamente maiores certezas sobre as exigências da nova Diretiva, que terá um impacto significativo na Águas do Tejo Atlântico.

A melhoria contínua é um objetivo sempre presente na atividade da Tejo Atlântico. 2022 fica marcado pela obtenção da certificação do sistema de Gestão de Ativos, no âmbito da Norma ISO 55001. A Empresa está fortemente comprometida na contínua evolução para a gestão sustentável dos seus ativos infraestruturais.

Em 2022, foi lançada a iniciativa de elaboração do Plano de Transição Digital da Águas do Tejo Atlântico. Nesse âmbito, a primeira fase do trabalho centrou-se na realização de um diagnóstico que veio a confirmar que esta Empresa necessita de uma evolução muito acentuada e rápida no que respeita aos processos digitais, principalmente na gestão da informação, nos processos operacionais e de suporte, na automação e telegestão.

A inovação continuou a ser uma alavanca transversal na evolução de paradigma, com a continuação do projeto Hidrogasmove, um projeto piloto no domínio da valorização da energia produzida nas nossas Fábricas de Água. Foi dada continuidade aos projetos B-watersmart, ECOVAL, COVIDETEC, ECO2COVID, e foram dados passos para novos projetos de demonstração a realizar nos "laboratórios vivos" que são as nossas instalações. Queremos continuar a apostar na inovação e projetos de I&D que sejam impactantes na operação e manutenção para ganhos de eficiências.

Com o entusiasmo, espírito de equipa e proatividade que existem nas nossas equipas, estamos certos de que a Tejo Atlântico irá superar os desafios, mantendo o rumo traçado de evolução para o novo paradigma do saneamento 4.0. A responsabilidade é grande, e a vontade de fazer sempre melhor, é ainda maior.

Um agradecimento muito especial a todos os trabalhadores da Águas do Tejo Atlântico que, todos os dias, fazem acontecer, nesta que é a maior empresa de saneamento de Portugal. As concretizações e os resultados atingidos dependem, principalmente, do empenho desta grande equipa, que trabalha para construir um futuro mais circular e mais sustentável para a sociedade. Alexandra Serra

Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'P', 'ani', and 'B'.



## 2022 EM DESTAQUE

### Principais conquistas de 2022 – Factos relevantes do exercício

No ano de 2022, a atividade da Águas do Tejo ficou marcada pelo regresso à "normalidade" depois de dois anos com restrições impostas pela situação pandémica.

A Águas do Tejo Atlântico manteve sempre a prestação do serviço público de tratamento de águas residuais sem quaisquer interrupções, com uma equipa unida e motivada, cumprindo as regras da Direção Geral de Saúde e garantindo a proteção do ambiente e da saúde pública e o bem-estar social, mantendo o foco na eficiência.

Em 2022, a situação económico-financeira da sociedade é estável, apesar do impacto da situação geopolítica nos gastos e no investimento, tendo-se alcançado em resultado líquido de 5,6 milhões de euros, correspondente à remuneração acionista garantida deduzida da correção assumida ao desvio de recuperação de gastos de 2021, e um EBITDA ajustado de 34,2 milhões de euros. A situação superavitária que havia sido alcançada em 2021 com a recuperação do défice tarifário acumulado proveniente da cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., teve evolução favorável, registando no final do exercício um acumulado de 11,9 milhões de euros.

Durante o ano, foram adjudicadas empreitadas no valor de cerca de 7,8 milhões de euros, consignadas cerca de 8,5 milhões de euros e efetuadas receções provisórias de cerca de 14,2 milhões de euros.

De entre as empreitadas que decorreram no ano de 2022, destaca-se, pela sua complexidade, a conclusão da empreitada de Conceção- Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase I. Esta empreitada tem um valor de adjudicação de 4,8 milhões de euros e serve uma população de 230 000 habitantes do Concelho de Lisboa. Brevemente, será inaugurada uma "nova" Fábrica de Água, completamente remodelada e atualizada.

Quanto ao volume de investimento, são de realçar as empreitadas de Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico, a Reabilitação do Sistema de Transporte de Gradados e Areias da Fábrica de Água (FA) da Guia e as Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança. Na sua globalidade, as empreitadas referidas perfazem um investimento de cerca de 5,9 milhões de euros executados durante o ano.

No que respeita ao desenvolvimento de infraestruturas, entraram em serviço 6 novas Estações Elevatórias e diversos Intercetores e Condutas Elevatórias, numa extensão total de cerca de 7,8 km, designadamente:

- 6 Estações Elevatórias: 3 Barril, 2 Ericeira (Mafra) e 1 Santa Cruz (Torres Vedras);
- 6 Condutas Elevatórias: Barril e Ericeira (Mafra) e Santa Cruz (Torres Vedras);
- 14 Emissários: Barril, Ericeira, Póvoa da Galega (Mafra) e Santa Cruz (Torres Vedras).

A aposta da AdTA na adoção da metodologia "Building Information Modelling" (BIM) no desenvolvimento de projetos-base e de projetos de execução e no sentido de essa metodologia ser também utilizada não só na fase de obra, mas também na operação, na manutenção e na gestão dos ativos das infraestruturas, isto é, ao longo de todo o seu ciclo de vida, traduz o empenho da Empresa em constituir-se como uma das entidades impulsionadoras da utilização da tecnologia BIM no Setor da Água em Portugal.

2022 ficou marcado pelo arranque do AgIR – Plano de Ação para a Gestão das Águas Industriais Residuais da Região da Grande Lisboa e Oeste, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 204/2021, de 31 de dezembro, para o período 2022 até ao termo do 1.º semestre de 2026, com o apoio técnico e financeiro do Fundo Ambiental, com uma dotação de 4,4 M€. O projeto é coordenado pela Tejo Atlântico numa parceria com os 23 municípios do sistema multimunicipal de saneamento da Grande Lisboa e Oeste e as

respetivas indústrias, cujo objetivo é contribuir para erradicar as aflúncias industriais indevidas às redes de drenagem municipais, aos sistemas de tratamento e às linhas de água.

As primeiras linhas de ação do Plano de Ação AgIR, são o apoio técnico especializado aos serviços municipais e às indústrias aderentes através da Direção de Operação das Águas do Tejo Atlântico e de uma equipa de seis engenheiros e três técnicos operativos contratados exclusivamente para o efeito deste trabalho de proximidade. Foram ainda contratados meios técnicos para o exercício desta atividade, tais como serviços de medição de caudal e de controlo analítico. A terceira linha de ação é dedicada à caracterização das águas residuais hospitalares do Município de Lisboa. Neste âmbito a AdTA assinou um protocolo de parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, a EPAL, o Instituto Superior Técnico, a Direção Geral de Saúde, o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge e a Administração Regional de Saúde LVT envolvendo a cooperação, a permuta de informação, a partilha de conhecimento e a realização de componentes técnico-científicas específicas, e foram assinados acordos de cooperação com diferentes unidades hospitalares, que serão essenciais para a realização do estudo e para o estabelecimento de sistemas de vigilância epidemiológica, promovendo a capacidade de resposta a eventuais surtos de doenças e a otimização do processo de tratamento deste tipo de efluentes nas FA. Em 2023, estas linhas de ação serão desenvolvidas, assim como encetadas mais duas.

No que respeita à Água+, a Tejo Atlântico e a Câmara Municipal de Lisboa deram início, no Dia Mundial da Água, 22 de março, ao plano de rega da zona norte do Parque das Nações, com água reutilizada produzida na fábrica de Água de Beirolos. A procura de água reutilizada pelos municípios parceiros da Empresa teve, aliás, um crescimento exponencial em 2022 em que continuaram a ser delineados o Plano Estratégico para a Reutilização de Água no Município de Lisboa, assim como os relativos a Mafra e a Loures. Em paralelo, verificou-se também a procura de utilização de água reutilizada pelo setor agrícola e pelo setor do turismo (campos de golfe), na área de concessão da Águas do Tejo Atlântico. As Circulares da Água, projeto de visão a longo prazo para a criação de parcerias com municípios e outros setores de atividade na utilização de água+ e promover a circularidade.

O Plano de Energia+ traduz-se no compromisso com a neutralidade energética até 2030, na eficiência e na articulação com os programas de neutralidade energética da Águas de Portugal e em promover internamente uma cultura de gestão de energia. Ainda no que se refere à energia verde e ao objetivo da neutralidade carbónica, destacam-se os projetos e construção das centrais solares fotovoltaicas de Alcântara, Beirolos e Chelas que irão produzir anualmente 2,8MW de energia.

A Tejo Atlântico e a Arhus Vand A/S da Dinamarca assinaram um Protocolo de Colaboração, com o objetivo de melhorar o desempenho, a eficiência e a sustentabilidade nos serviços de tratamento de águas residuais. O Protocolo pretende ainda fomentar a participação em projetos internacionais alinhados com os objetivos comuns e cooperar nas áreas da inovação e da gestão, das engenharia e operação, da eficiência energética e da neutralidade.

Em 2022 foi dada continuidade à implementação do Plano de Reforço de Segurança adotado no final de 2020. O Plano contempla um conjunto abrangente de medidas de reforço de proteção e segurança dos trabalhadores e das instalações, que passa pelas seguintes componentes: (i) organizacional; (ii) de auditorias/inspeções e vistorias; (iii) de melhoria das condições físicas de segurança das instalações e dos equipamentos; (iv) de melhoria das condições de resposta em caso de emergência; (v) de sinalização e segurança; (vi) de procedimentação de segurança; (vii) de formação e melhoria das competências; e (viii) de melhoria da informação e da comunicação.

Foi mantido o foco da sociedade na manutenção preventiva e preditiva, conforme planeado, de modo a reduzir significativamente os riscos de falha dos diferentes órgãos e equipamentos e a baixar o número e frequência das ações de manutenção corretiva. Deu-se sequência ao processo de elaboração de planos de manutenção preventiva com base na metodologia RCM - *Reliability Centered Maintenance*, na zona Sul do sistema, tendo-se concluído o ano dentro dos objetivos estabelecidos. O projeto manutenção 4.0 é uma medida que irá dotar a Empresa de mais e melhores meios para agir preventivamente e criar melhores condições de resposta.



Dando cumprimento ao compromisso de melhoria contínua, assumido enquanto pilar da Política de Sustentabilidade Empresarial, a Tejo Atlântico manteve, durante o ano de 2022, a certificação do seu Sistema de Responsabilidade Empresarial integrado nas vertentes de:

- Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001);
- Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001);
- Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (NP ISO 45001), com o alargamento do âmbito à totalidade das instalações, mantendo o compromisso para com a salvaguarda das condições de segurança e saúde dos seus trabalhadores;
- Gestão da Energia.

A criação de Unidades de Execução de Projetos Estratégicos (UEPE) foi um instrumento criado para a melhor coordenação interna em determinadas áreas, como a Água+ e o AgIR. A UEPE para o subsistema da Costa do Estoril (UEPE Guia) instituiu um modelo de governança transitório para a exploração daquele sistema (com um coordenador-geral para as áreas da operação e da manutenção), com base no reconhecimento de que o desempenho da instalação é determinante para o apuramento da eficiência da gestão do sistema multimunicipal e para a avaliação da qualidade do serviço que este providencia, por um lado, e, por outro, de que vários equipamentos relevantes para o eficiente funcionamento da instalação têm registado avarias continuadas, colocando em causa o adequado funcionamento da instalação. Também os indicadores da operação relativos às principais rubricas de gastos evidenciavam que existia espaço para melhorar a eficácia e a eficiência na operação do sistema de tratamento. Por último, o conjunto de intervenções em curso ou previstas para esta instalação no curto prazo alertam para a necessidade de melhorar a articulação entre os recursos afetos à operação da instalação e à implementação de medidas de manutenção corretiva ou preventiva. A situação do Subsistema da Costa do Estoril requeria, pois, uma atuação urgente, incisiva e única, com o objetivo de inverter a atual realidade deste Centro Operacional (CO) e de o transformar num caso de referência para o sistema e o setor, o que se confirma pelos resultados até aqui obtidos.

Na área da comunicação, deu-se continuidade ao trabalho que contribui para a notoriedade da Empresa, criando um *goodwill* junto do setor, da sociedade e de outros *stakeholders*, promovendo as melhores iniciativas para os públicos interno e externo. Ao nível do desenvolvimento empresarial foi dada continuidade ao trabalho de afirmação e consolidação dos novos conceitos e o seu enquadramento no âmbito da economia circular, como são as Fábricas de Água e os subprodutos derivados do processo de tratamento.

Em outubro de 2022 realizou-se novamente em formato presencial a 6.ª edição do "Caminho da Inovação", evento dedicado à inovação do setor da água que pretende trazer para a primeira linha o futuro da água, a partilha de conhecimento e a apresentação de *case-studies* inovadores. O tema central desta edição foi "Nós temos água+", e contou com painéis de diversos oradores, tendo-se afirmado como uma iniciativa cuja importância é crescente e amplamente reconhecida pelo setor que, envolve, agora, novas atividades no caminho para a circularidade e a descarbonização. Tal como nos anos anteriores, a AdTA continuou a sua aposta na inovação, dando continuidade aos projetos e estudos em curso e iniciando outros estudos e projetos orientados para as linhas de inovação e investigação.

## Síntese de Indicadores

Quadro 1 - Indicadores financeiros

Indicadores financeiros	unidade	2020	2021	2022
Volume de negócios	MEur	83,5	82,7	83,4
Resultado operacional	MEur	11,3	9,4	13,1
EBITDA Ajustado <sup>1</sup>	MEur	38,2	34,4	34,2
Resultado líquido	MEur	3,7	3,8	5,6
Resultado líquido sem DRG	MEur	11,8	11,0	9,3
OPEX (CMVMC + FSE + Pessoal)	MEur	44,7	47,3	46,6
Endividamento bruto	MEur	212,2	201,0	188,1
Endividamento líquido	MEur	116,0	120,6	113,3
Dívida bruta de clientes	MEur	10,9	10,3	12,2
Dívida líquida de clientes	MEur	10,9	10,3	12,2
Infraestruturas operacionais brutas (DUI bruto)	MEur	894,7	916,1	929,8
Infraestruturas operacionais líquidas (DUI líquido)	MEur	441,6	443,0	428,2
Investimento do ano <sup>2</sup>	MEur	17,4	21,7	13,8
Ativo total	MEur	610,5	596,0	578,9
Passivo total	MEur	494,9	480,2	461,1
Capital próprio	MEur	115,6	115,8	117,8

<sup>1</sup> Resultado Operacional + Amortizações + Perdas por Imparidade - Subsídios ao Investimento - Desvio Recuperação de Custos.

<sup>2</sup> Sem abates.

Quadro 2 - Indicadores de atividade

Indicadores de atividade	unidade	2020	2021	2022
Efluente faturado	Mm <sup>3</sup>	181,8	181,6	182,1
Efluente tratado <sup>1</sup>	Mm <sup>3</sup>	193,6	184,2	188,8
Efluente recolhido	Mm <sup>3</sup>	197,4	186,6	191,1
Municípios servidos	nº	23	23	23
Municípios abrangidos	nº	23	23	23
População servida	Mhab	2,3	2,3	2,3
Número de colaboradores no final do ano	nº	370	383	406

<sup>1</sup> Efluente tratado, efluente transportado e água reutilizável.

Quadro 3 - Indicadores de Infraestruturas

Infraestruturas	unidade	2020	2021	2022
Número de ETAR	nº	103	100	100
Número de Estações Elevatórias	nº	271	279	284
Emissários Submarinos	nº	5	5	5
Rede de coletores <sup>1</sup>	Km	1.109	1.131	1.140

<sup>1</sup> Inclui condutas elevatórias.

Handwritten signature and initials in blue ink.

# A Empresa



air  
13



### Missão, Visão e Valores

A Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante também designada sociedade ou AdTA), é uma sociedade do setor empresarial do Estado que integra o Grupo Águas de Portugal (AdP).

A sociedade tem por missão explorar e gerir o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como para alcançar as metas previstas nos planos e nos programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

A AdTA pretende ser reconhecida, a nível europeu como um exemplo inspirador a seguir, ser reconhecida na Área Metropolitana de Lisboa e no Oeste como uma empresa essencial na qualidade de vida das pessoas e no desenvolvimento sustentável da região e ser reconhecida pelos municípios acionistas como um parceiro de referência nos novos paradigmas da circularidade, resiliência e descarbonização. É uma empresa de referência no setor da água em Portugal, pela qualidade do serviço prestado, inovação, competência, eficiência, sustentabilidade e criação de valor, num quadro de respeito pelas exigências legais aplicáveis e outros compromissos voluntariamente assumidos pela Empresa, trabalhando diariamente para:

- Assegurar a prestação de um serviço sustentável e inovador, focalizado no cliente e nas demais partes interessadas, respeitando a envolvente, a comunidade, o ambiente e promovendo a colaboração e a partilha de informação e de conhecimento;
- Gerir os ativos físicos, permitindo otimizar a relação entre os riscos, os custos e o desempenho, numa perspetiva integrada do seu ciclo de vida, e assegurando que os mesmos cumprem o seu propósito, gerando valor;
- Executar o investimento necessário na prossecução da nossa missão, implementando abordagens para a otimização global da gestão dos sistemas de saneamento de águas residuais;
- Orientar a conceção do sistema para a economia circular, garantindo uma maior eficiência no uso de recursos e promovendo a prevenção da poluição, nomeadamente através da aposta nas energias renováveis, na aquisição de produtos e serviços energeticamente eficientes e na promoção de outras práticas de otimização energética das instalações, na reutilização da água residual tratada e na procura de novas soluções para as lamas do processo;
- Estabelecer contratos de fornecimento de bens e serviços com fornecedores que partilham dos nossos princípios e ética empresarial;
- Garantir que os trabalhadores encontram todos os dias um local de trabalho seguro e saudável para a prevenção de lesões e afeções da saúde, integrando os aspetos da Segurança e Saúde no Trabalho na gestão dos nossos negócios, para que todas as atividades sejam consideradas sob a perspetiva da eliminação dos perigos e da redução dos riscos;
- Garantir a igualdade de tratamento e oportunidades no acesso ao trabalho, ao emprego, à formação profissional e à progressão na carreira e a conciliação e participação equilibrada dos homens e das mulheres na vida pessoal, familiar e profissional;
- Garantir uma cultura de segurança da informação e cibersegurança, assumindo a informação como um ativo crítico, e garantir a proteção do seu tratamento, de forma adequada, fundamentado nos princípios da sua disponibilidade, integridade, confidencialidade e rastreabilidade, em cumprimento com o estabelecido na Política de Segurança da Informação da Tejo Atlântico;

- Assegurar a proteção dos dados pessoais e respetivo tratamento de acordo com as finalidades previstas em cumprimento com o estabelecido na Política de Proteção de Dados Pessoais;
- Incentivar uma cultura de investigação, desenvolvimento e inovação dinamizando e estimulando a criatividade e a criação de valor, potenciando novos conhecimentos e competências, nomeadamente através de criação de parcerias externas e demonstração de soluções tecnológicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da empresa, da região e das diferentes partes interessadas;
- Conferir responsabilidade e motivação aos trabalhadores para um desempenho de elevado nível, envolvendo-os através da consulta e da participação, fomentando o trabalho em equipa, e promovendo a formação contínua;
- Estabelecer uma cultura de melhoria contínua que consolida a gestão dos processos e promove a eficiência dos respetivos desempenho e modelo de gestão.

A atividade da AdTA pauta-se pelo respeito integral dos valores consignados pelo Grupo Águas de Portugal, indicados no quadro abaixo.

## Valores éticos do Grupo AdP e princípios de atuação

### O Grupo AdP tem como valores centrais:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

### E rege-se pelos seguintes princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos
- Respeito pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras
- Luta contra a corrupção
- Erradicação de todas as formas de exploração
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável

Figura 1 - Valores éticos do grupo AdP e princípios de atuação

## Descrição, Atividade e Presença

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., foi constituída em 24 de março de 2017, pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, tendo-lhe sido atribuída a exploração e a gestão, em regime de exclusivo, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste.

O referido sistema multimunicipal, gerido e explorado pela AdTA, integra os antigos Sistemas Multimunicipais existentes à data da sua fusão no sistema multimunicipal de abastecimento de Águas e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, que a seguir se identificam:

- Sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/1995, de 14 de junho, e gerido pela então SANEST, S.A.;
- Sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, e gerido pela então SIMTEJO, S.A.;
- Componente de saneamento do Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, e gerido pela então Águas do Oeste, S.A. (AdO).

A constituição da Águas do Tejo Atlântico, S.A., decorre da cisão do anterior Sistema Multimunicipal de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo e da sociedade que o geria, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., criada pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, cuja gestão se encontrava delegada na EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (EPAL).

O Sistema da atual sociedade integra como utilizadores de saneamento de águas residuais 23 municípios, a saber:

- Alcobaça;
- Alenquer;
- Amadora;
- Arruda dos Vinhos;
- Azambuja;
- Bombarral;
- Cadaval;
- Caldas da Rainha;
- Cascais;
- Lisboa;
- Loures;
- Lourinhã;
- Mafra;
- Nazaré;
- Óbidos;
- Odiveias;
- Oeiras;
- Peniche;
- Rio Maior;
- Sintra;
- Sobral de Monte Agraço;
- Torres Vedras;
- Vila Franca de Xira.



Figura 2 - Sistema Multimunicipal da Grande Lisboa e Oeste

O Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, diploma de constituição da Águas do Tejo Atlântico, S.A., por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. (AdLVT), entrou em vigor no dia 3 de abril de 2017, tendo a EPAL, por gestão delegada da AdLVT, assegurado a exploração e a gestão do sistema por conta da AdTA até ao dia 30 de junho de 2017, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 61.º do referido diploma e em conjugação com o respetivo Contrato de Concessão.

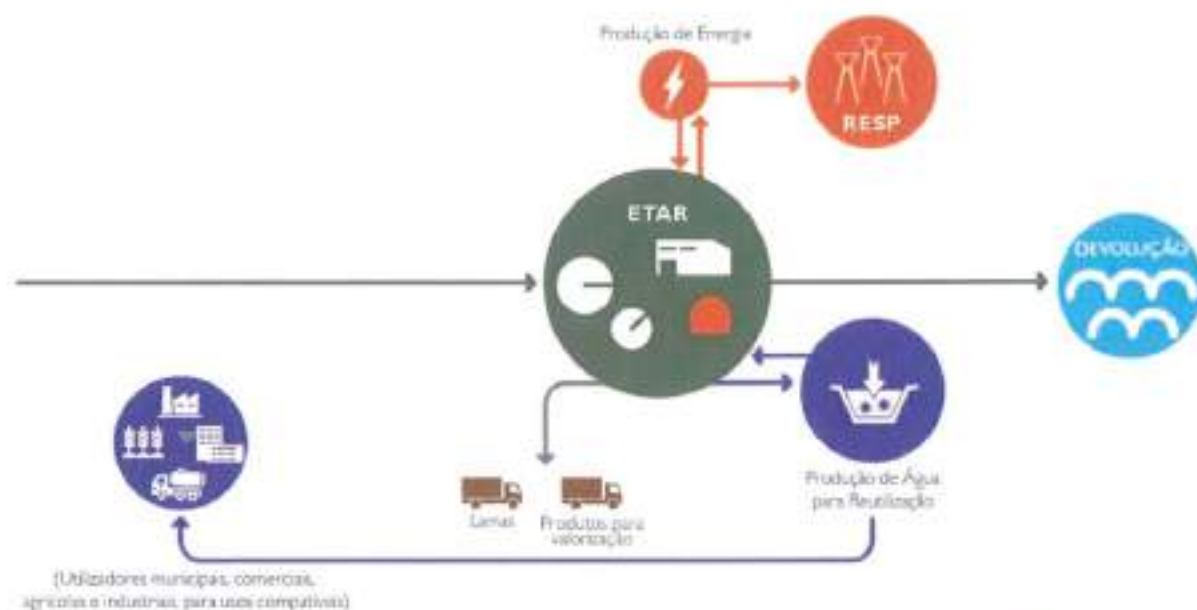
## Cadeia de Valor

A empresa atua numa extensa cadeia de valor que agrega um conjunto interdependente de competências, que contribui para a criação de valor do capital acionista, no cumprimento de elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Na representação gráfica que se apresenta de seguida, expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, com especificação das atividades de operação desenvolvidas.



# OPERAÇÃO SANEAMENTO



**Transporte**  
Transporte das águas residuais desde o ponto de recolha até às unidades de tratamento de águas residuais. Pode incluir a atividade de elevação.



## ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais

**Tratamento e Valorização**  
Correção das características físicas, químicas e biológicas tendo em consideração o destino final da água residual tratada. Valorização de subprodutos dos processos de tratamento (valorização energética das lamas, valorização agrícola de lamas, produção de água para reutilização, recuperação de nutrientes, etc.)



**Produção de água para reutilização**  
Produção de água para reutilização para usos internos e usos externos competitivos. Pode incluir a atividade de armazenamento e elevação.



**Produção de energia**  
Produção de energia elétrica através da valorização energética do biogás resultante da digestão anaeróbia de lamas, e de outras fontes renováveis (fotovoltaica).



**Devolução**  
Devolução ao meio hídrico das águas tratadas que não são reutilizadas.



*M  
L*

*CS  
ino  
CS*



## As nossas Pessoas

O início de 2022 assinalou a continuação da redução gradual nas restrições e nos constrangimentos relacionados com a situação epidemiológica do vírus SARS-CoV-2, que significou o regresso à normalidade pré-pandémica. Com a melhoria da situação nacional no contexto da crise pandémica, foram sendo progressivamente normalizadas as alterações e reajustamentos à organização do trabalho.

De entre as medidas excecionais e temporárias decretadas no âmbito da pandemia COVID-19, assistimos à extinção do regime de teletrabalho obrigatório e à passagem a um regime de teletrabalho parcial para todas as atividades compatíveis com esta modalidade de trabalho, e ao regresso ao horário normal das equipas no terreno. No entanto, mantendo-se a transmissibilidade em registos elevados, foi mantido o esforço de reorganização dos meios humanos e técnicos iniciado em 2020 e continuou a ser necessário o recurso à prestação de trabalho temporário para colmatar algumas falhas de recursos humanos (quer estruturais, quer pontuais) para fazer face ao isolamento de pessoas infetadas ou em isolamento profilático por força da COVID-19. Mesmo após ter terminado o isolamento em caso de infeção, por motivos de segurança, a Tejo Atlântico manteve a indicação de não deslocação para o local de trabalho em caso de resultado positivo ao SARS-CoV-2. Ainda assim, foi possível retomar a atividade formativa presencial com os colegas do terreno (ações eminentemente práticas e não digitalizáveis), como as ações de formação de Trabalhos em Altura e Espaços Confinados, de Primeiros Socorros, entre outras, dando seguimento à implementação das ações previstas Plano de Formação 2021/2022.

Foi também criado um grupo de trabalho multidisciplinar para avaliação das dimensões dos fatores de risco psicossocial encontrados na Empresa e delinear uma proposta de plano de intervenção nesta área, que teve como primeiro resultado a aquisição de serviços de psicologia.

No final do ano de 2022 a AdTA tinha 406 trabalhadores, tendo-se verificado um incremento de 23 trabalhadores face a 2021.

### Quadro 4 - Headcount

Headcount	2020	2021	2022	Varição 2022/2021
N.º Total Trabalhadores	370	383	406	23*

\* A variação verificada deve-se ao facto de terem sido cumpridas as duas autorizações do PAO2021 que faziam integrar e do cumprimento parcial da autorização de contratações ao abrigo do PAO de 2022.

No quadro 5 apresenta-se a distribuição dos trabalhadores pelas unidades orgânicas da empresa:

### Quadro 5 - Distribuição de Headcount por Direção/Departamento/Área

Direção/ Departamento/ Área	2020	2021	2022	%
Dir. de Operação	214	219	231	56,90%
Dir. de Manutenção	48	46	48	11,82%
Dir. de Comunicação e Desenvolvimento	5	6	6	1,48%
Dir. de Projetos, Construção e Reabilitação	17	19	19	4,68%
Dir. de Gestão de Ativos	20	20	22	5,42%
Dir. Administrativa e Financeira	18	21	20	4,93%
Dep. Jurídico	2	4	4	0,99%
Dir. Laboratório	17	19	21	5,17%
Dep. Gestão de Capital Humano	6	5	7	1,72%
Dep. Planeamento e Controlo de Gestão	3	4	5	1,23%
Dep. Investigação, Desenvolvimento e Inovação	4	4	3	0,74%
Dep. Sistemas e Tecnologias de Informação	4	4	6	1,48%
Dep. Segurança e Sustentabilidade Empresarial	7	8	9	2,22%
Assessores	2	1	2	0,49%
Secretariado	3	3	3	0,74%
Total	370	383	406	100,00%

Desses 406 trabalhadores, 2 não fazem parte dos quadros de pessoal da Empresa, sendo trabalhadores que se encontram cedidos à AdTA por outras empresas do Grupo AdP.

Quadro 6 - Evolução do número de efetivos

Efetivos	2020	2021	2022	%
Quadro	364	380	404	99,51%
Cedências	6	3	2	0,49%
Total	370	383	406	100,00%

No ano de 2022, verificaram-se 44 entradas e 21 saídas. As entradas ocorridas têm o seguinte enquadramento:

- 2 contingente de autorização PAO 2021;
- 21 contingente de autorização PAO 2022;
- 16 substituições de saídas ocorridas em 2022;
- 2 regresso à AdTA cedência ocasional;
- 2 regresso requisição;
- 1 cedência da posição contratual do grupo à AdTA.

Salienta-se que a morosidade na aprovação do PAO de 2022 condicionou a concretização das admissões previstas no ano, levando à transição de 2 delas para 2023. Das 23 admissões aprovadas, a AdTA concretizou 21 ainda em 2022.

No que respeita às saídas/suspensões de vínculos, esteve em causa no total de 21 trabalhadores:

- 3 por Reforma Velhice/Invalidez;
- 1 por Falecimento;
- 1 por Licença sem Vencimento;
- 6 por transferência no Grupo AdP;
- 1 por requisição para o desempenho de Funções Públicas;
- 9 por iniciativa do trabalhador.

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 142.º do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto, o decreto-lei de execução orçamental (DLEO) para 2022, estão autorizadas as contratações destinadas à substituição de trabalhadores em empresas do setor público empresarial nos seguintes termos: "substituição, para a mesma função, de trabalhadores que cessem o vínculo de emprego por causa não imputável à entidade empregadora e que desempenhem tarefas correspondentes a necessidades permanentes, devidamente justificadas, desde que a remuneração do trabalhador a contratar: a) Corresponda à base da respetiva carreira e categoria profissional prevista em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho ou em regulamento interno; ou b) Represente um custo anualizado igual ou inferior ao custo anualizado com o trabalhador substituído".

Quadro 7 - Movimentos de pessoal

Movimentos de pessoal	2020			2021			2022	
	Outros	Total	Cedências	Outros	Total	Cedências	Outros	Total
Entradas	14	16	1	26	27	3	41	44
Saídas	13	15	2	12	14	2	19	21
Total	1	1	1	14	13	1	22	23

No quadro 8, apresenta-se a distribuição por género, não existindo alterações significativas a registar relativamente aos anos anteriores.

#### Quadro 8 - Distribuição por género

	Ativos 2020		Ativos 2021		Ativos 2022		%
Mulheres	104	28%	115	30%	123	30%	
Homens	266	72%	268	70%	283	70%	
Total	370	100%	383	100%	406	100%	

No quadro 9 apresenta-se a antiguidade média dos trabalhadores, verificando-se alguma variação no ano 2022.

#### Quadro 9 - Antiguidade

Antiguidade	2020		2021		2022		%
antiguidade < 2 anos	31	8,38%	36	9,40%	62	15,27%	
antiguidade 2 a 5 anos	34	9,19%	49	12,79%	46	11,33%	
antiguidade 6 a 10 anos	32	8,65%	14	3,66%	12	2,96%	
antiguidade 11 a 20 anos	195	52,70%	205	53,52%	202	49,75%	
antiguidade > 20 anos	78	2,1%	79	20,63%	84	20,69%	
Total	370	100,00%	383	100,00%	406	100,00%	

Apesar de ter havido um aumento do *headcount* da Empresa, a idade média dos trabalhadores no final do ano 2022 manteve-se igual ao ano anterior, nos 47 anos.

#### Quadro 10 - Estrutura Etária

Estrutura Etária	2020		2021		2022		%
idade <25	0	0,00%	2	0,52%	3	0,74%	
idade 25-34	29	7,84%	35	9,14%	46	11,33%	
idade 35-44	135	36,49%	122	31,85%	115	28,33%	
idade 45-54	128	34,59%	133	34,73%	151	37,19%	
idade >55	78	21,08%	91	23,76%	91	22,41%	
Total	370	100%	383	100%	406	100%	

Quanto ao nível profissional, não há a registar alterações significativas em relação ao ano anterior. Realçamos apenas que, no final de 2022, cerca de 45% dos trabalhadores são Profissionais Qualificados e cerca de 32% são Quadros Superiores.

#### Quadro 11 - Nível Profissional

Nível Profissional	2020		2021		2022		%
Dirigentes	28	8%	30	8%	29	7%	
Quadros Superiores	81	22%	88	23%	103	25%	
Quadros Médios	-	-	-	-	-	-	
Quadros intermédios <sup>1)</sup>	23	6%	26	7%	23	6%	
Profissionais altamente qualificados	66	18%	46	12%	50	12%	
Profissionais qualificados	172	46%	173	45%	181	45%	
Profissionais semiquificados	-	-	17	4%	17	4%	
Profissionais não qualificados	-	-	3	1%	3	1%	
Total	370	100%	383	100%	406	100%	

<sup>1)</sup> Inclui contra-mestres e chefes de equipa



Verifica-se uma tendência decrescente no número de trabalhadores com o Ensino Secundário e crescente no número de trabalhadores com Ensino Superior,

Quadro 12 - Habilitações

Habilitações	2020		2021		2022	
		%		%		%
Ensino Básico	138	37,30%	112	29,24%	133	33%
Ensino Secundário	106	28,65%	130	33,94%	122	30%
Ensino Superior	126	34,05%	141	36,81%	151	37%
<b>Total</b>	<b>370</b>	<b>100%</b>	<b>383</b>	<b>100%</b>	<b>406</b>	<b>100%</b>

A valorização dos recursos humanos tem constituído uma prioridade elevada das políticas da Empresa, assumindo a formação um papel nuclear na melhoria dos níveis de qualificação dos seus ativos, como forma de motivação e valorização do seu desempenho profissional. No entanto, a quantidade de horas de formação frequentadas em 2022 esteve ligeiramente abaixo do aprovado no Plano de Formação 2021/22. Isto deve-se, ainda, aos períodos de confinamento/estado de emergência pandémicos dos anos transatos, que impossibilitaram a realização de algumas ações de formação em regime presencial, o que constituiu um atraso na realização destas formações.

Ainda assim, em 2022, verificou-se um acréscimo do número de horas de formação ministradas em quase 36,26%, tendo aumentado substancialmente o número de trabalhadores que frequentaram formação em comparação com o ano anterior. Este acréscimo ficou a dever-se, essencialmente, à aposta no cumprimento do Plano de Reforço de Segurança, ações que abrangem todos os trabalhadores da Empresa, e à Formação do Bem Estar e Desempenho das Equipas Operacionais da Tejo Atlântico, com uma notável avaliação de qualidade por parte dos trabalhadores (também temporários). Salientamos ainda que, em 2022, temos um decréscimo do número de ações de formação, comparativamente com o ano 2021, mas abrangemos um maior número de trabalhadores, assim como um maior número de horas de formação face aos anos anteriores.

Quadro 13 - Formação profissional

Formação profissional	2020	2021	2022
N.º Horas de formação	5 591	7 769	10 586
N.º Ações de formação	114	102	64
N.º Formandos	164	309	421
<b>Total de Trabalhadores</b>	<b>370</b>	<b>383</b>	<b>406</b>

Em 2022, registou-se um decréscimo na taxa de absentismo de 0,22 pontos percentuais comparativamente com o ano anterior, sendo que a tendência tem sido decrescente nos últimos 4 anos.

Quadro 14 - Absentismo

Absentismo	2020	2021	2022
Horas Absentismo	51 710	52 639	60 688
Taxa de Absentismo	2,34%	2,31%	2,09%

Cerca de 18,49% das horas de ausência verificadas no ano 2022 foram devidas a acidentes de trabalho, num total de 28 acidentes de trabalho, com uma média de 70 dias de incapacidade temporária absoluta por cada acidente. Verificou-se um decréscimo do número total de acidentes; porém, os dias perdidos por motivo de baixa por acidente de trabalho aumentaram face aos anos anteriores.

Quadro 15 - Acidentes de trabalho

Acidentes de trabalho	2020			2021			2022		
	N.º Sinistros	N.º dias baixa	N.º méd. dias baixa	N.º Sinistros	N.º dias baixa	N.º méd. dias baixa	N.º Sinistros	N.º dias baixa	N.º méd. dias baixa
Sinistros encerrados	23	1.132	49	27	1.044	30	<b>20</b>	<b>1403</b>	<b>70</b>
Sinistros encerrados sem baixa	9	0	0	6	0	0	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Sinistros em curso (com recálculo)	1	86	86	0	0	0	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>1.218</b>	<b>135</b>	<b>33</b>	<b>1.044</b>	<b>30</b>	<b>28</b>	<b>1.403</b>	<b>70</b>

Relativamente à frequência dos acidentes de trabalho, tanto a taxa de frequência da globalidade dos acidentes de trabalho, como a taxa de frequência dos acidentes de trabalho com baixa aumentaram face a 2020.

Quadro 16 - Indicadores de segurança

Indicadores de segurança	2020	2021	2022
Tf: Tx frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	53,95	57,30	<b>39,22</b>
Tf: Tx frequência dos acidentes de trabalho com baixa	37,60	44,21	<b>28,02</b>

Relativamente à Medicina do Trabalho, pode evidenciar-se que, em 2022, se deu continuidade à recuperação dos Exames Periódicos, em défice nos anos anteriores devido às restrições do Covid19, procurando-se abranger todos os trabalhadores que estavam expostos a maiores riscos biológicos. Na consulta de Medicina do Trabalho Periódica, foram realizados os exames complementares: análises clínicas (sangue e urina), ECG, Audiograma e Rastreo Visual.

Quadro 17 - Medicina no trabalho

Medicina do Trabalho	N.º Trab. 2020	%	N.º Trab. 2021	%	N.º Trab. 2022	%
Exames Admissão	19	11,88%	16	8,84%	28	<b>11,24%</b>
Exames Periódicos	77	48,13%	107	59,12%	177	<b>71,08%</b>
Exames Ocasionais	64	40,00%	58	32,04%	44	<b>17,67%</b>
<b>Total de Exames</b>	<b>160</b>	<b>100,00%</b>	<b>181</b>	<b>100,00%</b>	<b>249</b>	<b>100,00%</b>

Em 2022, deu-se continuidade à campanha de vacinação contra a gripe, tendo sido inoculadas 111 vacinas que representam 27,34% do total de trabalhadores da Empresa.

Quadro 18 - Vacinação

Prevenção Gripe Sazonal	2020	2021	2022	%
Vacinas inoculadas	0	122	111	27,34%
<b>Total de trabalhadores</b>	<b>370</b>	<b>383</b>	<b>406</b>	

Prevenção Gripe Sazonal	2020	2021	2022	%
Vacinas inoculadas	0	31,85%	111	27%
<b>Total de trabalhadores</b>	<b>370</b>	<b>383</b>	<b>406</b>	

Para além da Medicina do Trabalho, as consultas de Medicina Curativa disponibilizadas pela Empresa, que consistem em consultas de clínica geral, tendo por objetivo a resolução de problemas súbitos, a prescrição de receitas e o aconselhamento médico sobre boas práticas de saúde, tiveram um acréscimo face aos anos anteriores: cerca de 22,41% dos trabalhadores realizaram este tipo de consultas em 2022.

Quadro 19 - Consultas

Medicina Curativa	N.º Trab. 2020	%	N.º Trab. 2021	%	N.º Trab. 2022	%
Consultas	79	31,62%	72	18,80%	91	22,41%
Total de Trabalhadores	370		383		406	



## Os nossos Stakeholders

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., está consciente das suas responsabilidades enquanto empresa prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente, constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.

Por *stakeholder* entende-se uma pessoa ou grupo que podem afetar e/ou são afetados pelos resultados estratégicos obtidos e que têm reivindicações aplicáveis, respeitantes ao desempenho de uma empresa.

A envolvimento dos *stakeholders* na atividade da AdTA (e do Grupo AdP) passa por um exercício de partilha e transparência da Empresa na sua relação com a sociedade e, em particular, com as entidades que têm impacto ou são impactadas pelas empresas do Grupo.

A AdTA (e o Grupo AdP) identificou como principais *stakeholders* os seguintes grupos:



Figura 3 - Stakeholders

Através dos diversos serviços, a Sociedade pretende manter um adequado relacionamento institucional e informativo com o universo dos *Stakeholders* acima descritos.

Os diversos serviços atuam como interlocutores entre a Comissão Executiva e os *Stakeholders*, garantindo um envolvimento e uma comunicação profissional e constante com estes, sendo responsáveis pela celeridade, credibilidade e robustez de toda a informação disponível.

Para tal, são desenvolvidos esforços e estabelecidas competências que garantem o fluxo de comunicação constante com todas as entidades interessadas, disponibilizando toda a informação necessária e observando todas as disposições formais, legais e regulamentares aplicáveis. Só assim se torna possível dar resposta às solicitações de informação que lhe são dirigidas.

A responsabilidade da AdTA neste âmbito é acrescida e particularmente sensível pelo facto de prestar serviços de carácter público, constituindo o seu *core business* uma contribuição decisiva para o desenvolvimento sustentável do país.

### Deveres especiais de prestação da informação

A AdTA cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência, e assegura o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *Stakeholders*.

## ORGANIZAÇÃO

### Estrutura acionista

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos com um Capital Social de 1 13 527 680 euros, integralmente realizado.

Em 2017, o Município de Lisboa exerceu o direito de preferência na aquisição das ações que haviam sido alienadas à AdTA pelo Município de Cascais (3.586.998 ações de categoria A, e 350.000 da categoria B, ao valor nominal de 1 euro cada ação), passando a deter uma participação de 18,38 % do capital social.

Com esta aquisição em 2018, o capital social registou uma redução das ações próprias de 6.458.431 para 2.521.433 ações.

No final do exercício, o Capital Social da AdTA estava repartido da seguinte forma:

Quadro 20 - Acionistas

Acionistas	N.º de Ações Subscritas por Categoria		N.º Total de Ações Subscritas	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
	Categoria A	Categoria B			
AdP - Águas de Portugal SGP5, S.A.	57 538 912	-	57 538 912	57 538 912 €	50,68%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	-	2 921	2 921 €	0,00%
Alcobaça	899 856	-	899 856	899 856 €	0,79%
Alenquer	384 003	-	384 003	384 003 €	0,34%
Amadora	6 108 431	350 000	6 458 431	6 458 431 €	5,69%
Arruda dos Vinhos	55 542	-	55 542	55 542 €	0,05%
Azambuja	346 735	-	346 735	346 735 €	0,31%
Bombarral	107 998	-	107 998	107 998 €	0,10%
Cadaval	123 253	-	123 253	123 253 €	0,11%
Caldas da Rainha	614 244	-	614 244	614 244 €	0,54%
Lisboa	20 516 618	350 000	20 866 618	20 866 618 €	18,38%
Loures	8 284 708	-	8 284 708	8 284 708 €	7,30%
Lourinhã	302 165	-	302 165	302 165 €	0,27%
Nazaré	273 724	-	273 724	273 724 €	0,24%
Óbidos	131 237	-	131 237	131 237 €	0,12%
Odivelas	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433 €	2,22%
Oeiras	3 936 998	350 000	3 936 998	3 936 998 €	3,47%
Peniche	386 004	-	386 004	386 004 €	0,34%
Rio Maior	183 768	-	183 768	183 768 €	0,16%
Sintra	3 936 998	350 000	3 936 998	3 936 998 €	3,47%
Sobral de Monte Agraço	57 438	-	57 438	57 438 €	0,05%
Torres Vedras	711 623	-	711 623	711 623 €	0,63%
Vila Franca de Xira	2 881 638	-	2 881 638	2 881 638 €	2,54%
Ações próprias da sociedade	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433 €	2,22%
<b>TOTAL</b>	<b>112 127 680</b>	<b>1 400 000</b>	<b>113 527 680</b>	<b>113 527 680 €</b>	<b>100,00%</b>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the word "veri" written vertically.

## Estrutura organizacional

O desenvolvimento da atividade efetuou-se com base no organograma implementado no final de 2020, que visou sobretudo clarificar as atribuições de cada Direção e Departamento, arrumando as unidades orgânicas de acordo com o ciclo de vida dos ativos, conforme se apresenta de seguida:

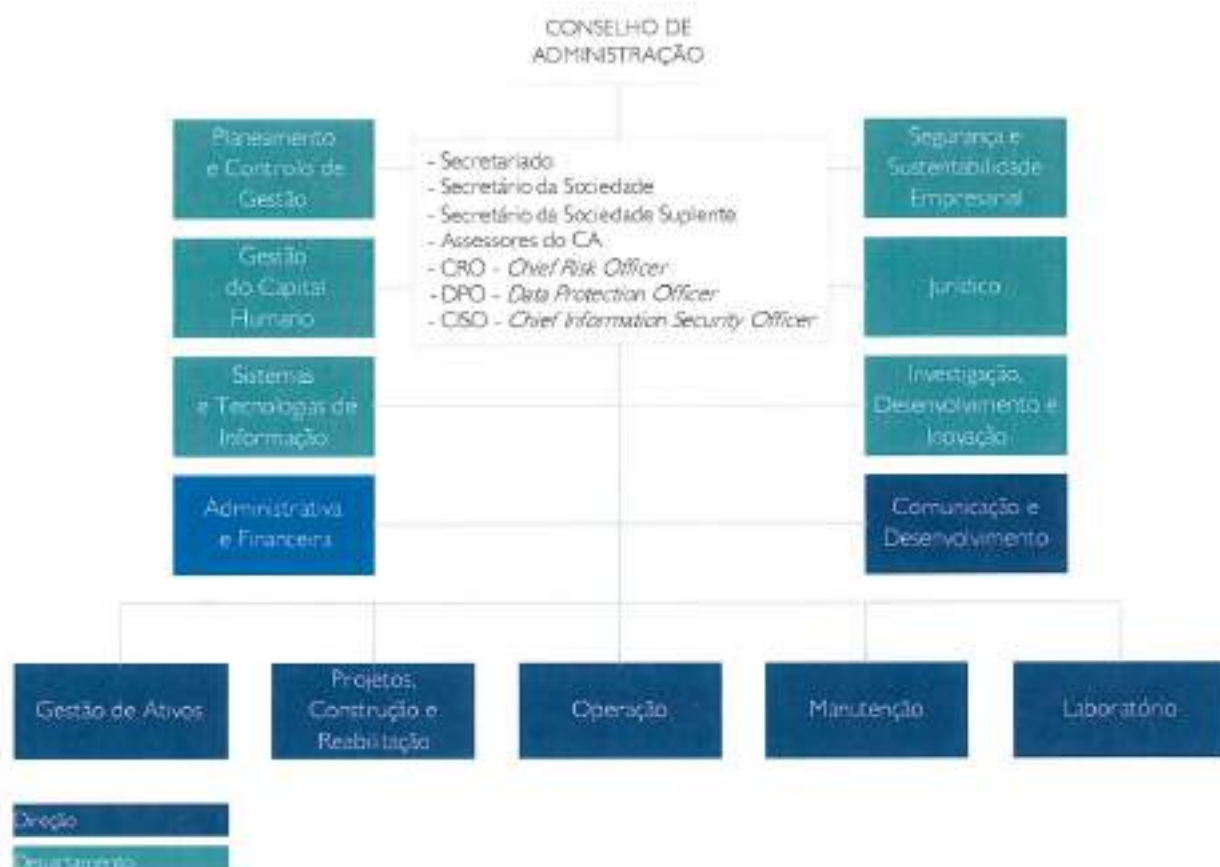


Figura 4 - Estrutura organizacional

## Órgãos sociais

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente | Presidente da Câmara Municipal da Sintra, Dr. Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca

Vice-presidente | Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretária | Dr.ª Ana Cristina Rebelo Pereira

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Executivo | Eng.ª Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra

Vice-Presidente Executivo | Eng.º Hugo Filipe Xambre Bento Pereira

Vogal Executivo | Dra. Ana Cármen Monteiro do Carmo Gisa

Vogal Não Executivo | Eng.ª Simone Ferreira Pio

Vogal Não Executivo | Dra. Sónia Raquel Conchinha Pacifico

Vogal Não Executivo | Eng.º José Manuel da Costa Baptista Alves

Vogal Não Executivo | Dr. Armando Jorge Paulino Domingos



#### CONSELHO FISCAL

Presidente | Dr. Amando José de Sousa Resende

Vogal Efetivo | Dra. Catarina Alexandra Carvalho Fins

Vogal Efetivo | Dra. Patrícia Isabel Sousa Caldeira

#### REVISOR OFICIAL DE CONTAS

SROC | PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

ROC Efetivo | Dr. José Alves Bizarro Duarte

ROC Suplente | Dr. Carlos José Figueiredo Rodrigues

#### COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Presidente | Dra. Carla da Conceição Afonso Correia

Vogal Efetivo | AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

#### Carteira de Participações e Sucursais

No final do exercício de 2022, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., não detinha participações sociais em nenhuma sociedade, nem dispunha de qualquer sucursal.

## ○ NOSSO PROPÓSITO

### FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS

A gestão sustentável da água confronta relevantes desafios associados às alterações climáticas, ao esgotamento de recursos, à degradação dos ecossistemas e à poluição ambiental.

A atividade desenvolvida pela Tejo Atlântico tem, neste enquadramento, o maior impacto na saúde e no bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico.

“Fazer a diferença na vida das pessoas” é o nosso propósito, que nos compromete enquanto empresa do universo do Grupo Águas de Portugal e vincula igualmente os/as nossos/as trabalhadores/as, assentando num duplo vínculo de identidade e de finalidade.

Assumimos **COMPROMISSOS**  
para cumprir o **PROPÓSITO** de  
**FAZER A DIFERENÇA NA VIDA**  
**DAS PESSOAS**

### COMPROMISSO DE INTEGRIDADE

O modelo de integridade do Grupo Águas de Portugal está plasmado numa Política de Integridade, que apresenta a sua visão sobre a ética e a integridade, consolidando o compromisso de todas as empresas do Grupo com um modelo de governação assente nos mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública.

O Compromisso de Integridade foi subscrito pela Tejo Atlântico em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente:

- Código de Ética e de Conduta
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
- Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades
- Manual de Contratação Pública do Regime Geral
- Manual de Compras

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares:

- O Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos.
- A Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

O Grupo Águas de Portugal dispõe de um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética, que se designa por **Linha de Integridade**, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões

éticas que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

## COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal fixa as ambições em linha com os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.

As ambições de sustentabilidade estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.



## TRABALHAR COM PROPÓSITO

- Corporizando os princípios enunciados na Política de Igualdade de Género, foi aprovado o Plano da Tejo Atlântico 2022, que visa a implementação de um conjunto de medidas tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional;
- Proceveu-se à comunicação de progresso implementação dos dez princípios da *United Nations Global Compact*, que integrará o Relatório de Sustentabilidade da AdTA 2021/2022;
- Dando cumprimento ao compromisso de melhoria contínua assumido, enquanto pilar da Política de Sustentabilidade, a Tejo Atlântico assegurou a excelência operacional da gestão integrada através de um Sistema de Responsabilidade Empresarial integrado nas vertentes da Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001), Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001), Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (NP ISO 45001), com um âmbito 100%, Gestão da Energia (NP EN ISO 5001), representando 64% dos consumos, e Gestão de Ativos (NP ISO 55001), esta última em três subsistemas (Alcântara, Guia e Santa Cruz), representando 47% da capacidade total de tratamento instalada e 45% da população servida. A gestão de ativos pretende potenciar o desempenho dos ativos, entendam-se órgãos/equipamentos e infraestruturas, minimizando os respetivos riscos e custos durante todo o seu ciclo de vida e desta forma prolongar a sua vida útil atendendo a um correto funcionamento e



desempenho, de forma a reduzir significativamente os riscos de falha dos diferentes órgãos e equipamentos e garantir a sua fiabilidade e disponibilidade. A Empresa foi sujeita a exercícios de auditoria interna, por entidade externa, e auditoria externa;

- O controlo dos riscos foi efetuado com desenvolvimento de planos específicos e mantendo o compromisso da melhoria contínua - Plano Controlo Riscos químicos; Plano Controlo Riscos Elétricos, Eletromagnéticos e radiações ionizantes; Plano Controlo Riscos associados a atmosferas explosivas (ATEX); Plano Controlo Riscos trabalhos em altura/profundidade e espaços confinados; Plano Controlo Riscos biológicos, incluindo Legionella e Plano Controlo Riscos psicossociais. Deste modo foi desenvolvido o Plano Estratégico de Segurança da AdTA 2022-2026.

Destaca-se a participação no Comité de Sustentabilidade e Responsabilidade Social do grupo AdP, designadamente para definição da estratégia global relativa à segurança do trabalho baseada na efetiva adoção da cultura de segurança revisitada em 2022;

- Foi dado o arranque do Grupo de Trabalho de avaliação de riscos psicossociais e para implementação do sistema de gestão da conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal, já em 2023;
- Foi dado enfoque na melhor formação e capacitação dos trabalhadores, em várias áreas;
- Foram criadas Unidades de Execução de Projetos Estratégicos, designadamente a UEPE Guia.

#### AGIR PELO CLIMA

- Continuado o trabalho de garantir a neutralidade e a autossustentabilidade energética, e na sequência dos compromissos assumidos no ZERO – Programa de Neutralidade Energética, foi desenvolvido na Tejo Atlântico o Plano Estratégico de Energia +, enquanto ferramenta de impulso para a criação de uma cultura de gestão de energia na AdTA, transversal a todas as unidades orgânicas e incluindo todos os trabalhadores e colaboradores;
- Avaliação da pegada carbónica enquadrada no Grupo de Trabalho da AdP, tendo em vista a redução das emissões de GEE;
- Foi promovida a mobilidade sustentável, com Certificação de Frota Move+;
- Encontra-se em elaboração o Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas (PEAAC).

#### ACCELERAR A ECONOMIA CIRCULAR DA ÁGUA

- Aposta no desenvolvimento do conceito de Fábricas de Água;
- Maximização da valorização dos recursos, designadamente de Água + (água reciclada), como elemento fundamental para a sustentabilidade ambiental, económica e social dos territórios; designadamente, a rega do parque das Nações em Lisboa e na zona onde vão decorrer as Jornadas Mundiais da Juventude (Parque Tejo-Trancão), rega de campos de golfe na região do Oeste e o aproveitamento hidroagrícola da Várzea de Loures.
- Valorização de lamas, com Biolamas +;
- Desenvolvimento da inovação na circularidade através de projetos relacionados com os Bioplásticos e Bionutrientes.

#### VALORIZAR OS TERRITÓRIOS

- Lançamento do Plano de Ação AgIR, que tem como objetivo contribuir para erradicar as afluências industriais indevidas às redes de drenagem municipal, aos sistemas de tratamento e às linhas de água num- trabalho técnico de proximidade em três vértices: a Tejo Atlântico, os municípios e as indústrias.

#### INOVAR PARA IMPACTAR

- A inovação continuou a ser uma alavanca transversal na evolução de paradigma, com o projeto *Hidrogasmove*, pioneiro no domínio da descarbonização e valorização da energia produzida nas nossas Fábricas de Água, neste caso em Frielas, com vista a alimentar a frota operacional da Tejo Atlântico com biocombustível, bem como a continuidade do projeto *B-watersmart* "Accelerating Water Smartness in Coastal Europe", com uma abordagem sistémica de inovação em larga escala para

demonstrar tecnologias e soluções de gestão inteligente de dados para múltiplos utilizadores e setores, e criar novos modelos de negócios assentes na economia circular e inteligência hídrica;

- Realização do evento "Caminho da Inovação" 2022;
- Compromisso com a Agenda de Inovação do Grupo AdP;
- Promoção da transformação digital com o desenvolvimento de um Plano Estratégico de Transformação Digital da AdTA.

#### EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE

- Continuação da atividade do Centro de Educação Ambiental da AdTA;
- Investimento em formação de qualidade, em parceria com ONGA, CFAE's e outros *stakeholders*.

# Relatório de Gestão



## Contexto Macro Económico

A luta global contra a inflação, a guerra da Rússia na Ucrânia e o ressurgimento do COVID-19 na China pesou sobre a atividade económica global em 2022, e os dois primeiros fatores continuarão a fazê-lo em 2023.

### Global

O crescimento global para o ano 2022 estima-se em 3,4% e é esperado um crescimento de 2,9% para 2023 (3,1% para 2024). A previsão de baixo crescimento em 2023 reflete o aumento das taxas dos bancos centrais para combater a inflação, especialmente nas economias avançadas, bem como a guerra na Ucrânia. A queda no crescimento em 2023 é impulsionado por economias avançadas. Espera-se que o crescimento recupere na China com a plena reabertura em 2023. A recuperação esperada em 2024 reflete a gradual recuperação dos efeitos da guerra na Ucrânia e a redução da inflação.

Em 2023, os preços do petróleo deverão cair cerca de 16%, enquanto os preços de matérias não-combustíveis deverão cair em média, 6,3%.

As taxas de juro serão revistas em alta, refletindo a política de redução da taxa de inflação.

### Zona do Euro

O crescimento real do PIB na UE surpreendeu positivamente no primeiro semestre de 2022, com os consumidores retomando vigorosamente os gastos, principalmente em serviços, após o relaxamento das medidas de contenção da COVID-19. A expansão continuou no terceiro trimestre, embora em um ritmo consideravelmente mais fraco. A incerteza elevada, as altas pressões sobre os preços da energia, a erosão do poder de compra das famílias, um ambiente externo mais fraco e condições de financiamento mais restritivas devem levar a UE, a área do euro e a maioria dos Estados-Membros à recessão no último trimestre do ano. O PIB em 2022 deverá crescer em 3,3% na UE (3,2% na área do euro).

Depois de cair para 4,6% do PIB em 2021 (5,1% na zona euro), o défice da UE deverá descer ainda mais para 3,4% do PIB este ano (3,5% na zona euro). Em 2023, porém, o défice público agregado deverá voltar a aumentar ligeiramente (para 3,6% na UE e 3,7% na zona euro), à medida que a atividade económica enfraquece, as despesas com juros aumentam e os governos alargam ou introduzem novas medidas discricionárias para mitigar o impacto dos preços elevados da energia. Como resultado, o déficit é projetado em 3,2% do PIB na UE e 3,3% na área do euro em 2024. No horizonte de previsão, projeta-se uma nova redução do rácio dívida/PIB na UE, de 89,4% do PIB em 2021 para 84,1% do PIB em 2024 (e de 97,1% para 91,4% na área do euro).

Espera-se que o aumento das pressões de preços tenham movido o pico da inflação para o final do ano e elevado a projeção da taxa de inflação anual para 9,3% na UE e 8,5% na área do euro. Adicionalmente, espera-se que a inflação diminua em 2023, mas permaneça alta em 7,0% na UE e 6,1% na área do euro, antes de moderar em 2024 para 3,0% e 2,6%, respetivamente. As revisões refletem principalmente preços grossistas de gás e eletricidade significativamente mais elevados, que exercem pressão sobre os preços da energia a retalho, bem como sobre a maioria dos bens e serviços na cesta de consumo.

O mercado de trabalho continuou a apresentar um forte desempenho, com emprego e participação no nível mais alto e desemprego no nível mais baixo em décadas. A forte expansão económica atraiu um adicional líquido de dois milhões de pessoas para o emprego no primeiro semestre de 2022, elevando o número de pessoas empregadas na UE para um recorde histórico de 213,4 milhões. A taxa de desemprego manteve-se no mínimo histórico de 6,0% em setembro. Espera-se que os mercados de trabalho reajam com desfasamento face ao abrandamento da atividade económica, mas que se mantenham resilientes. O crescimento do emprego na UE está previsto em

1,8% em 2022, antes de estagnar em 2023 e subir moderadamente para 0,4% em 2024. As taxas de desemprego na UE são projetadas em 6,2% em 2022, 6,5% em 2023 e 6,4% em 2024.

Após vários anos de taxas de juro de referência em zero ou negativas, desde meados de 2022 que o Conselho do BCE, de modo a controlar a inflação, tem vindo a aumentar as três taxas de juro diretoras do BCE. Em comunicado de inícios de 2023, as taxas foram novamente aumentadas em 50 pontos base. Por conseguinte, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito serão aumentadas para, respetivamente, 3,00%, 3,25% e 2,50%, com efeitos a partir de 8 de fevereiro de 2023.

## Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2022 são os seguintes:

	Estimativa 2022	Ano 2021
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	6,8%	5,5%
Taxa crescimento Consumo Privado	5,9%	4,7%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	8,1%	0,9%
Taxa de desemprego	5,9%	6,6%
Euribor 6 meses (fim do ano)	2,693%	(0,546%)
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	2,17%	0,30%

Neste enquadramento, projeta-se um crescimento do PIB de 6,8% em 2022, seguida de um crescimento de apenas 1,5% em 2023, seguido de um ritmo de expansão mais moderado em 2024 e 2025, 2% e 1,9%, respetivamente. O crescimento será contido no primeiro semestre de 2023, projetando-se uma moderação das despesas das famílias, algum adiamento dos planos de investimento das empresas e um abrandamento das exportações. Estes desenvolvimentos ocorrem num quadro de incerteza global acentuada, manutenção de preços de energia elevados, erosão do poder de compra, aperto das condições financeiras e enfraquecimento da procura externa. Os fatores que têm suportado o consumo privado deverão perder importância. Não só se estima que a margem de ajustamento resultante da riqueza acumulada durante a pandemia se reduza, como se projeta que o aumento da perceção do risco de alteração das condições do mercado de trabalho, ainda que sem materialização na presente projeção, condicione as decisões de consumo. A partir da segunda metade de 2023, a atividade acelera, refletindo a expectativa de atenuação das tensões nos mercados energéticos, a recuperação gradual do rendimento real das famílias, a melhoria da procura externa e a normalização das cadeias de abastecimento globais. Uma maior absorção dos fundos europeus suporta também a atividade neste período.

A inflação aumenta em 2022 para 8,1%, fixando-se em 5,8% e 3,3% nos dois anos seguintes. A inflação elevada tem impacto negativo sobre a atividade e o rendimento, sobretudo para as famílias de menores recursos. A subida acentuada da inflação na área do euro e a sua persistência levaram o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) a iniciar um processo de normalização da política monetária. Os aumentos das taxas de juro de política têm-se repercutido no custo de financiamento das empresas e famílias, o que contribui para conter as pressões inflacionistas. A diminuição da inflação é essencial para a recuperação do poder de compra das famílias e para suportar uma retoma da atividade em contexto de menor incerteza.

Em 2022, o défice orçamental diminuiu e situa-se abaixo da média da área do euro. A dívida pública em percentagem do PIB, embora elevada, manteve uma trajetória descendente. Projeta-se que esta evolução favorável prossiga nos próximos anos, devendo este rácio atingir valores inferiores a 100%.



## O Setor

### O setor a nível mundial<sup>1</sup>

Em termos globais, a água é um bem escasso e a tendência é este facto agravar-se nas próximas décadas. Tal resulta não só do continuado aumento da população mundial, com particular destaque para as economias emergentes, como também da progressiva diminuição das disponibilidades hídricas associada aos efeitos das alterações climáticas.

Simultaneamente, e para além da necessidade básica de acesso a água potável, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente para a produção de energia e alimentos, e também para a conservação de ecossistemas saudáveis.

Por estes motivos, a água está no centro do desenvolvimento sustentável, encontrando-se subjacente a vários dos Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento, e sendo objeto do Objetivo 6, que defende o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento.

No caso particular dos serviços de abastecimento e saneamento, ao balanço entre a oferta e a procura, acresce ainda a necessidade de assegurar resiliência nos sistemas, de forma que se consiga resistir a eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, bem como a outros eventos de origem não climática.

Ao longo das últimas duas décadas, sobretudo nos países mais desenvolvidos, tem-se também vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos, que contribuem para responder aos desafios atrás referidos. Com efeito, estão hoje na agenda: o recurso a novos tipos de origens de água, como a reutilização da água produzida a partir do tratamento de efluentes e a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa, e, conseqüentemente, a desacelerar as alterações climáticas; o incentivo à inovação e Desenvolvimento para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos ao invés de estes serem considerados resíduos.

Não obstante todos estes avanços, neste novo milénio estamos ainda perante alguns factos a que não podemos ficar indiferentes:

- Três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- Mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de "stress" hídrico;
- Cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano;
- Um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

E, do ponto de vista empresarial, em zonas mais desenvolvidas, constata-se que:

- Apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraco desempenho do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- Subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em baixos níveis de investimento; e
- As empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exacerbados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia é um exemplo.

<sup>1</sup> Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oerobserver.org>; <https://wa-network.org/>; <https://lenic.org/pt/>



Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico que o *World Bank Water Global Practice*, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS6, baseada na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: i) a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; ii) o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa; iii) o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos Governos pelos empregadores e pelos trabalhadores); e iv) o estabelecimento de instrumentos de *soft-law* (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONGs) a promover a participação ativa do público nestas matérias, já que se verifica que se tomam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

## Crise Geopolítica e Energética<sup>2</sup>

Em resposta às dificuldades e às perturbações do mercado mundial da energia suscitadas pela Crise Geopolítica resultante da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, a Comissão Europeia aprovou a 18 de maio de 2022, por comunicação da Comissão Europeia, o Plano *REPowerEU*.

O Plano estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da EU. Em paralelo, o Plano visa: a poupança energética; a produção de energia limpa e a diversificação do nosso aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar a nova infraestrutura e o novo sistema energético de que a Europa necessita.

No contexto deste Plano, foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência para apoiar investimentos e reformas no valor de 300 mil milhões de euros, e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 28 de dezembro).

Em resposta à crise geopolítica, foi publicado, a 27 setembro de 2022, o Plano de Poupança de Energia 2022-2023, por intermédio da Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2022, de 27 de setembro. O documento, elaborado pela ADENE a pedido do Governo, contém medidas de redução para as áreas da energia, da eficiência hídrica e da mobilidade, e abrange os setores da Administração Pública central e local, privados como indústria, comércio e serviços, e também os cidadãos. Saliente-se que as medidas obrigatórias se destinam apenas à Administração Pública Central. À Administração Local, empresas e cidadãos são feitas recomendações de poupança energética.

Entre as medidas previstas no Plano, destacam-se as seguintes: reduzir o consumo de energia relacionado com iluminação interior e exterior; reduzir o consumo energético na climatização de espaços; promover práticas de gestão dos recursos humanos que permitam a redução dos consumos energéticos (teletrabalho); promoção local de eletricidade a partir de fontes de energia renovável; capacitar os técnicos da administração pública para a implementação, a dinamização e a monitorização de medidas para a eficiência de recursos.

O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 surge como resposta à crise geopolítica que se faz sentir atualmente na Europa, com graves consequências para o setor da energia, sendo um dos instrumentos que responde ao repto da União Europeia com vista à redução voluntária de 15% do consumo energético. No caso de Portugal, existem derrogações que permitem reduzir a percentagem de redução obrigatória para 7%.

<sup>2</sup> Fonte: <https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repower-eu-affordable-secure-and-sustainable-energy-european>

## O abastecimento e o saneamento em Portugal<sup>3</sup>

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e, na gestão dos sistemas, incluem-se os municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente, as concessionárias de sistemas multimunicipais), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, portanto, um facto que a redução dos períodos de retorno dos investimentos implicaria o aumento das receitas anuais, o que traria impactos significativos nas tarifas a praticar aos utilizadores finais.

Em Portugal, o grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

### Panorama Nacional

#### Abastecimento de Água

- 9,8 milhões de habitantes servidos
- 97% de alojamentos servidos
- 184 litros consumo médio diário de água por habitante
- Tarifa média ponderada: 0,558 EUR/m<sup>3</sup>
- Indicador de água Segura em Portugal Continental (ata): 99,59%

#### Saneamento de Águas Residuais

- 8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem
- 86% de alojamentos servidos
- 8,7 milhões de habitante servidos com tratamento
- 86% de alojamentos servidos com tratamento
- 1,8 milhões de m<sup>3</sup> de águas residuais recolhidas diariamente
- Tarifa média ponderada: 0,535 EUR/m

Com a proximidade do término do Plano PENSAAR 2020, foi criado, em 2020, um grupo de trabalho para proceder à elaboração de um novo plano estratégico para o período de 2021-2030, que inclui no seu âmbito, para além do abastecimento de água e a gestão de águas residuais, a gestão de águas pluviais, o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

Foi apresentada a proposta de despacho que aprova o PENSAARP-2030 que esteve em consulta pública até maio de 2022. O seu fim último é o de atingir serviços de águas de excelência para todos e com contas certas, passando pela concretização de quatro objetivos estratégicos globais.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em vários diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e da exploração dos sistemas de titularidade municipal e multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

<sup>3</sup> Fonte: <http://www.crsar.pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série



## O Grupo AdP em 2022

O Grupo AdP constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo AdP trabalha em estreita colaboração com os municípios, não só na vertente de utilizadores do sistema, e, em alguns casos, de coaccionistas, como também na construção de soluções de agregação de operações «em baixa», aplicando o seu *know-how* no sentido de promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações:

A gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, no quadro da promoção das sustentabilidades ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Neste âmbito, destaca-se o Programa ZERO com o qual o Grupo AdP visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, tendo por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030. A efetiva concretização deste Programa deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) do Grupo AdP, tem-se efetivado a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida.

Em março, o Grupo AdP, em parceria com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, IP, desenvolveu uma campanha nacional “Campanha Poupe água hoje para ter amanhã”. Esta campanha, de âmbito nacional, pretendeu sensibilizar para a importância de pouparmos e reutilizarmos muito mais água num contexto geral de alterações climáticas, e, sobretudo, no contexto específico da seca de 2022, a terceira mais gravosa desde 1921. As medidas de adaptação à seca e à escassez já implementadas no passado, bem como o acionamento de planos de contingência, permitiram às empresas do Grupo AdP superar os efeitos da seca de 2022 sem se ter verificado falhas a nível do abastecimento, não obstante o grande esforço que tal acarretou.

Tendo em vista o cumprimento das metas fixadas nos diversos instrumentos nacionais aprovados no plano do combate às alterações climáticas e da descarbonização, a 28 de dezembro foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, que autoriza o Fundo Ambiental a efetuar transferências para as empresas do Grupo Águas de Portugal no âmbito do apoio para a implementação da Frota Verde.

Em junho, o Grupo AdP atribuiu os ‘Prémios Verdes’ uma iniciativa do Grupo Águas de Portugal e da revista VISÃO, com o Alto Patrocínio da Presidência da República. Os ‘Prémios Verdes’ destinam-se a premiar as pessoas, empresas e organizações que, em Portugal, desenvolvem ações e medidas com boas práticas na área do ambiente, perante a atual conjuntura de emergência climática.

Em novembro, o Grupo AdP coorganizou a Semana da Responsabilidade Social. A Semana da Responsabilidade Social foi uma iniciativa organizada anualmente pela APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial, com apoio do *Global Compact Network* Portugal. A edição de 2022, que decorreu entre 22 e 25 de novembro no edifício da Águas de Portugal, teve como tema central “Engenho Humano & Energia”, fundamentado na capacidade inventiva humana nas diferentes áreas da sustentabilidade, no desenvolvimento tecnológico e no progresso das energias renováveis, com uma aposta crescente no autoconsumo e na cogeração. José Furtado, Presidente da Águas



de Portugal, SGPS, S.A., apresentou as ambições do Compromisso com a Sustentabilidade através das quais o Grupo procura concretizar o seu propósito de "Fazer a diferença na vida das pessoas".

O Grupo AdP é subscritor do compromisso "*Business Ambition for 1.5°C*" da *United Nations Global Compact*, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta, iniciativa que reforça o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono.

Em novembro, o Grupo AdP apresentou a sua Agenda de Inovação, dando cumprimento à estratégia de inovação 360° e, simultaneamente, constituiu o fundo de inovação do Grupo AdP com o VALOR de 1 M€ com vista a financiar, através de um processo competitivo, projetos de inovação no Grupo AdP. Na Agenda de Inovação, encontram-se identificadas as áreas estratégicas de inovação: Neutralidade Energética e Carbónica, Eficiência e Resiliência de operações e sistemas, Economia Circular, Digitalização, Simbiose com a comunidade e Conhecimento.

A estratégia de inovação 360° assenta num princípio basilar de coordenação e cooperação entre empresas do Grupo, nomeadamente os centros de competências dispersos no território, tendo a AdP VALOR promovido diversas iniciativas de projetos de inovação agregadores de centros de competências do Grupo AdP, mas também de entidades externas ao Grupo, quer do setor da água, quer de setores afins. A inovação assume um papel agregador em que o elemento comum é a água.

Ao nível da digitalização, o Grupo AdP promoveu diversas iniciativas, nomeadamente no âmbito da digitalização das operações, componentes de automação e da telegestão, através do Grupo de Trabalho que elaborou diagnóstico do grau de digitalização das diversas operações dispersas pelo território e o plano de ação para se atingir uma transição em linha com as exigências da qualidade de serviço. Adicionalmente, a AdP VALOR tem focado a sua atenção na gestão de dados e na extração de informação de valor acrescentado que suporte decisões táticas e estratégicas.

Na dimensão da economia circular, destaca-se o início de desenvolvimento da estratégia de circularidade do Grupo AdP, que se pretende vir a congregar as várias dimensões da economia circular em que o Grupo está envolvido e deseja expandir a sua área de atuação. Salienta-se nesta dimensão a estratégia de Água para Reutilização, o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás ou as ações ao nível dos ecoreagentes.

No plano internacional, deu-se continuidade em 2022 a diversos trabalhos de parceria e cooperação, designadamente com o Banco Mundial, tendo-se protocolado, em novembro de 2022, o alargamento das atividades de parceria entre o Grupo AdP e aquela instituição.

Ainda em 2022, se dinamizaram um conjunto de projetos, de que se destaca o apoio à *SEDAPAL - Servicio de Agua Potable y Alcantarillado* de Lima no Perú, tendo o trabalho sido focado no desenvolvimento de termos de referência nas áreas de gestão de ativos, eficiência hídrica/energética e resiliência e economia circular. Em adição, no âmbito do suporte à *OTASS - Organismo Técnico de la Administración de los Servicios de Saneamiento* (Perú), procedeu-se à revisão de termos de referência que têm como objetivo a otimização de subsídios cruzados, a metodologia e a estimativa de funções de custo e o desenho e a implementação de um sistema para calcular tarifas para serviços de saneamento no Peru.

Há ainda a destacar o início dos seguintes projetos:

- Assistência Técnica ao Departamento de Obras Públicas - PWD - Eficiência Operacional Dos Sistemas de Água de Goa, a equipa multidisciplinar liderada pela AdP Internacional realizou o levantamento, o diagnóstico da situação atual e a análise das lacunas e prioridades identificadas para melhorar procedimentos da operação das ETA's de Salaulim e da OPA em Goa;

- No Líbano, através de um contrato de consultoria com a DAI (EUA), a AdP Internacional prestou apoio a 4 empresas regionais de água e saneamento no sentido de definir e apoiar a implementação de estratégias operacionais capazes de as tornar mais resilientes face aos desafios que o país atualmente atravessa. Em concreto, salienta-se a realização de diagnósticos operacionais nas vertentes técnicas mais críticas (produção/distribuição e financeira), bem como a elaboração de uma estratégia de emergência de médio prazo para cada uma das 4 empresas regionais;
- Em Cabo Verde, a AdP Internacional integrou um consórcio liderado pela empresa AqualSilico, uma start-up portuguesa criada no seio das equipas de investigação da Universidade NOVA School of Science and Technology, que desenvolveu a tecnologia inovadora que está na base das soluções sustentáveis desenhadas pelas ferramentas digitais para a recuperação de nutrientes nos efluentes tratados em estações de tratamento de águas residuais que reciclam a água tratada.

## A Energia

### ○ preço da energia elétrica em Portugal

2022 foi um ano marcado por uma grande volatilidade nos mercados elétricos, fortemente influenciada pela guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, tal como pode ser confirmado pela observação da figura 5.

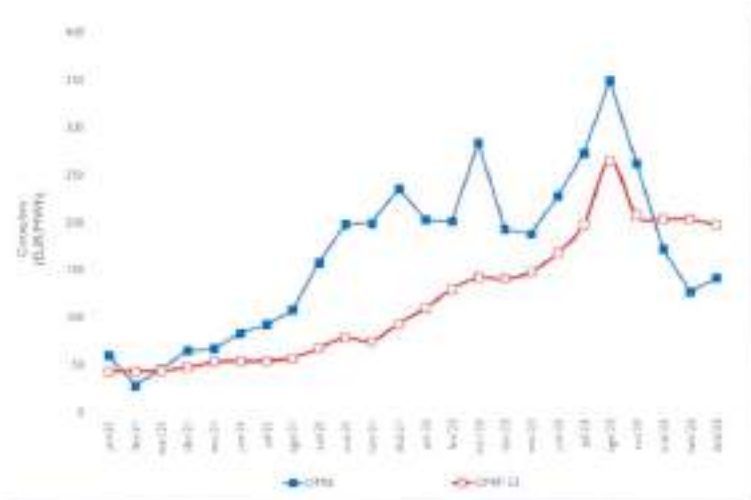


Figura 5 - Evolução do preço da energia no OMIE

A cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico<sup>4</sup> (OMIE) foi de 217,90 €/MWh em 2022 (tendo sido de 111,99 €/MWh em 2021). Já a cotação média em 2022 do futuro de energia ibérico para fornecimento em 2023 foi de 176,28 €/MWh, aumentando +196% face ao ano passado. As cotações nos mercados atingiram valores máximos históricos,

Devido à instabilidade dos mercados de energia e com o objetivo de controlar a subida dos preços para produção de energia, os governos português e espanhol criaram um mecanismo excepcional e temporário de ajuste dos custos de produção de energia elétrica com reflexo na formação do preço de mercado da eletricidade no referencial grossista do Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL). Este mecanismo fixa o preço de referência do gás natural e em Portugal foi publicado no Decreto-Lei n.º 33/2022 de 14 de maio

<sup>4</sup> A partir de 15/junho de 2022 ao valor do OMIE foi somado o valor do mecanismo de ajuste do gás natural publicado pela REN.

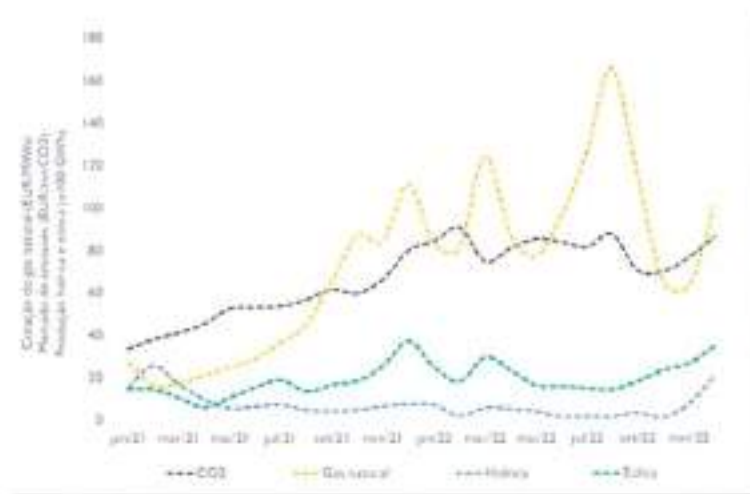


Figura 6 - Evolução dos componentes que influenciam o preço da energia

Analisando as componentes que influenciam o preço da energia, destaca-se o aumento do preço médio do gás natural (+110%) acompanhado de uma grande volatilidade, atingindo um valor máximo de 240,00 €/MWh. Também a cotação média do CO2 aumentou face ao ano anterior (+51,5%), voltando a atingir valores máximos históricos 97,77 EUR/ton CO2. A produção eólica em 2022 foi superior face ao ano anterior (+29%), já a produção hídrica foi significativamente inferior (-45%), resultado de um ano em que o país atravessou um período de seca extrema (figura anterior).

Este aumento da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhado nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação média em 2022 (EUR/MWh)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	2022/ 2021
Portugal	217,9	111,99	94,57%
Alemanha	235,46	96,85	143,12%
França	275,89	109,17	152,72%

Quadro 21 - Variação da cotação média da Energia elétrica

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2023, teve um ritmo semelhante, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação média em 2022 (EUR/MWh)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	2022/ 2021
Portugal	176,28	90,04	95,78%
Alemanha	298,65	90,15	231,28%
França	368	96,68	280,64%

Quadro 22 - Variação da cotação média da Energia elétrica no OMIP

Em 2022, o consumo nacional foi de 50.363 GWh, superior em +1,8% face ao registado em 2021.

O consumo foi satisfeito em 50% com produção de origem renovável, ligeiramente inferior aos 59,7% verificados em 2021. Comparativamente ao ano anterior, a produção hídrica foi de -45,2% - e o índice de produtividade hidroelétrica foi de 0,63 (-32,2% face a 2021) - e a produção de energia eólica foi de +0,4%.



A produção térmica, entre 2022 e 2021, apresentou um acréscimo de +13,1% no gás natural e um decréscimo de -29,4% na cogeração. Recorda-se que, em 2022, todas as centrais a carvão existentes em Portugal interromperam, espera-se que definitivamente, a produção de energia elétrica.

O saldo com o exterior foi importador em 18,4% do consumo, muito superior ao verificado em 2021 (+94,7%). Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2022 foi de 16,6°C, superior em 1,4°C relativamente ao valor normal do período 1971-2000.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das empresas do Grupo AdP têm impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os Custos de Interesse Económico Geral (CIEG), nomeadamente a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

O ano de 2022 foi um ano ímpar no que diz respeito às TAR, tendo ocorrido uma revisão das mesmas no 2.º semestre. No 1.º semestre de 2022, as TAR reduziram-se em todos os níveis de tensão face a 2021 (-94,0% em AT e MT, -65,6% em BTE e -52,2% em BTN). Já no 2.º semestre, e tendo como referencial os valores de 2021, as TAR voltaram a reduzir-se com significado (-126,5% em AT, -113,0% em MT, -75,1% em BTE e -68,4% em BTN).

Em 2023, as TAR terão a redução mais acentuada verificada até ao momento: -636,5% em AT, -663,2% em MT, -228,4% em BTE e -419,8% em BTN, face ao preço médio de 2022. Esta diminuição das TAR, para todos os níveis de tensão, resulta de um decréscimo acentuado na tarifa de Uso Global do Sistema, suportado pela diminuição dos CIEG, os quais se traduzem em 2023 num benefício para o Sistema Elétrico Nacional.

2022 foi um ano que ficou marcado pela instabilidade e pela complexidade dos mercados e, devido à necessidade de novos contratos de fornecimento de energia em todos os níveis de tensão, a estratégia adotada pelo Grupo consubstanciou-se em 2 eixos:

- Em AT, MT e BTE através do lançamento de um concurso de 2 lotes, sem preço base, nos últimos meses do ano e por um período curto (6 meses), reduzindo a exposição neste período de grande incerteza nos preços de energia e de grande volatilidade dos mercados;
- Em BTN, através da migração para o regime das tarifas transitórias ou reguladas, através da celebração de contratos com o comercializador de último recurso – SJ ELETRICIDADE – sem termos, isto é, até que os mercados estejam estabilizados e voltem a ganhar a atratividade anterior.

Assim, em resultado das fortes alterações do custo da energia de mercado (o qual aumentou em todos os níveis de tensão, apesar de com menor expressão em BTN), contrabalançando com a redução das TAR em 2023, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo aumente mais de 100 milhões de euros face a 2022. De recordar que o preço de energia em AT, MT e BTE no ano de 2022 (também em 2021) representou um preço extraordinário, resultado da forte descida das cotações dos mercados elétricos ocorrida em março de 2020, altura em que o procedimento contratual foi desenvolvido.

## ○ consumo de energia elétrica no Grupo AdP

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, representa uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito

significativo nos FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento e/ou no equilíbrio económico e financeiro das concessões e parcerias constituídas.

2022 foi caracterizado por uma pressão inflacionista, associada ao aumento do consumo em resultado da reabertura da economia após o ciclo pandémico do COVID, do qual resultou num acentuado crescimento dos preços das matérias-primas e da energia, situação potenciada pelo surgimento de uma guerra na Europa em resultado da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, fatores que conduziram ao aparecimento de fortes constrangimentos nas cadeias de abastecimento de matérias-primas e da energia, entre outros.

No conjunto do ano de 2022, o preço médio do gás natural registou um aumento de +109,6%, comparando com o valor médio registado no ano anterior. Este aumento deve-se sobretudo às restrições, numa primeira fase, e, posteriormente, ao corte total, à importação de gás proveniente da Rússia, acompanhado de baixas reservas de gás natural na Europa que se registavam no final do inverno. Também as cotações do mercado de emissões sofreram um aumento significativo no segundo semestre.

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia nos mercados ibéricos OMIE e os preços dos contratos de fornecimento de energia celebrados pelo Grupo AdP em 2021 e 2022.

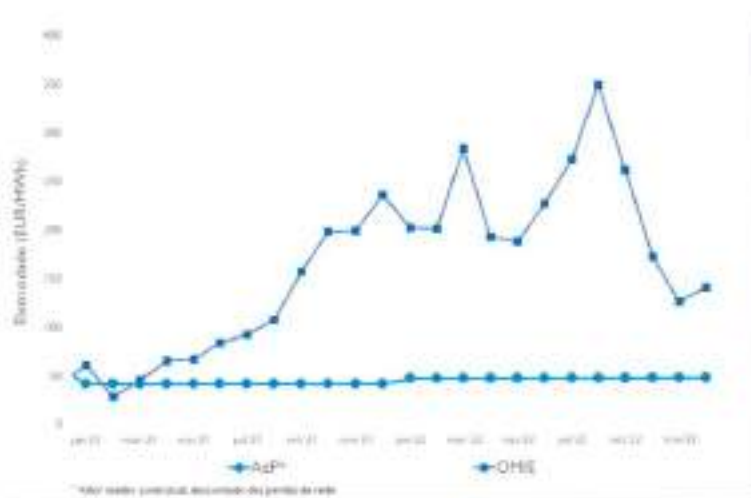


Figura 7 – Evolução comparativa do preço da Energia AdP e OMIE

Assim em 2022 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 217,90 €/MWh (tendo sido 111,99 €/MWh em 2021).

Refira-se que, com base nos dados de consumo (em apuramento e estimados em 31 de janeiro 2023), os consumos elétricos do Grupo AdP aumentaram em 2022 (+0,8% do que em 2021), cifrando-se em 747,85 GWh.

Destes, 720,54 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a +0,7% do que em 2021 e 27,31 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+3,9% do que em 2021). Este valor de 720,54 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 726,01 GWh e do fornecimento de +0,14 GWh e uma redução de -5,62 GWh, em resultado da participação no projeto piloto de Reserva de Regulação desenvolvido pela REN.

Refira-se que nos dados apresentados não se encontram refletidos os consumos em regime de *outsourcing* e que, no Grupo AdP, têm tratamento diferenciados em função dos contratos celebrados.

A figura seguinte apresenta o consumo da RESP do Grupo AdP em 2022 por nível de tensão: 22,8% em alta tensão (AT), 68,1% em média tensão (MT), 3,9% em baixa tensão especial (BTE) e 5,2% em baixa tensão normal (BTN).

Consumo da RESP do Grupo AdP em 2022 por nível de tensão

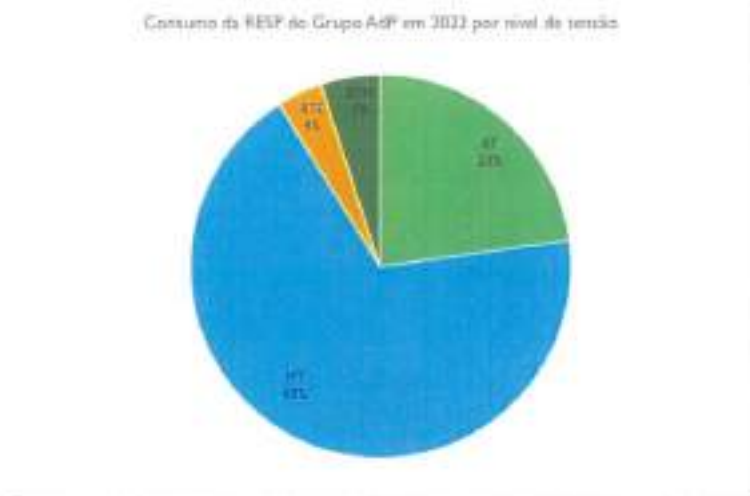


Figura B - Consumo do Grupo AdP em 2022 da RESP por nível de tensão

Em 2022 merece ainda destaque a produção própria de energia – 100% renovável –, seja para autoconsumo, seja para injeção na rede elétrica. Os dados de 2022 apontam para uma produção de 38,51 GWh/ano (+5,2% face a 2021). O autoconsumo foi de 27,31 GWh (+3,8% do que em 2021) e a energia vendida à RESP totalizou 11,20 GWh (+8,6% do que em 2021).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2022 foi de 709,34 GWh, que representa uma variação de +1,4% do que em 2021, em que o saldo foi de 699,77 GWh. A autossuficiência energética do Grupo AdP atingiu 5,1% do seu consumo total de energia (em 2021 foi de 4,9%).

Em termos de emissões de CO<sub>2</sub>, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 8.319 toneladas, o que representa uma diminuição de 359 toneladas evitadas face a 2021 (-4,1%). Importa referir que o fator de emissão de 2021 foi revisto de 0,218 kg CO<sub>2</sub>/kWh para 0,237 kg CO<sub>2</sub>/kWh, com base na metodologia habitualmente aplicada.

Em termos nacionais e relativamente a 2022, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

O Grupo AdP tinha, a 31 de dezembro de 2022, 6.679 pontos de ligação à RESP (9 em alta tensão, 1.041 em média tensão, 398 em baixa tensão especial e 5.231 em baixa tensão normal), o que representa um aumento de +2,5% face a 2021 (+166 pontos de ligação). Refira-se que, dos pontos de ligação à rede, 6.470 registaram consumos durante o ano de 2022, representando 96,9% dos ativos (+1,1% que em 2021).

Em termos do segmento Estado, o Grupo AdP é o maior consumidor público nacional, quer em consumos de energia elétrica, quer em pontos de ligação.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 31 de janeiro 2023), deverá atingir em 2022 cerca de 32 milhões de euros (-48,8% do que em 2021), que corresponde a cerca de -30,3 milhões euros face aos gastos registados no ano anterior, em resultado da forte descida das TAR.

Os encargos do Grupo AdP associados à fatura com a energia elétrica pelos níveis de tensão distribuem-se da seguinte forma: 16,2% em AT, 54,2% em MT, 6,3% em BTE e 23,3% em BTN.



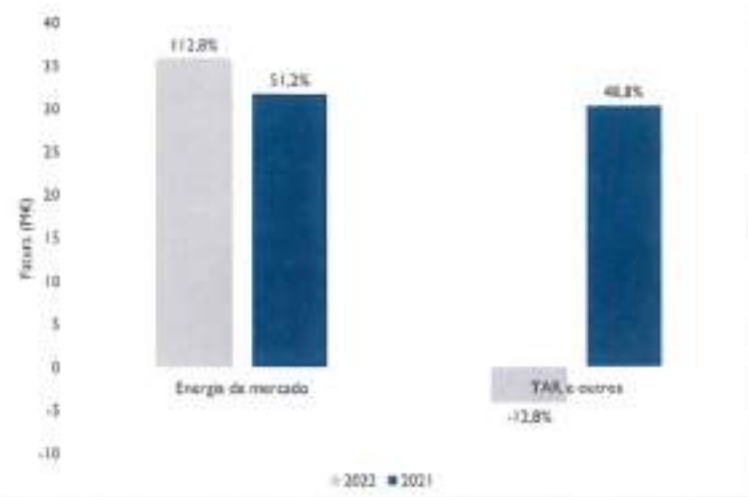


Figura 9 - Repartição com os custos de Energia e taxas

Em termos de custo unitário de energia para as empresas do Grupo AdP (energia + TAR + impostos + outros), o valor médio global em 2022 foi cerca de 44,07 €/MWh (foi de 86,60 €/MWh em 2021). E os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 49,32 e 44,36 €/MWh, respetivamente, para 2022 e 2021.

Para o ano de 2023, o Grupo AdP tem contratado o fornecimento de energia até 30 de junho de 2023 para os abastecimentos em AT, MT, BTE, no regime liberalizado, enquanto os abastecimentos em BTN foram migrados para o regime regulado, com início a 1 de janeiro de 2023.

O valor médio deverá situar-se em torno dos 202,2 €/MWh (versus 57,38 €/MWh em 2022 e 86,60 €/MWh em 2021), representando um aumento face a 2022 de +252%, maioritariamente influenciado pela subida do preço da energia de mercado, ainda que contrabalançado pela descida acentuada das TAR, estimando-se que venha a representar um aumento que representa um aumento do preço médio de energia elétrica do Grupo AdP entre 2023 e 2021 de +134%.

Os valores estimados para 2023 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP, pelo que todas as alterações no perfil de carga/consumo terão efeitos, num ou noutro sentido, no preço médio da energia por empresa e no Grupo.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2022, os 131 veículos 100% elétricos (+3 do que em 2021) que integram a frota de serviço do Grupo AdP percorreram mais de 2,0 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 172 mil litros de combustíveis de origem fóssil, o que representa uma redução de 582 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -57,5% (-84,75 tep), e o consumo elétrico foi de 291 MWh.

Em termos de emissões de CO<sub>2</sub>, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -394 toneladas (-86,2%).

Em 2022 a frota automóvel do Grupo AdP (1.436 veículos) consumiu cerca de 2,92 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina), o que representa uma variação de +4,4% face a 2021 – ano em que foram consumidos 2,80 milhões – e uma variação de +17,4% face a 2020, primeiro ano da pandemia Covid-19 (onde se consumiram 2,5 milhões de litros de combustível), o que representa, em termos médios, um consumo global de 8,0 l/dia (em 2021, o consumo médio diário foi de 7,676 l/dia, tendo sido de 6,803 l/dia em 2020).

O consumo de combustíveis em 2022 correspondeu a um gasto total da ordem de 3,9 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de +27,1% face a 2021 (3,0 milhões de euros, sem IVA incluído) e de +62,4% face a 2020 (2,4 milhões de euros, sem IVA incluído). Este aumento da fatura de combustíveis deve-se a dois fatores: aumento do número de quilómetros percorridos e aumento do preço médio dos combustíveis.

Refira-se que, de acordo com a ENSE – Entidade Nacional para o Sector Energético, entidade responsável pela constituição, pela gestão e pela manutenção das reservas estratégicas nacionais de petróleo e produtos petrolífero - e comparando os valores de dezembro de 2022 com os valores de dezembro de 2021 -, verificou-se um aumento do preço médio de venda ao público de 11,5 cents/l (+7,3%) para o gasóleo e uma redução de 4,5 cents/l (-2,6%) para a gasolina.

Já no Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis aumentou face ao ano anterior: +35,4% no gasóleo e de +21,4% na gasolina.

Em termos de distâncias, a frota automóvel do Grupo AdP percorreu em 2022 cerca de 38,3 milhões de km (o que representa cerca de 955 vezes o perímetro da Terra).

Apesar da relevância da frota elétrica do Grupo AdP em utilização, importa referir que a mesma será fortemente reforçada ao longo dos próximos anos, em linha com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 28 de dezembro, que determina um apoio do Fundo Ambiental, no montante global de 7,52 milhões de euros, ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo AdP - processo integrado no Programa de Neutralidade Energética -, com vista à implementação de uma Frota Verde, visando que a mesma seja integralmente constituída por veículos não poluentes, incluindo veículos de emissões nulas.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que irá ocorrer ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica da AdTA. Em 2022, os 20 veículos 100% elétricos que integram a frota de serviço da Tejo Atlântico percorreram 333 927 kms, tendo evitado o consumo de mais de 27 mil litros de combustíveis de origem fóssil, o que representa uma redução de 159 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -60,9% (-1 4,2 tep), e o consumo elétrico foi de 228 MWh.

Em termos de emissões de CO<sub>2</sub>, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -63,4 toneladas (-87,4%).

Em 2022 a frota automóvel da Tejo Atlântico (129 veículos) consumiu cerca de 204 mil litros de combustíveis (gasóleo e gasolina), o que representa uma variação de +13% face a 2021 - ano em que foram consumidos 181 mil - e uma variação de +16% face a 2020, primeiro ano da pandemia Covid-19 (onde se consumiram 176 mil litros de combustíveis), o que representa, em termos médios, um consumo global de 560 l/dia (em 2021, o consumo médio diário foi de 497 l/dia, tendo sido de 482 l/dia em 2020).

O consumo de combustíveis em 2022 correspondeu a um gasto total da ordem de 321 653 euros que representa uma variação de +42% face a 2021 (226 754 euros) e de +71% face a 2020 (188 639 euros). Este aumento da fatura de combustíveis deve-se a dois fatores: aumento do número de quilómetros percorridos e aumento do preço médio dos combustíveis.

Refira-se que, de acordo com a ENSE – Entidade Nacional para o Sector Energético, entidade responsável pela constituição, pela gestão e pela manutenção das reservas estratégicas nacionais de petróleo e produtos petrolífero - e comparando os valores de dezembro de 2022 com os valores de dezembro de 2021 -, verificou-se um aumento do preço médio de venda ao público de 11,5 cents/l (+7,3%) para o gasóleo e uma redução de 4,5 cents/l (-2,6%) para a gasolina.

Já na Tejo Atlântico, o preço médio de aquisição de combustíveis aumentou face ao ano anterior:

+26% no gasóleo e de +12% na gasolina.



Em termos de distâncias, a frota automóvel da Tejo Atlântico percorreu em 2022 cerca de 2,96 milhões de km.

Apesar da relevância da frota elétrica da Tejo Atlântico em utilização, importa referir que a mesma será fortemente reforçada ao longo dos próximos anos, em linha com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 28 de dezembro, que determina um apoio do Fundo Ambiental no montante global de 7,52 milhões de euros, ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo AdP - processo integrado no Programa de Neutralidade Energética -, com vista à implementação de uma Frota Verde, visando que a mesma seja integralmente constituída por veículos não poluentes, incluindo veículos de emissões nulas.

## A estratégia do Grupo AdP

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO<sub>2</sub> nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e europeias -, e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia;
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular, potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhidricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados; e
- Constituição da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a energia 100% renovável produzida, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

Esta estratégia não pode deixar ter em consideração os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular, o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos normativos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho, e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho.



E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto grupo público da área do ambiente – está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica.

E sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para a consecução das metas e dos objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, através da implementação de medidas/ações de eficiência energética, e do incremento na produção própria de energia registada nos últimos anos, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados entre 2020 e 2022 (em torno dos 5%).

Desta forma, o Grupo AdP tem em curso o desenvolvimento do Programa ZERO, que assenta na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo, com o objetivo de atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e a autossustentabilidade energética.

O Programa prevê um *mix* integrado de produção, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, eólica, hídrica (condutas de água e de águas residuais, entradas de reservatórios, barragens) e de cogeração com recurso ao biogás, com aproveitamento elétrico e térmico, promovendo a maximização do autoconsumo.

O facto de ser unanimemente aceite que, para o cumprimento das estratégias definidas no âmbito das políticas públicas referidas anteriormente, se devem concentrar na década 2021 a 2030 os maiores esforços de redução de emissões de GEE, levou a que o Grupo AdP o considerasse como o período crítico para o seu desenvolvimento e, por conseguinte, alinhasse o seu modelo de negócio com a trajetória de neutralidade carbónica assumida por Portugal.

O Programa ZERO irá desenvolver-se em 2 períodos de investimento (até 2025 e até 2030), diferenciando-se do seguinte modo:

- Período 1 - Eficiência energética e instalações de produção de energia em infraestruturas com maior autoconsumo, e
- Período 2 - Outras instalações de produção de energia, tirando partido do potencial de recursos endógenos disponíveis no território.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados no plano do combate às alterações climáticas e da descarbonização, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado do Ambiente e da Energia.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e à redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

Após o desenvolvimento desta ferramenta, a concluir até ao final do 1.º trimestre de 2023, será implementado um conjunto de medidas, por empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo AdP.

## Contexto Regulatório

### Enquadramento Regulatório

Em 2022, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidades atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, na sua redação atual, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2022, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (direta, concessionada ou delegada) e nos segmentos «alta» (EPAL, sistemas multimunicipais (SMM), Sistema de Santo André e parceria Estado-Autarquias) e «baixa» (EPAL, Sistema de Santo André e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

### Regulação Económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias) consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir.

Para todas as entidades, a ERSAR supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2022, a ERSAR definiu nos SMM cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

No decorrer de 2022, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2022, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor



relativa à proposta Recomendação Tarifária dos Serviços de Águas e a consulta pública relativa à proposta de Recomendação sobre águas para reutilização.

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, trabalho esse que se perspectiva que se conclua até 31 de dezembro de 2023, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro.

## AdTA – Atividade em “alta”

A AdTA é um sistema multimunicipal, e exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, a atividade de saneamento de águas residuais em “alta”.

As tarifas e os rendimentos tarifários em “alta” praticados são avaliados pela ERSAR, sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a AdTA, as tarifas e os rendimentos tarifários encontram-se estabelecidas para o primeiro período tarifário (até 2026) no decreto-lei de constituição e no respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários com base na taxa de inflação (IHPC).

Com o processo de agregação dos sistemas, em 2015, foi criado um mecanismo de corredor tarifário, a componente tarifária acrescida (CTA), que veio a ser reforçado nos processos de cisão ocorridos em 2017. Estes mecanismos estão atualmente estabelecidos entre os sistemas do litoral e do interior, para ambos os serviços. A CTA do primeiro período tarifário ficou estatuída via diplomas de constituição dos sistemas beneficiários, sendo a sua atualização monitorizada pela ERSAR.

Nos termos do Contrato de Concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

Durante o ano de 2022, as tarifas, os rendimentos tarifários e a CTA aplicadas na faturação pela AdTA foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e de aprovação pelo Concedente.

O Contrato de Concessão determina que a rentabilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3%, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Em 2022, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 2,18%.

O diploma constituinte da AdTA estabelece a metodologia de registo e de recuperação dos DRG. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, ficou estabelecido que os DRG podem ser gerados até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão, e que estes saldos (ativos ou passivos) devem ser recuperados até ao termo do prazo da concessão.

Por via do Contrato de Concessão, a ERSAR detém o poder de aprovar o valor de DRG a registar nas contas anuais da AdTA, tendo por base um cenário de eficiência produtiva estabelecido de acordo com critérios previamente definidos. Este facto confere à ERSAR o poder de estabelecer os gastos que podem ser recuperados por via tarifária, podendo estes ser distintos dos efetivamente incorridos.

A AdTA recebeu a 9 de agosto de 2022 por parte da ERSAR o Projeto de Decisão Final sobre o DRG de 2021, em que foi considerado por esta entidade o montante de 1,6 milhões de euros, como gastos não aceites. Contudo, apenas o valor de 460 mil euros, foi reconhecido nas contas como correção ao DRG de 2021, tendo o remanescente, 1,2 milhões de euros, sido peticionado junto do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. É convicção da Águas do Tejo Atlântico que, com base nos fundamentos apresentados na petição, resultará a aceitação dos gastos de 1,2 milhões de euros.



Em 31 de dezembro de 2022 estavam registados nas contas cerca de 5,0 milhões de EUR de DRG de natureza superavitária decorrente da atividade da sociedade, incluindo a parte da correção assumida pela AdTA ao DRG de 2021, no valor de 460 mil euros.

## Regulação da qualidade do serviço

A AdTA está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2022, o volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2021, foi disponibilizado pela ERSAR.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da AdTA.

## Regulação da interface com o utilizador

A AdTA está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela entidade reguladora. Para esse efeito a AdTA dispõe de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet <https://www.aguasdoatejoatlantico.adp.pt/content/sugestoes>.

A taxa de resposta a reclamações apurada em 2021 de acordo com os dados finais da avaliação anual da qualidade de serviço foi de 98%. Este valor corresponde a redução face ao verificado em anos anteriores.

## ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., é uma sociedade do setor empresarial do Estado, que integra o Grupo Águas de Portugal.

A sociedade tem por missão explorar e gerir o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como para alcançar as metas previstas nos planos e nos programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo europeu.

Os valores fundamentais da Sociedade assentam na sustentabilidade dos recursos naturais e na preservação da água, enquanto recurso estratégico essencial à vida, no equilíbrio e na melhoria da qualidade ambiental, na equidade no acesso aos serviços básicos e na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Os objetivos da sociedade são determinados pelas políticas públicas para o setor empresarial do Estado e, em particular, para o setor de atividade das empresas do Grupo AdP.

As orientações estratégicas são definidas nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, e através de orientações específicas emanadas por despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas.

Assim, de acordo com o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, compete à Área Governativa das Finanças, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações para a elaboração dos planos de atividades e orçamento para cada ano de atividade, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos do artigo 29.º do referido Regime.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministro do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir;
- Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada empresa;
- Definir os objetivos a alcançar pelas empresas públicas, designadamente da AdTA, no exercício da respetiva atividade operacional;
- Definir o serviço público a prestar pelas empresas do grupo AdP e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

## Deveres e responsabilidades da Administração

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A., terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual prevê:

- Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;

- Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A., estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

## Orientações Estratégicas Gerais

Sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão, o Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A., deverá:

- Assegurar o cumprimento da missão da Empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Ser socialmente responsável, prossequindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e à satisfação dos trabalhadores e colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental.



- Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

## Orientações Estratégicas Específicas

O Conselho de Administração deverá assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para que a Empresa execute uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam.

- Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:
  - Aumento da eficiência na utilização de recursos primários, resiliência e segurança dos sistemas;
  - Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
  - Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação das origens, na flexibilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes.
- Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
  - Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
  - Proporcionar modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
  - Facilitar a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais.
- Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:
  - O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
  - A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
  - No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.
- Promoção do desenvolvimento regional, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
  - Na integração em comités funcionais com vista à incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;

- Na dinamização de redes de competências em ambiente descentralizado e colaborativo;
- Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
- Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
  - Quanto à atração, à retenção, ao desenvolvimento e à sucessão dos quadros; alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
  - No reforço da aposta no digital, incluindo a segurança cibernética, prosseguindo objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
- Assegurar as boas práticas na gestão de ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através de:
  - Definição da política de gestão de infraestruturas;
  - Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
  - Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
  - Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
- Capitalizar as competências e capacidades disponíveis na internacionalização do grupo AdP em projetos de interesse nacional, potenciando colaborações, através de AdP Internacional, de longo prazo, de valor acrescentado e com risco financeiro delimitado, para além da cooperação com entidades de referência internacional.

Na Assembleia Geral de 25 de junho de 2021, foram aprovadas as Orientações Estratégicas e os Objetivos de Gestão para o Conselho de Administração da Tejo Atlântico, para o mandato 2020/2022.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the word "avis" written vertically.

# O NEGÓCIO

## Introdução

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., é uma empresa multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais, que resulta da cisão, em 2017, da empresa multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.

O sistema multimunicipal compreende a exploração e a gestão dos serviços de saneamento de águas residuais de 23 Municípios: Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odiveias, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, provenientes dos extintos sistemas multimunicipais da SANEST, SIMTEJO e Águas do Oeste, que foram agregados no sistema multimunicipal da Águas de Lisboa e Vale do Tejo em 2015. A população residente abrangida pelo sistema em 2022 foi de 2,3 milhões de habitantes.

## Saneamento em Alta

A exploração e a gestão do sistema incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessárias para o desenvolvimento da sua atividade.

No esquema apresentam-se os grandes números associados à dimensão da Empresa no que respeita a infraestruturas, a produtos e a subprodutos da sua atividade de exploração em 2022:



Figura 10 - Atividade em grandes números

A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

O objeto da concessão compreende ainda:

- A conceção, a construção, a instalação, a aquisição, ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao Contrato de Concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, ao tratamento e à rejeição dos efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;

*Handwritten signature and initials*



- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, a instalação e a extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos afluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição;
- A conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos previstos nas alíneas anteriores, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

A Empresa tem como objetivo de longo prazo, até ao final da concessão, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, estimando-se abranger cerca de 2,4 milhões de habitantes. Uma nova atividade concessionada foi atribuída aos sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais urbanas pela alteração ao Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, operada pelo Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro.

O sistema pode ser alargado a outros municípios, por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente e da ação climática, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

## Outros Negócios

Nos termos do Contrato de Concessão da AdTA, a Sociedade pode ainda desenvolver outras atividades de negócio:

- Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, explorar e gerir sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, mediante a celebração de contratos de parceria entre o Estado e os Municípios;
- Nos termos previstos na lei, e designadamente nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, exercer outras atividades para além das previstas, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas.

## Atividade Operacional

### Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes

Em termos operacionais, a Águas do Tejo Atlântico, S.A. é constituída por 13 Centros Operacionais (CO), divididos em duas áreas regionais de acordo com o sistema multimunicipal, a zona Sul (AdTA Sul), e a zona Norte (AdTA Norte).

Região	Centro operacional	Região	Centro operacional
SUL	ALC Alcântara	NORTE	AAR Alenquer, Azambuja e Rio Maior
SUL	ALV Alverca	NORTE	ANZ Nazaré e Alcobaça
SUL	BST Beirolas e São João da Talha	NORTE	BCO Bombarral, Cadaval e Óbidos
SUL	CDE Costa do Estoril	NORTE	LPE Lourinhã e Peniche
SUL	CHE Chelas	NORTE	TVD Torres Vedras
SUL	FRI Frielas	-	-
SUL	MFR Mafra	-	-
SUL	VFX Vila Franca de Xira	-	-

Quadro 23 - Sistema Tejo Atlântico

No final de 2022, o conjunto de infraestruturas operadas pela Tejo Atlântico incluía 100 Fábricas de Água, em funcionamento, (68 na AdTA Norte e 32 na AdTA Sul), 284 estações elevatórias (179 na AdTA Norte e 105 na AdTA Sul), 901 km de emissários e interceptores (463 km na AdTA Norte e 438 km na AdTA Sul) e, 239 km de condutas elevatórias (160 km na AdTA Norte e 79 km na AdTA Sul).

Região	Centro operacional	Fábricas de Água (Quant.)	Estações Elevatórias (Quant.)	Emissários e Interceptores (km)	Condutas Elevatórias (km)	Capacidade total das FA (milhões de m <sup>3</sup> )	População equivalente de dimensionamento (e.p.)
SUL	ALC	1	11	19,3	5,1	66,2	756 000
SUL	ALV	1	7	13,8	6,3	17,2	153 878
SUL	BST	2	8	20,8	3,3	30,8	343 500
SUL	CDE	1	9	157,7	20,3	63,1	920 000
SUL	CHE	1	4	2,3	2,3	19,2	230 000
SUL	FRI	2	4	115,8	5,5	31,8	708 688
SUL	MFR	14	40	61,8	21,0	8,3	145 981
SUL	VFX	10	20	45,7	15,7	6,9	89 743
NORTE	AAR	31	26	78,8	23,2	6,8	105 586
NORTE	ANZ	6	12	34,8	15,9	10,3	150 603
NORTE	BCO	10	31	81,6	29,8	3,9	54 668
NORTE	LPE	10	33	98,3	24,5	5,6	84 600
NORTE	TVD	11	77	169,4	66,5	9,7	125 209
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>284</b>	<b>900,6</b>	<b>239,3</b>	<b>279,7</b>	<b>3 868 456</b>

Quadro 24 - Descrição do Sistema Tejo Atlântico

No ano de 2022, entraram em funcionamento 6 Estações Elevatórias, 14 Emissários e 6 Condutas Elevatórias.

NOTA: O total de 284 estações elevatórias, resulta de uma correção cadastral, tendo sido excluída a EES Maceira.

Direção Regional	Centro operacional	Subsistema	Município	Infraestrutura	Entrada em funcionamento	Emissões/interconexões e Conduz Elevatórias (km)
Sul	MFR	Barril	Maíra	EE Barril 1	agosto 22	0,61
Sul	MFR	Barril	Maíra	EE Barril 2	agosto 22	0,53
Sul	MFR	Barril	Maíra	EE Barril 3	agosto 22	0,47
Sul	MFR	Eroceira	Maíra	EE Eroceira 14	dezembro 22	0,91
Sul	MFR	Eroceira	Maíra	EE Eroceira 15	dezembro 22	0,58
Norte	TVD	Santa Cruz	Maíra	EE Azenha 4	junho 22	0,44
Sul	MFR	Santa Cruz	Maíra	Casas de Areia	junho 22	0,12
Sul	MFR	Eroceira	Maíra	B2	dezembro 22	0,10
Sul	MFR	Eroceira	Maíra	Rioamar Norte	dezembro 22	0,73
Sul	MFR	Eroceira	Maíra	Paróquia Correas	dezembro 22	1,10
Sul	MFR	Eroceira	Maíra	Casas de São Lourenço	dezembro 22	0,35
Sul	MFR	Eroceira	Maíra	B8	dezembro 22	0,07
Sul	MFR	Barril	Maíra	Chameca 1	agosto 22	0,08
Sul	MFR	Barril	Maíra	Chameca	agosto 22	0,92
Sul	MFR	Barril	Maíra	Barril Sul	agosto 22	0,44
Sul	MFR	Barril	Maíra	Chameca 2	agosto 22	0,03
Sul	MFR	Barril	Maíra	Barril	agosto 22	0,12
Sul	MFR	Póvoas da Galéga	Maíra	Emissário de descarga EE Póvoas da Galéga 2	agosto 22	0,24
Norte	TVD	Santa Cruz	Maíra	Azenha dos Taloencos	outubro 22	0,24
Norte	TVD	Santa Cruz	Torre de Vadois	Azenha dos Taloencos	outubro 22	0,26
<b>Total</b>						<b>7,44</b>

Quadro 25 - Descrição das novas infraestruturas

Direção Regional	Centro operacional	Volume tratado (milhões de m <sup>3</sup> /ano)	Energia Consumida (GWh/ano)	Energia Produzida (GWh/ano)	Lamas (milhares Ton/ano)	Água + (milhões de m <sup>3</sup> /ano)
SUL	ALC	48,4	20,8	0	48	0,48
SUL	ALV	6,0	4,0	0	6	0,14
SUL	BST	19,8	10,1	3,5	17	0,32
SUL	CDE	49,6	16,3	11,8	26	0,14
SUL	CHE	16,2	5,7	0,4	13	0,85
SUL	FRI	21,3	10,3	3,3	15	0,52
SUL	MFR	4,9	4,2	0	7	0,14
SUL	VFX	3,7	2,2	0,4	3	0,01
NORTE	AAR	4,6	3,6	0	4	0,06
NORTE	ANZ	3,6	2,9	0	6	0,03
NORTE	BCO	2,4	2,3	0	3	0,01
NORTE	LPE	2,6	2,0	0	3	0,02
NORTE	TVD	5,7	5,2	0	9	0,16
<b>Total</b>		<b>188,8</b>	<b>89,5</b>	<b>19,2</b>	<b>160</b>	<b>2,9</b>

Quadro 26 - Principais dados operacionais do Sistema Tejo Atlântico

O volume tratado de águas residuais foi de 188,8 milhões de metros cúbicos, atingindo os 68% da capacidade total de todos os subsistemas, com um cumprimento da licença de descarga em 98,8%.

No processo de tratamento das Fábricas de Água (FA) foram geradas 160 mil toneladas de lamas que, devidamente acondicionadas, foram aplicadas como fertilizantes orgânicos na agricultura.

O volume de Água+ produzida para uso interno e uso externo foi 2,9 milhões de metros cúbicos, que corresponde a cerca de 1,53% do volume total de águas residuais tratadas.

A energia necessária para o transporte «em alta» e para o tratamento de águas residuais foi de 89,5 GWh.

A energia produzida a partir do biogás gerado no processo de tratamento de lamas por digestão anaeróbia foi de 19,2 GWh, o que corresponde a uma taxa de cobertura global de 43% do consumo de energia elétrica nas Fábricas de Água, considerando a energia consumida nas instalações de tratamento onde a energia é produzida.

Nos quadros 27 e 28 apresentam-se a comparação, nos anos 2022, 2021 e 2020, dos principais dados e indicadores operacionais.



	Unidade	2022	2021	2020	% 22/21	% 21/20
Água residual tratada	milhões de m <sup>3</sup>	188,8	184,2	193,6	3%	-5%
Água residual não tratada	milhões de m <sup>3</sup>	1,9	2,5	1,5	-22%	69%
Consumo de energia total	GWh	89,5	89,6	89,3	0%	0%
Consumo de energia FA	GWh	75,5	76,3	75,7	-1%	1%
Consumo de energia EE	GWh	14,0	13,4	13,6	5%	-2%
Consumo de reagentes	milhares de Ton	12,1	13,0	11,8	-7%	10%
Consumo de Água Potável	milhões de m <sup>3</sup>	0,3	0,5	0,2	-46%	155%
Consumo de Água +	milhões de m <sup>3</sup>	2,9	2,2	2,3	29%	-3%
Valorização de Lamas	milhares de Ton	160,3	156,7	148,0	2%	6%
Produção de areias e gradados	milhares de Ton	8,0	6,9	6,5	15%	7%
Produção de Água +	milhões de m <sup>3</sup>	2,9	2,5	2,6	15%	-3%
Produção de Energia	GWh	19,2	18,1	16,2	6%	12%
Qualidade das águas residuais	%	98,8	99,1	99,6	-0,3 pp.	-0,5 pp.

Quadro 27 - Comparação dos principais dados operacionais da Sistema Tejo Atlântico

	Unidade	2022	2021	2020	% 22/21	% 21/20
Energia total/Volume tratado	kWh/m <sup>3</sup>	0,474	0,487	0,461	-3%	6%
Energia FA/Volume tratado	kWh/m <sup>3</sup>	0,400	0,414	0,391	-3%	6%
Reagentes/Volume tratado	g/m <sup>3</sup>	64,004	70,389	61,139	-9%	15%
Água Potável/Volume tratado	m <sup>3</sup> /m <sup>3</sup>	0,001	0,003	0,001	-47%	168%
Água +/Volume tratado	m <sup>3</sup> /m <sup>3</sup>	0,015	0,012	0,012	26%	2%
Lamas/Volume tratado	kg/m <sup>3</sup>	0,849	0,851	0,809	0%	5%
Areia e gradados/Volume tratado	kg/m <sup>3</sup>	0,042	0,038	0,034	12%	12%

Quadro 28 - Comparação dos principais indicadores operacionais do Sistema Tejo Atlântico

O ano de 2022 marcado pelo início da Guerra na Ucrânia, e após a pandemia COVID-19 que marcou os anos de 2020 até 2022, teve um impacto significativo no desenvolvimento da atividade de operação da Tejo Atlântico, com implicações diretas nas equipas operacionais, nos fornecedores e nos prestadores de serviços, tornando incerto o desenvolvimento de atividades e dos contratos.

A difícil gestão das equipas operacionais ao longo do tempo, com necessidade de recrutamento de trabalho temporário o que se revelou de uma dificuldade extrema face ao mercado de trabalho e aos baixos valores de remuneração oferecidos para o desempenho de tarefas com complexidade em termos técnicos e de contexto, veio demonstrar a fragilidade da Empresa relativamente a este tema, que se traduz numa baixa valorização dos recursos humanos, que começam a estar muito desajustados face ao mercado de trabalho.

O aumento dos ordenados oferecidos no mercado de trabalho e a dificuldade de adaptação do setor público a esta nova realidade aumentam a complexidade em reter e contratar quadros aos vários níveis, desde os Técnicos Operativos aos Técnicos Superiores, traduzindo-se, em alguns casos, em manter infraestruturas em funcionamento, com um número de trabalhadores abaixo ao recomendado para a qualidade de serviço que pretendemos oferecer e para a segurança das operações.

O aumento de idade das infraestruturas e o aumento de exigência na sua conservação e manutenção torna as infraestruturas mais vulneráveis e mais propensas a falha.

Apesar destes constrangimentos, o empenho diário das equipas operacionais da #Linhadafrente constituiu um enorme desafio, demonstrando um claro compromisso dos trabalhadores com a Águas do Tejo Atlântico e com a importante missão de proteção e preservação do meio ambiente, tal como foi patente durante a pandemia, foi possível garantir o funcionamento das infraestruturas, protegendo os meios recetores e a saúde pública.

A Direção de Operação (DOP) manteve também o foco na melhoria e na sistematização contínua da informação e na otimização do funcionamento das instalações. A implementação da base de dados de operação, no início de 2019, e do NAVIA da Águas do Tejo

Atlântico, no início de 2020, permitiram a desmaterialização do papel na operação e tiveram um papel fundamental em tornar coesa toda a área da concessão da Empresa, uniformizando os processos e instrumentos operacionais.

A DOP, em conjunto com STI (Departamento de Sistemas e Tecnologias de Informação), está a levar a cabo a reestruturação dos seus processos, com base numa cultura digital, com o objetivo de adotar uma gestão cada vez mais digital e orientada para resultados. Este processo teve início em 2022 com a reconversão da base de dados de operação utilizada na Direção (projeto em curso, a finalizar em 2023) e terá sequência com a digitalização de outros processos, tais como, faturação, avaliação de conformidade e cálculo de indicadores de desempenho.

A gestão orientada para os resultados, com uma evolução significativa na capacidade de análise de dados e a elaboração automática de Relatórios mensais com kpi, permitiu uma otimização operacional e a redução de consumos das FA ao longo do ano de 2022, que continuará em 2023 com a implementação do projeto de transformação digital em curso.

No ano de 2022, o cumprimento das licenças de descarga foi condicionado sobretudo pelas fragilidades resultantes do estado de conservação das infraestruturas, que apresentam avarias sucessivas, as dificuldades de contratação, as descargas de efluentes industriais em algumas Fábricas de Água, e pela emissão de novas licenças de descarga com maiores exigências relativamente à qualidade de descarga de águas tratadas.

No decorrer de 2022, continuaram os desenvolvimentos do Plano Estratégico de Cumprimento dos Títulos de Utilização de Recursos Hídricos (PECTURH), que consistiu na análise dos incumprimentos das Fábricas de Água em 2021 e na necessidade da adaptação às novas licenças, que obrigariam a um investimento de mais de 45 milhões de euros, não previstos na Concessão da Águas do Tejo Atlântico, para adaptação aos novos valores e parâmetros impostos nas TURH. Foi apresentado, como parte integrante deste plano, o plano de monitorização dos meios recetores onde são descarregados os efluentes tratados das FA e as EE da Águas do Tejo Atlântico, com o objetivo de avaliar o impacto das descargas no meio recetor.

O reforço de segurança tem sido um dos focos da Direção de Operação, melhorando o desempenho das equipas e reduzindo os níveis de risco.

O foco sobre a recuperação do Subsistema da Costa do Estoril manteve-se no ano de 2022, concretizando procedimentos de contratação preparados no final de 2021 e executados durante o ano de 2022, nomeadamente na melhoria e na fiabilização da produção de Água+ para usos internos, no sistema de ventilação e desodorização e no tratamento primário.

Resultante da Guerra na Ucrânia, no ano de 2022, acumulado com as situações decorrentes no período da pandemia, tem ocorrido um desenvolvimento de novas realidades ao nível do comércio internacional de matérias-primas e energia, gerando uma evolução de preços, a ritmo elevado acompanhado com inflação alta, teve um forte impacto no ano 2022, prevendo-se que continue em 2023.

O crescente custo do destino final das lamas resultantes do tratamento das águas residuais, sem a implementação de alternativas que tornem a Águas do Tejo Atlântico independente das soluções tradicionais, configura um risco e uma incerteza para atividade de operação. Por outro lado, o custo crescente dos adubos e nutrientes agrícolas revela-se uma oportunidade para a criação de alternativas para a utilização das lamas, existindo o potencial para a criação de valor e a redução dos custos operacionais.

A evolução salarial em Portugal, superior à evolução das remunerações na Tejo Atlântico, a escassez de mão-de-obra especializada no mercado, ao nível de operadores e de técnicos superiores, configuram um risco elevado para a atividade operacional no futuro, como se verifica pela dificuldade de contratar mão de obra e pela saída de quadros para o mercado de trabalho.



## Água residual

Em 2022, o volume tratado de águas residuais foi de 1 88,8 milhões de m<sup>3</sup>, o que corresponde a uma média diária de 5 17,3 milhares de m<sup>3</sup>/dia e representa um incremento de 2,5% face ao valor de 2021. O volume de água residual tratada na AdTA Norte foi de 18,8 milhões de m<sup>3</sup> e na AdTA Sul de 169,9 m<sup>3</sup>, que correspondem respetivamente a 10% e 90% do volume total de água residual tratada.

Na Figura 11 é apresentada a evolução mensal do volume de água residual tratada durante o ano de 2022, distribuído pela AdTA Norte e AdTA Sul.



Figura 11 - Evolução mensal do volume de água residual tratada por região

Em 2022, o volume de água residual não tratada foi de 1,9 milhões de m<sup>3</sup>, que corresponde a 1,02% do volume de água residual tratada na Águas do Tejo Atlântico e representa um decréscimo de 22% face ao valor de 2021. O volume de água residual não tratada corresponde à água residual rejeitada por interrupção do serviço devido a avarias, falhas de energia, entupimentos e colapsos.

O volume de água residual não tratada na AdTA Norte foi de 1,8 milhões de m<sup>3</sup> e na AdTA Sul de 0,09 milhões de m<sup>3</sup>, que corresponde a 9,7% e 0,05 % do volume total de água residual tratada, respetivamente.

Na Figura 12 é apresentada a evolução mensal do volume de água residual não tratada durante o ano de 2022, distribuído pela AdTA Norte e AdTA Sul.

O aumento significativo do volume de águas residuais não tratadas no mês de dezembro de 2022, está associado ao facto de ter sido ultrapassado a capacidade nominal das FA e das EE, devido ao sistema de drenagem de águas residuais ter características unitárias ou pseudo-separativos, ou seja, ter contributos elevados de águas residuais pluviais geradas pela ocorrência de precipitação, para além do dimensionamento das infraestruturas.



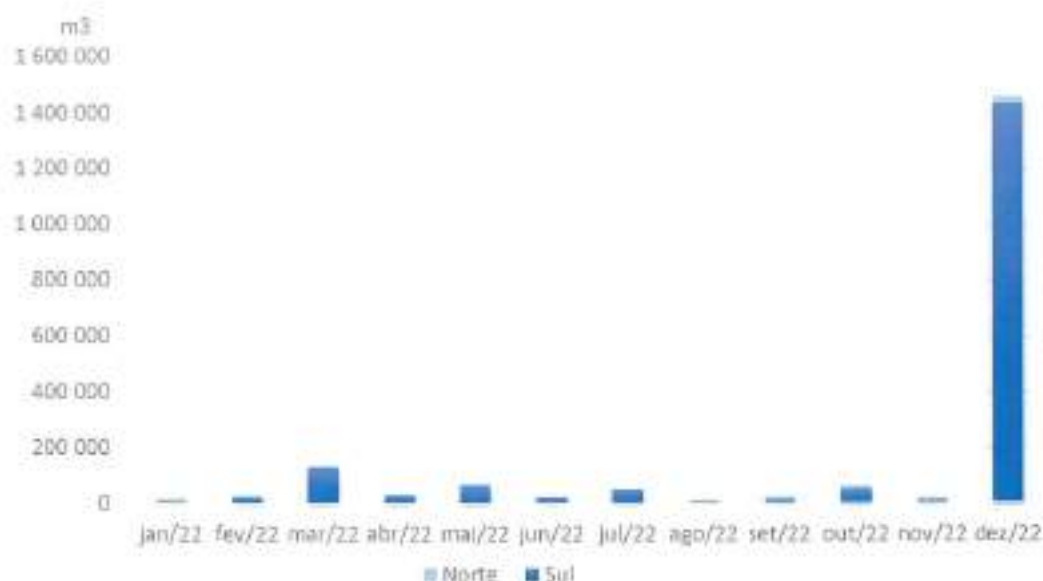


Figura 12 – Evolução mensal do volume de água residual não tratada por região

## Principais dados operacionais

### Energia

Em 2022, a energia total consumida foi 89,5 GWh que corresponde a uma média diária de cerca de 0,245 GWh, e representa um valor equivalente ao de 2021.

A energia necessária para o tratamento de águas residuais foi de 75,5 GWh (84%) e a energia para o transporte e elevação foi de 13,9 GWh (16%).

A energia total consumida na AdTA Norte foi de 15,9 GWh e na AdTA Sul de 73,6 GWh, que corresponde respetivamente a 18% e 82% da energia total consumida.

Na Figura 13 é apresentada a evolução mensal da energia consumida durante o ano de 2021, distribuída pelas AdTA Norte e AdTA Sul.

Em 2022 a energia produzida a partir do biogás gerado no processo de tratamento de lamas por digestão anaeróbia foi de 18,1 GWh, que corresponde a uma produção média diária de 49,6 MWh/dia e representa um valor equivalente ao de 2019.

Destaca-se o acréscimo de produção, face a 2021, nas FA de Frielas, Vila Franca de Xira e Guia. O decréscimo na FA de Chelas deveu-se à obra de remodelação em curso, que implicou a paragem da digestão anaeróbia e consequentemente a produção de biogás.

Na Figura 14 é apresentada a evolução mensal da energia produzida durante o ano de 2022, distribuída por Fábrica de Água.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Handwritten signature and initials in blue ink.

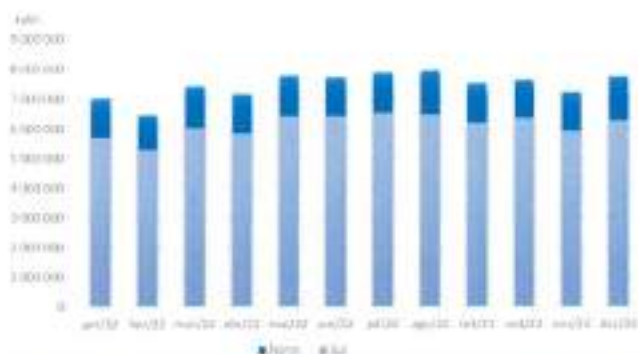


Figura 13 - Evolução mensal do volume de energia consumida por região

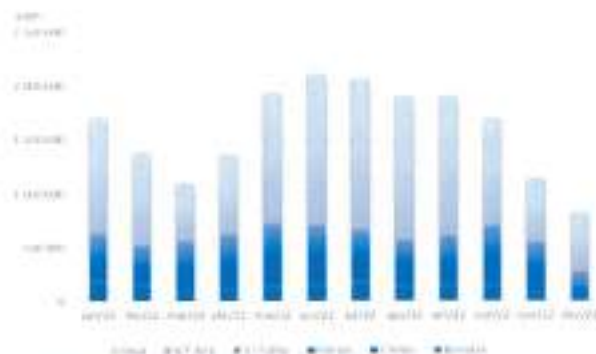


Figura 14 - Evolução mensal do volume de energia produzida por região

## Reagentes

Em 2022, o consumo de reagentes foi de 12,1 milhares de Ton, que corresponde a um consumo médio diário de 33 Ton/dia, e representa uma diminuição de 7% face ao valor de 2021.

O consumo de reagentes na AdTA Norte foi de 0,5 milhares de Ton e na AdTA Sul de 11,6 milhares de Ton, que corresponde, respetivamente, a 4% e 96 % do consumo de reagentes.

Na Figura 15 é apresentada a evolução mensal do consumo de reagentes durante o ano de 2021, distribuído pelas AdTA Norte e AdTA Sul.

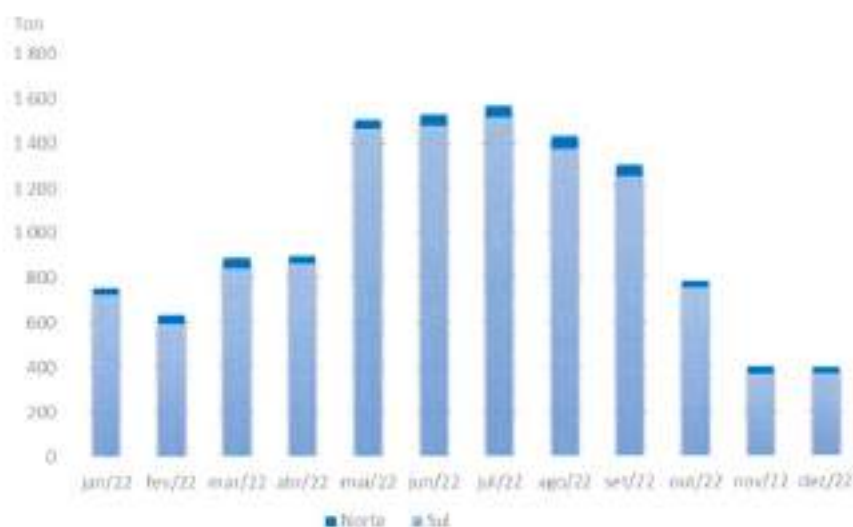


Figura 15 - Evolução mensal do consumo de reagentes por região

## Água

Em 2022, o consumo de água potável foi de 0,25 milhões de m<sup>3</sup>, que corresponde a um consumo médio diário de 0,687 milhares de m<sup>3</sup>/dia, e representa uma redução de 54% face ao valor de 2021.

Houve um decréscimo de consumo de água potável ao longo do ano de 2022, com exceção dos meses de abril e maio de 2022, período em que houve intervenção no sistema de produção de Água+, por avaria do sistema da FA da Guia. O incremento do consumo de água potável deveu-se à impossibilidade de produção de Água+, nos meses de abril e maio de 2022 na FA da Guia, por estar a ocorrer uma intervenção de recuperação do sistema de produção de água.

Para garantir o funcionamento da FA é necessário usar água na lavagem de equipamentos e na preparação de reagentes de tratamento. Utiliza-se tendencialmente água+, se não for possível, usa-se água potável.

O consumo de água potável na AdTA Norte foi de 0,04 milhões de m<sup>3</sup> e na AdTA Sul de 0,21 milhões de m<sup>3</sup>, que corresponde, respetivamente, a 17% e 83 % do consumo de água potável.

Na Figura 16 é apresentada a evolução mensal do consumo de água potável durante o ano de 2022, distribuído pela AdTA Norte e AdTA Sul.

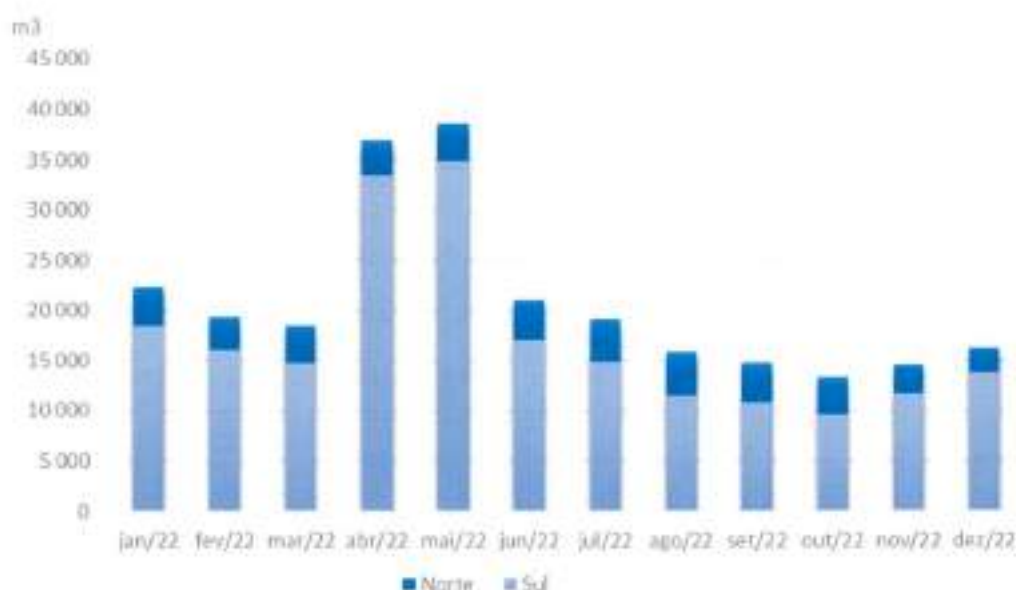


Figura 16 - Evolução mensal do consumo de água potável por região

## Lamas

Em 2022, a valorização de lamas foi de 160 milhares de Ton, que corresponde a uma média diária de 0,4 milhares de Ton/dia, e representa um acréscimo de 2% face ao valor de 2021.

A valorização de lamas na AdTA Norte foi de 25 milhares de Ton e na AdTA Sul de 135 milhares de Ton, que corresponde a 16% e 84 % da valorização de lamas.

Na Figura 17 é apresentada a evolução mensal da valorização de lamas durante o ano de 2022, distribuída pelas AdTA Norte e AdTA Sul.





Figura 17 - Evolução mensal da valorização de limas por região

## Areias e gradados

Em 2022, a produção de areias e gradados foi de 8,0 milhares de Ton, que corresponde a uma produção média diária de 0,02 milhares de Ton/dia, e representa um acréscimo de 15% face ao valor de 2021.

A produção de areias e gradados na AdTA Norte foi de 1,6 milhares de Ton e na AdTA Sul de 6,4 milhares de Ton, que corresponde a 19% e 81% da produção de areias e gradados.

Na Figura 18 é apresentada a evolução mensal da produção de areias e gradados durante o ano de 2022, distribuída pelas AdTA Norte e AdTA Sul,



Figura 18 - Evolução mensal da produção de areias e gradados por região

## Água+

Em 2022, a produção de Água+ foi de 2,9 milhões de m<sup>3</sup>, que corresponde a uma produção média diária de 7,9 milhares de m<sup>3</sup>/dia, e representa um incremento de 15% face ao valor de 2021. A produção de Água+ na AdTA Norte foi de 280,6 milhares de m<sup>3</sup> e na AdTA Sul de 2,6 milhões de m<sup>3</sup>, que corresponde a 10% e 90% da produção de Água+.

Na Figura 19 é apresentada a evolução mensal da produção de Água+ durante o ano de 2022, distribuída pelas AdTA Norte e AdTA Sul.

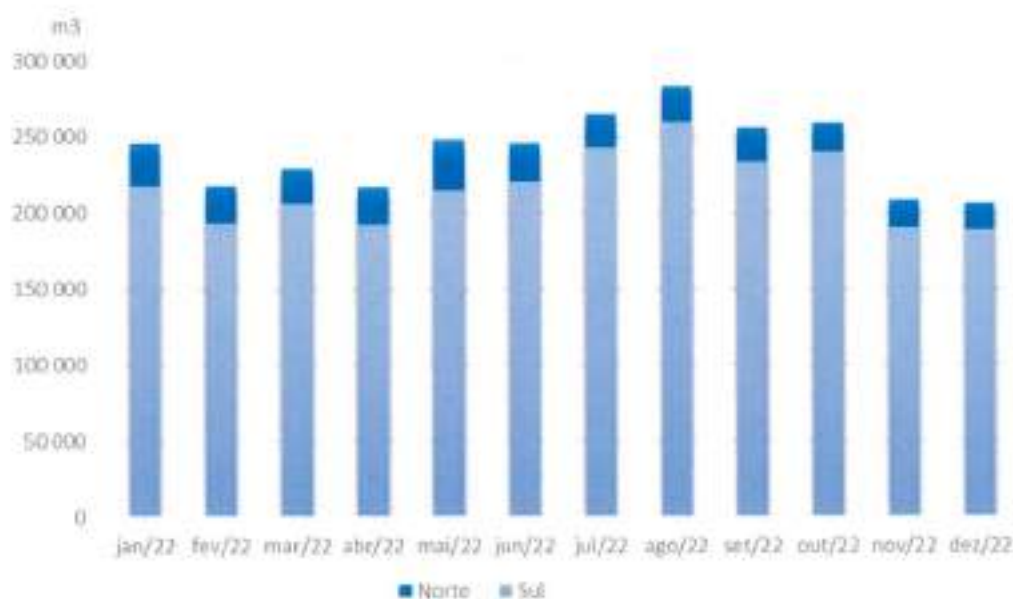


Figura 19 - Evolução mensal da utilização de água+ por região

## Controlo Analítico

Na atividade durante o ano de 2022, destaca-se:

- A manutenção da acreditação de acordo com o novo referencial normativo NP EN ISO 17025:2018;
- A extensão da acreditação para os novos métodos, Azoto total e Nitratos, nas unidades de Beirolas e Frielas;
- O lançamento do processo de contratação de consultoria com vista ao "Estudo do modelo estratégico de desenvolvimento para a Direção LAB";
- O início da realização de obras de melhoria nas Unidade Laboratoriais de Frielas e de Santa Cruz;
- A integração dos resultados analíticos externos afetos à Direção de Operação Norte na base de dados InLabLIMS;
- A atualização de stocks para materiais e consumíveis em Beirolas e Frielas na base de dados InLabLIMS e início das configurações no módulo de stocks na unidade laboratorial de Santa Cruz; Extensão da ferramenta e metodologia de gestão de stocks à unidade de Santa Cruz;
- O início da otimização da gestão dos procedimentos de controlo de qualidade na unidade de Santa Cruz através da adoção de procedimentos transversais para as três unidades do Laboratório;
- A execução da fase II do projeto de desenvolvimento de um sistema automático de separação de amostras-teste à escala real do módulo piloto, em colaboração com o Departamento de Inovação e Desenvolvimento;
- A implementação do método robotizado no ensaio de CBO<sub>5</sub>;
- A validação do micrométodo de Fósforo Total na unidade de Santa Cruz;
- A implementação em rotina do ensaio de Nitratos com recurso ao método de pequena escala, na unidade de Beirolas;
- A implementação em rotina do ensaio de Azoto Total com recurso a micrométodo, na unidade de Frielas;
- A contribuição para melhorar a qualificação e as competências interna das equipas operacionais no âmbito da amostragem, através da realização de 27 ações de formação;
- A integração no quadro de pessoal de dois técnicos superiores;
- A integração no Comité de Laboratórios acreditados da AdP;
- A contribuição para o "Manual de Boas Práticas para a gestão da produção de Biogás" – capítulo de controlo e monitorização;
- A coordenação da Ação n.º 3 do AgIR "Caraterização das águas residuais afluentes às fábricas de água provenientes de unidades hospitalares no Município de Lisboa";

Internamente, assinala-se:

A realização das auditorias internas e externas de acreditação com resultados extremamente positivos, destacando-se um muito baixo índice de constatações em todas as áreas (3 Sistema de gestão, 2 na Físico-química e 1 na Microbiologia).

Destaca-se, ainda, a implementação do módulo de stocks e a integração dos resultados do controlo externo da AdTA Norte na base de dados do Laboratório, permitindo uma consulta mais ágil e a análise estatística dos dados.





*Handwritten signature in blue ink.*

Figura 20 - Sistema de robotização para realização do ensaio de CBOD5

Na otimização de recursos, assinala-se a importância da realização de obras nas instalações laboratoriais de Santa Cruz para a melhoria das condições de trabalho e uma ligeira otimização na otimização de processos. Salienta-se, no entanto, que apesar da realização destas obras, continua a verificar-se a extrema exiguidade do espaço afeto a esta área laboratorial, face ao volume de trabalho existente, impossibilitando a adequada implementação dos requisitos da norma de acreditação de laboratórios NP EN ISO/IEC 17025:2018.

Sublinha-se a importância estrutural da integração no quadro de pessoal de dois Técnicos Superiores de Laboratório, um na Unidade de Beirolas e outro na Unidade de Santa Cruz, permitindo a consolidação e o robustecimento das equipas técnicas indispensáveis à atividade.

No domínio do 1.º Pilar-Pessoas, Objetivo estratégico n.º 1- Investir nas pessoas, no que respeita à formação para reforço de competências, foram realizadas 27 ações de formação interna dirigidas a 299 formandos da DÓP (Direção de Operação), sobre o tema amostragem e colheita de amostras em águas residuais. As ações foram ministradas por duas Técnicas Superiores de LAB (Direção de Laboratório), em colaboração com GCH (Departamento de Gestão de Capital Humano), traduzindo-se na melhoria dos processos de colheita de amostras nas Fábricas da Água, através da capacitação dos técnicos de operação, promovendo um incremento na fiabilidade dos resultados.



Figura 21 - Formação em Amostragem de águas residuais

No âmbito de novos desenvolvimentos internos destacam-se:

A colocação em regime de rotina dos micrométodos para determinação de Nitratos, na unidade Beirolas e de Azoto Total, na unidade de Frielas, permitiu melhorar o desempenho a três níveis:

- Resposta a clientes, reduzindo o prazo de disponibilização dos resultados;

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

- Melhoria do desempenho ambiental, reduzindo a geração de resíduos perigosos;
- Melhoria das condições de segurança e saúde dos técnicos de laboratório, pela redução da utilização de reagentes prejudiciais à saúde.

A continuação da implementação de procedimentos de controlo qualidade na unidade de Santa Cruz, transversais a toda a Direção LAB e o início da parametrização do módulo Inlabstocks na unidade de Santa Cruz.



Figura 22 - Aplicação de gestão de reagentes

A participação no grupo de trabalho responsável pelo "Manual de Boas Práticas para a gestão da produção de Biogás", que tem por objetivo estabelecer e assegurar um conjunto de boas práticas ao nível da Operação, da Manutenção, das Condições Processuais de Funcionamento e das Condições de Segurança associadas à etapa de Digestão Anaeróbia das instalações de tratamento existentes na área de concessão da Águas do Tejo Atlântico, S.A., foi também muito importante para a Empresa.

contratação da aquisição de serviços com vista à realização do estudo de desenvolvimento estratégico de LAB vai apontar os cenários para a definição do melhor modelo de gestão da área com impacte transversal a toda a Empresa.

A Execução da fase II do projeto de desenvolvimento de um sistema automático de separação de amostras-teste à escala real do módulo piloto, em colaboração com o Departamento de Inovação e Desenvolvimento. Dada a mais-valia para o processo de separação de amostras, nas componentes técnicas e de segurança no trabalho, foi atribuído a este projeto o 2.º prémio do Caminho da Inovação.



Figura 23 - SASA - Sistema automático de separação de amostras

No âmbito de novos desenvolvimentos externos, destacam-se:

- Arranque da Ação n.º 3, do projeto AgIR - Caracterização das águas residuais afluentes às fábricas de água provenientes de unidades hospitalares no Município de Lisboa. Esta ação, com coordenação técnica e financeira da AdTA, permitirá aprofundar e ampliar os objetivos do estudo prévio de caracterização das águas residuais hospitalares que chegam às redes municipais e ao sistema multimunicipal, realizado em 2013/2014, o qual contou com a participação de algumas unidades hospitalares de Lisboa. Este projeto visa contribuir para o estabelecimento, de acordo com a caracterização analítica efetuada, das condições que devem constar do regulamento municipal de descarga de águas residuais no sistema de drenagem, bem como contribuir para o estabelecimento de sistemas de vigilância epidemiológica que concorram para melhorar a resposta a eventuais surtos de doenças na população e promova a otimização dos processos de tratamento nas Fábricas da Água e nas unidades hospitalares. A caracterização irá incluir a pesquisa de bactérias resistentes a antibióticos de elevada prioridade para a Organização Mundial de Saúde, de vírus relevantes em ambiente hospitalar (por exemplo, SARS-CoV-2) e de poluentes emergentes presentes nestes efluentes. Adicionalmente, será caracterizada a ecotoxicidade apresentada por este tipo de amostras a diferentes níveis tróficos. Todos estes contributos permitirão promover a redução de riscos ambientais decorrentes da presença de microrganismos patogénicos e de poluentes emergentes e melhorar a qualidade de vida e o ambiente na cidade de Lisboa. Para além da responsabilidade na coordenação técnica deste projeto, LAB participa na análise de ensaios microbiológicos incluídos no grupo de ensaios a considerar na monitorização;
- Contribuição de LAB para a realização da componente prática de um doutoramento e um mestrado, nas unidades de Beirolas e Frielas, respetivamente;
- Continuidade de representação nas comissões técnicas/sectoriais da Relacre:
  - GT3-Amostragem;
  - GT5 – Metrologia Química;
  - CTR04 – Metrologia;
  - GTB- Microbiologia;
  - Comissão Sectorial de Águas.

### Atividade analítica interna

O controlo analítico assegurado por LAB integra 32 Fábricas da Água de AdTA Sul e 68 Fábricas da Água de AdTA Norte.

O controlo legal e operacional do sistema de saneamento de Lisboa Sul é efetuado quase na totalidade nos Laboratórios de Beirolas e Frielas, sendo os restantes programas de controlo dos subsistemas de saneamento efetuados com recurso à contratação de laboratórios acreditados para o efeito. Esta situação deve-se ao facto de a Direção LAB não dispor de meios humanos e materiais, designadamente em termos de infraestruturas, para a realização da totalidade das determinações definidas, designadamente para os programas PRTR (*Pollutant Release Transfer Register*) e PGL (Plano Geral de Lamas).

Foi assegurada a receção e a gestão de 33919 amostras e realizados 120136 ensaios, o que traduz um incremento de 11% no número de amostras e de 10% no número de ensaios, em relação ao ano de 2021, refletindo as novas exigências das licenças de descarga que aumentaram, no final do ano, de forma significativa, as necessidades de reporte e de controlo de processo.

Para os ensaios internos, a distribuição e o peso relativo por unidade laboratorial (Beirolas, Frielas e Santa Cruz) e por área técnica, está apresentada na figura 15.



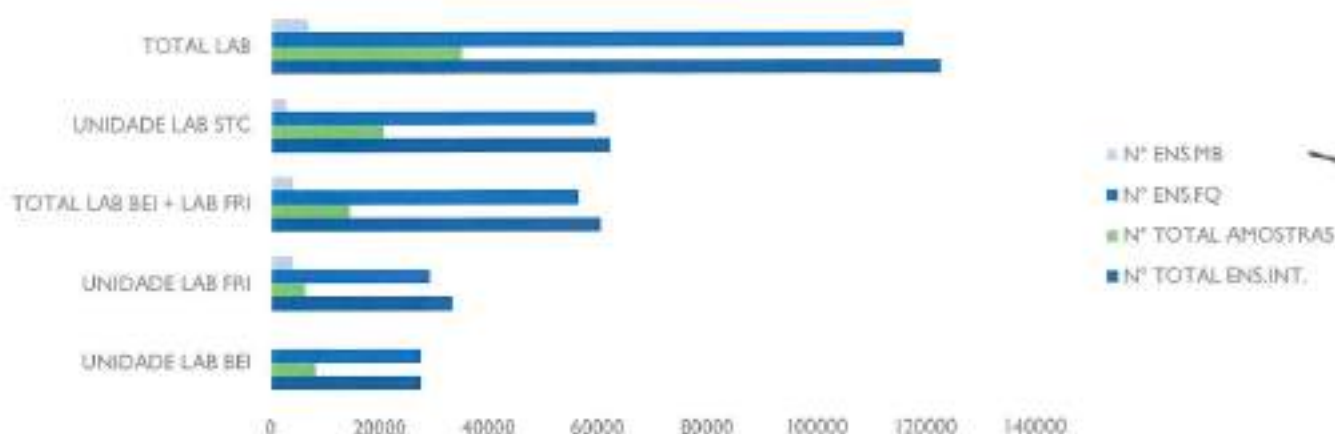


Figura 24 - Número de amostras e ensaios por unidade LAB/Área Técnica (FQ ou MB)

Legenda: LAB BEI - MB-microbiologia; FQ-físico-química

Durante o ano de 2022, a área de análise microscópica viu comprometida a sua atividade face ao reduzido número de efetivos de que LAB dispõe (1 técnico), sendo afetada sempre que este se ausenta ou está deslocado para apoio ao controlo analítico de química e microbiologia. No final do ano 2022 foi contratado um técnico em regime de trabalho temporário, não tendo ainda concluído o seu processo de formação e qualificação.

Salienta-se que a realização de ensaios/procedimentos alocados ao controlo de qualidade interno, que não são contabilizados nestes quantitativos, e que representam, em especial para os ensaios no âmbito da acreditação, cerca de mais 30% sobre os efetivamente contabilizados.

Na atividade analítica de LAB, destaca-se a relevância da integração da unidade laboratorial de Santa Cruz, representando esta, em 2022, cerca de 50%, do trabalho analítico, sendo que todo este controlo é executado fora do âmbito da acreditação.

O estado de acreditação dos ensaios realizados em 2022 é indicado nos gráficos 16 e 16, sendo que, dos 61% de ensaios realizados fora do âmbito da acreditação, 19 % foram realizados nas unidades de Beirolas e Frielas e 81% na unidade de Santa Cruz.

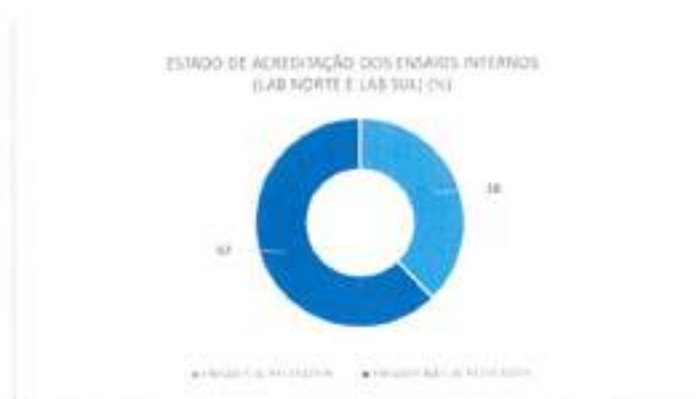


Figura 25 - Acreditação dos ensaios em LAB (% total ensaios internos)

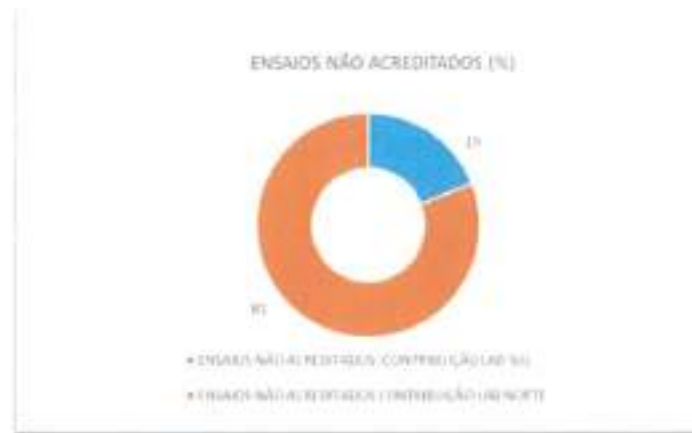


Figura 26 - Ensaios não acreditados por um LAB

### Atividade analítica com recurso a contratação externa

No que concerne ao controlo analítico assegurado por LAB, dos 138 168 ensaios, integrando análises internas e externas, 18 032 ensaios (13%) foram efetuados com recurso a contratação externa, sendo que 92% dos ensaios contratados pertenceram a AdTA Norte.

No âmbito das duas unidades acreditadas, o recurso a contratação externa para ensaios nas matrizes água e lamas representou 2,4% do total de trabalho analítico gerido a partir destas unidades e 1,1% do total de ensaios (internos e externos) assegurado por LAB.



Figura 27 - Nº Ensaios contratados AdTA SUL

Legenda: PCQO-plano de controlo da qualidade operacional;  
PRTR-Pollutant release transfer register;  
LAMAS (PGL) - plano controlo legal de lamas

Em 2022, foram contratados externamente 16533 ensaios referentes à AdTA Norte, representando estes cerca de 23% do controlo analítico associado a AdTA Norte e 12% do total de ensaios (internos e externos) assegurados por LAB. O número de ensaios contratados externamente, por plano de controlo analítico, encontra-se explicitado na figura 19.



Figura 28 - Nº Ensaios contratados AdTA Norte

Legenda: PLAM-plano controlo legal de lamas; PETAR-plano controlo de efluente tratado; PARNU- plano de controlo de águas residuais não urbanas; PAB- plano controlo de afluentes brutos

O número total de ensaios (internos e contratados) para as matrizes água residual e lamas, por Centro Operacional de AdTA Sul e outros, estão identificados na figura 19.

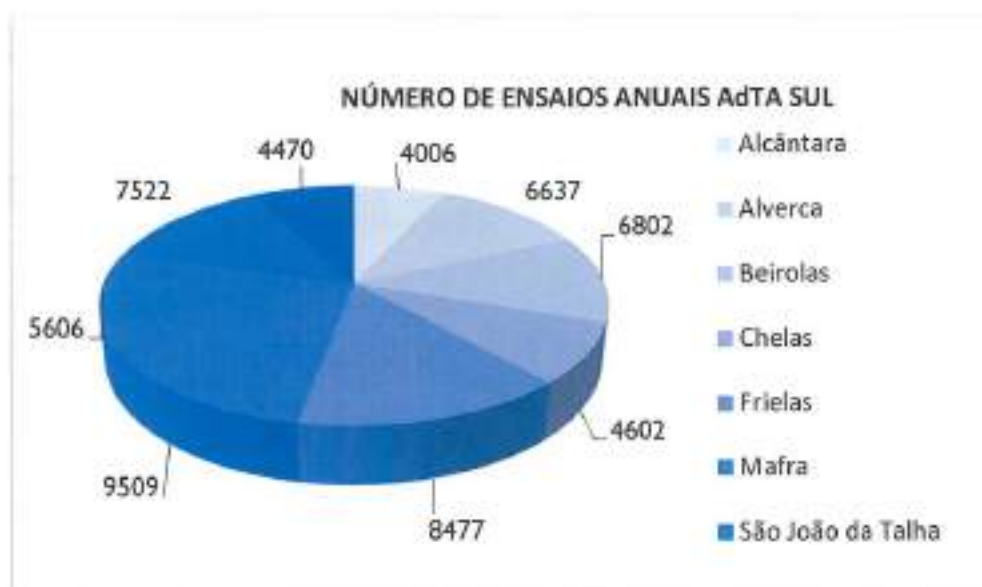


Figura 29 - Nº Ensaios anuais AdTA Sul

O número total de ensaios internos para as matrizes água residual e lamas, por Centro Operacional de AdTA Norte, estão identificados na figura 20.





Figura 30 - Nº Ensaios anuais AdTA Norte

As figuras 21 e 22 resumem o perfil evolutivo do número de ensaios por centro operacional nas regiões sul e norte da AdTA, no período compreendido entre 2020 e 2022.



Figura 31 - Evolução anual do nº de ensaios AdTA Sul



Figura 22 - Evolução anual do nº de ensaios AdTA Norte

À exceção do CO Alcântara, em que o controlo analítico diminuiu 1,8%, evidencia-se o incremento de controlo analítico interno para todos os Centros Operacionais da Tejo Atlântico, sendo que, na região norte, a percentagem de aumento de controlo analítico mais

expressiva foi nos CO de Torres Vedras (TVD) (37%), seguido pelo CO de Óbidos/Bombarral/Cadaval (BCO)(36%) e do CO de Alcobaça/Nazaré (ANZ), (21%). Na região sul, os incrementos mais expressivos ao nível do número de ensaios registaram-se nos CO de Vila Franca de Xira (VFX) (47%), dado que o controlo analítico passou, em fevereiro de 2022, a ser considerado na zona sul, seguida do CO da Guia (45%) e do CO Frielas (FRI) (30%).

LAB assegurou ainda a componente analítica em estudos e projetos de inovação conduzidos em parceria com o Departamento de IDI, a DOP e a DPC (Direção de Projetos e Construção), a APA, a AdP SGPS e outras entidades parceiras: IST, INSA, EPAL, CML, FCT, LNEC, ARS-LVT e GDS.

Os projetos nos quais LAB participou em 2022 testemunham o empenho e o papel desta Direção nas vertentes da inovação e do desenvolvimento e estão resumidos no quadro 29:

Projectos /Estudos AdTA	Fab. Água	Un. Laboratorial
Projeto Europeu SARA-IST (colaboração com I&D)	Mafra	Beiroas
Recomendação EU SARS COV 2 Recomendação EU 2021/472 (colaboração com APA, AdP e I&D)	Beiroas, Guia e Alcântara	Beiroas
Projeto SARA (colaboração com I&D IST)	Beiroas	Beiroas
Pesquisa Resistência Antibióticos (colaboração com I&D)	Alcântara e Beiroas	Beiroas
Estudo Ácido Peroxiótico (colaboração com I&D)	Beiroas	Beiroas e Frielas
Controlo Analítico Estruvite (colaboração com DGA e I&D)	Frielas	Frielas
Piloto de Filtração (colaboração com I&D)	Alcântara	Beiroas
Projeto B-Water Smart (colaboração I&D e LNEC)	Beiroas	Beiroas e Frielas
Campanha AGV (colaboração com DPC)	Torres Vedras	Frielas
Remoção de parâmetros azotados- tecnologia de ozonização (colaboração com I&D)	Beiroas	Beiroas e Frielas
Projeto AgIR - Ação nº3	Beiroas, Chelas, Alcântara	Beiroas e Frielas

Quadro 29 - Projetos/Estudos em que a caracterização analítica foi assegurada por LAB

### Perspetiva futura

Para 2023, pretende-se empreender novos objetivos alinhados com os 4 pilares e 7 objetivos estratégicos da Tejo Atlântico, destacando-se:

- A conclusão do estudo de desenvolvimento estratégico para LAB, que visa reunir informação com vista à tomada de decisão sobre o modelo de desenvolvimento futuro para LAB que responda ao objetivo de o capacitar para se tornar um laboratório de referência na área do saneamento;
- A avaliação de uma solução de médio prazo para a constituição de uma área de biologia molecular;
- A realização de obras de melhoria na unidade laboratorial de Beiroas de modo a otimizar os espaços e circuitos, possibilitando a colocação do SASA (sistema automático de separação de amostras);
- A implementação e a validação dos métodos para determinação de Fósforo Total por micrométodo, determinação da Condutividade e determinação de CQO por sistema robotizado, com vista à extensão do âmbito de acreditação das unidades laboratoriais de Beiroas e de Frielas. Prevê-se integrar os ensaios de Condutividade e de CQO robotizado no âmbito de acreditação;
- A avaliação da pertinência de reativar o equipamento Strathtox™ com vista a realização de estudos de ecotoxicidade;
- A manutenção evolutiva do software InLabLIMS AdTA, com vista à:

- o Implementação de funcionalidades de pesquisa e extração normalizada de dados analíticos e respetiva exportação dos dados para ficheiro em formato excel, compatível com os atuais ficheiros da AdTA Norte;
- o Implementação de modelo de dados e respetiva base de dados de suporte, para repositório normalizado de ativo analítico, totalmente integrado com o software InLabLIMS AdTA, para otimização do desempenho da base de dados de suporte às três unidades laboratoriais, garantindo a possibilidade de interoperabilidade com outros sistemas de informação;
- o Importação do histórico analítico anterior a 2022 da Zona Norte da Tejo Atlântico;
- o Carregamento de resultados externos da monitorização do biogás;
- o Integração com a Plataforma de Gestão de Dados Globais (a implementar pela Tejo Atlântico);
- A melhoria da organização interna com vista à harmonização de procedimentos entre as três unidades laboratoriais, com a expansão para a unidade de Santa Cruz dos procedimentos de controlo de qualidade aplicados nas unidades acreditadas e da base de dados Inlabstocks;
- A contribuição para o desenvolvimento do negócio no domínio da produção e da disponibilização de Água +;
- A contribuição para a melhoria da qualidade do serviço no domínio das afluências indevidas e do controlo de descargas atípicas de águas residuais industriais no sistema multimunicipal, assegurando designadamente a coordenação da linha de ação n.º 3 do Plano para a Gestão das Águas Residuais Industriais na Região da Grande Lisboa e Oeste, relativa à caracterização das águas residuais provenientes de unidades hospitalares do Município de Lisboa;
- A contribuição para a Estratégia de Inovação da Tejo Atlântico, assegurando designadamente:
  - o A melhoria dos processos de digitalização do ativo "Informação analítica", agregando toda a informação analítica numa única interface com as restantes aplicações e funcionalidades;
  - o A implementação em rotina do sistema automático de separação de amostras compostas;
  - o O acompanhamento dos projetos indicados no quadro 29;
- A promoção da melhoria das condições de trabalho e de segurança no LAB, contribuindo para a melhoria da qualidade de serviço, através da renovação das unidades laboratoriais de Frielas e Santa Cruz;
- A contribuição para o aumento da taxa de execução do Plano de Investimentos, assegurando, designadamente, os meios e a melhor organização interna para o efeito;
- Continuar a assegurar a melhoria da capacitação e das competências internas das equipas operacionais (DOP) no âmbito da amostragem, assegurando a realização de ações de formação-módulo I, II e III para as equipas de DOP;
- A valorização da atividade de LAB através de estratégias adequadas de comunicação.



## Conceção e Construção de Infraestruturas

Em 2022, a atividade do Departamento de Estudos e Projetos da Direção de Projetos, Construção e Reabilitação, não deixando de ser marcada pela pandemia COVID-19, agravada pela situação de guerra no leste europeu, traduziu-se em concretizações importantes, assentes nos seguintes vetores principais:

- Aumento da cobertura dos sistemas drenagem e incremento do desempenho global relativos à conceção de novas infraestruturas;
- Melhoria estrutural, funcional e operacional relativos à reabilitação e à remodelação de infraestruturas existentes;
- Melhoria da qualidade de serviço e da eficiência das operações relativos à reabilitação e à remodelação de instalações existentes, em particular, de Fábricas de Água (FA);
- Melhoria das condições de proteção e segurança dos trabalhadores, relativos à reabilitação e à remodelação de instalações existentes, em particular, FA e EE;
- Inovação, relativa à utilização da metodologia "Building Information Modelling" (BIM) no desenvolvimento de projetos.

Destacam-se, como trabalhos mais relevantes, os seguintes estudos e projetos:

- No domínio dos estudos integrados – Sistema da Costa do Estoril – problemas, disfunções e riscos associados ao funcionamento em tempo húmido (Cascais, Oeiras e Sintra);
- No domínio da infraestruturização – ETAR do Carvalho (Mafra), coletores da margem esquerda do Caneiro de Alcântara – Travessa da Horta Nava (Lisboa);
- No domínio da reabilitação de infraestruturas – emissário de descarga da FA de Beirotas (Lisboa), emissário da Ota (Alenquer), emissário das Marianas – Fase II (Cascais e Sintra);
- No domínio da infraestruturização tendo em conta a presença de afluições indevidas – controlo de caudais pluviais: Barcarena - fase II (Oeiras e Sintra) e Subsistema de Frielas – Fase III (Loures);
- No domínio da melhoria das condições de proteção e segurança dos trabalhadores – reabilitação das tampas T4 a T15 da FA da Guia FL, estações elevatórias "trevos" da zona norte;
- No domínio da melhoria da qualidade de serviço e da eficiência das operações – equipamento para receção de limpa fossas de Alverca (Vila Franca de Xira), remodelação da FA de Santa Cruz (Torres Vedras).

O ano 2022 revelou-se, uma vez mais, atípico no que diz respeito à realização de investimentos, em parte significativa devido à convalescência económica pós-pandemia de covid-19, agravada pelos constrangimentos associados à situação geopolítica resultante da guerra no leste europeu, tendo-se registado durante praticamente todo o ano as principais dificuldades encontradas nos dois anos anteriores.

De facto, na área dos estudos e projetos, registaram-se grandes dificuldades em determinar com precisão, segurança e longevidade, os valores das infraestruturas e intervenções em estudo, tendo-se verificado acentuada e rápida variação dos preços unitários dos materiais e equipamentos.

Continuaram a suceder, no decurso dos procedimentos para contratação de empreitadas, dilações de prazos para apresentação das propostas, decorrentes de solicitações de interessados por dificuldade na obtenção de preços e de condições de fornecimento de materiais e equipamentos.

Na área das obras de construção e reabilitação, continuaram também a verificar-se constrangimentos na produção e no transporte de elementos a incorporar nas obras, com particular destaque para o fornecimento e o aprovisionamento de materiais e equipamentos provenientes do estrangeiro, onde o acentuado incumprimento dos prazos de fornecimentos internacionais tem gerado grande incerteza no planeamento das atividades.

A situação descrita, que não melhorou relativamente aos dois anos anteriores, produziu uma redução nos rendimentos médios expectáveis de execução dos trabalhos e traduziu-se num atraso significativo na conclusão das empreitadas.

Em termos de inovação continua a fazer-se uma aposta forte na aplicação da metodologia "Building Information Modelling" (BIM) no desenvolvimento de projetos-base e de projetos de execução, no sentido de essa metodologia ser também utilizada na fase de obra e, posteriormente, nas fases de operação, manutenção e gestão dos ativos das infraestruturas, isto é, ao longo de todo o seu ciclo de vida.

Presentemente, estão a ser desenvolvidos com base na metodologia BIM os projetos para concurso da remodelação da FA de Torres Vedras, da FA de Santa Cruz, da FA do Carvalhal e da FA da Encarnação, estando previsto continuar a alargar esta metodologia a outros projetos.

O projeto de execução da remodelação da FA de Arruda dos Vinhos será desenvolvido em BIM no âmbito da respetiva empreitada, tendo os elementos para concurso sido preparados para esse efeito.

Atualmente, parte significativa das infraestruturas operacionais da AdTA já atingiram o horizonte de vida útil técnica e, consequentemente, apresentam um significativo grau de deterioração no que respeita à componente de equipamentos, instalações elétricas e de construção civil. Neste contexto, deu-se continuidade à realização de estudos e preparação de processos de concurso de empreitadas para investimento de reabilitação/ substituição/ renovação, sendo de destacar as principais obras concretizadas no quadro 30.

Principais empreitadas de 2022	mEur
Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Água do Tejo Atlântico	1 508
Reabilitação do sistema de transporte de gradados e areias da FA da Guia	1 388
Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Cretas – Fase I	1 346
Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2022/2023	1 162
Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2021/2023	489
Execução do Emissário da Montemor (Frieiras) - Troços II e IV	470
Fornecimento e instalação de Painéis Fotovoltaicos nas Fábricas de Água de Alcântara e Beirolos	401
Fornecimento e Montagem de Sistema de Arejamento para a Fábrica de Água de Beirolos - PEPE	374
Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcelos - Fase I	306
Reabilitação do Intercetor da Asséira do Subsistema da Póvoa de Galegos	229
Reparações em Pavimentos na Área de Concessão	193
Substituição de Coberturas de Fabricimento nas Fábricas de Água de Beirolos, Buzelos e Fervença e na EE de Fonte da Pipa	188
Beneficiação do Sistema de Desinfeção por UV da Fábrica de Água de Alcântara	181
Reparação de Vedações de Recintos de ETAR e EE	176
Conceção/Construção do Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Beirolos	155
Execução do troço juante do Intercetor do Rio da Silveira (Alerca)	151
Reabilitação de Câmaras de Vota do Emissário das Marzenas - Fase I	150
Reparações de Construção Civil nos Módulos da ETAR de Alcântara (obra abrangida garantia)	141
Beneficiação e Ampliação do Subsistema de Banil	141
Conceção/Construção da Beneficiação do Aproveitamento de Bogas das Fábricas de Água de Beirolos, Frieiras e S. João da Talha - PEPE	139
Emissário Quinta das Pretas - Fase II e Fase III	131
Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica da Água de São João da Talha - Fase I	121
Relocação do Concentrador de Gorduras na FA da Guia FL	116
Conceção/Construção da remodelação do sistema de arejamento e do espessamento de lamas da Fábrica da Água de São João Talha	66
Instalação de analisadores de energia em instalações SGE e SGCIE	59
Fornecimento e Montagem de Grupo de Cogeração na ETAR de Frieiras - PEPE	58
	9 840

Quadro 30 - Principais Empreitadas de 2022



Segue-se informação resumida sobre as principais obras:

### Empreitada de Conceção-Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase I

- Empreiteiro: Consórcio SJEZ / Ecociaf
- Valor de Adjudicação: 4.791.402,00 €
- Prazo de Execução: 425 dias
- Data de Consignação: 18 de janeiro de 2021

As intervenções compreendem a beneficiação da construção civil, englobando edifícios industriais, em órgãos de tratamento e redes de drenagem de águas residuais e de escomências do tratamento; o fornecimento e montagem de equipamentos metalomecânicos, eletromecânicos, elétricos e instrumentação de controlo do processo; e a remodelação das instalações elétricas, automação e sistema de supervisão. População servida: 230.000 habitantes equivalentes. Concelho de Lisboa.



Figura 33 - Empreitada de Conceção-Construção da Beneficiação da FA de Chelas - Fase I

### Empreitada de Reabilitação do Intercetor da Asseiceira do Subsistema da Póvoa da Galega

- Empreiteiro: SADE - Compagnie Générale de Travaux d'Hydraulique
- Valor de Adjudicação: 638.622,41 €
- Prazo de Execução: 365 dias
- Data de Consignação: 25 de março de 2021

A empreitada teve por objeto a reabilitação do Intercetor da Asseiceira, no concelho de Mafra, numa extensão total de 2.091 m em tubagem de PEAD, com diâmetros DN250 e DN315, e a reabilitação de um troço do intercetor da Póvoa, entre a caixa 18 e a caixa 11, numa extensão de 223 m, com diâmetro DN400. Na cabeceira do intercetor foi instalada uma câmara de controlo de caudal, para 14 l/s e um poço de grossos. O caudal máximo transportado, no troço final de chegada à ETAR, é de 45 l/s. As infraestruturas incluídas nesta intervenção servem uma população da ordem de 7440 habitantes.





Figura 34 - Empreitada de Reabilitação do Intercetor da Asseiceira do Subsistema da Póvoa do Galego

### Empreitada de Execução do Troço Jusante do Intercetor do Rio da Silveira (Alverca) e Reabilitação do Emissário de Descarga de Dois Portos

- Empreiteiro: SADE - Compagnie Générale de Travaux d'Hydraulique
- Valor de Adjudicação: 297.831,49 €
- Prazo de Execução: 180 dias
- Data de Consignação: 30 de junho de 2021

Esta empreitada contempla a execução de dois trabalhos distintos, nos concelhos de Vila Franca de Xira e de Torres Vedras. A obra projetada no Concelho de Vila Franca de Xira visa intervir no subsistema de Alverca do Ribatejo no qual, embora na zona em estudo (Bacia do Rio da Silveira) apresente níveis de cobertura com redes de drenagem e sistemas de interceção da ordem dos 99%, as unidades de tratamento aí existentes (fossas sépticas de Adanaia Norte, Adanaia Sul, A-dos-Melros, Calhandriz, Trancoso de Baixo e Trancoso de Cima) não garantem a qualidade adequada do efluente tratado.



Figura 35 – Emp. Execução Troço de Jusante do Intercetor do rio Silveira e Reab. do Emissário Descorga de Dois Portos

## Empreitada de Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico - Lote 1

- Empreiteiro: NBS - Engenharia & Construção, Lda.
- Valor de Adjudicação: 548.052,80 €
- Prazo de Execução: 200 dias
- Data de Consignação: 22 de julho de 2021

A empreitada irá abranger 46 instalações em 29 subsistemas (17 fábricas de água e 29 estações elevatórias). Irá permitir a substituição de 21 sistemas de gradagem, 16 sistemas de bombagem, 3 quadros elétricos, 9 sistemas de movimentação de cargas e diversos tipos de outras intervenções menores como a substituição de válvulas, tubagens entre outros trabalhos.

A intervenção prevista permitirá, ainda, otimizar o consumo energético associado ao funcionamento desses equipamentos e prolongar a vida útil das infraestruturas, considera-se que se encontra justificada a abertura de procedimento pré-contratual para a celebração do referido contrato de empreitada através da modalidade de Concurso Público com Publicidade Internacional, dividido em três lotes.



Figura 36 – Emp. Fornecimento e Montagem de Substituição de Equip. Eletromecânicos - Zona Norte da AdTA – Lt 1

## Empreitada de Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico - Lote 2

- Empreiteiro: NBS - Engenharia & Construção, Lda.
- Valor de Adjudicação: 357.718,81 €
- Prazo de Execução: 365 dias
- Data de Consignação: 22 de julho de 2021

A empreitada irá abranger 46 instalações em 29 subsistemas (17 fábricas de água e 29 estações elevatórias). Irá permitir a substituição de 21 sistemas de gradagem, 16 sistemas de bombagem, 3 quadros elétricos, 9 sistemas de movimentação de cargas e diversos tipos de outras intervenções menores como a substituição de válvulas, tubagens entre outros trabalhos.

A intervenção prevista permitirá, ainda, otimizar o consumo energético associado ao funcionamento desses equipamentos e prolongar a vida útil das infraestruturas, considera-se que se encontra justificada a abertura de procedimento pré-contratual para a celebração do referido contrato de empreitada através da modalidade de Concurso Público com Publicidade Internacional, dividido em três lotes.





Figura 37 – Emp. Fornecimento e Montagem de Substituição de Equip. Eletromecânicos Zona Norte AdTA - Lt 2

### Empreitada de Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico - Lote 3

- Empreiteiro: NBS - Engenharia & Construção, Lda
- Valor de Adjudicação: 367.858,58 €
- Prazo de Execução: 200 dias
- Data de Consignação: 22 de julho de 2021

A empreitada irá abranger 46 instalações em 29 subsistemas (17 fábricas de água e 29 estações elevatórias). Irá permitir a substituição de 21 sistemas de gradagem, 16 sistemas de bombagem, 3 quadros elétricos, 9 sistemas de movimentação de cargas e diversos tipos de outras intervenções menores como a substituição de válvulas, tubagens entre outros trabalhos.

A intervenção prevista permitirá, ainda, otimizar o consumo energético associado ao funcionamento desses equipamentos e prolongar a vida útil das infraestruturas, considera-se que se encontra justificada a abertura de procedimento pré-contratual para a celebração do referido contrato de empreitada através da modalidade de Concurso Público com Publicidade Internacional dividido em três lotes.



Figura 38 – Emp. Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Z. Norte – Lt 3



## Empreitada de Fornecimento e Instalação de Centrais Fotovoltaicas nas FA de Alcântara e Beirolas

- Empreiteiro: Consórcio DST Solar / DST
- Valor de Adjudicação: 1.400.415,48 €
- Prazo de Execução: 635 dias
- Data de Consignação: 20 de agosto de 2021

As Centrais Fotovoltaicas têm como objetivo primordial o aproveitamento de energias renováveis, visando a valorização do potencial energético local (e regional), adotando, nas soluções preconizadas, técnicas de conversão em energia final (eletricidade) que se traduzem num processo não poluente e de reduzido impacto ambiental, sendo a totalidade da produção consumida nas respetivas instalações de utilização de energia elétrica, não injetando na RESP, contribuindo, conseqüentemente, para a redução das emissões de CO<sub>2</sub>, para a descarbonização da economia e para o fomento da penetração das energias renováveis em Portugal e na União Europeia.

A instalação de centrais solares fotovoltaicas permite reduzir significativamente a quantidade de energia elétrica adquirida a comercializadores, reduzindo o impacto nas redes de distribuição e a redução de custos com energia. Por outro lado, esta medida juntamente com outras em curso na empresa, são um contributo no sentido de se caminhar para a neutralidade energética num conjunto significativo de instalações. Concelho de Lisboa.

### Alcântara



### Beirolas



Figura 39 - Empreitada de Fornecimento e Instalação de Centrais Fotovoltaicas nas FA de Alcântara e Beirolas

## Empreitada de Reabilitação de Câmaras de Visita do Emissário das Marianas – Fase I

- Empreiteiro: Marvia II Condutas, Lda.
- Valor de Adjudicação: 168.669,21 €
- Prazo de Execução: 180 dias
- Data de Consignação: 6 de setembro de 2021

O presente procedimento visa a execução da reabilitação das caixas de visita do emissário das Marianas correspondente à execução de trabalhos preparatórios para reparação, e/ou substituição, impermeabilização de cerca de 60 caixas de visita, pertencente ao Município de Cascais na freguesia de São Domingos de Rana.



Figura 40 - Empreitada de Reabilitação de Câmara de Visita do Emissário das Marianas - Fase I

#### Empreitada de Beneficiação da Segurança e Acessibilidades nas Estações Elevatórias de Alcântara

- Empreiteiro: Poluic - Tratamento de Águas e Efluentes Industriais, Lda
- Valor de Adjudicação: 178.170,98 €
- Prazo de Execução: 150 dias
- Data de Consignação: 17 de setembro de 2021

Pretende-se realizar trabalhos de construção civil necessários para melhoramento da segurança e acessibilidades em diversas instalações inseridas no Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Grande Lisboa (Município Lisboa), nas Freguesias de Alcântara, Belém, Estrela, Misericórdia e Santa Maria Maior.



Figura 41 - Empreitada de Beneficiação da Segurança e Acessibilidades nas Estações Elevatórias de Alcântara



## Empreitada de Execução do Emissário de Montemor (Frielas) – Troços II e IV

- Empreiteiro: GR4PT, S.A.
- Valor de Adjudicação: 453.250,00 €
- Prazo de Execução: 180 dias
- Data de Consignação: 20 de setembro de 2021

A empreitada compreende a construção de cerca de 335 m de emissário e câmaras de visita com recurso a vala aberta, construção de cerca de 130 m de emissário por perfuração dirigida horizontal e construção de uma câmara de regulação de caudal em betão armado. A nova infraestrutura visa a eliminação de descargas de esgoto bruto atualmente existentes para a linha de água, tendo em vista a condução das mesmas a tratamento, na FA de Frielas.



Figura 42 - Empreitada de Execução do Emissário de Montemor (Frielas) - Troços II e IV

## Empreitada de Fornecimento e Montagem de Sistema de Arejamento para a FA de Beiroias

- Empreiteiro: NBS - Engenharia & Construção, Lda.
- Valor de Adjudicação: 664.997,60 €
- Prazo de Execução: 210 dias
- Data de Consignação: 9 de março de 2022

A empreitada compreende a substituição do sistema de difusão de ar das duas linhas de arejamento da FA de Beiroias, de dois compressores de ar, das válvulas modeladoras de caudal instaladas nas rampas de arejamento, à instalação de instrumentação e a atualização do modo de funcionamento e do sistema de supervisão associado.







Handwritten signature in blue ink.

Figura 43 - Empreitada de Fornecimento e Montagem de Sistema de Arejamento para a FA de Beirolas

### Empreitada de Substituição de Coberturas de Fibrocimento nas FA de Beirolas, Bucelas e Fervença e na EE de Fonte da Pipa

- Empreiteiro: Wikibuild, S.A.
- Valor de Adjudicação: 189.191,22 €
- Prazo de Execução: 180 dias
- Data de Consignação: 4 de maio de 2022

A presente empreitada tem por objeto a remoção e a substituição de coberturas de 4 instalações da AdTA: ETAR de Fervença, em Alcobaça; Estação Elevatória de Fonte da Pipa, em Torres Vedras; ETAR de Bucelas, em Loures, e ETAR de Beirolas, em Lisboa. Os trabalhos visam a desmontagem e remoção de coberturas de fibrocimento que contém amianto, a menos de 20 m de altura, e a entrega e transporte dos elementos de fibrocimento a operador licenciado de gestão de resíduos. A empreitada inclui ainda a substituição das coberturas existentes por chapas do tipo isotérmico. Os equipamentos existentes nos edifícios a intervir deverão ser mantidos em funcionamento durante a execução dos trabalhos.



Handwritten signature in blue ink with the number '13' written above it.

Figura 44 – Emp. Substituição de Cobertura de Fibrocimento nas FA de Beirolas, Bucelas, Fervença e EE de Fonte da Pipa

## Empreitada de Reabilitação do Sistema Pneumático de Transporte de Gradados e Areias da FA da Guia – Fase Líquida

- Empreiteiro: NBS - Engenharia & Construção, Lda.
- Valor de Adjudicação: 2.290.544,76 €
- Prazo de Execução: 360 dias
- Data de Consignação: 6 de julho de 2022

A intervenção proposta respeita à substituição integral de equipamentos que constituem o Sistema Pneumático de Transporte de Gradados e Areias da FA da Guia, Fase Líquida, infraestrutura que integra o Contrato de Concessão, consistindo na substituição de 3 canhões de ar e instalação do 4.º canhão de ar, substituição dos parafusos transportadores dos gradados, reposicionamento da 3.ª grade, instalação de novo parafuso de backup, adaptação do recinto dos canhões de ar e implementação de sistema CCTV, substituição das 3 condutas de elevação e incremento da 4.ª conduta, substituição de ciclones (4) e compactadores (3) e instalação de válvulas de desvio pneumáticas, reabilitação da sala de recolha de gradados, substituição de compressor e realocização dos reservatórios de ar comprimido com volume de 15 m<sup>3</sup> e instalação de novo sistema de tubagem de ar comprimido.



Figura 45 – Emp. Reabilitação do sistema Pneumático de Transporte de Gradados e Areias da FA da Guia - Fase Líquida

## Empreitada de Reabilitação de Tampas na Fábrica de Água da Guia – Fase Líquida – Fase 2 – Tampas T1 a T3

- Empreiteiro: Protecnil - Sociedade Técnica de Construções, SA.
- Valor de Adjudicação: 149.052,15 €
- Prazo de Execução: 150 dias
- Data de Consignação: 9 de dezembro de 2022

A referida empreitada visa a substituição de tampas existentes na Fábrica de Água da Guia, promovendo a melhoria das condições de segurança da instalação, com soluções adaptadas às tarefas de rotina da operação. Está contemplado o fornecimento e a colocação de tampas metálicas (aço inox) e a respetiva reabilitação das bordaduras de assentamento das mesmas, assim como a substituição de tampas existentes por pré-lajes em betão e posterior reforço e acabamento com lâmina de betão de compressão. Inclui-se na lista de trabalhos, o fornecimento e a montagem de um diferencial elétrico, para elevação das tampas, assim como todos os trabalhos elétricos complementares.



Figura 46 - Empreitada de reabilitação de tampas na FA da Guia - Fase Líquida - Fase 2 - Tampas T1 e T3

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*



## Manutenção de Equipamentos e Infraestruturas

Na atividade de manutenção de equipamentos e infraestruturas, o contexto especial de 2022 afetou os prazos de entrega de alguns materiais, que aumentaram significativamente, assim como os preços dos bens e serviços que implicaram um incremento nos gastos de conservação e reparação incorridos.

Foram rececionados no ano de 2022, 8016 pedidos de intervenção, o que representa uma média de cerca de 22 pedidos por dia, traduzindo-se numa redução de 5,8% para o período homólogo anterior. No mesmo período foram geradas 34899 ordens de trabalho, um acréscimo de 15,6% face a 2021. Destas OT são:

- Corretivas (25,9%), das quais 78,7% estão Executadas;
- Preventiva (72,7%), das quais 71,4% estão Executadas;
- Melhoria (1,4%), das quais 74,4% estão Executadas.

A aposta da AdTA na manutenção preventiva e preditiva, de modo a reduzir significativamente os riscos de falha dos diferentes órgãos e equipamentos e a baixar o número e frequência das ações de manutenção corretiva, prosseguiu de acordo com o planeado. Deu-se sequência ao processo de elaboração de planos de manutenção preventiva com base na metodologia RCM - *Reliability Centered Maintenance*, na zona Sul, tendo-se concluído o ano com um total de 31,9% % dos equipamentos já tratados, valor, no entanto, inferior ao previsto, por redução da equipa dedicada ao assunto no início de maio. No que diz respeito à reformulação dos Planos de Lubrificação, o objetivo de se conseguir um total de 100% dos equipamentos da zona Sul foi conseguido. No que diz respeito à implementação dos planos no terreno, terminou-se o ano com uma taxa de 95% dos planos de lubrificação e de 7% dos novos planos de manutenção, sendo que se mantiveram ainda em execução os planos antigos, situação que se manterá até à reformulação total dos mesmos.

O ano terminou com uma taxa de execução global (Norte e Sul) de 81,2% da manutenção preventiva prevista. Importa, ainda, referir que se registou um aumento de 30% do número de horas de manutenção preventiva executadas face aos valores de 2021.

A capacidade de execução da manutenção, nomeadamente a preventiva, decorre de forma muito significativa (e total, na Zona Norte) da disponibilidade de meios nos contratos de manutenção em vigor.

Relativamente a estes contratos, que se podem considerar os mais relevantes em termos de desempenho da manutenção:

- Contrato de Manutenção Sul: entrada em vigor no novo contrato após vistos do Tribunal de Contas, no início de junho. O contrato de prestação de serviços de manutenção da zona Sul, que manteve o desempenho anteriormente verificado, ou seja, com a qualidade média dos meios afetos ao contrato satisfatória, mas com a equipa sujeita a mudanças regulares, o que provoca sempre alguma instabilidade e leva a que a equipa possa não estar completa, situação potenciada pela dificuldade em recrutar meios. O reforço e a reorganização dos meios previstos no novo contrato (reforço de meios para as componentes preventiva e preditiva, para a instrumentação e automação) acabou por não ser possível de concretizar durante o ano de 2022 pelo que o desempenho atingido não foi o que se perspetivava;
- O contrato de prestação de serviços de manutenção da zona Norte apresentou um desempenho bastante satisfatório, reforçando as melhorias de serviço face ao contrato anterior.

Para além dos recursos externalizados, o desempenho da manutenção depende dos recursos internos, especialmente para as áreas de maior valor acrescentado (e com maior dificuldade de colmatação via recursos externos). Em termos de recursos internos, é apenas de salientar a admissão de um novo eletricista, e de um engenheiro de apoio à elaboração/controlo dos planos e manutenção preventiva

(internalização de prestação de serviços, em curso), estando, ainda em aberto uma vaga para electricista, difícil de satisfazer pela dificuldade de recrutamento de técnico com as competências mínimas necessárias, nas condições remuneratórias vigentes.

Como previsto e por ser estratégico em termos de manutenção, a Águas do Tejo Atlântico tem vindo a trabalhar na utilização crescente dos armazéns para disponibilizar em tempo adequado os stocks de bens e artigos necessários aos trabalhos a desenvolver. A codificação sistemática dos bens e o correspondente armazenamento têm vindo a ser alargados para dar resposta a um aspeto premente na atividade, que decorre da multiplicidade de contratos de aquisição geridos. O trabalho ocorre de igual forma nos Armazéns Sul e Norte, sendo, no entanto, de referir que qualquer limitação pontual de meios humanos (férias, baixas e outras ausências) implica o "bloqueio" dos *workflows* definidos, atendendo à exiguidade de recursos e com as competências adequadas.

De forma a assegurar a disponibilidade de bens e serviços para execução dos trabalhos de manutenção, foi desenvolvido um programa intensivo de implementação de procedimentos de contratação. Apesar de grande parte das necessidades estar contratada, existe um Plano de Compras para implementar (novos contratos e renovação de contratos existentes) para os quais não existem meios suficientes e o que poderá condicionar a disponibilidade de bens e serviços. A contratação e todos os seus trâmites (preparação de especificações e Cadenos de Encargos, participação em Juri – esclarecimentos, análise e avaliação de propostas, análise de pronúncias - e repetição de procedimentos desertos ou extintos) implica um consumo de recursos muito significativo da equipa da Manutenção. A gestão de muitas dezenas de contratos de aquisição de bens e serviços necessários ao "dia-a-dia" da manutenção também implica um consumo significativo de recursos que, no passado, eram dirigidos para atividades de manutenção de muito maior valor acrescentado.

Em 2022 continuou a ser dada uma importância muito significativa ao papel da DMA no processo de Gestão de Ativos, atendendo a que é a principal contribuinte em termos de gestão do ciclo de vida dos ativos.

Na manutenção de construção, procedeu-se à beneficiação de instalações e infraestruturas por forma a reparar ou melhorar a condição física e funcional das mesmas. Estas empreitadas e prestações de serviço procederam igualmente à reposição e à melhoria de condições de segurança, tanto na vertente de *security* como de *safety*.

Alguns aspetos relevantes:

- Prestação de serviços de manutenção corrente de edifícios de Fábrica de Água e EE - por Lotes I e II

Foram realizados trabalhos que englobam manutenções correntes de pequena monta, desde a substituição de uma torneira à afinação de portas, pinturas, substituição e reparação de guardas, vedações, ou seja, trabalhos de manutenção das especialidades de canalização, electricidade e serralharia de interiores. Refira-se que parte destes trabalhos, em especial os exteriores de metalomecânica ligeira, têm influência direta em melhorias de segurança.

- Empreitada de Reparações Gerais de Construção Civil – 2021 - Empreitada de Reparações Gerais de Construção Civil" - TA\_20\_002\_CP\_O\_002\_DEN

A atividade desta empreitada consiste em intervenções diversas em redes de drenagem, beneficiações de edifícios, reparação de tubagens de compressão e metalomecânica geral. A receção provisória ocorreu em junho de 2022. Em 2022, foram executadas 7 ordens de trabalho.

- Empreitada de Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2021/2023 - lote 1 e 2 - TA\_20\_225\_CP\_O\_019\_DMA

Lote 1:

A receção provisória da obra está prevista para fevereiro de 2023. Durante o ano de 2022 realizaram-se 15 ordens de trabalho. Nesta fase, encontra-se em fase de conclusão o fecho documental, nomeadamente a finalização de elementos como PSS, Compilação Técnica e Telas finais.



As principais atividades deste lote consistem em intervenções diversas em redes de drenagem, beneficiações de edifícios, reparação de tubagens de compressão e metalomecânica geral. Inclui, também, alguns trabalhos específicos e pré-determinados, como a substituição de comportas na base da elevação inicial da Fábrica da Água de Beirolos. Até ao final de 2022 foram executadas 380 Ordens de trabalho e analisadas 704.

#### Lote 2:

Este lote tem por principais objetivos a beneficiação da caixa de transição da elevação inicial na Fábrica da Água da Guia, trabalhos de reparação de estruturas de betão de órgãos de tratamento ao nível dos recobrimentos e de fissuras, tendo medições específicas em FA, como São Martinho do Porto, Guia, Malveira, Alcântara, entre outras. Inclui também intervenções com o mesmo carácter das restantes empreitadas, com a designação "Reparações Gerais", contudo mais direcionadas para a beneficiação de coletores sem abertura de vala, bem como para a execução de trabalhos de beneficiação de coberturas e pinturas e ainda trabalhos de metalomecânica, seja de substituição de tampas, escadas, entre outros trabalhos desta especialidade, de modo a repor as condições de segurança das instalações.

A receção provisória da obra está prevista para fevereiro de 2023. Nesta fase encontra-se em fase de conclusão o fecho documental fecho documental, nomeadamente a finalização de elementos como PSS, Compilação Técnica e Telas finais.

Desde o início da empreitada e até ao final de 2022 foram executadas 119 Ordens de trabalho. A execução no ano de 2022 foi de 98.

- Empreitada de Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2021/2023 - lote 1 e 2 - TA\_20\_225\_CP\_O\_019\_DMA

#### Lote 1:

As principais atividades deste lote consistem em intervenções diversas em redes de drenagem, beneficiações de edifícios, reparação de tubagens de compressão e metalomecânica geral. Inclui, também, alguns trabalhos específicos e pré-determinados como a beneficiação da EE2 de Silveira Santa Cruz. No decurso de 2022 foram executadas 173 Ordens de trabalho. Até ao final de 2022 foram analisadas 563 OT's.

#### Lote 2:

Este lote tem por principais objetivos a beneficiação e substituição de tampas, reparações de tubagens sem abertura de vala, beneficiação de estruturas de betão, nomeadamente por injeção de polímeros, entre outras. Inclui também beneficiação de coberturas e pinturas e ainda trabalhos de metalomecânica, como a substituição de escadas, entre outros trabalhos desta especialidade.

No decurso do ano de 2022 foram executadas 15 Ordens de trabalho.

O Departamento de Manutenção de Construção Civil assumiu em 2022 a responsabilidade pela realização das inspeções de construção civil. Durante o ano, por ausência de meios, não foi possível executar trabalhos de inspeção de forma sistematizada (foram realizadas inspeções pontuais), mas apenas estruturar os objetivos do trabalho. Foi admitida, apenas em setembro, a engenheira prevista na estrutura da manutenção para a coordenação do programa de inspeções na vertente da construção civil, a demora nesta admissão atrasou o arranque desta nova atribuição da Direção, a ter desenvolvimentos importantes durante o ano de 2023. O atraso resultou também do facto desta engenheira ter sido afeta para colmatar a saída de outra engenheira, situação que se prevê colmatar no início de 2023.



## Gestão de Ativos

A atividade da Direção de Gestão de Ativos (DGA) traduziu-se na concretização de passos importantes para a definição e a estabilização de procedimentos que promovem a gestão sustentável dos ativos infraestruturais e a consolidação de estratégias focadas em:

- Promoção da eficiência energética;
- Minimização de afluências indevidas e erradicação de descargas;
- Ampliação do conhecimento do funcionamento da rede de drenagem através do sistema de medição de caudais;
- Cumprimento das licenças de descarga e na otimização dos processos de tratamento;
- Promoção da reutilização de água;
- Aumento da fiabilidade da informação técnica e geográfica;
- Melhoria da gestão da informação;
- Planeamento estratégico do investimento a concretizar.

## Gestão de Energia

Alinhada com as políticas europeias e nacionais, a Águas do Tejo Atlântico pretende implementar um plano estratégico que visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, permitindo atingir a neutralidade energética em 2030, em consonância com a orientação corporativa do Grupo AdP.

Em maio, foi apresentado a todos os trabalhadores e colaboradores o Plano Energia+ que integra a estratégia da organização, sendo a eficiência energética um dos maiores desafios da atividade da Tejo Atlântico. Este programa prevê a concretização através do aumento da produção de energia a partir de recursos disponíveis nas suas instalações, tais como o biogás, assim como a partir das energia eólica, hídrica e solar fotovoltaico, incluindo solar flutuante, a instalar em lagoas, num *mix* energético integrado que visará a maximização do autoconsumo. O Plano integra ainda uma vertente de promoção de cultura de gestão de energia a nível interno da Empresa, que passa pela dinamização de ações de formação e por uma campanha de sensibilização junto dos trabalhadores.

Este programa tem como objetivos estratégicos:

- ✓ Promover uma cultura de gestão de energia na empresa;
- ✓ Neutralidade energética até 2030;
- ✓ Aumentar a eficiência energética;
- ✓ Integrar as 23 instalações que representam 80% dos consumos da empresa no SGE;
- ✓ Melhorar a qualidade e a fiabilidade dos dados de energia.

No âmbito deste programa, a fronteira do Sistema de Gestão de Energia foi alargada a mais duas instalações, as Fábricas da Água da Charneca e de Beirolas, passando o sistema a abranger cerca de 65% do consumo da Empresa. No final de fevereiro de 2022, entrou em serviço a central fotovoltaica de Chelas, composta por 368 painéis fotovoltaicos com uma potência total instalada de 140 kW. A central produziu ao longo do ano um total de 180 MWh.



Figura 3B - Pormenor da central PV da FA Chelas

## Gestão de Redes

Na Área de Gestão de Redes foi assegurado o acompanhamento permanente do desempenho operacional da rede de drenagem da Águas do Tejo Atlântico, consolidando a concretização do objetivo de minimização das entradas indesejadas de caudais pluviais, infiltração, maré e industriais, a erradicação de descargas, bem como identificação e aplicação de ações de melhoria. Adicionalmente, e de forma a ampliar o conhecimento efetivo do funcionamento do sistema de transporte e recolha de caudais, foi igualmente assegurado o acompanhamento contínuo do sistema de monitorização de caudais da Águas do Tejo Atlântico.

Foi dado o seguimento da garantia de monitorização mensal das afluências indevidas aos subsistemas da organização, dando-se continuidade aos trabalhos de monitorização de condutividade, nomeadamente nas Fábricas de Água da zona ribeirinha do Tejo, e às campanhas de monitorização, dedicada na rede do subsistema de São João da Talha, para identificação de pontos de intrusão salina.

Verificou-se a continuação dos trabalhos no âmbito da Bolsa de Trabalhos de Controlo de Caudais, nomeadamente dos estudos referentes à Zona Industrial do Carregado, subsistema de Cadafais e subsistema de Bucelas. Foi finalizado o estudo de controlo de caudais dos subsistemas de Torres Vedras (Fase I) e os respetivos projetos execução. Iniciou-se o estudo de Afluências indevidas em tempo seco no subsistema de Alcoentre, bem como o Estudo de Controlo de Caudais de mais cinco subsistemas pertencentes ao município de Torres Vedras, com o estreito acompanhamento dos SMAS de Torres Vedras. Relativamente aos trabalhos de erradicação de descargas, deu-se início aos levantamentos e estudos necessários na bacia do Interceptor Caneças-Ramada-Odivelas, em trabalho conjunto com os SIMAR de Loures e Odivelas.

Em 2022 regista-se o início do desenvolvimento do Plano de Controlo de Afluências Indevidas da Águas do Tejo Atlântico, definido como um documento de planeamento de nível tático e em estreita articulação com o nível operacional da organização. Este Plano permite implementar o objetivo estratégico de controlo de afluências indevidas através do acompanhamento do desempenho dos sistemas, promovendo a sua eficiência e planeando os estudos e intervenções necessárias para atingir a eficiência operacional.

No que diz respeito ao controlo de caudais dos sistemas de drenagem, garantiu-se a gestão do sistema de monitorização da Tejo Atlântico para efeitos de controlo e faturação, o acompanhamento de intervenções de manutenção, bem como o tratamento de dados e respetivo envio mensal aos municípios e para faturação. Realizaram-se campanhas temporárias de monitorização de nível e caudal para apoio a estudos internos. Foi adjudicada a prestação de serviços de manutenção de medidores de caudal para a zona Sul, para os anos 2022 a 2024, assim como se procedeu à adjudicação do fornecimento e da montagem de equipamentos de medição de caudal para substituição de equipamentos em fim de vida.

## Estudos Estratégicos

No decorrer de 2022, foram realizados diversos estudos e projetos enquadrados nos objetivos funcionais e estratégicos da organização, designadamente os relativos à Água+ (ApR), tratamentos complementares de lamas e reengenharia de sistemas e processos de tratamento.

Destacam-se, em relação à atividade de reutilização (ApR), os seguintes projetos:

- Arranque do sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da FA de Beirolas e início de fornecimento de Água+ para a rega do Parque das Nações (zona norte);
- Definição da solução de tratamento de afinação para a ampliação da produção de Água+, a partir da FA de Beirolas, para a rega do recinto da JM23, com um caudal de dimensionamento de 3.000 m<sup>3</sup>/d de classe A;
- Desenvolvimento do Plano Estratégico de Reutilização de Água de Lisboa (PERAL+), no qual se prevê o fornecimento de 4 hm<sup>3</sup>/ano de água+, de classe A, para a rega de 470 ha de zonas verdes da cidade de Lisboa;



- Estudo para a aplicação de ApR na modernização do Aproveitamento Hidroagrícola da Várzea de Loures, no qual se prevê a dotação de um sistema de distribuição de água para a rega de 700 ha;
- Conceção da solução *in situ* (com tecnologia MBR) de produção de ApR para rega dos jardins do Marquês (220 m<sup>3</sup>/dia) e Parque dos Poetas 2.000 m<sup>3</sup>/dia, do Município de Oeiras;
- Arranque da Linha de Investigação e Desenvolvimento de Reutilização da Fábrica de Água de Alcântara, no âmbito do qual se realizou um estudo comparativo técnico-económico da ozonização e ultrafiltração para a produção de ApR de classe A;
- Definição do plano de reutilização para o Município de Cascais, incluindo 40m<sup>3</sup>/dia para lavagem de contentores e arruamentos, incluindo adicionalmente a estimativa de custos de fornecimento de Água+ em ponto de entrega na Fábrica de Água da Guia;
- Desenvolvimento do Plano de Ação para a Produção e o Fornecimento de água + para usos não potáveis da Tejo Atlântico, com particular destaque para a conceção das Circulares da Água para fornecimento de Água+ a partir das maiores Fábricas de Água, para abastecimento das zonas de maior potencial agrícola, a Oeste e na Lezíria do Tejo;
- Submissão dos processos de licenciamento de produção de ApR para a FA do Casalinho, para posterior fornecimento ao campo de golfe *West Cliff Ocean and Golf Resort* e para a FA de Mafra, para fornecimento ao parque urbano de Mafra.

Em relação aos estudos e projetos adstritos à melhoria das condições de tratamento das FA, destacam-se no decorrer de 2022:

- No âmbito do PECTURH, o estudo de otimização de funcionamento das FA de Alenquer e Póvoa da Galega;
- O arranque dos "Estudos Técnico-Económicos para a Desativação de Infraestruturas da Área de Concessão da Tejo Atlântico - Fase 1", no 2.º semestre de 2022;
- O estudo para transformação do piso dos filtros de areia em tratamento adequado na FA Guia, no qual foram desenvolvidos os termos do procedimento para contratação de consultoria para definição das soluções técnicas exequíveis na instalação;
- O estudo de otimização de tratamento biológico (sistema automático de arejamento) na FA de Beirolas e Vila Franca de Xira.

No que diz respeito à prossecução e à implementação do Plano Estratégico para a Gestão de Biolamas da Tejo Atlântico, desenvolveram-se as especificações técnicas e o programa preliminar para o caderno de encargos do procedimento da futura Empreitada de construção da unidade de Hidrólise Térmica da FA de Frielas, na qual será centralizado o tratamento das lamas produzidas da FA de Alcântara, Frielas e Aloverca.

Adicionalmente, e no que concerne ao objetivo estratégico de melhoria das condições de desodorização/ventilação das FA, enfatiza-se, durante o ano de 2022:

- A execução do estudo de otimização de ventilação e desodorização das FA de ETFS, Beirolas, Chelas, Frielas e São João da Talha;
- A instalação de plataforma da *EnviroSuite* de simulação de dispersão de odores na FA da Guia;
- A implementação das medidas de benfeitoria do sistema de ventilação e desodorização da FA da Guia, incluindo fase inicial da empreitada de execução.

## Cadastro/SIG

No que se refere às atividades de Cadastro/SIG, importa destacar o aumento da fiabilidade de informação cadastral e o conhecimento infraestrutural correspondente das infraestruturas lineares (15 km) sob responsabilidade da Águas do Tejo Atlântico.

Importa destacar o início do processo de contratação e arranque da implementação da "Utility Network", peça estratégica para a transformação digital da Águas do Tejo Atlântico, que permitirá dar resposta aos novos desafios tecnológicos ao nível do conhecimento.



e da análise da rede em qualquer ambiente, seja *web*, *móvel* ou *desktop*, sendo configurável pelo utilizador e possibilitando criar uma representação precisa dos ativos com maior detalhe, controlo e flexibilidade.

Com o objetivo de promover a consolidação de processos, foi dado início à elaboração do Manual de Inventariação que visa compilar a informação fundamental e as orientações associadas ao processo de Inventariação de Ativos Operacionais, a par com o estabelecimento das responsabilidades de cada interveniente, tendo em consideração a sua relevância e imprescindibilidade para a gestão do ciclo de vida dos ativos. Ainda neste âmbito, foi dada continuidade à criação dos ativos operacionais no sistema SAP-PM e à recolha e ao registo da informação técnica e financeira associada aos ativos adquiridos por via de aquisições diretas e investimentos/empreitadas previstos no Plano de Investimento (EE 1,2,3 Barril, EE Assenta, EE Meil, EE A-da-Perra, EE's Casal de Além 1 e 2 e FA Arrifana), bem como aos devidos registos e atualizações associados aos abates e movimentações. Foram mantidas as atividades regulares de atualização sistemática do inventário já existente nas infraestruturas em cerca de 7 EE e 4 FA, salientando-se, a título de exemplo, a FA de Santa Cruz, FA da Maceira, FA da Quinta da Coutada e FA Loja Nova.

Em termos operacionais, foi iniciada no terreno a prestação de serviços de "Inventariação de Ativos Operacionais 2021/2022" que contempla a inventariação e o complemento da informação técnica e de cadastro dos ativos, a par com a sua etiquetagem em 2 Fábricas de Água (FA Guia e FA Beirolas) e 35 estações elevatórias da zona Sul. Neste âmbito, foram já inventariadas 19 estações elevatórias (subsistemas de Alcântara e de Beirolas) e a Fábrica de Água de Beirolas (em fase de conclusão). Prevê-se o término da referida prestação de serviços durante o ano de 2023, procedendo-se seguidamente à validação e à integração da informação recolhida em SAP/PM, o que permitirá à Empresa ter informação técnica atualizada dos ativos em cerca de 100% das suas infraestruturas operacionais.

Para o ano de 2023 prevê-se uma forte aposta na urgente recuperação do passivo no que se refere ao complemento da informação técnica dos ativos operacionais e à sensibilização da organização para a importância deste processo para o sistema de gestão de ativos (SGAt).

### Arquivo Digital Técnico

Tendo em vista a transformação digital das Águas do Tejo Atlântico, foi dado início em 2022 à implementação e ao desenvolvimento de um arquivo digital que incorpore a documentação técnica relativa às suas instalações - Fábricas de Água, Estações Elevatórias, pontos de medição de caudal, condutas, edifícios, emissários, etc. Embora existente, essa documentação encontra-se dispersa por computadores pessoais, em diversas pastas dos servidores da empresa, em papel, em CD's, em DVD's, e em outros suportes.

Foi, assim, implementada uma plataforma de arquivo digital *Viewport Operations* que permite a consulta de uma forma simples e rápida da documentação técnica da Empresa já existente em formato digital. A 1.ª fase de testes de utilização iniciar-se-á no 1.º trimestre de 2023, prevendo-se que fique disponível em 2023 para todos os trabalhadores e colaboradores identificados como utilizadores.

Até 2024 pretende-se que seja digitalizada e carregada nesta plataforma toda a informação existente nas Águas do Tejo Atlântico e que se encontra em suporte físico disperso por várias instalações.

### Planeamento

No que concerne às atividades de planeamento, salienta-se que, em setembro de 2022, foi realizada a 1.ª fase da auditoria externa que atribuiu à Empresa a continuidade da certificação do Sistema de Gestão de Ativos, de acordo com a norma ISO 55001. O âmbito da certificação incluiu 3 subsistemas - Alcântara, Guia e Santa Cruz, que representam aproximadamente 47% da capacidade total de tratamento de águas residuais, abrangendo as zonas Sul e Norte e um total de 3 FA, 49 EE e 275,65 km de emissários e interceptores.

Também no decorrer de 2022 foi desenhado um *Balanced Scorecard*, com indicadores representativos das 3 dimensões, custo, risco e desempenho, que será parte integrante do relatório de Gestão de Ativos a ser elaborado pela primeira vez em 2023, com dados relativos a 2022.

No seguimento das principais funções da Área Planeamento, no que se refere à coordenação do processo de elaboração do Plano de Investimentos na vertente de construção (imobilizado em curso), foram elaborados e implementados dois procedimentos de trabalho e desenvolvida a metodologias de apoio à decisão e priorização do investimento com base na avaliação do risco e na política de gestão de ativos.

## Segurança e Sustentabilidade Empresarial

Durante o ano de 2022, o Departamento de Segurança e Sustentabilidade Empresarial (SSE), no âmbito da sua missão, promoveu e desenvolveu várias atividades por forma a ir ao encontro das necessidades e expectativas dos seus *stakeholders*. Foi necessário continuar a adotar uma posição de alguma prudência face à pandemia COVID-19, obrigando a que se continuassem a concentrar esforços na garantia da segurança e da saúde dos trabalhadores, famílias e parceiros, procedendo à reavaliação dos riscos profissionais, em função do contexto de pandemia, sempre que necessário.

Foi efetuado o reforço do plano de prevenção contra riscos profissionais, preocupação sublinhada com o acidente de trabalho mortal ocorrido no final de 2020 que impactou fortemente as nossas pessoas e a atividade desenvolvida. O controlo dos riscos foi efetuado com desenvolvimento de planos específicos e mantendo o compromisso da melhoria contínua: Plano Controlo Riscos Químicos; Plano Controlo Riscos Elétricos, Eletromagnéticos e Radiações Ionizantes; Plano Controlo Riscos associados a atmosferas explosivas (ATEX); Plano Controlo Riscos Trabalhos em Altura/Profundidade e Espaços Confinados; Plano Controlo Riscos Biológicos, incluindo Legionella e Plano Controlo Riscos Psicossociais. Deste modo, foi desenvolvido o Plano Estratégico de Segurança da AdTA 2022-2026.

Destaca-se a participação no Comité de Sustentabilidade e Responsabilidade Social do Grupo AdP, designadamente para definição da estratégia global relativa à segurança do trabalho baseada na efetiva adoção da cultura de segurança revisitada em 2022.

A Tejo Atlântico assegurou a excelência operacional da gestão integrada através de um Sistema de Responsabilidade Empresarial integrado nas vertentes de Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001), Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001), Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (NP ISO 45001), com um âmbito 100%. Gestão da Energia (NP EN ISO 5001), representando 64% dos consumos, e Gestão de Ativos (NP ISO 55001), esta última em três subsistemas (Alcântara, Guia e Santa Cruz), representando 47% da capacidade total de tratamento instalada e 45% da população servida. A gestão de ativos pretende potenciar o desempenho dos ativos, entendam-se órgãos/equipamentos e infraestruturas, minimizando os respetivos riscos e custos durante todo o seu ciclo de vida e desta forma prolongar a sua vida útil atendendo a um correto funcionamento e desempenho, de forma a reduzir significativamente os riscos de falha dos diferentes órgãos e equipamentos e garantir a sua fiabilidade e disponibilidade.

A Empresa foi sujeita a exercícios de auditoria interna, por entidade externa, e auditoria externa, pela entidade certificadora APCER, ao seu sistema de gestão.

Em destaque:

- O arranque da sistematização e desenvolvimento do Programa Integrado de Sustentabilidade e Responsabilidade Social da AdTA, com identificação das diferentes simbioses e unidades orgânicas potenciadoras;



Figura 47 - Sensibilização para a Sustentabilidade e Responsabilidade Social da Tejo Atlântico



- A confirmação e o compromisso com os Dez Princípios do *UN Global Compact* relativos a Direitos Humanos, Práticas Laborais, Práticas Ambientais e Anticorrupção através da assinatura da Carta de Compromisso com as Nações Unidas – *Global Compact*
- Cálculo da Pegada: estabelecimento de metodologia de cálculo e de ferramenta, em resposta ao grupo criado para o efeito pela *holding*
- Lançamento dos alicerces do projeto organizacional de Voluntariado, a desenvolver em 2023;
- Projeto Compras Ecológicas e Sustentáveis na AdTA, considerando as premissas previstas para a [Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030](#);
- A preparação do Plano Estratégico de Segurança para o triénio 2022-2026, mantendo o propósito de melhorar continuamente a saúde e a segurança dos trabalhadores, em compromisso com o Quadro Estratégico para a Saúde e Segurança no Trabalho da União Europeia, definido para o período 2021-2027;
- O reforço do Plano de Prevenção Riscos Profissionais, integrante da estratégia da AdTA para implementação eficaz de uma cultura organizacional baseada na segurança, não só com direitos, mas com responsabilidades e deveres, e traduzindo o envolvimento, a liderança e o compromisso de todos. Incluiu vários eixos de atuação: organizacional, auditorias/inspeções/vistorias, melhorias das condições físicas segurança das instalações e equipamentos, das condições de resposta à emergência, sinalização, procedimentação, formação e melhoria de competências e informação e comunicação;
- A continuação da revisão do sistema de gestão implementado no âmbito da Segurança do Trabalho, com recurso a perito externo, no sentido de procura de melhoria contínua e desenvolvimento do plano estratégico a médio prazo;
- A dinamização de várias atividades de prevenção e de proteção contra riscos profissionais, com destaque para o risco dos trabalhos em espaços confinados e/ou em altura, muitas vezes com possibilidade de exposição a gases, ex. sulfídrico, e dos trabalhos em zonas com atmosferas potencialmente explosivas, de modo a cumprir todos os requisitos legais e normativos aplicáveis, garantindo condições de trabalho seguras a todos trabalhadores e subcontratados;
- A utilização em pleno da Plataforma digital do Sistema de Responsabilidade Empresarial, aplicação informática de organização das várias vertentes e atividades no âmbito do Sistema de Responsabilidade Empresarial, com realização de várias ações de formação dedicadas;
- A certificação nos referenciais normativos de qualidade, ambiente e segurança em âmbito total, que se mantém;
- A integração de 2 novas infraestruturas – Beirolas e Chameca, num total de 13 infraestruturas, no que respeita à certificação no referencial normativo da gestão de energia, mantendo no âmbito da certificação as instalações mais representativas em termos de consumo (64% do consumo total de energia da Tejo Atlântico), incluindo as Fábrica de Água de Alcântara e da Guia;
- A certificação pelo referencial normativo NP ISO 55001 (Gestão de Ativos) nos subsistemas de Alcântara, Guia e Santa Cruz;
- O arranque do projeto de implementação e certificação pela norma de Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação;
- Divulgação da "Fábrica de Ideias", com desenvolvimento de APP por forma a aumentar a participação dos/as trabalhadores/as nos processos de melhoria;
- A realização dos exercícios de auditoria externa de conformidade legal nas Fábricas de Água Carregado, Vila Franca de Xira, Alverca Bucelas, Chelas, Beirolas, São João da Talha, São Martinho do Porto, Gaeiras, Rio Maior, Malveira, Santa Cruz e Atouguia da Baleia, com definição de nova estratégia para o ano de 2023 relativa à avaliação das obrigações de conformidade legal;
- O esforço, o empenho e o investimento na capacitação dos trabalhadores em formação especializada de segurança, treinos em *Safety Moments* em temas vários, como "utilizar arnês" e "utilizar detetor de gases", e o enfoque nas sensibilizações de índole comportamental com a perspetiva da responsabilidade e do compromisso na salvaguarda permanente da vida humana, nomeadamente de liderança para a segurança direcionado às chefias intermédias;
- A capacitação dos técnicos de segurança, em temáticas como liderança na segurança, planeamento e autorizações de trabalho e análise de incidentes;

- O exercício de levantamento, em número e localização, de centenas de tampas/passadiços em PRFV onde a circulação obriga ao acesso imprescindível de trabalhadores, por motivos operacionais, com sinalização e proteção, enquanto 1.º input ao estabelecimento do Plano de Inspeções desenvolvido;
- Continuação do reforço de instalação de EPC e EPI em todos os Centros Operacionais, incluindo dezenas de linhas de vida e centenas de pontos de ancoragem, em paralelo com ações de formação em trabalhos em espaços confinados e/ou em altura e profundidade e acompanhamento de trabalhos de risco elevado;
- A realização de exercícios de treino em simulacros de resgate em espaço confinado e em altura, sismo, incêndio e atmosferas explosivas;
- A continuação das monitorizações ambientais e de segurança, medição de campos eletromagnéticos em equipamentos e radiação ionizante;
- Avaliação da exposição a produtos químicos classificados como cancerígenos e/ou mutagénicos, nas unidades laboratoriais;
- A elaboração dos planos de prevenção e controlo de Legionella nas instalações de Chelas e S. João da Talha, após terem sido implementados os planos de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas, Vila Franca de Xira, Mafra, Alverca, Rio Maior, Torres Vedras, São Martinho do Porto e Casalinho;
- Implementação de diversas medidas com o objetivo de melhorar o relacionamento com os fornecedores, através da definição de requisitos para aquisição de bens e serviços, de ações de sensibilização/acolhimento designadamente sobre o Sistema de Responsabilidade Empresarial e a Segurança no Trabalho, dirigidas a trabalhadores externos;
- A colaboração e a participação ativa dos representantes dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde trabalho, garantindo o seu comprometimento e envolvimento, dando continuidade ao trabalho desenvolvido nos últimos anos, com identificação e avaliação das condições de trabalho em visitas operacionais e reuniões descentralizadas nos vários Centros Operacionais, tendo em vista a redução dos riscos potenciais a que os trabalhadores estão sujeitos no seu dia-a-dia;
- A análise dos sistemas de segurança existentes, incêndio, intrusão e videovigilância para avaliação de risco e definição do plano estratégico de segurança física da AdTA;
- Continuidade na adoção de boas práticas no campo da igualdade de género e oportunidade e da conciliação da vida pessoal e profissional, com aprovação, em novembro, do Plano de Igualdade de Género 2023, prevendo-se a implementação da NP 4552 com certificação planeada para 2023;
- Continuidade na colaboração com a APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial;
- A colaboração com a *PWV - Professional Women's Network* de Lisboa, conforme protocolo estabelecido, possibilitando a várias trabalhadoras da Empresa usufruir dos programas de Mentoring e Liderança.

Foi também desenvolvido um conjunto de outras iniciativas relevantes:

- Finalização da Campanha de Segurança 365, a relembrar que os comportamentos de segurança devem ser adotados 365 dias/ano, com desenvolvimento de sessões "Hora da Segurança", alertas de segurança por sms, whatsapp, abertura de PC e bannerassinatura de e-mail, posters, vídeos e filmes;



Figura 48 - Campanha "Segurança 365"



- A Comemoração do Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho, com a sessão da formação "Liderança para a segurança – planeamento e autorizações de trabalho", dirigida às chefias intermédias DOP e DMA, e com o encerramento da campanha da SSE "Segurança 365" no dia 28 de abril;
- W WORKSHOP, diretamente do auditório da SEDE em Alcântara, com o especialista em trabalhos em altura, espaços confinados e resgate industrial Nuno Martins. O tema foi "Prevenção de riscos profissionais nos TRABALHOS COM RISCO DE QUEDA EM ALTURA";
- A Comemoração da Semana Europeia da Segurança e Saúde no Trabalho;
- A comemoração do Dia Nacional da Sustentabilidade, data escolhida para sinalizar o dia em que a ONU revelou os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, lançando uma campanha interna que desafia a reflexão: "... o que é que cada um de nós está a fazer para garantir que todos nós continuemos a viver neste planeta?..." e sensibilizar para a mudança dos hábitos e comportamentos, em casa e no trabalho, estimulando a adoção de comportamentos e hábitos de consumo para um mundo e vida mais sustentável;



Figura 49 – Comemoração do 1º de Dia Nacional da Sustentabilidade

- A comemoração da Semana Europeia da Prevenção de Resíduos com o foco nos "Têxteis circulares & sustentáveis, o lixo está fora de moda";



Figura 50 – Comemoração da Semana Europeia de Prevenção de Resíduos

- A comemoração do Dia Mundial da Energia, com lançamento da Campanha "Energia+", com o objetivo de sensibilizar toda a Empresa para a temática da gestão de energia e desenvolver uma cultura de boas práticas a nível interno;

Handwritten signature and initials in blue ink, including the word 'SIN' and a large stylized signature.





Figura 51 – Comemoração do Dia Mundial da Energia

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

- Campanha para proteção sol e calor, com distribuição de protetores solares, de garrafas para água/cantil e sacos térmicos para colocar nas viaturas e bonés;



Figura 52 – Campanha: “...o que é que cada um de nós está a fazer para garantir que todos nós continuamos a viver neste planeta?”

- Início do Ciclo de Conferências Wtalk – conversas com a Sustentabilidade no Foco, com, a então, Secretária de Estado do Ambiente, Inês dos Santos Costa, que abordou temas como o desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e novos comportamentos da sociedade no sentido de repensar, reduzir, reutilizar, reciclar e regenerar, por forma a diminuir a pressão sobre as matérias-primas e a proteção do planeta.

O desafio de continuar a caminhar no propósito comum, aumentando o envolvimento dos trabalhadores e colaboradores com a Empresa, ao integrar a mudança de comportamento no quotidiano de cada um, observando a dualidade vida pessoal-vida profissional, seja na forma como nos relacionamos com os outros, na capacidade de adotarmos comportamentos que melhoram a nossa comunidade ou na potenciação de comportamentos mais sustentáveis vai marcar 2023: ser responsável individualmente e na comunidade perante as alterações climáticas.

A disseminação e a efetiva implementação de uma cultura de segurança efetiva e global no Grupo AdP manter-se-á como próximo desafio, bem como continuar o trabalho desenvolvido na resposta aos riscos emergentes, designadamente os de natureza psicossocial.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## Comunicação e Educação Ambiental

### Comunicação interna

A comunicação interna continua a ser uma ferramenta determinante no objetivo de envolver toda a equipa e mantê-la "ligada" face aos desafios diários e aos objetivos da empresa. Depois de anos de pandemia, 2022 proporcionou um regresso ao modelo misto, digital e presencial, face à geografia dos centros operacionais da Tejo Atlântico. Dessa forma, foi possível realizar ações presenciais, participadas, e outras à distância, utilizando os habituais canais de comunicação, tendo em conta tornar a difusão da informação o mais universal possível.

A nível interno, a comunicação digital continua a utilizar os e-mails, portal interno, *Facebook* interno, SMS e *newsletter*:

A Direção de Comunicação e Desenvolvimento (DCD) desenvolveu conteúdos e organizou atividades e iniciativas internas, pontuais e outras estruturadas ao longo do ano, articulando com as várias direções e departamentos com o objetivo de manter toda Empresa envolvida e informada sobre os principais acontecimentos, alimentando desta forma os diversos canais de comunicação.

Depois da experiência a desenvolver sessões *online* com o regresso da participação presencial a Tejo Atlântico organizou ao longo do ano vários workshops temáticos, convidando oradores de diversas áreas a refletir com a Empresa a visão de outras experiências do setor da água e também de outras atividades fora deste universo.

Do ponto de vista social e interno, a Empresa, numa iniciativa com a Holding Águas de Portugal, procedeu à oferta de um cabaz solidário com uma seleção de produtos regiões com origem na zona das empresas participadas.

Além desta iniciativa, prosseguiu o projeto do envio dos postais solidários para atribuição de bolsas de estudo do ensino superior e especial, bem como a entrega de presentes didáticos aos filhos dos trabalhadores dos 0 aos 12 anos, no projeto conhecido como dezembro+ na Tejo Atlântico.

### Comunicação externa

A comunicação externa tem como um dos objetivos o envolvimento com a comunidade e com os diversos *stakeholders*, promovendo a atividade de uma Empresa que tem reflexos muito positivos na qualidade das massas de água e ecossistemas, bem como a saúde pública e na qualidade de vida de cerca de 2,4 milhões de pessoas.

É neste contexto que, ao longo do ano, foram organizadas campanhas e iniciativas para o público externo divulgados através dos diversos canais com a produção de conteúdos, designadamente de projetos de inovação, sustentabilidade e descarbonização.

A revista Tejo Atlântico manteve a publicação de três edições durante 2022, com rubricas que variaram dos artigos às entrevistas, sendo distribuída uma versão impressa e disponibilizada a versão digital no *site* institucional.

No que concerne aos meios de comunicação social, a Tejo Atlântico tem procurado alimentar e disponibilizar conteúdos com interesse jornalístico, numa época em que as questões da economia circular estão na "agenda" e a atividade da Empresa está estreitamente ligada a esse conceito. De notar que a avaliação das notícias publicadas ao longo do ano na imprensa registaram uma avaliação muito positiva.

"Há ART nas Fábricas de Água" foi um dos projetos de comunicação externa através da arte urbana que, de uma forma irreverente e original, sensibiliza as pessoas para uma atividade pouco visível e para um serviço essencial de tratamento de água residual com impacto positivo no ambiente e na saúde pública. Este projeto de arte urbana, de pinturas murais, incluiu as Estações Elevatórias do Monte Estoril, de Paço de Arcos e a de Conde de Óbidos.





Figura 53 - Projeto de arte urbana - EE Monte Estoril, Paço Arras e Conde de Óbidos

"PENSA Saneamento" foi a campanha do Dia Mundial do Saneamento, com um desafio nas redes sociais e em parceria com uma rádio e que premiou a melhor fotografia do "Pensador" (a famosa estátua do escultor Rodin).



Figura 54 - Campanha Dia Mundial do Saneamento

A comunicação digital continua a sua trajetória ascendente, sustentada, revestindo-se da maior importância na estratégia de comunicação da Tejo Atlântico, através das plataformas *Instagram, LinkedIn, Facebook, Youtube*, que registou novos seguidores ao longo do ano. O Caminho da Inovação 2022 regressou ao formato original, com presença física: tem como objetivo promover a inovação no setor da água, partilhar experiências e projetos e criar uma oportunidade de *networking*. A edição deste ano contou com a presença de mais de 500 participantes e com a apresentação de casos estudo de diversos pontos do globo.



Figura 55 - 8ª Edição do Caminho da Inovação 2022



A Tejo Atlântico continua a organizar iniciativas em parceria com outras entidades e *stakeholders*, envolvendo a sociedade civil, científica e técnica, partilhando o caminho que vem percorrendo ao nível da economia circular, da descarbonização e da sustentabilidade.

O Milagre Português, como é conhecido no exterior o processo de infraestruturização de abastecimento de água e tratamento de águas residuais, tem colocado as Fábricas de Água da Tejo Atlântico como exemplos um pouco por todo o mundo, trazendo a Portugal comitivas de decisores e técnicos para conhecer de perto tudo o que o se faz no Grupo Águas de Portugal e, neste caso, a Tejo Atlântico, que conseguiram conquistar de forma sustentada ao longo destes anos.

## Educação ambiental

As sociedades mais desenvolvidas são também as mais informadas e as que têm melhores práticas.

Ao nível da atividade da Tejo Atlântico, o comportamento das pessoas e das organizações têm uma importância fundamental nos resultados e na perceção da atividade da Empresa.

Neste contexto, há, ao longo do ano, uma aposta muito grande ao nível da educação ambiental, através da sensibilização no uso adequado da água, nomeadamente do seu potencial depois de tratado nas Fábricas de Água e da sua valorização como subproduto.

Em 2022 as atividades organizadas pela Tejo Atlântico, presencial e online, chegaram a mais de 11.000 alunos e professores das escolas dos municípios servidos por este sistema.

O regresso das visitas de estudo presenciais foram alvo de grande procura, tendo a Empresa aberto a porta do seu Centro de Educação Ambiental e de várias das suas principais Fábricas de Água, contando com mais de 2.100 visitantes distribuídos por 87 visitas às suas infraestruturas.

A aposta na formação de qualidade, em parceria com ONGA, CFAE's e outros *stakeholders*, permitiu a realização de treze ações de formação, maioritariamente direcionadas para professores, acreditadas por entidades certificadas pelo Ministério da Educação, e com conteúdos alinhados com os programas curriculares e com o Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, que contaram com a participação de mais de 300 professores e algumas dezenas de técnicos municipais.

A dinamização de *workshops* temáticos, alguns direcionados para professores e outros para as comunidades, incluiu projetos nacionais como o *Coastwatch*, a BioLagoa de Óbidos, o Projeto Rios, ou os Peixes Nativos (este último um projeto da Tejo Atlântico, desenvolvido desde 2017 em parceria com o MARE-ISPA).

Ao longo do ano, foram realizadas várias ações em articulação com os municípios, como a comemoração de dias temáticos, ações de sensibilização nas praias com a dinamização de oficinas pedagógicas, como foi a REplasticAR+ rumo à economia circular.

Também a promoção de dias abertos às Fábricas de Água, integrados na sua maioria no programa Ciência Viva no Verão, foram outros exemplos de atividades desenvolvidas em 2022 que envolveram milhares de participantes, e outras iniciativas desenvolvidas em parceria com o #EstudoEmCasaApoi@ (DGE), a Escola Azul (DGPM), o Eco-Escolas (ABAE) ou os Clubes de Ciência Viva na Escola (Pavilhão do Conhecimento), como foram os programas educativos "O Mar começa aqui", implementado em articulação com a ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa, e com os seus Municípios aderentes, a alguns estabelecimentos de ensino da sua área de concessão.

Salienta-se também a conceção e a produção de recursos pedagógicos e a sua partilha e oferta, como é o caso dos livros infantis "A incrível viagem do cocó" e "Os meninos-do-rio", ou dos jogos em tamanho real.



Figura 56 - Ações de Educação Ambiental

## Prémios e reconhecimentos de 2022

Em 2022 a Tejo Atlântico conquistou duas menções honrosas na 8.ª Edição do Reconhecimento de Práticas Responsabilidade Social e Sustentabilidade, promovido pela APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial.

Os dois projetos premiados foram nos ODS 15 - Proteger a Vida Terrestre - Projeto PEIXES NATIVOS - Monitorizar e sensibilizar para proteger os rios da região Oeste e a ictiofauna nativa que neles habitam, e ODS 4 – Educação de Qualidade - Conhecer e Valorizar a Água – uma forma de assinalar o Dia Mundial da Educação Ambiental, ações que refletem o compromisso da Empresa com a sustentabilidade e as boas práticas.

## Desenvolvimento

No ano de 2022, a atividade de Desenvolvimento Empresarial centrou-se na afirmação das marcas, agora registadas, com origem no processo produtivo das Fábricas de Água, como são os casos da água+®, água reciclada para usos não potáveis, e Biolamas+®, em linha com a Economia Circular.

Paralelamente, a Empresa esteve presente em vários fóruns nacionais e internacionais por forma a partilhar experiências relacionadas com os produtos e marcas acima referidos e consolidar os conceitos, sustentados nas "Fábricas de Água" junto dos *stakeholders* municipais, científicos e institucionais.

Foram ainda desenvolvidas ações conjuntas – designadamente os Dias AgIR - com os Municípios no âmbito do Plano de Ação AgIR, com vista à erradicação das descargas indevidas de águas industriais residuais dos sistemas de tratamento e valorização da Águas do Tejo Atlântico.

## Perspetivas Futuras

Quanto ao futuro, a DCD vai continuar a trabalhar no reconhecimento empresarial, a nível nacional e internacional, promovendo o envolvimento dos seus trabalhadores na projeção da estratégia da Empresa.

A Águas do Tejo Atlântico vai desenvolver campanhas relacionadas com a disponibilidade da água+®, das Biolamas+® e revitalizar a Vira®, bem como candidatar-se a distinções nacionais e internacionais por campanhas e projetos realizados em prol da Economia Circular e da salvaguarda do Capital Natural da região onde está integrada.



## Investigação & Desenvolvimento e Inovação

Ao nível do desenvolvimento empresarial deu-se continuidade aos diversos projetos de afirmação de novos conceitos e teste de soluções que se enquadram no âmbito da economia circular e descarbonização, como são as Fábricas de Água e os subprodutos derivados do processo de tratamento, e no âmbito da Otimização e Digitalização de Processos, não só dos processos de tratamento, mas também de processos administrativos.

Neste sentido, é relevante destacar a assinatura do Protocolo de Cooperação com a entidade gestora dinamarquesa, Aarhus Vand A/S, que tem como objetivo a partilha de sinergias e potencial de replicação de projetos ao nível da otimização de processos, da economia circular e da descarbonização.

Durante o ano de 2022 iniciaram-se os trabalhos relativos à implementação do Sistema de Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inovação, de acordo com o referencial normativo NP 4457, em colaboração com o SSE e a consultora INOVA+, INNOVATION SERVICES, S.A. Pretende-se com a implementação deste Sistema de Gestão garantir uma melhor sistematização de todo o processo de Inovação da Águas do Tejo Atlântico, a geração de ideias, bem como agilizar o processo de aquisição e partilha do conhecimento na empresa.

Na sequência da publicação da Recomendação (UE) 2021/472 da Comissão, de 17 de março de 2021, Portugal decidiu proceder à sua implementação e, sequencialmente, definir um programa de monitorização sistemática do vírus SARS-CoV-2 e respetivas variantes nas águas residuais. Neste âmbito, a Águas do Tejo Atlântico integrou o sistema de monitorização com a amostragem do afluente bruto em 3 FA.

### Projetos de I&D e Inovação em curso

Os principais trabalhos desenvolvidos relativamente aos projetos de I&DI financiados em 2022, foram:

- *Interreg ECOVAL: Gestão e recuperação de resíduos orgânicos e lamas do tratamento de águas residuais para a produção de ácidos gordos voláteis (AGV):* este projeto pretende obter produtos de valor acrescentado a partir de resíduos orgânicos gerados em ambientes urbanos (lamas de FA e biorresíduos), novos modelos de gestão de resíduos e proposta de alterações legislativas para possibilitar a integração dos AGV no mercado. Em 2022, procedeu-se à conclusão do estudo da aplicação de campos elétricos pulsados (PEF) para a otimização da hidrólise de lamas. No âmbito deste projeto, procedeu-se à organização e realização do 2.º Workshop "Superar as barreiras da valorização de lamas de ETAR e biorresíduos";
- *B-WaterSmart – Accelerating Water Smartness in Coastal Europe:* Este projeto visa aplicar uma abordagem sistémica de inovação em larga escala para demonstrar tecnologias e soluções de gestão inteligente de dados para múltiplos utilizadores e setores, e criar novos modelos de negócios assentes na economia circular e na inteligência hídrica. Em 2022, procedeu-se à instalação do piloto de ozonização e osmose inversa para tratamento avançado de água residual na FA de Beirolas. Com base na campanha de monitorização da qualidade da água para reutilização (água+) da FA de Alcântara, foram apresentados os resultados da modelação do comportamento dos compostos clorados ao longo da rede.

Deu-se ainda continuidade aos projetos e estudos alinhados com as linhas de inovação e investigação da Tejo Atlântico. Relativamente à Otimização e Digitalização de Processos, as principais iniciativas foram:

- *Projeto Metric4:* Trata-se de um projeto onde se aplicam sensores de imagem, integrados com técnicas de *machine learning*, para apoio à monitorização e à otimização de diferentes processos associados às instalações de tratamento. No âmbito deste projeto, procedeu-se à instalação de 4 sensores em 4 Estações Elevatórias da rede de drenagem do subsistema de Alcântara, com o objetivo



de otimizar as deslocações da equipa de operação a essas instalações. Pretende-se ainda testar a tecnologia na monitorização e na otimização do enchimento de galerias de lamas na FA de Alcântara durante o ano de 2023. Este projeto tem sofrido alguns atrasos, uma vez que tem existido falhas na entrega de componentes necessários ao desenvolvimento dos sensores;

- Projeto Data+: Trata-se de uma plataforma web para apoio à decisão através da visualização de dados, cálculo de indicadores e produção automática de relatórios. Em 2022, foram desenvolvidos relatórios com os dados operacionais presentes no DATA, que são enviados automaticamente para os coordenadores e responsáveis dos Centros Operacionais;
- Projeto SMARTShop: Este projeto tem como objetivo agilizar o processo de contratação através da elaboração das peças de procedimento numa plataforma web. Durante o ano de 2022 concluiu-se o desenvolvimento da plataforma, sendo expectável a entrada em produtivo no início de 2023;
- Aquacorp: Este projeto tem como objetivo a implementação de um protótipo de um sistema inovador de monitorização e alerta para a caracterização do afluente através da análise fotográfica do mesmo, não requerendo qualquer contacto com a água residual. No final do ano de 2022, foi reinstalada uma sonda multiparamétrica de espectrofotometria S:CAN da obra de entrada da Fábrica de Água de S. João da Talha que permitirá calibrar o sistema de monitorização e alerta, estando prevista a instalação da sonda AQUACORP para o primeiro trimestre de 2023;
- SAG T1000: O projeto "SAG T1000 – Sistema Automatizado de Gradagem Transversal 1000" foi uma iniciativa vencedora do Desafio à Inovação 2019, com o objetivo de desenvolver um protótipo de um sistema de gradagem automático para Estações Elevatórias de pequena dimensão. Durante o ano de 2022, foi desenvolvido o protótipo, estando prevista a sua instalação na EE do Sanguinhal do Subsistema da Charneca, no primeiro trimestre de 2023;
- ISea: Este projeto em colaboração com a Câmara Municipal de Cascais (CMC) e a empresa Hidromod, Lda., tem como objetivo desenvolver uma plataforma operacional de apoio à decisão face à ocorrência de descargas de águas residuais não tratadas na zona costeira entre Carcaveiros e a Guia. Em 2022, procedeu-se à configuração de uma base de dados que inclui informação dos sensores de nível nos açudes e dos descarregadores. Foi desenvolvido um modelo de previsão de descargas de águas residuais e a construção de dashboards operacionais;
- Ecolbrium: Trata-se de um projeto com origem no programa de aceleração SOL Green Capital, em colaboração com a start-up Ecolbrium e a AXIANS, com o objetivo de implementar um protótipo de um sistema de manutenção preventiva na Estação Elevatória 2 de Alcântara. Durante o ano foi realizado o levantamento de requisitos e o processo de contratação para se testar a solução;
- SmartOdor: Este projeto tem o objetivo de desenvolver uma solução integrada de ventilação e desodorização inteligente para a FA de Vila Franca de Xira. No ano de 2022, foi feito o levantamento da situação inicial, definidos os diferentes cenários a avaliar para o dimensionamento da solução futura;
- SCEMAI: É um projeto em colaboração com a start-up Helloscemai, Lda., premiada no Desafio à Inovação 2021, para o desenvolvimento de um controlador de desidratação de lamas. Durante o ano 2022, procedeu-se ao levantamento de requisitos. Iniciou-se ainda o processo para o estabelecimento do protocolo de parceria com a empresa Helloscemai Lda.;
- Sistema Automático de Separação de Amostras: Trata-se de um projeto vencedor do "Desafio à Inovação 2022", que teve como objetivo construir um protótipo de um sistema de separação de amostras no Laboratório, para otimizar este processo. Em 2022, realizou-se a conceção, o desenvolvimento e o teste do protótipo nos laboratórios de Beirolas e Frielas.

No âmbito da Economia Circular e Descarbonização, as principais iniciativas foram:

- **Reutilização de água+**: Durante o ano de 2022 procedeu-se à elaboração de um protocolo de colaboração entre a Tejo Atlântico, o Instituto Superior de Agronomia e a Faculdade de Ciências e Tecnologia para a elaboração do plano estratégico e definição de ações. Ainda relativamente a este tópico, deu-se o arranque do piloto para a reutilização na FA de Alcântara, que inclui um estudo de comparação de tecnologias de tratamento de água residual tratada para fins de reutilização, estando prevista para o segundo trimestre de 2023 a apresentação dos resultados;
- **Recuperação de fósforo**: Este projeto pretende potenciar os nutrientes libertados na digestão anaeróbia e reduzir os custos de manutenção associados à precipitação de estruvite em tubagens. Em 2022, procedeu-se à operação do piloto para recuperação de fósforo sob a forma de estruvite e à recolha de dados. Está previsto para o primeiro trimestre de 2023 a apresentação dos resultados;
- **Desinfecção com ácido peracético**: O estudo do ácido peracético como desinfetante alternativo ao cloro permitirá minimizar a formação de subprodutos da desinfecção. Em 2022, realizou-se o estudo da desinfecção de águas residuais urbanas tratadas com ácido peracético, à escala piloto, na FA de Beirolas;
- **Biolamas+ na FA da Guia**: Trata-se de um projeto com o objetivo de avaliar a viabilidade económica da reabilitação da secagem térmica da FA Guia e produção de um novo produto: Tejo Atlântico – Pellets. Nesse sentido, durante este ano procedeu-se à inspeção da instalação de secagem térmica, e consequente avaliação da reabilitação da instalação;
- **Hidrogasmove**: Este projeto é liderado pela Dourogás e financiado pelo Fundo de Apoio à Inovação e conta com a colaboração da Tejo Atlântico. O projeto visa demonstrar a tecnologia de produção de biometano a partir do biogás produzido na FA de Frielas. Durante o ano de 2022, foi instalado o piloto de produção de biometano e foram realizados ensaios de tratamento de biogás e purificação, assim como o armazenamento de biometano;
- **Piloto de compostagem**: A compostagem permite a higienização das lamas de FA, dando origem a um composto fertilizante. Este projeto pretende avaliar a compostagem das lamas produzidas na FA de Beirolas e poderá ser integrado nas campanhas de educação ambiental promovidas pela Águas do Tejo Atlântico. Durante o ano 2022, procedeu-se ao primeiro teste de produção de composto e à realização de uma campanha de amostragem.

## Outras atividades

Com o objetivo de dinamizar a cultura de inovação da Tejo Atlântico, interna e externamente, bem como com vista à divulgação dos diversos trabalhos em curso e ainda da promoção do *networking* foram desenvolvidas várias atividades, com destaque para:

- Organização da 6.ª Edição de "O Caminho da Inovação", num regresso ao formato presencial, no dia 4 de outubro, com o tema de "Nós temos água+";
- Atribuição dos prémios da quinta edição do "Desafio à Inovação" aos seguintes projetos: EcoTelas - Reutilização das Telas do Filtro de Banda; S.A.S.A. - Conceção e Desenvolvimento de um Sistema Automático de Separação de Amostras; e Aplicação da Realidade Aumentada em Fábricas da Água;
- Participação no "Water Reuse Europe Conference and Exhibition on Innovations in Water Reuse" realizado em Girona em setembro de 2022;

- Participação na *IWA World Water Congress & Exhibition 2022*, realizado em setembro em Copenhaga, Dinamarca, com comunicações realizadas pelas diferentes áreas da empresa:
  - *"Microbiology Contamination In Grass Irrigated With Different Water Sources"*, apresentação oral;
  - *"Protocol For Water Reclamation By Ozone / Reverse Osmosis For Safe Direct Potable Reuse In Beer Production"*, apresentação em Poster;
  - *The Implementation Of The Combined Approach In Wastewater Discharge Permits – To Be Or Not To Be?*, apresentação em Poster;
- Participação na conferência *"Water Innovation Europe 2022"* realizada a 14 de junho, em Bruxelas, na qual a Tejo Atlântico foi finalista do *"Water Europe Innovations Awards"*;
- Participação na conferência internacional *WEX Global* realizada a 28 de junho em Valência, Espanha, na qual a Tejo Atlântico foi finalista do *"Web Global 2022 Awards"*;
- Deslocação de uma equipa da Águas do Tejo Atlântico a Aarhus, Dinamarca, com elementos do IDI, DOP e DGA, fruto do protocolo assinado com Aarhus Vand A/S;
- Arranque do projeto europeu MAR2PORTECT, onde se encontra previsto um piloto de demonstração na FA de Frielas.

No âmbito de candidaturas a novos projetos de I&D e Inovação, durante o ano de 2022 a Águas do Tejo Atlântico integrou duas candidaturas a programas de financiamento, nomeadamente programa Horizonte Europa (como parceiro associado) e ao Plano de Recuperação e Resiliência, onde foi estabelecido um Memorando de Entendimento, com o objetivo de estabelecer a cooperação entre os seus intervenientes, tendo em vista a utilização de águas residuais para produção de hidrogénio.

Foram ainda submetidas 4 comunicação a diferentes eventos: SILUBESA e ENASB.



# RISCO E CONTROLO INTERNO

A Águas do Tejo Atlântico e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão dos riscos, da prevenção e combate à fraude, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a Águas do Tejo Atlântico se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, em 2022 foi dada continuidade ao desenvolvimento do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo, iniciado em 2019 e assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



## Avaliação dos Riscos

- Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela instituição, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

## Informação e comunicação

Instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de

## Ambiente de Controlo

Deve refletir a importância do Controlo Interno (CI) e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. É o conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização.

Define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco.

É a base de todas as restantes componentes do SCI.

## Atividades de Controlo

Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico.

As atividades de controlo podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

## Monitorização de Atividades

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente,

uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da instituição.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização.

Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias;

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

Em 2022, a Águas do Tejo Atlântico concluiu o mapeamento dos processos ainda relativos à Fase 1 do Projeto de Implementação do SCI.

Foi ainda iniciada em 2022 a Fase 2 do projeto com o mapeamento, pelas empresas piloto, dos restantes processos identificados como críticos, e que compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

No final de 2022 foi ainda realizada a reunião de arranque da Fase 2 na Águas do Tejo Atlântico que incluiu a definição do cronograma para a realização do mapeamento dos processos, com base na informação elaborada pelas empresas piloto e cuja conclusão se prevê que ocorra até final de 2023.

A Águas do Tejo Atlântico procedeu ainda à adaptação do Manual base de Controlo Interno do Grupo AdP, com a incorporação das MRC já elaboradas e das métricas aprovadas, tendo a sua aprovação pela Comissão Executiva ocorrido em 29 de novembro de 2022.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Paralelamente, em 2023 será efetuado um primeiro exercício de verificação do cumprimento das métricas de avaliação do sistema de controlo interno, não vinculativo, que permitirá, no entanto, à Empresa obter uma sensibilidade preliminar para o cumprimento das mesmas, bem como do funcionamento das componentes contempladas no sistema de controlo interno.



Uma vez concluída a implementação do SCI, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos chave, decorrentes das auditorias a realizar anualmente, possibilitarão a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da Águas do Tejo Atlântico sobre o desempenho do SCI.

Será promovida a sensibilização e a formação sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da Empresa e, nomeadamente, dos responsáveis dos processos de negócio. A existência de um SCI conjugado com um Modelo de Gestão de Risco funcional permitirão ao Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e que resultam da operação diária desenvolvida.

A existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na Empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

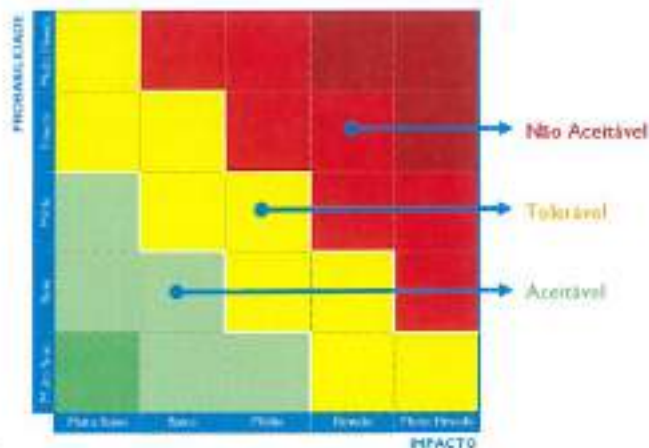
A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:

CLASSES	GOVERNAÇÃO	ESTRATÉGIA	OPERACIONAL	CONFORMIDADE	REPORTE
CATEGORIAS	Corporate Governance	Ambiental	Ativos	Compliance	Reporting
	Planeamento Estratégico	Envolvente Externa	Gestão Financeira		
		Tecnológico / Digital	Recursos Humanos		
			Supply Chain		
			Relações Contratuais		

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável em conformidade com a seguinte matriz:





*[Assinatura]*

A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão acompanhar a Empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e na realização de testes de conformidade, para avaliar o nível de risco a que a Empresa está sujeita.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes Governança, Estratégia e Planeamento, Conformidade e Reporte são tratados e monitorizados pela Águas do Tejo Atlântico, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe Operacional e Infraestrutura, além de ser assegurada pela Águas do Tejo Atlântico e respetivos órgãos de gestão, é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco resulta a identificação de potenciais oportunidades para a Empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

*[Assinatura]*

Considerando a maturidade operacional atingida pelas empresas, a antiguidade do Modelo de Gestão do Risco implementado no Grupo AdP e a melhoria contínua necessária, por forma a responder às crescentes exigências nas matérias relacionadas com o risco, foi iniciado, no decurso de 2022, o projeto de revisão do referido modelo, o qual compreende as seguintes atividades:

- A revisão e/ou atualização da matriz de riscos existente no Grupo AdP;
- A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente no Grupo AdP;
- A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial;
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno.

Este projeto, por forma a assegurar a sua credibilidade e aderência à realidade do Grupo AdP, encontra-se a ser efetuado com os contributos de 8 empresas pilotos do universo AdP, e com a colaboração de uma equipa de consultora externa, tendo prevista a sua conclusão no decurso de 2023.

Atendendo à referida revisão do modelo de gestão do risco, no decurso de 2022, não foi realizada a avaliação do risco na Empresa.

Como complemento, apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a Águas do Tejo Atlântico se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2021:

Considerando a avaliação do risco efetuada em 2021, alguns dos principais riscos a que a Águas do Tejo Atlântico se encontra exposta, são os seguintes:

- R235 - Falha das medidas de ciber segurança – Infraestruturas e/ou medidas de segurança cibernética na organização ultrapassadas ou obsoletas, devido a cibercrimes cada vez mais sofisticados e frequentes, resultando em perturbações económicas e perdas financeiras para a organização;
- R124 - Gestão do conhecimento – Risco de perda de conhecimento por parte da organização, decorrente da inexistência ou desadequação dos procedimentos de retenção e partilha de conhecimento dentro da organização;
- R125 - Gestão da inovação – Risco de uma inadequada definição da estratégia de inovação tecnológica do Grupo, que impeça o atingimento dos objetivos definidos e obtenção de vantagem competitiva;
- R127 - Reputação e imagem – Risco de degradação da imagem da organização perante o exterior e seus *stakeholders* com consequentes perdas financeiras, por via direta ou indireta e de forma sustentada ou não;
- R211 - Perda de biodiversidade e colapso de ecossistemas – Consequências irreversíveis para o meio ambiente, a atividade económica e destruição permanente do capital natural;
- R212 - Falha na ação climática – Falha da organização em fazer cumprir ou investir em medidas eficientes de adequação às alterações climáticas, de mitigação de danos e de preservação dos ecossistemas, assegurando a transição para uma economia neutra em carbono. Danos nos ecossistemas, destruição de propriedade e/ou perda financeira em resultado de atividade da organização;
- R213 - Eventos climáticos extremos – Danos nos ecossistemas, destruição de propriedade e/ou perda financeira em resultado de eventos climáticos extremos: frentes frias, incêndios, inundações, ondas de calor, seca extrema, tempestades e tornados, etc.;
- R214 - Desastres naturais – Danos nos ecossistemas, destruição de propriedade e/ou perda financeira em resultado de desastres geofísicos: terremotos, deslizamentos de terras, tempestades geomagnéticas, tsunamis, atividade vulcânica, etc.;
- R231 - Resultados adversos dos avanços tecnológicos – Consequências negativas de avanços tecnológicos na organização: inteligência artificial (IA), interfaces cérebro-computador, biotecnologia, geoengenharia, computação quântica, etc.;
- R236 - Segurança da informação – Risco de perda de confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas de informação, decorrente de uma inexistente ou inadequada definição de políticas de segurança da informação;
- R237 - Falha da governação tecnológica – Falta de estrutura e/ou regulamentação definida, para o uso de redes digitais e tecnologia, potenciando a existência de infraestruturas, protocolos, e interfaces incompatíveis;

- R238 - Plataforma tecnológica – Risco de incapacidade ou dificuldade na resposta às necessidades do negócio, devido a inexistência ou desalinhamento do planeamento estratégico das Tecnologias de Informação (equipamentos, infraestruturas, software), face a estratégia da organização;
- R331 - Relações laborais, saúde e segurança no trabalho – Risco de falha no funcionamento da Organização, decorrente de situações laborais adversas (greve, mau ambiente, más condições de trabalho, entre outras) ou de uma inadequada política de recursos humanos e de condições de saúde e segurança no trabalho;
- R333 - Gestão de talentos – Risco de dificuldade na captação e retenção do capital humano necessário ao bom funcionamento e desenvolvimento da organização, decorrente de:
  - o Um processo de recrutamento não direccionado para as necessidades da organização;
  - o Uma ineficiente e inatempada avaliação de desempenho;
  - o Uma política de formação desalinhada com o incremento de competências; e
  - o Uma ineficiente política de gestão de carreiras;
- R342 - Capacidade técnica e humana – Risco de não atingimento dos objetivos definidos para a organização, decorrente da dificuldade na manutenção e gestão dos meios técnicos, humanos e financeiros adequados e suficientes para a operação do negócio;
- R345 - Infiltrações de saneamento em alta – Risco de infiltrações ao longo da cadeia de saneamento "em alta", diminuição da capacidade de tratamento e perdas financeiras, por avarias e falhas não detetadas atempadamente, envelhecimento da infraestrutura e ausência de redes separativas;

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto das ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

De acordo com a metodologia implementada, concluída a avaliação do risco efetuada pela Empresa, o Conselho de Administração avalia a necessidade de identificar e/ou implementar ações corretivas, que devem ser monitorizadas periodicamente, de forma a acompanhar a sua implementação, o impacto na mitigação dos riscos identificados e aferir o respetivo nível de controlo.

## RISCO FINANCEIRO

O risco financeiro encontra-se desenvolvido no Ponto 2 do capítulo do "Cumprimento das Orientações Legais".



## DESEMPENHO ECONÓMICO FINANCEIRO

A análise financeira que se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançada pela AdTA, no ano de 2022, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.

A Sociedade considera o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) como uma componente das demonstrações financeiras de acordo com o Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março. Aplica o disposto no IFRIC 12 – Serviços de construção, no que concerne ao rêdito e aos gastos da construção.

Os valores desta análise são apresentados em milhões, pelo que eventuais diferenças decorrem de arredondamentos.

Principais Indicadores	Unidade	2020	2021	2022	Variação 22/21	
Volume de negócios <sup>1</sup> (VN)	MEur	83,5	82,7	83,4	0,7	0,9%
Volume de Efluente Faturado	Mm <sup>3</sup>	181,8	181,6	182,1	0,5	0,3%
Tarifa Média Saneamento	Eur	0,4590	0,4553	0,4580	0,0027	0,6%
Desvio de recuperação de gastos	MEur	-10,8	-9,9	-5,0	4,8	-49,1%
Resultado Líquido do Exercício	MEur	3,7	3,8	5,6	1,8	47,4%
Resultado líquido sem desvio	MEur	11,8	11,0	9,3	-1,7	-15,7%
OPEX (GCO)	MEur	44,7	47,3	48,6	1,3	2,7%
Resultado operacional (RO)	MEur	11,3	9,4	13,1	3,7	39,7%
EBITDA ajustado <sup>2</sup>	MEur	38,2	34,4	34,2	-0,2	-0,7%
Gastos financeiros	MEur	-6,4	-5,8	-5,7	0,1	-1,8%
Resultado financeiro	MEur	-6,0	-5,8	-5,7	0,1	-3,0%
Endividamento	MEur	212,2	201,0	188,1	-12,9	-6,4%
Net Debt - Endividamento Líquido	MEur	116,0	120,6	113,3	-7,3	-6,1%
Net Debt vs EBITDA ajustado <sup>2</sup>	n.º	3,0	3,5	3,3	-0,2	-5,5%
Ativo Total	MEur	610,5	596,0	578,9	-17,1	-2,9%
Capital Próprio	MEur	115,6	115,8	117,8	2,0	1,8%
Passivo Total	MEur	494,9	480,2	461,1	-19,1	-4,0%
PMP	dias	40	25	30	3,0	20,0%
PMB	dias	51	49	56	7,0	14,3%

<sup>1</sup> Vendas e prestação de serviços

<sup>2</sup> RO + amortização+provisões+perdas por imparidades e reversões-subsídios ao investimento-desvio de recuperação de gastos.

## Análise dos Resultados

O resultado líquido de 2022 no valor de 5,6 milhões de euros corresponde à remuneração garantida do capital acionista apurada com base na variação média da taxa de Obrigações do Tesouro (OT) no ano (2,18%), acrescida do prémio de risco (3,00%), e deduzida da correção ao DRG de 2021 no valor de 0,3 milhões de euros (valor líquido de imposto).

De acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão, a AdTA deve submeter anualmente à aprovação do Regulador o DRG gerado pelas operações, apurado para avaliação do cenário de eficiência produtiva que foi previamente estabelecido por este, mediante a definição de métricas de evolução específicas.

Resultado Líquido	Unidade	2020	2021	2022	Variação 22/21	
Rendimentos	MEur	105,8	109,9	102,1	-7,8	-7,1%
Desvio de Recuperação de Gastos	MEur	-10,8	-9,9	-4,6	5,3	-53,8%
Gastos	MEur	-89,7	-96,4	-89,7	6,7	-7,0%
Imposto (corrente e diferido)	MEur	-1,5	0,2	-1,9	-2,1	-1199,6%
Remuneração acionista	MEur	3,9	3,8	5,9	2,2	58,4%
Ajustamento ao desvio de recuperação de gastos	MEur	-0,2	0,0	-0,3	-0,3	793,0%
Resultado Líquido	MEur	3,7	3,8	5,6	1,8	47,4%

A melhoria da remuneração acionista e, por conseguinte, do resultado líquido decorre do aumento da taxa das OT a 10 anos, cuja taxa média passou de 0,41% em 2020 para 2,16% em 2022.

A diferença entre o resultado líquido gerado pelas operações e o valor a que a AdTA tem direito em termos contratuais corresponde ao DRG, acrescido do reconhecimento dos respetivos impostos diferidos e das correções no âmbito da eficiência produtiva.

Em 2022, o resultado líquido gerado pelas operações foi de 9,3 milhões de euros, o que permitiu obter um DRG superavitário no valor de 5,0 milhões de euros (4,6 milhões de euros gerados no ano e 0,4 milhões de euros provenientes da correção assumida ao DRG de 2021). A situação, ainda que positiva, regista um decréscimo na evolução devido ao aumento de gastos do ano.



Os rendimentos totais em 2022 ascenderam a 97,1 milhões de euros, tendo diminuído 3% para o período homólogo (-2,9 milhões de euros).

Rendimentos Totais	Unidade	2020	2021	2022	Variação 22/21	
Volume de negócios (VN)	MÉur	83,5	82,7	83,4	0,7	0,9%
Subsídios ao Investimento	MÉur	4,7	4,8	4,8	0,0	0,1%
Rend. Construção Ativos Concessionados	MÉur	17,1	21,4	13,7	-7,7	-36,0%
Provisões e reversões do exercício	MÉur	0,0	0,7	0,0	-0,7	-100,0%
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	MÉur	0,1	0,3	0,2	-0,1	-26,4%
Juros e Rendimentos Similares	MÉur	0,4	0,0	0,0	0,0	-100,0%
Rendimentos	MÉur	105,8	109,9	102,1	-7,8	-7,1%
Devolução de recuperação de gastos	MÉur	-10,8	-9,9	-5,0	4,8	-49,1%
Rendimentos Totais	MÉur	95,0	100,0	97,1	-2,9	-2,9%

O Volume de Negócios compreende a prestação de serviços a utilizadores municipais e a utilizadores diretos. A AdTA tem faturação da prestação de serviços por rendimentos tarifários, de onde resulta a ausência de impactos por variação nos caudais. As vendas efetuadas a clientes diretos têm pouca expressão no total do Volume de Negócios, pelo que as ligeiras variações de quantidades não são representativas, nem denotaram efeito associado a situações excecionais ocorridas no ano, designadamente a situação geopolítica. O Volume de Negócios representa 86% da formação do total de rendimentos.

A sociedade aplica o disposto no IFRIC 12 no que respeita ao crédito e aos gastos da construção. O crédito reconhecido concorre para a formação dos Rendimentos Operacionais, enquanto os gastos, no mesmo valor, por não haver margem na construção uma vez que a atividade é subcontratada a entidades especializadas externas para as quais é transferido o risco e o retorno, concorre para os Gastos Operacionais, não havendo, por isso, impacto no resultado do exercício.

O valor é determinado pelo montante de investimento em ativo intangível realizado no período. A variação negativa face a 2021 tem subjacente o facto de, em 2022, o investimento em infraestruturas ter sido inferior ao período homólogo.

Gastos Totais	Unidade	2020	2021	2022	Variação 22/21	
Gastos das Vendas	MEur	3,3	3,7	4,0	0,3	7,8%
Gastos Construção Ativos Concessionados	MEur	17,1	21,4	13,7	-7,7	-36,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	MEur	30,1	32,2	31,2	-0,9	-2,9%
Gastos com Pessoal	MEur	11,3	11,4	13,4	1,9	16,9%
Provisões	MEur	0,9	0,0	0,2	0,2	-
Depreciações e amortizações	MEur	19,9	20,7	20,7	0,0	-0,1%
Outros Gastos Operacionais	MEur	0,7	1,2	0,8	-0,4	-32,1%
Juros e Gastos Similares	MEur	6,4	5,8	5,7	-0,1	-1,8%
<b>Gastos Totais</b>	MEur	<b>89,7</b>	<b>96,4</b>	<b>89,7</b>	<b>-6,7</b>	<b>-7,0%</b>

## Estrutura de Gastos

Na composição da estrutura de gastos da AdTA são mais significativos os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), que representam 35% dos gastos totais, as amortizações que abrangem 23% e os gastos com pessoal que ascendem a 15% dos gastos totais.



Os Gastos das Vendas referem-se essencialmente a reagentes, tendo ascendido a 4,0 milhões de euros em 2022, o que representa um aumento de 7,8% face a 2021.

O aumento dos gastos é explicado pelo crescimento do consumo decorrente do volume de caudal tratado (+3%) face a 2021 e, também, pelo incremento do preço dos reagentes químicos resultante da evolução abrupta dos custos com energia elétrica, gás natural e combustíveis, originados nas perturbações de mercado pós-covid e nas alterações geopolíticas provocadas pela guerra na Ucrânia.

Gastos das Vendas	Unidade	2020	2021	2022	Variação 22/21	
Reagentes	MEur	3,3	3,7	4,0	0,3	7,8%
<b>Total de Gastos das Vendas</b>	MEur	<b>3,3</b>	<b>3,7</b>	<b>4,0</b>	<b>0,3</b>	<b>7,8%</b>

Os FSE ascenderam a 31,2 milhões de euros, representando os trabalhos especializados, no valor de 11,5 milhões de euros, a rubrica com maior peso, com cerca de 37%, seguida da rubrica de conservação e reparação que representa cerca de 31% do total. A diminuição de 0,9 milhões de euros em relação ao período homólogo resulta maioritariamente da diminuição do gasto com a energia (-48%), atenuada pelo incremento dos gastos com conservação e reparação, que mantêm o esforço de recuperação do défice de manutenção e conservação de infraestruturas, com ênfase na manutenção preventiva e preditiva.

O impacto positivo nos gastos de energia em 2022 deve-se à vigência de contrato de fornecimento de energia a dois anos (2020-2022) e da redução das tarifas de acesso à rede (TAR) em 2022, que resultou numa significativa diminuição do preço unitário da eletricidade.



Esta situação não se repetirá em 2023, na medida em que os contratos de fornecimento de energia elétrica que abrangem as empresas do Grupo AdP cessaram a 31 de dezembro de 2022, pelo que os novos procedimentos já serão abrangidos pelo mecanismo ibérico de ajuste do preço da energia elétrica e pelos preços do mercado atual de energia, muito mais elevados devido à conjuntura internacional.

Os gastos com FSE estão deduzidos dos gastos em fornecimentos e serviços com projetos de I&D e inovação participados, e reconhecidos como subsídios à exploração.

Fornecimentos e Serviços Externos	Unidade	2020	2021	2022	Variação 22/21	
Energia e fluidos	MEur	9,0	8,2	4,6	-3,6	-44,3%
Conservação e Reparação	MEur	7,4	7,5	9,7	2,2	28,9%
Trabalhos Especializados	MEur	10,0	11,4	11,5	0,1	1,0%
Outros FSE	MEur	4,0	5,1	5,4	0,3	5,9%
Subsídios à Exploração	MEur	-0,2	-0,1	0,0	0,0	-36,4%
<b>Total de Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>MEur</b>	<b>30,1</b>	<b>32,2</b>	<b>31,1</b>	<b>-1,04</b>	<b>-3,2%</b>

Os gastos com pessoal registaram um incremento de 17% face ao período homólogo suportado pelo efeito das admissões aprovadas no Plano e Orçamento de 2021 (PAO2021), cujo despacho ministerial, datado de 18 de novembro de 2021, apenas permitiu que estas ocorressem no final do ano, levando o seu efeito para 2022.

Acresce à variação do gasto, a atualização salarial de 1,2%, com efeitos a janeiro de 2022, efetuada por determinação do Despacho n.º 397/2022-SET, de 21 de novembro de 2022, e as medidas relativas a regularizações de vínculos aprovados no PAO 2022, pelo Despacho n.º 423/2022 – SET, de 1 de dezembro de 2022. A aprovação do PAO 2022 abrange também progressões e reclassificações que carecem de autorização expressa, que ainda não foi lograda.

O efeito extraordinário da COVID-19 registou, com o abrandar da pandemia, uma diminuição para cerca de metade (190 mil euros) do valor incorrido em 2021.

Os gastos com pessoal estão capitalizados em 0,93 M€ pelos serviços internos das áreas técnicas associadas à realização de investimentos e corrigidos das horas/homem afetas a projetos de I&D e inovação participados, e reconhecidas como subsídios à exploração.

Gastos com Pessoal	Unidade	2020	2021	2022	Variação 22/21	
Remunerações - Órgãos Sociais	MEur	0,35	0,39	0,39	0,00	-0,3%
Remunerações - Pessoal	MEur	10,87	11,05	12,72	1,66	15,1%
Seguros	MEur	0,13	0,16	0,09	-0,07	-44,2%
Ação Social e Assistência Médica	MEur	0,53	0,47	0,64	0,17	36,4%
Proteção e Segurança	MEur	0,32	0,14	0,05	-0,09	-65,7%
Fardamento	MEur	0,18	0,18	0,17	-0,01	-5,0%
Formação	MEur	0,15	0,06	0,16	0,11	195,7%
Outros Gastos	MEur	0,07	0,00	0,07	0,07	100,0%
Subsídios à Exploração	MEur	-0,30	-0,15	0,004	0,15	-102,8%
Capitalizações	MEur	-1,01	-0,91	-0,93	-0,02	1,7%
<b>Total de Gastos com Pessoal</b>	<b>MEur</b>	<b>11,30</b>	<b>11,40</b>	<b>13,37</b>	<b>1,97</b>	<b>17,3%</b>

O *cash-cost* por unidade média de efluente tratado apresenta em 2022 o mesmo valor face a 2021, de 25,7 cêntimos de euro por m<sup>3</sup>, provocado pelo efeito compensado entre o aumento do volume de caudal tratado (+3%) e o incremento generalizado dos gastos, que foi esbatido pelo efeito da redução do custo da eletricidade como já referido.

Os gastos com conservação e reparação mantêm o incremento mais expressivo na estrutura de *cash-cost* devido ao facto de parte significativa das infraestruturas operacionais da AdTA já terem atingido o horizonte de vida útil técnica e, consequentemente, apresentarem um grau significativo de deterioração de equipamentos, instalações elétricas e de construção civil, pelo que se torna imprescindível a realização de investimento de reabilitação/substituição, tendo em vista a correção de situações e a melhoria das condições de desempenho, operacionalidade, resiliência e segurança dos órgãos e equipamentos existentes.

### Estrutura de custos cash (milhões de EUR)



\* Outros FSE deduzidos de subsídios à exploração

### Cash-cost (Céntimo €/m³)



\* Outros FSE deduzidos de subsídios à exploração

EBITDA	Unidade	2020	2021	2022	Variação 22/21	
Resultado Operacional	MEur	11,3	9,4	13,1	3,7	39,7%
Depreciações	MEur	-19,9	-20,7	-20,7	0,0	-0,1%
Provisões	MEur	-0,9	0,7	-0,2	-0,9	-127,6%
<b>EBITDA</b>	<b>MEur</b>	<b>32,1</b>	<b>29,3</b>	<b>34,0</b>	<b>4,6</b>	<b>15,8%</b>
Desvio de recuperação de gastos	MEur	-10,8	-9,9	-5,0	4,8	-49,1%
Subsídios ao investimento	MEur	4,7	4,8	4,8	0,0	0,1%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>MEur</b>	<b>38,2</b>	<b>34,4</b>	<b>34,2</b>	<b>-0,2</b>	<b>-0,6%</b>

O EBITDA em 2022 ascendeu a 34,2 milhões de euros, o que face a 2021 representa uma ligeira diminuição de 0,6%. Não obstante, o resultado operacional apresenta uma variação positiva de 3,7 milhões de euros, na sua maioria devido ao aumento gerado nos proveitos devido à redução do DRG do ano.

O desvio do ano, apesar de se manter superavitário, regista uma diminuição para o período homólogo provocada pelo crescimento da taxa OT, utilizada para apurar a remuneração acionista, e pelo aumento dos gastos operacionais.

Resultado Financeiro	Unidade	2020	2021	2022	Variação 22/21	
Rendimentos Financeiros	MEur	0,4	0,0	0,0	0,0	474,0%
Gastos Financeiros	MEur	-6,4	-3,8	-5,7	0,1	-1,8%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>MEur</b>	<b>-6,0</b>	<b>-3,8</b>	<b>-5,7</b>	<b>0,1</b>	<b>-2,0%</b>

A evolução do Resultado Financeiro tem sido favorável, registando-se um incremento de 0,1 milhões de euros em relação ao período homólogo, essencialmente suportado pela influência da componente de gastos, composta na sua maioria pelo financiamento contratualizado junto do Banco Europeu do Investimento (BEI), que inclui juros no montante de 4,4 milhões de euros e comissões de garantia associadas de aproximadamente 1,3 milhões de euros



## Análise Patrimonial

Posição Financeira	Unidade	2020	2021	2022	Variação 22/21	
Ativo Não Corrente	MEur	498,6	499,9	486,1	-13,9	-2,8%
Ativo Corrente	MEur	111,9	96,0	92,8	-3,2	-3,3%
<b>Total do Ativo</b>	MEur	<b>610,5</b>	<b>596,0</b>	<b>578,9</b>	<b>-17,1</b>	<b>-2,9%</b>
Capital Próprio	MEur	115,6	115,8	117,8	2,0	1,8%
Passivo Não Corrente	MEur	463,6	451,0	428,5	-22,5	-5,0%
Passivo Corrente	MEur	31,3	29,2	32,6	3,4	11,7%
<b>Total do Passivo</b>	MEur	<b>494,9</b>	<b>480,2</b>	<b>461,1</b>	<b>-19,1</b>	<b>-4,0%</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>	MEur	<b>610,5</b>	<b>596,0</b>	<b>578,9</b>	<b>-17,1</b>	<b>-2,9%</b>

O total do ativo era no final do período de 2022 de 578,9 milhões de euros, verificando-se que o ativo não corrente representa cerca de 84% do total do ativo.

Ativo	Unidade	2020	2021	2022	Variação 22/21	
Ativos intangíveis	MEur	441,6	443,0	428,2	-14,8	-3,3%
Ativos fixos tangíveis	MEur	0,2	0,4	0,3	-0,1	-28,0%
Ativos sob direito de uso	MEur	1,0	0,5	0,2	-0,3	-56,7%
Outros ativos financeiros	MEur	0,0	0,0	0,0	0,0	46,7%
Impostos diferidos ativos	MEur	52,8	56,0	57,3	1,3	2,4%
Devo Tarifário Ativo	MEur	2,9	0,0	0,0	0,0	-
Cientes e outros ativos não correntes	MEur	0,1	0,1	0,02	-0,08	-59,1%
<b>Total do Ativo não corrente</b>	MEur	<b>498,6</b>	<b>499,9</b>	<b>486,1</b>	<b>-13,9</b>	<b>-2,8%</b>
Cientes	MEur	11,8	10,8	12,2	1,3	12,4%
Outros ativos correntes	MEur	3,9	4,8	5,8	1,0	21,4%
Disponibilidades	MEur	96,2	80,4	74,8	-5,6	-6,9%
<b>Total do Ativo corrente</b>	MEur	<b>111,9</b>	<b>96,0</b>	<b>92,8</b>	<b>-3,2</b>	<b>-3,3%</b>
<b>Total do Ativo</b>	MEur	<b>610,5</b>	<b>596,0</b>	<b>578,9</b>	<b>-17,1</b>	<b>-2,9%</b>

O ativo intangível bruto, que representa o direito de utilização de infraestruturas da concessão, ascende a 929,8 milhões de euros no final de 2022, tendo registado no ano o incremento de 13,7 milhões de euros de investimento da mesma natureza.

Em clientes e outros ativos não correntes está registada a parte dos acordos de pagamento de médio e longo prazo (não correntes), cuja variação para o homólogo reflete a concretização do plano de pagamentos previsto.



As disponibilidades registaram um decréscimo de 6,9% para o período homólogo (-5,6 milhões de euros), devido essencialmente ao aumento da dívida de clientes e à redução da dívida de fornecedores.

Em outros ativos correntes registou-se uma variação positiva de 21,4% comparativamente com o período homólogo, representado na sua maioria pelo aumento de inventário.

## Investimento

O investimento total realizado em 2022 ascendeu a 13,8 milhões de euros, denotando uma evolução menor face a 2021 e às projeções previstas em orçamento, em que a taxa de execução foi de 39%.

À semelhança dos anos anteriores, em 2022 mantiveram-se as dificuldades relativas à realização de investimentos, muito devido à retoma económica pós-covid-19 e aos constrangimentos da conjuntura geopolítica provocada pela guerra no leste da Europa.

Continua a ser muito difícil determinar com rigor e precisão o valor das infraestruturas e das intervenções estudadas, dado que muitas vezes os preços unitários dos materiais e equipamentos variam de forma acentuada e rápida.

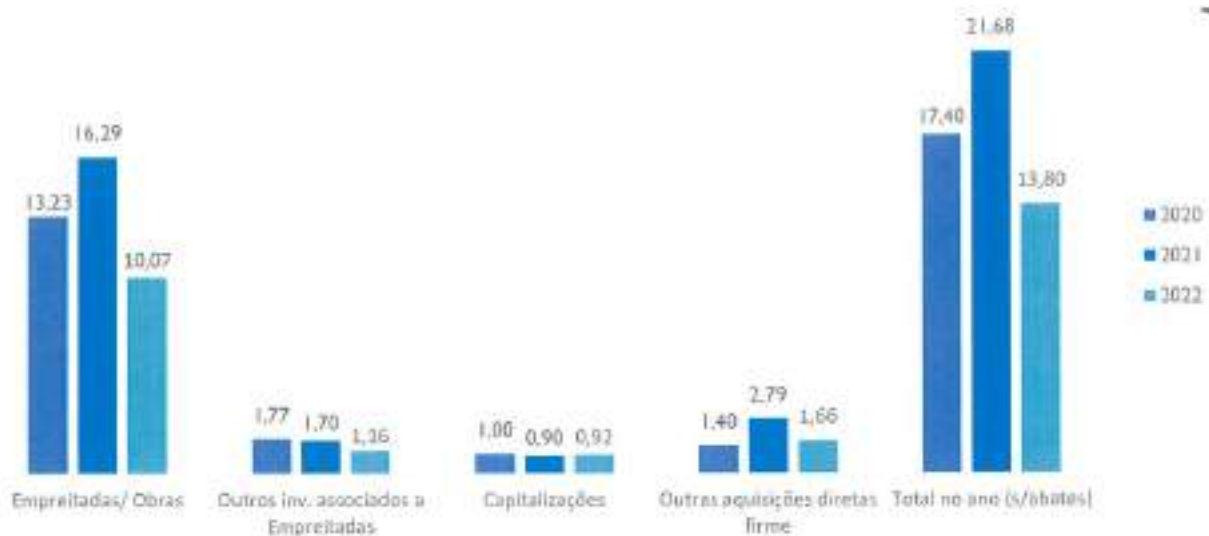
Quanto ao processo de contratação, o prazo de apresentação de propostas continuou a sofrer atrasos, devido a dificuldades na obtenção de preços e condições de fornecimento de materiais e equipamentos.

No domínio das obras de construção e reabilitação, a produção e o transporte dos elementos a incorporar nas obras continuam também a estar condicionados, com especial destaque para o fornecimento de materiais e equipamentos provenientes do estrangeiro, onde o incumprimento internacional dos prazos de entrega tem constituído uma fonte de tensão e incerteza no planeamento das diversas atividades.

A situação descrita não melhorou no ano 2022 face aos dois anos anteriores, tendo conduzido a uma redução na execução dos trabalhos e ao atraso significativo na celebração de contratos.

A contribuir para estas circunstâncias está o incremento generalizado dos preços de mercado no setor da construção que tem levado a que os novos procedimentos lançados para contratação de empreitadas não recebam quaisquer propostas. Existiram constrangimentos que obrigaram a AdTA a rever as estimativas orçamentais dos projetos de execução já elaborados e a redefinir os preços base dos procedimentos, de modo a garantir a participação do mercado e o cumprimento dos prazos previstos para a consignação das empreitadas, resultando em incrementos, em alguns casos significativos, dos valores de investimento previstos. Por outro lado, têm existido atrasos na conclusão das empreitadas resultantes dos condicionalismos verificados no lançamento e na consignação das mesmas.

### Investimento anual (milhões de EUR)



### Desvio de Recuperação de Custos

O DRG registado em balanço evoluiu de forma bastante favorável desde o início de atividade da AdTA, em 2017. O mesmo é reduzido pelo registo de desvios superavitários, aceites pelo Regulador no decurso do cumprimento das métricas definidas para os cenários de eficiência produtiva.

A decisão final da ERSAR para correção do DRG de 2021 ascende a 1,6 milhões de euros, na sequência de um processo de contraditório e de reclamação da AdTA, que permitiu reduzir o valor inicial de 4,4 milhões de euros. Contudo, do montante da decisão do Regulador, a AdTA apenas aceita a correção de 460 mil euros, tendo, por isso, impugnado a restante verba. O registo efetuado nas contas de 2022 corresponde ao valor assumido pela AdTA.

### Desvio de Recuperação de Custos (milhões de Eur)



### Tarifas, Dívida de Clientes e Prazo Médio de Recebimento

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, a tarifa e os rendimentos tarifários a aplicar aos utilizadores do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, pela AdTA, para o período de convergência tarifária, compreendido entre 2017 e 2026, são os estabelecidos no Contrato de Concessão, atualizados de acordo com a previsão do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), publicado pela entidade responsável pela sua divulgação (INE). Às

tarifas ou aos rendimentos tarifários a aplicar aos utilizadores municipais acresce uma componente tarifária acrescida (CTA), a ser entregue pela Águas do Tejo Atlântico, S.A., à Águas do Vale do Tejo, S.A., com vista a contribuir para a sustentabilidade do sistema gerido e explorado por esta.

Nos termos do referido diploma legal, os municípios abrangidos pela aplicação da CTA, durante o período de convergência tarifária, são os municípios originários dos sistemas extintos da SANEST e da SIMTEJO, estando os restantes, originários da vertente de saneamento da extinta Águas do Oeste, isentos até 2026 (termo do período de convergência tarifária).

Em tais termos, os rendimentos tarifários aplicados em 2022, para os utilizadores municipais, têm uma tarifa implícita, incluindo a tarifa da atividade de transporte de águas residuais, conforme se explicita no quadro infra.

Tarifas	Unidade	Tarifa <sup>1</sup> 2020	CTA 2020	Tarifa <sup>1</sup> 2021	CTA 2021	Tarifa <sup>1</sup> 2022	CTA 2022
Utilizadores municipais servidos pela extinta SANEST	€/m <sup>3</sup>	0,3701	0,0238	0,3780	0,0288	0,3916	0,0316
Utilizadores municipais servidos pela extinta SIMTEJO	€/m <sup>3</sup>	0,4968	0,0238	0,4857	0,0288	0,4819	0,0316
Utilizadores municipais servidos pela extinta Águas do Oeste	€/m <sup>3</sup>	0,5426	-	0,5378	-	0,5410	-
Transporte de águas residuais	€/m <sup>3</sup>	0,2516	-	0,2494	-	0,2508	-

<sup>1</sup> Tarifa implícita

A AdTA pratica aos restantes utilizadores não municipais uma tarifa de 0,5410 €/m<sup>3</sup>.

A faturação aos clientes ao longo do ano de 2022 ascendeu a 96,7 milhões de euros e os recebimentos totalizaram 94,7 milhões de euros.

A dívida dos utilizadores municipais do sistema decompõe-se da seguinte forma:

Dívida de Clientes	Unidade	2020	2021	2022	Variação 22/21	
Faturação Corrente	MEur	9,8	9,5	10,6	1,1	11,3%
CTA (Componente Tarifária Acrescida)	MEur	0,4	0,5	0,6	0,1	19,9%
TBH (Taxa de Recursos Hídricos)	MEur	0,5	0,4	0,6	0,2	46,0%
Acordos de Pagamento	MEur	0,8	0,1	0,1	0,0	-38,2%
Juros Mora	MEur	0,4	0,4	0,4	0,0	0,0%
Clientes	MEur	11,9	10,9	12,2	1,3	12,1%
Saldos credores	MEur	-1,0	-0,6	0,0	0,6	-100,0%
Dívida de Clientes	MEur	10,9	10,3	12,2	1,9	18,5%

Em termos de evolução da dívida, verificou-se um aumento de 18,6% (+1,9 milhões de euros) com efeito na dívida vencida provocado por atrasos circunscritos a cinco municípios. O pagamento da dívida vencida titulada por acordos está a ser cumprido, nomeadamente o acordo celebrado com o Município de Sobral de Monte Agraço que, no final de 2022, apresenta um saldo de 50 mil euros.





## Capital Próprio

O capital próprio aumentou 2,0 milhões de euros face ao período homólogo, devido ao aumento do resultado líquido (+1,9 milhões de euros) e ao incremento da reserva legal (+0,18 milhões de euros).

A aplicação do resultado de 2021 foi deliberada em assembleia geral realizada em março de 2022, que aprovou o aumento da reserva legal em 0,2 milhões de euros e a distribuição de dividendos no valor de 3,6 milhões de euros.

O capital social é constituído por 113 527 680 ações (112 127 680 da categoria A e 1 400 000 da categoria B), com o valor unitário 1,00 euro, e está totalmente subscrito e realizado.

A AdTA detém 2 521 433 ações próprias, correspondentes a uma participação total no capital social de 2,22%. As manifestações de interesse de alguns dos acionistas para adquirirem as ações, suportadas em contratos-promessa firmados cuja concretização estava sujeita à obtenção de autorização dos membros do Governo responsáveis pela tutela setorial e financeira não se verificou, tendo o prazo decorrido determinado a caducidade da deliberação da assembleia geral de 16 de março de 2018 relativa à alienação do lote de ações. Na assembleia geral de 23 de junho de 2020, o Conselho de Administração da AdTA foi mandatado para dar início ao procedimento de alienação das ações próprias em conformidade com as disposições legais, mediante a contratação de entidade avaliadora independente que determine o valor das mesmas, estando a avaliação realizada e a aguardar decisão da área governativa das finanças.

## Passivo e Prazo Médio de Pagamento

O passivo total teve uma evolução positiva diminuindo 4% (-19,1 milhões de euros) maioritariamente suportado pela redução do passivo não corrente que representa 93% do total do passivo.

A variação mais significativa do passivo não corrente resulta da evolução favorável do montante reconhecido em empréstimos de médio e longo prazo, com redução da dívida em 7,7%, bem como do reconhecimento de 4,7 milhões de euros de subsídios ao investimento, reduzida pelo efeito dos 11,9 milhões de euros de desvio tarifário passivo, que traduzem a situação superavitária que a Sociedade passou a gerar em 2021.

A redução dos impostos diferidos passivos deve-se à diferença existente entre o critério contabilístico adotado e o critério fiscal relativamente à depreciação e reconhecimento do subsídio do investimento contratual. Em 2022, verificou-se a constituição de provisão no valor de 0,2 milhões de euros para processos judiciais em curso.

O passivo corrente teve um aumento de 11,6% (3,4 milhões de euros) para o homólogo, por efeito da variação dos empréstimos (parte de curto prazo a amortizar dos empréstimos de médio e longo prazo), da dívida ao Estado e a outros credores.

A apresentação do endividamento de curto prazo passou a incluir, desde final de 2021, o montante dos juros a liquidar que se encontrava relevado em outros passivos correntes, afetando a evolução comparativa destas rubricas com o ano de 2020.

Passivo	Unidade	2020	2021	2022	Varição 22/21
Provisões	MEur	0,0	0,0	0,2	0,2
Empréstimos	MEur	200,5	187,7	173,3	-14,4
Acréscimos de gastos do investimento contratual	MEur	118,7	118,8	110,5	-8,3
Impostos diferidos passivos	MEur	16,8	13,6	14,8	-0,8
Subsídios ao investimento	MEur	125,7	121,4	116,7	-4,7
Desvio Tarifário Passivo	MEur	0,0	6,9	11,9	5,0
Outros passivos não correntes	MEur	1,9	0,6	1,1	0,5
<b>Total do Passivo não corrente</b>	MEur	<b>463,8</b>	<b>451,0</b>	<b>428,5</b>	<b>-22,5</b>
Empréstimos	MEur	11,6	13,4	14,9	1,5
Passivos da Locação	MEur	0,5	0,4	0,1	-0,3
Fornecedores	MEur	9,4	7,0	6,0	-0,9
Estado	MEur	3,8	3,4	4,0	0,5
Outros passivos correntes <sup>1</sup>	MEur	6,0	5,1	7,7	2,6
<b>Total do Passivo corrente</b>	MEur	<b>31,3</b>	<b>29,2</b>	<b>32,6</b>	<b>3,4</b>
<b>Total do Passivo</b>	MEur	<b>494,9</b>	<b>480,2</b>	<b>461,1</b>	<b>-19,1</b>

<sup>1</sup> Sem juros a liquidar em 2021 e 2022

No prazo médio de pagamento (PMP), foi dado cumprimento à disposição legal do programa "Pagar a Tempo e Horas", que estabelece com base no PMP do ano anterior, as regras a considerar para a evolução e cumprimento do indicador. Em 2021, a sociedade atingiu um PMP de 25 dias ficando sujeita, em 2022, ao cumprimento do prazo compreendido entre 30 e 40 dias, o que se verificou com o atingimento do PMP de 30 dias.

### Distribuição do Passivo (2022)



- Passivo não corrente 93%
- Passivo corrente 7%

### Estrutura do Passivo (2022)



- Empréstimos 41%
- Acréscimo investimento contratual 24%
- Subsídios ao investimento 25%
- Outros passivos 10%

### Composição do Passivo (milhões de Eur)



## Endividamento

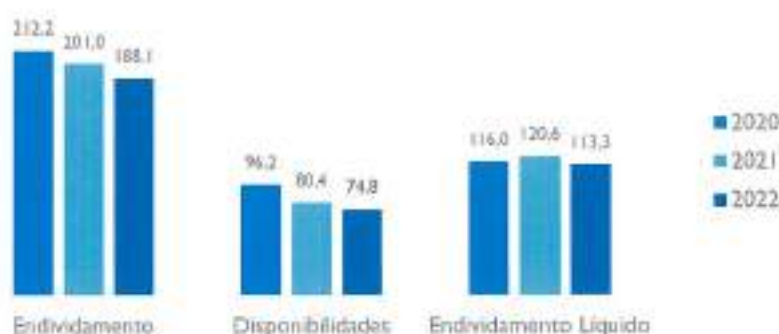
O valor total do endividamento bruto corresponde aos empréstimos junto do BEI, que transitaram da cisão da Águas do Vale do Tejo, S.A. (AdVT).

Em 2022, os juros a liquidar passaram a ser apresentados no endividamento, sendo este formado por 173,3 milhões de euros de médio e longo prazo, 14,5 milhões de euros de curto prazo e 0,3 milhões de euros de juros a liquidar. No ano, foram amortizados 12,98 milhões de euros conforme previsto no serviço da dívida.

Endividamento	Unidade	2020	2021	2022	Variação 22/21	
Endividamento <sup>1</sup>	MEur	212,2	201,0	188,1	-12,9	-6,4%
Disponibilidades	MEur	96,2	80,4	74,8	-5,6	-6,9%
Endividamento Líquido	MEur	116,0	120,6	113,3	-7,3	-6,1%

<sup>1</sup> Endividamento de 2020 sem juros a liquidar

### Endividamento Líquido (milhões de Eur)



## Análise do impacto financeiro de eventos excecionais

Em termos económico-financeiros, o volume de negócios da AdTA não sofreu qualquer alteração resultante de eventos excecionais.

Salienta-se que a Empresa tem faturação da prestação de serviços por rendimentos tarifários, de onde resulta a ausência de impactos por variação nas quantidades. As vendas efetuadas a clientes diretos têm pouca expressão no total do Volume de Negócios, pelo que as ligeiras variações de quantidades não são representativas, nem denotam associação direta a efeitos da pandemia ou da situação geopolítica. A variação da prestação de serviços para o período homólogo e para o Plano de Atividades e Orçamento de 2022 foi praticamente nula, situando-se na ordem dos 0,9% e -0,1%, respetivamente.

A solidez financeira da Sociedade permitiu a implementação das medidas necessárias para assegurar a prestação do serviço essencial à comunidade e ao meio em que se insere, garantindo a proteção dos trabalhadores e das suas famílias.

Com o aliviar da situação da pandemia no decurso de 2022, as medidas que haviam sido adotadas e que geraram impacto financeiro foram adequadas à nova normalidade, tendo-se verificado um gasto mais reduzido face ao incorrido nos dois anos anteriores e ao estimado no orçamento para 2022.

O incremento de gastos no valor de 264 mil euros visou essencialmente ações relativas ao pessoal, com destaque para a necessidade de manutenção do recurso a trabalho temporário em FSE e trabalho suplementar e gastos de proteção e segurança em gastos com o pessoal.

Em síntese, as medidas mais relevantes e geradoras de impacto financeiro foram as seguintes:

- Contratação temporária de operacionais devido ao défice estrutural do número de trabalhadores, de modo a possibilitar a manutenção da reorganização das equipas;



- Recurso a trabalho suplementar devido ao défice estrutural do número de trabalhadores, de modo a possibilitar a manutenção da reorganização das equipas;
- Apoio físico e psicológico nas plataformas internas da empresa e do Grupo AdP para que os trabalhadores possam manter o equilíbrio pessoal e familiar;
- Reforço de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);

A formação dos gastos com COVID teve a seguinte composição (em milhares de euros):

Gastos COVID19	Unidade	2020	2021	2022	Variação 22/21	
Fornecimentos e serviços externos	mEur	731,1	1 244,8	65,2	-1 180	-94,8%
Limpeza das instalações	mEur	55,2	1,7	0,0	-2	-100,0%
Desinfecção das instalações	mEur	344,6	324,5	0,0	-325	-100,0%
Trabalho temporário	mEur	272,4	784,8	27,7	-757	-96,3%
Diversos	mEur	58,8	133,8	37,5	-96	-71,9%
Gastos com pessoal	mEur	480,7	387,6	190,4	-197	-50,9%
Remunerações ao Pessoal	mEur	258,1	266,4	132,5	-134	-50,3%
Assistência médica	mEur	7,1	3,3	4,0	1	21,8%
Proteção e segurança	mEur	215,6	39,7	53,9	14	35,9%
Diversos (incluindo capitalizações)	mEur	0,0	76,2	0,0	-76	-100,0%
Depreciações e amortizações	mEur	9,8	7,8	8,6	1	9,9%
Outros gastos operacionais	mEur	1,0	0,00	0,0	0	-
<b>Total de gastos COVID19</b>	mEur	<b>1 222,6</b>	<b>1 640,2</b>	<b>264,2</b>	<b>-1 376</b>	<b>-83,9%</b>

No que respeita ao impacto da crise geopolítica nos gastos de 2022, verifica-se pelos registos apurados um impacto de cerca de 52,6 mil euros decorrentes do incremento do preço de reagentes e da atualização do preço de contratos.

Salienta-se que existem diversos contratos que, em 2022, não foram sujeitos a revisão de preços, pelo que se perspetiva que o impacto em 2023 venha a refletir situações ainda não quantificadas em 2022.

## EVENTOS POSTERIORES AO FECHO

Não existem eventos subsequentes que justifiquem alterações ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras, para além das que já estão divulgadas.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, e do Contrato de Concessão, a Comissão Executiva submeteu à ERSAR, no dia 31 de janeiro de 2023, para aprovação, o valor do DRG inscrito nas presentes demonstrações financeiras.

A 27 de fevereiro de 2023 a Entidade Reguladora comunicou que, em virtude de pedido de informação complementar por esta entidade a 13 de fevereiro, o processo de análise da proposta de Desvio de Recuperação de Gastos de 2022 se encontrava suspenso, conforme ofício O-001619/2023, sendo o processo retomado e elaborado o projeto de decisão após receção de todos os elementos solicitados.

Face ao exposto, a Empresa não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

- (i) Ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditórios não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado; e
- (ii) Por ser convicção da Administração que o DRG relevado nas demonstrações financeiras ser a melhor estimativa na presente data.

# ANEXO I - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

## 1) Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

### Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE)

Os objetivos do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do setor empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

As orientações Estratégicas e os Objetivos de Gestão para o Conselho de Administração da Tejo Atlântico, para o mandato 2020-2022, foram aprovados na Assembleia Geral de 25 de junho de 2021.

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas, a avaliação do gestor, a realizar anualmente pelos titulares da função acionista na Assembleia Geral Ordinária da Sociedade, terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais (Financeiros, Ambientais e de Serviço) para o período do mandato, cujo modo de avaliação se apresenta no quadro:

Indicadores dos Objetivos de Gestão	Modo de avaliação		
	Não Atingido (1)	Atingido (2)	Superado (3)
<b>Indicadores Financeiros</b>			
Eficiência de Gestão (PRC)	$\Delta PRC < 0,10pp$	$-0,10pp \leq \Delta PRC \leq +0,10pp$	$\Delta PRC < -0,10pp$
Dívida Comercial de Devedores Municipais (DCDMA)	$DCDMA > 105\%$	$95\% \leq DCDMA \leq 105\%$	$DCDMA < 95\%$
Limite ao Endividamento (END)	$END > 2,0\%$	$1,5\% < END \leq 2,0\%$	$END \leq 1,5\%$
Respeito pelos Prazos de Pagamento (PMP) <sup>1</sup>	$\Delta PMP \geq 1$ dia	$\Delta PMP = 1$ dia	$PMP \leq 60$ dias
Rentabilidade (RCI)	$\Delta RI < -5,0\%$	$-5,0\% \leq \Delta RI \leq 5,0\%$	$\Delta RI > 5,0\%$
<b>Indicadores Ambientais e de Serviço</b>			
Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva (PLMP)	$\Delta PLMP < 80,0\%$	$80,0\% \leq \Delta PLMP < 90,0\%$	$\Delta PLMP \geq 90,0\%$
Qualidade das Águas Residuais (AQAR)	$AQAR < 90,0\%$	$90,0\% \leq AQAR \leq 95,0\%$	$AQAR > 95\%$
Neutralidade Energética (NE) <sup>2</sup>	$NE < 75,0\%$	$75,0\% \leq NE < 90,0\%$	$NE \geq 90\%$
Plano de Lamas (PL) <sup>3</sup>	$PL < 40,0\%$	$40,0\% \leq PL < 60,0\%$	$PL \geq 60\%$
Reutilização (ApR)	EVEF ApR após 31/03/2022	EVEF ApR até 31/03/2022	EVEF ApR até 31/12/2021
Efluentes Agroindustriais e Agropecuários (EAA)	Pedido ACA após 31/03/2022	Pedido ACA até 31/03/2022	Pedido ACA até 31/12/2021

<sup>1</sup> Exatidão do modo de avaliação aplicável quando PMP inferior a 60 dias e cumpre a RCM 36/2008.

<sup>2</sup> Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção liceo previsto no PAO.

<sup>3</sup> Lançamento, em cada ano, de concursos de empresas privadas no PAO, referentes à produção de lamas.

A avaliação é realizada anualmente, em função do grau de concretização dos objetivos, conforme quadro:

Grau de Concretização	
$GC < 1,8$	Objetivos não cumpridos
$1,8 \leq GC < 2,5$	Objetivos cumpridos
$GC \geq 2,5$	Objetivos superados



O detalhe do apuramento dos objetivos de gestão em 2022 consta do quadro:

Indicadores dos Objetivos de Gestão	Resultado 2022	Atingimento	Grau de Desempenho	Ponderação	Cálculo
<b>Indicadores Financeiros</b>					
Eficiência de Gestão	2,3 p.p.	Não Atingido	1	13,3%	0,13
Dívida Comercial de Devedores Municipais	348,2%	Não Atingido	1	13,3%	0,13
Limite ao Endividamento	-6,4%	Superado	3	13,3%	0,40
Respeito pelos Prazos de Pagamento	5 dias	Não Atingido	1	13,3%	0,13
Rentabilidade	27,1%	Superado	3	13,3%	0,40
<b>Indicadores Ambientais e de Serviço</b>					
Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva	81,2%	Atingido	2	13,3%	0,27
Qualidade das Águas Residuais	99,0%	Superado	3	20,0%	0,60
Neutralidade Energética	n.a.	-	-	0,0%	-
Plano de Lamas	n.a.	-	-	0,0%	-
Reutilização	n.a.	-	-	0,0%	-
Efluentes Agroindustriais e Agropecuários	n.a.	-	-	0,0%	-
Valor global de atingimento dos objetivos					2,1

Tendo por base o critério corporativo de aplicação dos indicadores dos objetivos de gestão ao ano de 2022, nomeadamente quanto à evolução dos processos dos investimentos associados aos indicadores de Neutralidade Energética, Plano de Lamas, Reutilização, e Efluentes Agroindustriais e Agropecuários, estes não são alvo de avaliação, por não se encontrarem reunidas as bases necessárias para o efeito.

No decurso do exercício de apuramento dos indicadores de gestão de 2021, verificou-se não estarem reunidas as condições para avaliar os indicadores de Neutralidade Energética, Plano de Lamas, Reutilização, e Efluentes Agroindustriais e Agropecuários tendo sido definido que, para efeitos da avaliação dos objetivos de mandato, e considerando o andamento dos processos de investimentos, os objetivos não seriam alvo de avaliação em 2021, sendo o seu peso redistribuído pelos restantes objetivos.

Considerando que, em 2022, os investimentos associados aos indicadores referidos não tiveram o desenvolvimento previsto, mantém-se a situação do ano anterior, tendo o apuramento dos objetivos de gestão de 2022 sido efetuado com a distribuição equitativa da ponderação dos indicadores não avaliados pelos restantes indicadores.

A avaliação global de atingimento é de 2,1, a que corresponde o grau de concretização de objetivos atingidos.

Relativamente à justificação de desvios e medidas de correção nos objetivos não atingidos, há a considerar o seguinte:

a) Eficiência de gestão

A eficiência de gestão é aferida pela comparação do Plano de Redução de Custos (PRC) executado com o aprovado no Plano e Orçamento de 2022. O PRC é apurado pelo peso dos gastos operacionais (gastos das vendas, FSE e gastos com pessoal), sobre o volume de negócios.

O Volume de Negócios compreende a prestação de serviços a utilizadores municipais e a utilizadores diretos. A AdTA tem faturação da prestação de serviços por rendimentos tarifários, do qual resulta a ausência de impactos por variação nos caudais. As vendas efetuadas a clientes diretos têm pouca expressão no total do Volume de Negócios, pelo que as ligeiras variações de quantidades não são representativas, nem evidenciam efeito associado a situações excecionais ocorridas no ano, designadamente a situação geopolítica.

O volume de negócios regista uma variação negativa para o orçamento de 59 mil euros (-0,1%), não sujeita a fatores excecionais, pelo que o impacto na eficiência depende do efeito dos gastos.

O total de gastos operacionais apurado em 2022 ascendeu a 49,5 milhões de euros tendo sido aprovados no plano e orçamento de 2022 um total de 49,9 milhões de euros.

No entanto, para avaliação da eficiência deve ter-se em conta os fatores excecionais que afetem a comparação do rácio, designadamente os decorrentes do cumprimento de imposições legais e da crise geopolítica.

O impacto nos gastos decorrentes de fatores excecionais ascende a 6,2 milhões de euros no executado em 2022 e a 8,6 milhões de euros no plano e orçamento de 2022, donde resulta um total de gastos incorridos de 43,3 milhões de euros em 2022 e 41,3 milhões de euros orçamentados.

Nos gastos das vendas o efeito da crise geopolítica nos preços não se encontrava previsto no orçamento de 2022, assim como a ocorrência de maior consumo de reagentes.

O mercado de reagentes em 2022 sofreu grandes oscilações devido ao aumento abrupto dos custos com a energia elétrica, gás natural e combustíveis, que tiveram origem nas perturbações dos mercados pós-covid, bem como nas alterações resultantes da guerra na Ucrânia.

Relativamente ao consumo específico de reagentes em 2022 deve ter-se em conta o efeito combinado do incremento da quantidade de água residual tratada nas Fábricas de Água e a carga poluente afluente, que induzem variações no consumo dos diversos tipos de reagentes.

Nos gastos com FSE foram corrigidos para efeitos comparativos com o orçamentado em 2022, com os gastos excecionais relativos ao covid, a ações para reforço direto da segurança ambiental e de saúde pública, a ações para reforço direto da segurança de pessoas, equipamentos e infraestruturas, e a contabilização do efeito da IFRS 16.

Adicionalmente, foi considerado nas rubricas de conservação e reparação o impacto apurado devido à crise geopolítica, em que o incremento generalizado dos preços de mercado neste setor, levou quer à revisão de valores contratados, quer à celebração de novos contratos com valores superiores aos praticados no passado (quando comparados com os preços praticados em 2021 e no primeiro trimestre de 2022).

Nos gastos com pessoal foi considerada a correção decorrente de disposições legais que constituem também fatores excecionais tais como as progressões, reclassificações, atualização salarial, regularizações de vínculos, equiparação com a função pública e especialização de férias e subsídio de férias.

#### b) Dívida comercial de devedores municipais

A evolução da dívida comercial dos utilizadores municipais registou um aumento da dívida vencida em 2022 comparativamente a 2021, pelo que o indicador não atinge o objetivo de redução.

Apesar do aumento, a situação é circunscrita a 5 utilizadores e apresenta uma antiguidade reduzida. Não obstante, a AdTA mantém o acompanhamento e as diligências para a recuperação dos prazos junto dos utilizadores.

#### c) Respeito pelos prazos de pagamento

Na escala de avaliação do indicador está previsto um enquadramento distinto consoante o enquadramento do PMP face ao disposto na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que estabelece, no "Programa pagar a tempo e horas", os intervalos de dias amissíveis para a evolução do prazo para determinar o seu grau de cumprimento.

Em 2022, com um PMP de 30 dias, verifica-se o cumprimento legal do prazo, mas, considerando a escala mais exigente para avaliação do indicador de gestão, devido ao PMP de 2021 ter sido de 25 dias, a variação de 5 dias excedeu o limite de um dia, estabelecido para o cumprimento do indicador.

## Plano de Atividades e Orçamento (PAO)

O PAO para 2022 foi inicialmente submetido às tutelas financeira e setorial em outubro de 2021, tendo sido posteriormente reformulado em junho de 2022, e aprovado pelo Despacho n.º 423/2022-SET, de 1 de dezembro de 2022.

Da análise aos indicadores que evidenciam a execução do PAO 2022, verifica-se que a atividade do ano cumpriu com os montantes orçamentais aprovados.

Indicadores	2022 Exec.	2022 Orç.	2022 Exec./2022 Orç.	
	(€)	(€)	Δ Absol. (€)	%
Resultado Líquido	5 600 976	3 761 477	1 839 499	48,9%
EBITDA ajustado	34 210 599	31 372 407	2 838 191	9,0%
Resultado Operacional (EBIT)	13 069 230	10 670 578	2 398 652	22,5%
Volume de Negócios	83 422 949	83 481 604	-58 655	-0,1%
Endividamento	188 120 312	188 355 851	-235 539	-0,1%
Dívida Financeira Líquida/ EBITDA ajustado	3,3	3,4	0	-3,8%

O volume de negócios é formado pela prestação de serviços aos utilizadores municipais e pelas atividades complementares e acessórias. Na prestação de serviço de tratamento e recolha de efluentes, a AdTA tem rendimentos tarifários estabelecidos com base nos critérios definidos no Contrato de Concessão. Na prestação de serviço de transporte de efluentes efetuada ao Município da Caldas da Rainha, na prestação de serviços de saneamento de efluentes aos utilizadores não municipais, bem como nas atividades complementares, há lugar a medição de caudal, pelo que a variação de 2022, face ao previsto em orçamento, resulta do facto de ter ocorrido menor volume face ao previsto.

## INVESTIMENTOS

Segue-se quadro resumo de comparação do valor total do investimento realizado com o previsto em orçamento em 2022:

Investimento	PAO2022 (mEur)	Real2022 (mEur)	Desvio (mEur)
Empreitada	22 871,5	10 066,0	-12 805,6
Estudos e Projetos	2 801,1	709,6	-2 091,5
Terrenos	246,4	2,1	-244,3
Fiscalização	1 149,2	270,5	-878,7
Acessórias	343,0	172,8	-170,1
<b>Outros investimentos [(1)+(2)+(3)+(4)+(5)]</b>	<b>8 297,8</b>	<b>2 584,0</b>	<b>-5 713,8</b>
1. Aquisição - Edifícios	553,2	0,0	-553,2
2. Aquisição de equipamento básico	3 839,3	518,5	-3 321,0
3. Aquisições de equipamento administrativo	405,3	27,1	-378,2
4. Capitalização de gastos	1 305,0	922,0	-383,0
5. Outros	2 294,8	1 116,4	-1 178,5
<b>Total</b>	<b>35 708,9</b>	<b>13 805,0</b>	<b>-21 904,0</b>



Ramo de Investimento	PAO 2022 (M€)	REAL 2022			Débito (PAO vs Real) (M€)	Observações	
		Total (M€)	Fontes de Financiamento				
			Auto-Financiamento (M€)	Fundo Constituído (M€)			
<b>Total do Investimento (Executado)</b>	<b>21.871,3</b>	<b>10.066,0</b>	<b>10.021,6</b>	<b>13,4</b>	<b>-12.805,6</b>		
<b>Investimento previsto no PAO2022, mas executado o montante previsto</b>	<b>4.224,6</b>	<b>7.262,1</b>	<b>7.348,7</b>	<b>13,4</b>	<b>3.173,5</b>		
TA-019 B	Reabilitação do Centro de Estudos Experimentais Marítimos - Fase 1	149,3	149,3	149,3	0,0	0,0	Executado o valor previsto no PAO para 2022 devido a execução de obras
TA-117 A	Execução do Estudo de Planeamento (EPA) - Tronco 3a e 4a	392,8	409,7	409,7	0,0	127,0	Executado o valor previsto no PAO para 2022 devido a trabalhos e obras em curso durante 2022
TA-147 A	Reabilitação e Ampliação do saneamento de Beir	1,3	149,8	149,8	0,0	148,5	Executado o valor previsto no PAO para 2022 devido a trabalhos e obras em curso durante 2022
TA-148	Reabilitação do sistema de saneamento do Subsector 5 Povo da Galla	108,1	229,4	229,4	0,0	121,3	Executado o valor previsto no PAO para 2022 devido a trabalhos e obras em curso durante 2022
TA-167 A	Execução do projeto de saneamento do Rio de Sines (Urbanos)	116,2	151,9	151,9	0,0	35,7	Executado o valor previsto no PAO para 2022 devido a trabalhos e obras em curso durante 2022
TA-174	Formosinho e Montagem de parafuso de Anemómetro na Fábrica de Água de Beir	20,7	44,9	44,9	0,0	24,2	Executado o valor previsto no PAO para 2022 devido a execução de obras
TA-174 B	Formosinho e Montagem de Substituição de Equipamentos Saneamento de Saneamento de Água do Tejo Atlântico	1.053,2	1.069,4	1.069,4	0,0	16,2	Executado o valor previsto no PAO para 2022 devido a execução de obras
TA-214	Revisão de Construção de Canteiro Flutuante do TRAP do Adro de Sines (Urbanos)	156,0	141,1	141,1	0,0	-14,9	Executado o valor previsto no PAO para 2022 devido a execução de obras
TA-215	Condição/Construção do Sistema de Tratamento Complementar para Descarga de Águas Residuais da Fábrica de Água de Beir	46,8	133,0	133,0	0,0	86,2	Executado o valor previsto no PAO para 2022 devido a trabalhos e obras em curso durante 2022
TA-218	Condição/Construção de Beneficiário do Filtro de Água de Chela - Fase 1	976,3	1.249,8	1.249,8	0,0	273,5	Executado o valor previsto no PAO para 2022 devido a trabalhos e obras em curso durante 2022
TA-220	Condição/Construção de Beneficiário do Filtro de Água de Beir - Fase 1	15,6	131,3	131,3	0,0	115,7	Executado o valor previsto no PAO para 2022 devido a execução de obras
TA-228	Reparação ao Pavimento na Área de Condição	178,1	193,1	193,1	0,0	14,0	Executado o valor previsto no PAO para 2022 devido a execução de obras
TA-244 A	Reabilitação de Torno do Prop. do Estado (Sines) para a FA de Galla	0,3	49,3	49,3	0,0	49,0	Executado o valor previsto no PAO para 2022 devido a trabalhos e obras em curso durante 2022
TA-263 B	Reabilitação do Condutor de Saneamento (A de Galla)	95,1	116,2	116,2	0,0	21,1	Executado o valor previsto no PAO para 2022 devido a trabalhos e obras em curso durante 2022
TA-263 C	Reabilitação do sistema de saneamento de gradado e canal (A de Galla)	816,5	1.098,2	1.098,2	0,0	281,7	Executado o valor previsto no PAO para 2022 devido a trabalhos e obras em curso durante 2022
TA-268	Reparação Canal de Condutor de Saneamento de Sines - 2022/2023	624,7	1.163,2	1.163,2	0,0	538,5	Executado o valor previsto no PAO para 2022 devido a trabalhos e obras em curso durante 2022
<b>Investimento não previsto no PAO2022</b>	<b>0,0</b>	<b>1.023,9</b>	<b>1.122,9</b>	<b>0,0</b>	<b>1.122,9</b>		
TA-102	Formosinho e montagem de sistema de câmbio de ar no "torço 3a" para a CTA de Chela e Povo - Fase 1	0,0	3,6	3,6	0,0	3,6	Emprego concluído. Valor referente a Revisão de Projeto
TA-103 A	Reabilitação do Filtro de Areia nº 2 (TA) Chela	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Emprego concluído. Valor referente a Revisão de Projeto
TA-174 C	Plano de Segurança de Saneamento e Revisão em Subestação Elétrica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Emprego concluído. Valor referente a Revisão de Projeto
TA-168	Emprego de Revisão de Saneamento em Fábrica de Água de Galla	0,0	41,7	41,7	0,0	41,7	Emprego concluído. Valor referente a Revisão de Projeto
TA-199	Revisão e substituição de Equipamento na FA de Sines. Equipamento Transportador	0,0	2,8	2,8	0,0	2,8	Emprego concluído. Valor referente a Revisão de Projeto
TA-217 B	Formosinho e Montagem de Grupo de Condensação TA de Beir - Fase 1	0,0	38,3	38,3	0,0	38,3	Emprego concluído. Valor referente a Revisão de Projeto

O investimento teve uma execução inferior à do Plano previsto para 2022, na ordem dos 39%. Tal como nos anos anteriores, durante o ano de 2022 foram sentidas dificuldades no que diz respeito à realização de investimentos, muito devido à retoma económica pós-covid-19, e aos constrangimentos da conjuntura geopolítica provocada pela guerra no leste da Europa.

Continua a ser muito difícil determinar com rigor e precisão o valor das infraestruturas e das intervenções estudadas, dado que muitas vezes os preços unitários dos materiais e equipamentos variam de forma acentuada e rápida.

Quanto ao processo de contratação, o prazo de apresentação de propostas continuou a sofrer atrasos devido a dificuldades na obtenção de preços e condições de fornecimento de materiais e equipamentos.

No domínio das obras de construção e reabilitação, a produção e o transporte dos elementos a incorporar nas obras continuam também a estar condicionados, com especial destaque para o fornecimento de materiais e equipamentos provenientes do estrangeiro, onde o incumprimento internacional dos prazos de entrega tem constituído uma fonte de tensão e incerteza no planeamento das diversas atividades.

A situação descrita não melhorou no ano 2022 face aos dois anos anteriores, tendo conduzido a uma redução na execução dos trabalhos e ao atraso significativo na celebração de contratos.

Do investimento total destaca-se:

## Investimento Contínuo do PAD - Ficheiro de Acompanhamento dos Relatórios de Execução Trimestrais

Classificação	Investimento/Projeto	PAO 2021 (M€)	Real 2021 (M€)	Desvio (M€)	Observações
PA121	Plano de Oligação - Sistema de Tratamento Água do Tejo Atlântico - 1ª Fase	2 250	0	-1 250	Realização do estudo de viabilidade no primeiro semestre e início dos trabalhos de campo em agosto de 2021. Alteração de proposta em outubro e Pedido Formal de Avaliação de Procura alterado em dezembro de 2021.
PA134	Fornecimento e Montagem de Centros Transmissões EM de Admissão Simples	1 381,6	482,7	-898,9	Estão concluídos os trabalhos de montagem dos centros transmissões na fábrica de Equipamentos Simples e em vários projetos de execução na Fábrica de Água de Admissão.
PA172B	Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos de 20 a 25 kV	1 051,3	1 388,4	337,1	A contratação foi concluída no 2º trimestre de 2021. O fornecimento dos materiais e em funcionamento a generalidade dos equipamentos previstos estando a decorrer os trabalhos de instalação e arranque.
PA194A	Construção de margem de água do Canal de Admissão Transposto Monte Novo	810	0	-810	O projeto e a redução de risco para o investimento foram submetidos ao Regulamento Consórcio de Obras de Obras de Obras em 17 de maio de 2021. Foi lançado o concurso em junho de 2021. A adjudicação irá decorrer por falta de concorrentes ao concurso.
PA243C	Substituição do sistema de transporte de grãos e água da Fábrica de Água de Guia	342,1	1 388,2	1 046,1	Empreitada concluída em julho de 2021. Foram realizados os trabalhos para a instalação dos equipamentos e a partida de serviço dos mesmos.
Total (B)		6 485	3 257,4	-3 227,6	

## 2) Gestão do Risco Financeiro

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP, SGPS, S.A.).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente, a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos *cash-flows* da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneio e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneio.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permitem fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilatação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilatação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do Grupo numa lógica de gestão centralizada do Grupo, e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão, são efetuadas junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP,



enquanto detentor dos excedentes do Grupo, é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

- Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AdTA advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo (não corrente), quer de curto prazo (corrente), quando aplicável. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdTA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdTA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro, está a remuneração acionista prevista no Contrato de Concessão, e, consequentemente, o Desvio de Recuperação de Gastos. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da AdTA, que evidência o facto de a AdTA apenas ter contratualizado neste momento financiamentos (BEI) à taxa fixa.

	31.12.2022	Taxa média +1%	Taxa média -1%
Juros suportados – taxa fixa	3 824 700	n.a.	n.a.

- Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdTA pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis contratualizadas pelo Grupo AdP ("contratos grupados"). A AdTA, através do Grupo, efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e da manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdTA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (com os juros a que estão a ser remunerados estes passivos) (ver notas 7.4, 18 e 19).

	< 1 ano	1 a 5 anos
Financiamentos	14 856 217	68 239 701
Passivos por locação	76 727	48 060
Fornecedores e outros passivos	17 310 194	359 560

O objetivo da AdTA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da AdTA, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da AdTA é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da Empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A., que, por sua vez, fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e à redução do custo médio de capital.

	31.12.2022
Empréstimos não correntes	173 266 902
Empréstimos correntes	14 853 410
Descoberto bancário	2 807
Disponibilidades	(74 846 369)
Dívida líquida	113 276 750
Subsídios ao investimento e outros	116 667 042
Total do capital próprio	117 814 769
Capital e subsídios	234 481 811
Dívida líquida/total do capital	0,48



- Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdTA. A Sociedade está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

a) Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios).

As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou Empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócios; e iii) a condição financeira do cliente.

O Conselho de Administração da AdTA avalia permanentemente a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais, o acionamento do mecanismo associado ao privilégio creditório (o qual incide sobre as dívidas correntes), e o estabelecimento de acordos de pagamento, interposição de injunções/ ações judiciais, medidas que não foram necessárias aplicar em 2022 (nota 10.3).

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da AdTA continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade, para além das reconhecidas e em situações muito específicas.

Em 31 de dezembro de 2022, a exposição ao risco de crédito tem o seguinte detalhe:

Segmento de negócio	Negócio "Alta"			Empresas do Grupo	TOTAL
	Municípios	Outros	Total		
	Risco Baixo	Médio			
Exposição bruta	12 050 877	78 013	12 128 890	50 094	12 178 984
Imparidade	-	(183)	(183)	-	(183)
Exposição líquida	12 050 877	77 830	12 128 707	50 094	12 178 802

b) Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdTA ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2022 e 2021, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito.

Para ativos na Demonstração da Posição Financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da Demonstração da Posição Financeira.

Ativos financeiros bancários	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos à ordem	7 824 900	10 398 506
Depósitos a prazo	67 013 819	70 002 489
Investimentos Financeiros	29 936	20 406
	74 868 656	80 421 402

Rating	31.12.2022	31.12.2021
A2	-	8 989
A3	-	7 061
A-	37 465	-
Ba2	7 112	-
Baa1	-	613 142
Baa2	37 353	79 742 916
Bl	-	28 887
BB	10 003	-
BBB+	74 726 787	-
N/A	29 936	20 406
	<b>74 868 656</b>	<b>80 421 402</b>

Em 31 de dezembro de 2022 inclui depósitos bancários junto da Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., no montante de 74 726 787 euros (79 645 343 euros, em 31 de dezembro de 2021).

O quadro seguinte ilustra a evolução da taxa média de financiamento da Empresa, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos cinco anos:

Anos	2022	2021	2020	2019	2018
Encargos Financeiros (€)	5 104 106	5 705 685	6 440 711	7 898 592	8 178 038
Taxa média de financiamento (%)	2,6%	2,8%	3,0%	3,5%	3,5%

3) Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho (Lei do Orçamento de Estado para 2022), apurado nos termos da fórmula disposta no n.º 4 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto (DLEO 2022)

Variação do Endividamento (execução)	2022	2021
	Valores (€)	
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	188 120 312	201 026 069
Capital Social	113 527 680	113 527 680
Novos investimentos em 2022 (com expressão material)	0	0
Variação do endividamento	-4%	-3%

4) Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

PMP	2022	2021	Variação 22/21	
			Valor	%
Prazo (dias)	30	25	5	20,0%

Os atrasos nos pagamentos apresentam a seguinte distribuição:

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	2 263 964,16	18 671,42	55 423,94	22 151,68	44 779,69
Aq. de Capital	1 284 874,21	0,00	1 738,60	0,00	0,00
Total	3 548 838,37	18 671,42	58 162,54	22 151,68	44 779,69

Os valores apresentados em dívida há mais de um ano correspondem na sua totalidade a situações de divergência entre os valores encomendados e os valores faturados, e para os quais se aguarda da parte dos fornecedores por esclarecimento ou emissão de notas de crédito. A Empresa tem pautado por cumprir a Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, relativa ao "Programa pagar a tempo e horas" sendo estas situações casos pontuais, que não consubstanciam atrasos de pagamento.

#### 5) Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas:

Não foram emitidas recomendações pelos acionistas em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e à atividade da Empresa.

#### 6) Remunerações/ Honorários

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., deu cumprimento a todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente:

- Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- Lei n.º 12 -A/2010, de 30 de junho;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- Despacho SET 764/2012, de 25 de maio;
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;
- Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro;
- Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 253-A/2015, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro;
- Ofício Circular n.º 3653, de 26 de setembro de 2019;
- Lei n.º 12/2022, de 27 de junho;
- Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto.

As reduções remuneratórias são as indicadas no Quadro Resumo no final do capítulo, apresentando-se a restante informação conforme disposto no apêndice I das instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2022 – Ofício Circular SAI\_DGTF/2023/630, de 10 de fevereiro de 2023.



## Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2020-2022	Presidente	Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca	575,00	-
2020-2022	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	470,00	- a)
2020-2022	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	375,00	375,00 a)

a) Valor pago à Águas de Portugal-SGPS SA de acordo com a Ata da Comissão de Vencimentos de 23 de novembro de 2020

## Conselho de Administração

Mandato (Início - fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela média dos últimos 3 anos <sup>1</sup>				N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sinalis	Entidade de Origem	Identificação da data de autorização e forma	Entidade Pagadora (Ord)	
2020-2022	Presidente executivo	Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	AG	29/09/2021	Sim	AcP-SGPS	23/06/2020   AG	D	1
2020-2022	Vice-Presidente	Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	AG	23/06/2020	Não	-	-	-	2
2020-2022	Vogal executivo	Ana Carmen Monteiro do Carmo Gisa	AG	29/09/2021	Não	-	-	-	1
2020-2022	Vogal não executivo	Simone Ferreira Pio	AG	23/06/2020	na	na	na	na	1
2020-2022	Vogal não executivo	Sónia Raquel Conchinha Pacifico	AG	23/06/2020	na	na	na	na	1
2020-2022	Vogal não executivo	José Manuel da Costa Baptista Alves	AG	23/06/2020	na	na	na	na	2
2020-2022	Vogal não executivo	Armando Jorge Paulino Domingos	AG	23/06/2020	na	na	na	na	2

Membro do CA	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Identificação da data de autorização e forma
Armando Jorge Paulino Domingos	Junta de freguesia de Encosta do Sol	Presidente da Junta de Freguesia de Encosta do Sol	Público	23/06/2020   AG
Simone Ferreira Pio	Águas Públicas do Alentejo, SA.	Vice-Presidente Executiva	Público	23/06/2020   AG
Sónia Raquel Conchinha Pacifico	AcP - Águas de Portugal-SGPS SA.	Directora Financeira	Público	23/06/2020   AG

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	5	B	5 722,75	1 022,25
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	5	B	4 377,90	1 751,16
Ana Carmen Monteiro do Carmo Gisa	5	B	3 891,47	1 556,59
José Manuel da Costa Baptista Alves	5	a)	-	-
Armando Jorge Paulino Domingos	5	a)	-	-
Simone Ferreira Pio	5	b)	972,87	-
Sónia Raquel Conchinha Pacifico	5	b)	972,87	-

a) Os Administradores não executivos não auferem qualquer remuneração, de acordo com a Ata da Comissão de Vencimentos de 8 de maio de 2017 e de 23 de novembro de 2020.

b) Valor pago à Águas de Portugal-SGPS SA de acordo com a Ata da Comissão de Vencimentos de 23 de novembro de 2020.

## Remuneração Anual (€)

Membro do CA	Fixa <sup>1</sup> (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias <sup>2</sup> (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	92 385,50	-	92 385,50	4 619,30	87 766,20
Hugo Filipe Ximbrão Bento Pereira	82 304,52	-	82 304,52	4 115,20	78 189,32
Ara Cármen Monteiro do Carmo Cisa	73 159,66	-	73 159,66	3 658,00	69 501,66
José Manuel da Costa Baptista Alves	-	-	-	-	-
Armando Jorge Paulino Domingos	-	-	-	-	-
Simone Ferrera Pío	13 620,18	-	13 620,18	-	13 620,18
Sónia Raquel Condição Pacifico	13 620,18	-	13 620,18	-	13 620,18
			275 090,04	12 392,50	262 697,54

(1) O valor da remuneração fixa com esborda ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(2) Redução prevista no artigo 12.º de Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Protecção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	7,14	0 777,86	SS	20 885,77	1 940,32	1 671,90	-	-
Hugo Filipe Ximbrão Bento Pereira	7,14	1 777,86	SS	18 326,46	1 194,28	1 696,23	-	-
Ara Cármen Monteiro do Carmo Cisa	7,14	1 777,86	SS	17 635,24	424,61	1 507,75	-	-
		0 333,58	-	37 647,27	3 619,32	4 875,87	-	-

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Calibração do contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Término	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendos	Prestações Contratual Remanescentes
	Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	1	1	34 724,17	ACV	2021	2022	476,00	5 712,00
Hugo Filipe Ximbrão Bento Pereira	1	1	35 400,18	ACV	2018	2022	492,37	5 908,28	5,00
Ara Cármen Monteiro do Carmo Cisa	1	1	35 400,18	ACV	2021	2022	416,80	5 001,60	0,00

(1) Taxação NCD Desagregada

## Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)

Membro do CA	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (€)
				Identificar	Valor	
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	1 440,80	66 400	451,22			1 756,02
Hugo Filipe Ximbrão Bento Pereira	634,95	477,00	263,02			1 376,97
Ara Cármen Monteiro do Carmo Cisa	2 913,77	162,00	293,09			3 372,86
José Manuel da Costa Baptista Alves	621,40	0,00	0,00			621,40
	3813,92	1300	1 011,33		0,00	6 125,25

## Órgão de Fiscalização

## Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2019 - 2022	Presidente	Armando José de Sousa Rende	AG	05/04/2019	1362,01	1
2019 - 2022	Vogal	Catarina Alexandra Carvalho Fins	AG	05/04/2019	1021,51	1
2019 - 2022	Vogal	Patrícia Isabel Sousa Caldeira	AG	05/04/2019	1021,51	1

Membro do Conselho Fiscal	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Armando José de Sousa Resende	18 568,74	928,40	17 640,34
Catarina Alexandra Carvalho Fins	14 301,14	715,40	13 585,74
Patrícia Isabel Sousa Caldeira	14 301,14	715,40	13 585,74
		2 359,20	44 811,82

## Revisor Oficial de Contas - ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Identificação ROC/ROCC		Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
			N.º de inscrição na ROC	N.º Registo na OJVM	Função (1)	Data	Data do Contrato		
2019 - 2022	Diretor ROC	Provedor José Cooper & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, Lda	181	20161488	AD	05/04/2019	02/08/2019	0	0
2019 - 2022	ROC	José Alberto Duarte	1907	20208003	AD	05/04/2019	02/08/2019	3	3
2019 - 2022	ROC Superior	Carlo José Tiguendo Rodrigues	1707	20161347	AD	05/04/2019	02/08/2019	4	4

Revisor Oficial de Contas	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2022 (€)			Identificação do Serviço	Valor Anual de Serviços Adicionais - 2022 (€)		
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)		Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Provedor José Cooper & Associados - ROC SA	11 204,37	-	11 204,37	Auditoria Projeto ECOVAL	800,00	-	800,00

## 7) Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, no que se refere:

- a) À não utilização de cartões de crédito, nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente, à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa.

- b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente, ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

- c) Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet;

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	80,00	341,72	1 janeiro a 31 dezembro de 2022
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	80,00	364,60	1 janeiro a 31 dezembro de 2022
Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa	80,00	364,13	1 janeiro a 31 dezembro de 2022
		1 070,44	



d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço.

Membro do CA:	Valor Mensal Combustível e Portagens		Gastos anuais associados a Viaturas (€)		Observações
	Combustível	Portagens	Total		
Alexandra Maria Martins Ramalho da Cunha Serra	486,43	3.842,10	817,85	4.659,95	1.º artigo 3.º Decreto de 2021
Hugo Filipe Xantoro Bento Pereira	437,79	2.297,59	236,70	2.334,29	1.º artigo 3.º Decreto de 2021
Ana Carmen Monteiro do Carmo Cisa	389,15	2.748,44	918,60	3.667,04	1.º artigo 3.º Decreto de 2021
				10.661,28	

8) Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 1.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A AdTA dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 1.º do Estatuto do Gestor Público. Não existem despesas não documentadas ou confidenciais.

9) Elaboração (de três em três anos) e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina a Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, procedendo à elaboração e à divulgação interna e externa, através de publicação no site da sociedade, a cada três anos, do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens na sociedade.

10) Elaboração e divulgação do Plano de Gestão de Risco e Infrações Conexas e do Relatório anual onde é indicado o grau de implementação das medidas elencadas no Plano, tendo em consideração as Recomendações do Conselho de Previsão da Corrupção, designadamente a Recomendação do referido Conselho, datada de 1 de julho de 2009

A empresa adotou desde 2017 um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, também disponível na intranet e internet <https://aguasdojtejoatlantico.adp.pt/content/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas>.

No decurso de 2021, foi efetuada a revisão do documento, aprovada pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2022, por forma a adaptá-lo às novas recomendações emanadas pelo Conselho de Previsão da Corrupção e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

O Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) tem como principais objetivos, identificar as áreas que potencialmente poderão ser mais sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação.

Este Plano pretende também reforçar a cultura da Empresa e dos respetivos trabalhadores e colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais stakeholders. Abrangendo toda a Empresa, este Plano dá cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 1 de julho de 2009, bem como ao definido no Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

No sentido de observar o previsto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, no n.º 4 do artigo 6.º do RGPC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Águas do Tejo Atlântico procede à avaliação anual do PPRCIC em vigor na Empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, nomeadamente:

"a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial".

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da Águas do Tejo Atlântico e remetido às entidades competentes.

Em 17 de dezembro de 2021, o Grupo AdP apresentou a sua Política de Integridade assente num modelo de governação, alinhado com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AdTA uma das empresas que subscreveu o Compromisso de Integridade, representando o seu comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, bem como de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., e o Grupo AdP reforçam, assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

No final de 2022, decorrido um ano após a aprovação Política de Integridade, a Empresa efetuou a avaliação do nível de implementação alcançado, o que possibilitou identificar os constrangimentos e os elementos facilitadores, visando a definição dos próximos passos, com vista ao seu robustecimento e integral implementação.

Registe-se ainda que, em 2019, a Empresa subscreveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao *Call to Action* Anticorrupção, lançada pelo *United Nations, Global Compact*, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo, assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual "as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno".

## 11) Contratação Pública

O Grupo AdP assegurou, através da AdP Serviços, até 31 de julho de 2020, e através da AdP, SGPS, S.A., a partir de 1 de agosto de 2020, a centralização, a otimização e a racionalização da aquisição de bens e serviços transversais, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

O potencial de captação de valor decorrente de sinergias e economias de escala conseguidas através da centralização de compras de determinadas categorias, como energia, comunicações, seguros, reagentes, viaturas, etc., leva à criação e a captação de valor, das quais resultam a obtenção de ganhos financeiros e a redução de custos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas, tem levado a uma maior capacidade de planeamento transversal e à implementação de novos processos transversais associados ao planeamento e gestão da função compras, por categorias alicerçados pelo conhecimento mais profundo nas necessidades das empresas.

Na sequência da reorganização do centro corporativo, nos termos expressamente autorizados por despacho da Tutela Setorial, a partir de 1 de agosto de 2020, as unidades orgânicas de Compras, Jurídica e Sistemas de Informação da AdP Serviços passaram a integrar a estrutura organizacional da AdP, SGPS, S.A.

Assim, foi estabelecido um modelo relacional entre a AdP, SGPS, S.A., e as empresas participadas do Grupo AdP, em moldes similares ao existente até à data com a AdP Serviços, nos termos do qual a AdP, SGPS, S.A., assegura a disponibilidade de contratação de um conjunto diferenciado de bens e serviços às empresas, cuja contratação se mantém através da Direção de Compras.

A existência desta estrutura interna no Grupo, a 31 de dezembro de 2021, assegurada diretamente pela AdP, SGPS, S.A., permite tirar partido da escala e das sinergias angariadas pelo universo do Grupo e, com isso, obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, enquanto as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associadas, acrescentando valor à sua atividade.



Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

O Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, introduziu alterações à Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública, bem como ao Código dos Contratos Públicos e ao Decreto-Lei n.º 60/2018, de 3 de agosto, que procede à simplificação de procedimentos administrativos necessários à prossecução de atividades de investigação e desenvolvimento.

Por conseguinte, no quadro da uniformização de práticas ao nível de procedimentos de contratação pública no seio do Grupo AdP, mas igualmente para concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos, incorporando as inovações introduzidas pelo citado Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, foram promovidas formações explicativas aos diversos intervenientes nos processos de contratação pública, avançando os esclarecimentos ou a clarificação de interpretações e entendimentos de índole jurídica.

No ano de 2022, foram sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas os seguintes contratos:

Contratos de Prestação de Serviços	Valor
Manutenção Dos Centros Operacionais Afetos Ao Departamento De Equipamentos Sul	11 424 530,88 €
Recolha, Transporte e Envio a Destino Final de Lamas das Fábricas de Água da Região Norte-Parcela I - Lote 7	2 058 908,40 €
Recolha, Transporte e Envio a Destino Final de Lamas das Fábricas de Água da Região Norte-Parcela I - Lote 8	2 125 661,67 €
Recolha, Transporte e Envio e Destino Final de Lamas de Fábricas de Água Produzidas ao Tejo Atlântico - Lote I _Alcantara	6 878 487,00 €
Recolha, Transporte e Envio e Destino Final de Lamas de Fábricas de Água Produzidas ao Tejo Atlântico, Lote II_Guia	3 263 011,50 €
Recolha, Transporte e Envio e Destino Final de Lamas de Fábricas de Água Produzidas ao Tejo Atlântico, Lote III _Berolas, Chelas E Sjalha	3 740 122,20 €
Recolha, Transporte e Envio e Destino Final de Lamas de Fábricas de Água Produzidas ao Tejo Atlântico, Lote IV - Frietas, Buxelas	1 776 206,40 €
Recolha, Transporte e Envio e Destino Final de Lamas de Fábricas de Água Produzidas ao Tejo Atlântico, Lote V _Aiverca, Vixina, Arruda E Ponte Morfal	1 465 952,40 €
Recolha, Transporte e Envio e Destino Final de Lamas de Fábricas de Água Produzidas ao Tejo Atlântico, Lote VI _Mafra	1 200 030,00 €

## 12) Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias. Desde então, foram conduzidos procedimentos de contratação pública com recurso ao SNCP, abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motocicletas;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP, SGPS, S.A, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e pela rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo, assim, uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

## 13) Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais previstas no artigo 144.º do DLEO 2022, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos.

No exercício de 2022, o peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios é aferido por comparação a 2021, ano que regista um volume de negócios superior ao de 2019. O rácio, após terem sido excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais e de fatores excecionais, diminuiu 1,75 p.p. para 2021, cumprindo o disposto no artigo n.º 144 do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto (DLEO 2022), conforme se apresenta no quadro seguinte:



RIC	2022 Exec.	2021 Op.	2021 Exec.	2020 Exec.	2019 Exec.	2022/2021		2022/2021	
						Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) DOTA global	24 210 286,58	31 272 427,26	31 931 024,18	38 167 274,74	41 498 095,38	-229 498,40	0,6%	-7 267 494,97	-17,6%
(1) DOTA	3 987 412,20	3 279 212,00	3 700 268,82	3 294 142,56	3 132 269,82	207 142,47	7,8%	851 142,49	27,2%
(2) FSE	41 233 942,76	32 007 780,07	32 175 584,21	30 135 650,89	27 521 495,66	-439 523,47	-1,6%	3 132 485,29	11,6%
(3) Gastos com o pessoal	14 299 427,42	14 000 000,00	12 498 945,11	12 923 025,48	11 801 891,20	1 800 982,31	14,4%	2 454 524,22	20,7%
- Relativos aos Órgãos Sociais	411 298,96	406 756,26	406 756,26	366 978,26	336 933,08	4 940,60	1,3%	24 965,88	22,1%
- Indemnizações pagas por rescisão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
- Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias	0,00	0,00	36 502,00	46 134,78	51 947,47	-34 582,20	-60,7%	-23 842,47	-49,7%
- Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais	1 295 214,20	0,00	-280 482,29	-209 069,24	-259 224,78	1 874 134,42	61,2%	1 642 483,48	44,19%
(4) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	63 151,98	18 257,60	18 256,11	12 700 902,24	11 808 327,80	28 824,29	2,4%	781 576,21	6,1%
(5) Gastos com Ajudas de custo (G. d. Pessoal)	6 472,76	6 069,02	6 069,02	1 211 726,60	0,00	2 264 527,21	186,1%	6 201 456,92	509,1%
(6) Gastos associados à frota automóvel	987 717,00	785 420,00	785 420,00	785 420,00	785 420,00	202 297,00	25,9%	202 297,00	25,9%
(7) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	20 686,19	21 058,00	21 894,66	49 896,49	16 021,24	-1 168,47	-3,3%	-44 386,25	-86,3%
(8) Total de encargos (3) + (4) + (5) + (6) + (7)	1 079 027,93	1 401 745,00	826 914,51	896 175,07	894 622,72	252 113,42	30,1%	84 409,21	8,9%
Resumo: Total do RIC DOTA (Total DOTA)	414	449	383	388	378	23	5,9%	20	4,3%
N.º Cargos de 2.ª C.ª	18	19	19	18	9	0	0,0%	1	11,1%
N.º Cargos de 3.ª C.ª	2	2	2	2	0	0	0,0%	1	50,0%
N.º Trabalhadores em 2.ª C.ª	208	422	376	362	162	22	6,1%	85	52,5%
N.º Trabalhadores em 3.ª C.ª	42	42	54	32	41	2	4,7%	-4	-9,5%
N.º de alunos	147	177	144	183	144	9	2,1%	9	2,1%

No que respeita ao cumprimento dos gastos com pessoal e do conjunto de encargos relativos a deslocações, ajudas de custo e alojamento, frota automóvel e contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 144.º do DLEO 2022, tendo-se por referência os limites estipulados pelo Despacho n.º 473/2022-SET, de 1 de dezembro de 2022, que aprova o PAC2022, apura-se o seguinte:

Gastos	2022 Exec.	2021 Exec.	2022/2021	
			Δ Absol.	Var. %
<b>Gastos com o pessoal<sup>1</sup></b>	<b>14 299 427,42</b>	<b>12 498 945,11</b>	<b>1 800 982,31</b>	<b>14,4%</b>
(i) Relativos aos Órgãos Sociais	411 298,96	406 756,26	4 540,60	1,1%
(ii) Indemnizações pagas por rescisão	0,00	0,00	0,00	-
(iii) Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias	54 296,20	36 502,00	17 794,20	48,7%
(iv) Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais	942 703,89	-280 482,29	1 223 186,18	-436,1%
- Absentismo	-385 229,62	-280 482,29	-104 747,33	37,3%
- Progressões	70 240,46	0,00	70 240,46	-
- Reclassificações	1 022 000,01	0,00	1 022 000,01	-
- Especialização de Férias e Subs. Férias	77 699,16	0,00	77 699,16	-
- Equiparação Função Pública	22 574,48	0,00	22 574,48	-
- Atualização salarial (1,2%)	135 421,40	0,00	135 421,40	-
<b>(2) Gastos com o pessoal sem os impactos (ii), (iii) (iii) e (iv)</b>	<b>12 891 126,37</b>	<b>12 335 667,04</b>	<b>555 459,33</b>	<b>4,5%</b>
<b>Conjunto de encargos</b>			<b>0,00</b>	<b>-</b>
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	63 151,98	18 256,11	44 895,87	245,9%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G. d. Pessoal)	7 472,76	1 409,74	6 069,02	432,3%
(iii) Gastos associados à frota automóvel	987 717,00	785 420,00	202 297,00	25,8%
(iv) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	20 686,19	21 894,66	-1 168,47	-5,3%
<b>(3) Total de encargos (i) + (ii) + (iii) + (iv)</b>	<b>1 079 027,93</b>	<b>826 914,51</b>	<b>252 113,42</b>	<b>30,5%</b>

<sup>1</sup> Gastos com pessoal corrigidos do efeito dos TPPE e subsídios à exploração

## Gastos com Pessoal

O n.º 4 do Despacho n.º 473/2022-SET determina o limite de aumento de 1,17 milhões de euros, face a 2021, dos gastos com pessoal sem órgãos sociais e absentismo, limitando o total dos gastos no ano a 14 milhões de euros.

No apuramento efetuado em tais termos, verifica-se que o gasto incorrido em 2022 ascende a 12,9 milhões de euros, com uma variação de 555 mil euros face a 2021, o que demonstra o cumprimento do limite aprovado.

Considerando que a aprovação do PAO ocorreu apenas em dezembro de 2022, as admissões autorizadas e efetuadas em parte no final do ano não influenciam o gasto, justificando na sua maioria o desvio favorável face ao valor aprovado em orçamento.

## Conjunto de Encargos com Deslocações, Ajudas de Custo e Alojamento, os associados à Frota Automóvel e Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria

O n.º 6 do Despacho n.º 473/2022-SET determina o limite de aumento de 148,8 mil euros, face a 2021, dos gastos com o conjunto de encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultorias, limitando o total dos gastos no ano a 975,7 mil euros.

No apuramento efetuado em tais termos, verifica-se que o gasto incorrido em 2022 ascende a 1,1 milhões de euros, com uma variação de 252 mil euros face a 2021, o que demonstra o incumprimento do limite aprovado.

Do conjunto de gastos a variação mais representativa do incumprimento resulta dos gastos associados à frota, cuja variação denota o efeito da extinção do subsídio ambiental às viaturas elétricas, bem como o aumento do custo dos contratos de aluguer gerado pelas extensões contratuais efetuadas devido à falta de autorização de renovação da frota.

## 14) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, artigo 160.º da LOE2020 e artigo 115.º do DLEO2019)

A AdP, SGPS, S.A., no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP, SGPS, S.A., tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- Acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios europeus;
- Encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- Em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário.

Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP, SGPS, S.A., acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros;





Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneiço dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP, SGPS, S.A., tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade de os bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos, quer em termos de crédito.

O facto de a AdP, SGPS, S.A., gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo AdP aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto do IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

Foram constituídos depósitos a prazo no IGCP (CEDICs) em dezembro de 2021, no valor de 70 milhões de Euros, com vencimento em 3 de janeiro de 2022.

O Grupo AdP, para o biénio 2022-2023, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado, através do Despacho SGC n.º 131, de 17 de agosto de 2022, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de *leasing* e *factoring* e utilização e descobertos bancários;
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos pela *DPG – Digital Payment Gateway* da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP, SGPS, S.A., no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, e providenciar, sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP, SGPS, S.A., no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP, SGPS, S.A.;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública.

	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
BST	5 943,29	28 602,16	25 714,37	22 826,58
BPI	291 643,67	70 365,10	65 231,13	4 379,81
CGD	72 827,56	60 418,29	17 178,94	37 352,91
Novo Banco	14 661,04	20 455,94	15 543,45	7 111,94
Bankinter	426 914,21	16 911,09	16 911,09	30 328,38
BBV	6 344,03	5 758,45	5 208,87	4 310,20
BCP	10 158,54	10 106,55	10 054,56	10 002,57
Total	828 492,34	212 617,58	155 842,41	116 312,39
Juros auferidos	0,00	0,00	0,00	0,00



15) Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à Empresa nos últimos três anos.

16) Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade (anual), conforme determina o artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho

A Empresa procedeu à elaboração do Plano para a igualdade para 2022 e à respetiva comunicação às entidades competentes, bem como à divulgação do mesmo na sua página de internet, em <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/igualdade-de-genero>.

17) Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º-B ou 508.º-G do CSC, contendo, no mínimo, a informação indicada nos n.ºs 2 dos mencionados artigos

A Empresa apresenta, nos capítulos de Sustentabilidade e de Capital Humano deste Relatório de Gestão, informação sobre questões ambientais e questões relativas a trabalhadores.

18) Informação que se encontrava divulgada a 31 de dezembro de 2021 no sítio da internet do SEE (portal da DGTF)

Conforme orientações da DGTF, a AdTA não divulga informação no sítio do SEE na internet em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

## Quadro Resumo do cumprimento das orientações legais

Para efeitos de sistematização da informação, apresenta-se de seguida o quadro resumo do cumprimento das obrigações legais:

COL - Cumprimento das Orientações legais 2022	Cumprimento SINVA	Quantificação Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
<b>Objetivos de Gestão</b>			
Objetivos de ação para o mandato 2020-2022			- Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Eficiência de Gestão	S	23 pp.	- Grau de atingimento: Não Atingido
Dívida Comercial da Divisão Municipal	S	146,26	- Grau de atingimento: Não Atingido
Limitação Endividamento	S	6,4%	- Grau de atingimento: Superado
Respeito pelos Prazos de Pagamento	S	5,06	- Grau de atingimento: Não Atingido
Responsabilidade	S	37,19	- Grau de atingimento: Superado
Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva	S	81,2%	- Grau de atingimento: Atingido
Qualidade das Águas Residuais	S	99,0%	- Grau de atingimento: Superado
Neutralidade Energética	na	-	- Não avaliado em 2022
Pavimento Urbano	na	-	- Não avaliado em 2022
Reciclagem	na	-	- Não avaliado em 2022
Educação Ambiental e Apoio comunitário	na	-	- Não avaliado em 2022
<b>Metas e Atingir constantes no PNO2022</b>			
Investimento	S	39,0%	- Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Níveis de endividamento	S	6,7%	- Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Grau de execução do orçamento delegado no SGO/SOE	na	-	-
Gestão do Risco Financeiro	S	3,6%	- Ponto 2 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Índices de Crescimento do Endividamento	S	4,7%	- Ponto 3 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Evolução do PMP a fornecedores	S	20,0%	- Ponto 4 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Divulgação dos Anúncios nos Pagamentos ("Anúncios")	S	0,9%	- Diretiva Europeia 2022/1453 e R 2021/1436/UE Ponto 4 do COL
Recomendações do auditor na última aprovação de contas	na	-	- Não foram emitidas recomendações
Reservas emitidas na última O.C.	na	-	-
<b>Remunerações em espécie</b>			
CA - redução remuneratória vendida em 2022	S	1 229,51 €	- Redução remuneratória efetuada em 2022
Execução (CA/OC/FL) - redução remuneratória vendida em 2022 (inaplicável)	S	2 359,20 €	- Redução remuneratória efetuada em 2022
Auditor Externo - redução remuneratória vendida em 2022 (inaplicável)	na	-	- A Empresa não tem Auditor Externo
<b>EGP - artigos 31.º e 33.º do EGP</b>			
Não utilização de cartões de crédito	S	-	- Os membros do CA não possuem de cartão de crédito
Não ocorrência de despesas de representação pessoal	S	-	- Não ocorreram em membros de despesas de representação pessoal
Valor máximo das despesas associadas a comissões	S	-	- Ponto 7 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Valor máximo das comissões suportadas pelo município de valor de serviço	S	-	- Ponto 7 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
<b>Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 14.º do PMP e artigo 11.º do EGP</b>			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	-	- Não ocorreram despesas não documentadas ou confidenciais
<b>Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 do RCM n.º 18/2014</b>			
Estabelecimento e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	-	- Ponto 8 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
<b>Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção de corrupção</b>			
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção de corrupção	S	-	- De corrupção e riscos-correção
<b>Contratação Pública</b>			
Aplicação das normas de contratação pública eletrónica	S	-	- Ponto 11 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Aplicação das normas de contratação pública pelo participante	na	-	-
Contrato submetido a veto prévio do TC	S	9	- Ponto 11 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
<b>Acesso ao Sistema Nacional de Compras Públicas</b>			
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S	-	- Ponto 12 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
<b>Gestão Operacional das Empresas Públicas</b>			
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 29.º do DL 133/2013)	N	-	- Ponto 13 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
<b>Disposições e aplicações relativas ao GCP</b>			
Disposições e aplicações relativas ao GCP	S	98,52%	- Parâmetros de modo artigo 31.º do GCP 31/13/2022
Disposições e aplicações relativa Comercial	S	116 217 €	- Ponto 14 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Justa auferidos em cumprimento da LFE e entregas em favor do Estado	na	0,00 €	- Ponto 14 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
<b>Auditoria do Tribunal de Contas</b>			
Recomendações	na	-	-
<b>Elaboração do Plano para a igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1.º de agosto</b>			
Elaboração do Plano para a igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1.º de agosto	S	-	- Ponto 16 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
<b>Apresentação da demonstração não financeira</b>			
Apresentação da demonstração não financeira	S	-	- Ponto 17 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"

## PERSPETIVAS FUTURAS

O caminho da Águas do Tejo Atlântico está delineado e projetado nos objetivos estratégicos e prioridades operacionais identificadas, considerando o imperativo do cumprimento da sua missão e a necessária resposta aos desafios económico-sociais e ambientais da atualidade, tais como a Economia Circular, as Alterações Climáticas e a Neutralidade Carbónica e Energética, salvaguardando o Capital Natural da Região e do Planeta.

Centrada nas suas prioridades, alinhadas com o Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP, gostamos de apresentar o que chamamos a nossa Missão+:

*"Explorar e gerir o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário."*

Esta missão sustenta-se numa Visão para a Empresa, do atual Conselho de Administração, de ser reconhecida a nível europeu como um exemplo inspirador a seguir, ser reconhecida na Área Metropolitana de Lisboa e no Oeste como uma empresa essencial na qualidade de vida das pessoas e no desenvolvimento sustentável da região e ser reconhecida pelos municípios utilizadores e/ou acionistas como um parceiro de referência nos novos paradigmas da circularidade, da resiliência e da descarbonização.

"Juntos somos +" foi o lema apresentado a todos os trabalhadores para o ano de 2023. Consideramos que o somatório de todos nós é amplamente superior ao somatório de cada um individualmente, proporcionado através do conhecimento e das competências partilhadas, num essencial "quebrar de paredes e barreiras" à comunicação e articulação internas, a todos os níveis da Empresa, desde o operacional ao técnico superior.

Os produtos e projetos já em curso, e em desenvolvimento, vão indicando o caminho a prosseguir para o maior impacto das Fábricas de Água no Ciclo Urbano da água, e, conseqüentemente, no desenvolvimento de uma real Economia sustentável. O crescente impulso positivo de cada Fábrica de Água no seu território de proximidade é uma realidade inequívoca, sabendo que a água+, as biolamas+, a redução das afluências industriais indevidas aos nossos sistemas, a eficiência energética e tantos outros exemplos em curso marcam definitivamente o futuro sustentável da água!





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico encerra a atividade do ano 2022 com um agradecimento a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para o cumprimento da missão da Empresa e dos seus objetivos de bem servir, destacando:

Os trabalhadores, cujos empenho, dedicação e profissionalismo constituem a base do sucesso alcançado, num cenário de exigência com o objetivo de fazer melhor, ser mais eficiente e sustentável;

O Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática e o Senhor Secretário de Estado do Ambiente e Energia pelo interesse e apoio sempre manifestados;

A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., pela importante colaboração prestada;

A Águas de Portugal, SGPS, S.A., pelas orientações e confiança manifestados;

Aos Municípios e respetivos dirigentes e técnicos que, de forma proactiva, trabalharam em parceria com a Águas do Tejo Atlântico ao longo do ano;

As Entidades Gestoras do serviço de saneamento operando na área geográfica de intervenção da Águas do Tejo Atlântico, pelo bom relacionamento e boa articulação técnica evidenciados;

Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, pela forma como acompanharam a atividade da Empresa;

Os diversos parceiros e *stakeholders* que contribuíram para o bom desempenho da Águas do Tejo Atlântico em 2022;

Os prestadores de serviços, consultores, fornecedores, projetistas, empreiteiros e as outras organizações que trabalharam com a Águas do Tejo Atlântico e, de uma forma geral, a todos aqueles que contribuíram para a Empresa alcançar os seus objetivos.

Com uma atividade de importância vital para a saúde e o bem-estar das populações, o ambiente e a sustentabilidade da região servida, a Águas do Tejo Atlântico continuará a cumprir a sua missão com responsabilidade e ambição para alcançar os novos desafios sociais.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos dos Estatutos da Águas do Tejo Atlântico, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2022, no montante de 5 600 975,53 € (cinco milhões, seiscentos mil, novecentos e setenta e cinco euros e cinquenta e três cêntimos), apurado conforme explicitado na nota 33 das demonstrações financeiras (remuneração acionista), tenha a seguinte distribuição:

- **280 048,78 euros** (duzentos e oitenta mil, quarenta e oito euros e setenta e oito cêntimos), para constituição da Reserva Legal.
- **5 320 926,75 euros** (cinco milhões, trezentos e vinte mil, novecentos e vinte e seis euros e setenta e cinco cêntimos), para distribuição de Dividendos.





# Águas do Tejo Atlântico

## Relatório dos Administradores Não Executivos





## RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

### 1. Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2022.

### 2. Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

### 3. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Alcântara, aos 2 de março de 2023

### Os Administradores Não Executivos

Simone Pio



Sónia Pacifico



José M. Batista Alves



Armando Paulino





11  
12

## ANEXO AO RELATÓRIO

Nos termos do n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se a lista de acionistas à data de 31 de dezembro de 2022:

	Total de Ações Subscritas (n.º)	Capital Subscrito		Capital Social Realizado
		Capital Social Subscrito	% Total de Capital Social Subscrito	
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S. A.	57 538 912	57 538 912	50,68%	57 538 912 €
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	2 921	0,003%	2 921 €
Alcobaça	899 856	899 856	0,79%	899 856 €
Alenquer	384 003	384 003	0,34%	384 003 €
Amadora	6 458 431	6 458 431	5,69%	6 458 431 €
Arruda dos Vinhos	55 542	55 542	0,05%	55 542 €
Azambuja	346 735	346 735	0,31%	346 735 €
Bombarral	107 998	107 998	0,10%	107 998 €
Cadaval	123 253	123 253	0,11%	123 253 €
Caldas da Rainha	614 244	614 244	0,54%	614 244 €
Lisboa	20 866 618	20 866 618	18,38%	20 866 618 €
Loures	8 284 708	8 284 708	7,30%	8 284 708 €
Lourinhã	302 165	302 165	0,27%	302 165 €
Nazaré	273 724	273 724	0,24%	273 724 €
Óbidos	131 237	131 237	0,12%	131 237 €
Odivelas	2 521 433	2 521 433	2,22%	2 521 433 €
Oeiras	3 936 998	3 936 998	3,47%	3 936 998 €
Peniche	386 004	386 004	0,34%	386 004 €
Rio Maior	183 768	183 768	0,16%	183 768 €
Sintra	3 936 998	3 936 998	3,47%	3 936 998 €
Sobral de Monte Agraço	57 438	57 438	0,05%	57 438 €
Torres Vedras	711 623	711 623	0,63%	711 623 €
Via Franca de Xira	2 881 638	2 881 638	2,54%	2 881 638 €
Ações próprias da sociedade	2 521 433	2 521 433	2,22%	2 521 433 €
<b>TOTAL</b>	<b>113 527 680</b>	<b>113 527 680</b>	<b>100,00%</b>	<b>113 527 680 €</b>





# As Contas

## Demonstrações financeiras do exercício de 2022

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

# Demonstração da posição financeira

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
<b>Ativos não correntes</b>			
Ativos intangíveis	53	428 208 261	443 008 466
Ativos fixos tangíveis	63	260 407	361 597
Ativos sob direito de uso	73	223 355	313 432
Outros ativos financeiros	82	29 936	20 406
Impostos diferidos ativos	31.2	57 326 038	55 987 703
Cientes	103	21 472	52 488
<b>Total dos ativos não correntes</b>		<b>486 069 469</b>	<b>499 946 093</b>
<b>Ativos correntes</b>			
Inventários	12.2	3 549 880	2 369 811
Cientes	103	12 157 330	10 812 316
Imposto sobre o rendimento do exercício	31.2	-	356 527
Outros ativos correntes	11.2	2 294 563	2 187 535
Caixa e seus equivalentes	13.2	74 846 369	80 408 504
<b>Total dos ativos correntes</b>		<b>92 848 141</b>	<b>96 034 693</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>578 917 610</b>	<b>595 980 786</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital social	14.2	113 527 680	113 527 680
Ações próprias	14.2	(2 521 433)	(2 521 433)
Reservas e outros ajustamentos	14.4	1 207 547	1 020 039
Resultado líquido do exercício	14.4	5 600 976	3 750 162
<b>Total do capital próprio</b>		<b>117 814 769</b>	<b>115 776 448</b>
<b>Passivos não correntes</b>			
Provisões	15.3	204 492	-
Acréscimos de gastos de investimento contratual	16.2	110 486 524	118 808 401
Subsídios ao investimento	17.2	116 667 042	121 389 287
Empréstimos	18.2	173 256 902	187 660 832
Passivos de locação	74	48 060	61 179
Fornecedores e outros passivos não correntes	19.2	1 099 018	568 642
Impostos diferidos passivos	31.2	14 759 219	15 583 456
Desvio de recuperação de gastos (Superavit tarifário)	9.3	11 944 137	6 923 128
<b>Total dos passivos não correntes</b>		<b>428 475 394</b>	<b>450 994 925</b>
<b>Passivos correntes</b>			
Empréstimos	18.2	14 856 217	13 365 237
Passivos de locação	74	76 727	365 818
Fornecedores e outros passivos correntes	19.2	17 310 194	15 478 359
Imposto sobre o rendimento do exercício	31.2	384 309	-
<b>Total dos passivos correntes</b>		<b>32 627 447</b>	<b>29 209 414</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>461 102 841</b>	<b>480 204 339</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>		<b>578 917 610</b>	<b>595 980 786</b>

## O Conselho de Administração

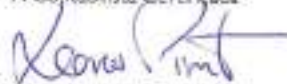
  
Alexandra Maria Martins Ramos de Cunha Serra (Presidente Executivo)

  
Hugo Filipe Xarife Bento Pereira (Vice-Presidente Executivo)

  
Ana Cármen Monteiro do Carmo Gisa (Vogal Executivo)

  
Arraújo Jorge Paulino Domingos (Vogal Não Executivo)

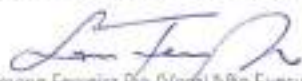
## A Contabilista Certificada

  
Maria Leonor de Oliveira Pinto

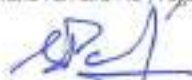




José Manuel da Costa Baptista Alves (Vogal Não Executiva)



Simone Ferreira Pio (Vogal Não Executiva)

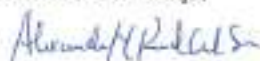


Sónia Raquel Coimbra Pacifico (Vogal Não Executiva)

## Demonstração dos resultados por naturezas

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Rédito de contratos com clientes	21.2	83 422 949	82 676 423
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	21.2	13 696 300	21 408 060
Défi ce/(Superávit) tarifário de recuperação de gastos	9.3 e 21.2	(4 560 590)	(9 832 076)
Défi ce/(Superávit) tarifário de recuperação de gastos- ano anterior	9.3	(460 419)	(38 079)
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	22	(13 696 300)	(21 408 060)
Gasto das vendas	22	(3 987 412)	(3 700 269)
Fornecimentos e serviços externos	23	(31 235 983)	(32 175 506)
Gastos com pessoal	24	(13 374 322)	(11 439 426)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	25	(20 676 082)	(20 699 707)
Provisões e reversões do exercício	26	(204 492)	735 068
Perdas por imparidade e reversões do exercício	10.3	(183)	-
Subsídios ao investimento	17.2	4 760 397	4 755 390
Outros gastos e perdas operacionais	27	(829 026)	(1 221 402)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	28	214 392	291 215
<b>Resultados operacionais</b>		<b>13 069 230</b>	<b>9 351 631</b>
Gastos financeiros	29	(5 677 067)	(5 779 105)
Rendimentos financeiros	30	14 286	2 489
<b>Resultados financeiros</b>		<b>(5 662 781)</b>	<b>(5 776 616)</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>7 406 449</b>	<b>3 575 015</b>
Imposto do exercício	31.2	(3 968 045)	(4 223 570)
Imposto diferido	31.2	854 277	1 836 269
Imposto Diferido sem desvio tarifário	31.2	1 308 294	2 562 448
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>5 600 976</b>	<b>3 750 162</b>
<b>Resultado por ação (básico e diluído)</b>	<b>14.3</b>	<b>0,05</b>	<b>0,03</b>

O Conselho de Administração



Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Presidente Executivo)



Hugo Filipe Monteiro Bento Pereira (Vice-Presidente Executivo)



Ana Cláudia Monteiro da Cunha Cisa (Vogal Executivo)

Armando Jorge Paulino Domingos (Vogal Não Executivo)

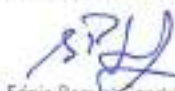


José Manuel da Costa Baptista Alves (Vogal Não Executivo)



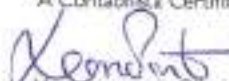


Simone Ferreira Pio (Vogal Não Executivo)



Sónia Raquel Condeinha Paçôco (Vogal Não Executivo)

A Contabilista Certificada



Maria Leonor de Oliveira Pinto

## Demonstração do rendimento integral

	31.12.2022	31.12.2021
Resultado líquido do exercício	5 600 976	3 750 162
Rendimento integral	5 600 976	3 750 162

## Demonstração das variações do capital próprio

	Capital social	Ações Próprias	Reserva legal	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de dezembro de 2020	113 527 680	(2 521 433)	833 282	3 735 125	115 574 654
Aplicação do resultado líquido do exercício 2020			186 756	(186 756)	-
Dividendos atribuídos				(3 548 369)	(3 548 369)
Resultado líquido do exercício 2021				3 750 162	3 750 162
Saldo a 31 de dezembro de 2021	113 527 680	(2 521 433)	1 020 039	3 750 162	115 776 448
Aplicação do resultado líquido do exercício 2021			187 508	(187 508)	-
Dividendos atribuídos				(3 562 654)	(3 562 654)
Resultado líquido do exercício 2022				5 600 976	5 600 976
Saldo a 31 de dezembro de 2022	113 527 680	(2 521 433)	1 207 547	5 600 976	117 814 769

O Conselho de Administração

  
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Presidente Executivo)

  
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira (Vice-Presidente Executivo)

  
Ana Cármen Monteiro do Carmo Gisa (Vogal Executivo)

Armando Jorge Paulino Domingos (Vogal Não Executivo)

  
José Manuel da Costa Baptista Alves (Vogal Não Executivo)

  
Simone Ferreira Pio (Vogal Não Executivo)

  
Sónia Raquel Coimbra Paço (Vogal Não Executivo)

A Contabilista Certificada


  
Maria Leonor de Oliveira Pinto



# Demonstração dos fluxos de caixa

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	94 743 341	95 936 435
Pagamentos a fornecedores	(42 794 117)	(44 630 301)
Pagamentos ao pessoal	(13 214 521)	(12 991 528)
Pagamento/Recebimento do IRC	(3 594 060)	(4 940 711)
Outros Pagamentos/Recebimentos	(5 209 513)	(4 770 754)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>29 931 131</b>	<b>28 603 141</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Recebimentos de ativos intangíveis	-	36 033
Recebimentos de subsídios de investimento (nota 17)	14 847	402 096
Recebimentos de juros e rendimentos similares	2 217	-
Pagamentos de dividendos (nota 33)	(3 202 296)	(3 189 456)
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	(1 07 471)	(264 745)
Pagamentos de ativos intangíveis	(13 786 356)	(23 366 862)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>(17 079 060)</b>	<b>(26 382 933)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamento de capital de passivos de locação	(373 862)	(524 027)
Pagamentos de empréstimos obtidos (nota 18)	(12 978 343)	(11 621 156)
Pagamentos de juros e gastos similares	(5 076 139)	(5 832 461)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>(18 428 344)</b>	<b>(17 977 643)</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)</b>	<b>(5 576 273)</b>	<b>(15 757 436)</b>
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	80 406 015	80 408 504
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	74 829 742	80 408 015
	<b>(5 576 273)</b>	<b>(2 489)</b>


O Conselho de Administração

  
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Presidente Executiva)

  
Hugo Filipe Ximbrão Bento Pereira (Vice-Presidente Executiva)

  
Ana Cármen Monteiro do Carmo Coa (Vogal Executiva)

Armando Jorge Paulino Domingos (Vogal Não Executiva)

  
José Manuel da Costa Baptista Alves (Vogal Não Executiva)

  
Silvana Ferreira Rio (Vogal Não Executiva)

  
Sónia Raquel Gonçalves Paçó (Vogal Não Executiva)

A Contabilista Certificada

  
Maria Leonor de Oliveira Pinto

# Notas às demonstrações financeiras

## I. Informação geral

### 1.1. Identificação da Empresa

A Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante também designada Sociedade, Empresa ou AdTA), é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, responsável pela gestão e pela exploração do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, em regime de exclusivo, e por um prazo de 30 anos, tendo a sua sede social na ETAR de Alcântara, na Avenida de Ceúta, em Lisboa.

São acionistas da Águas do Tejo Atlântico, S.A.:

Acionistas	Ações A subscritas	Ações B subscritas	Ações subscritas	Capital subscrito e realizado	% capital subscrito e realizado
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	57 538 912	-	57 538 912	57 538 912	50,68%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	-	2 921	2 921	0,00%
Alcobaça	899 856	-	899 856	899 854	0,79%
Alenquer	384 003	-	384 003	384 003	0,34%
Amadora	6 108 431	350 000	6 458 431	6 458 431	5,69%
Arruda dos Vinhos	55 542	-	55 542	55 542	0,05%
Azambuja	346 735	-	346 735	346 735	0,31%
Bombarral	107 998	-	107 998	107 998	0,10%
Cadaval	123 253	-	123 253	123 253	0,11%
Caldas da Rainha	614 244	-	614 244	614 244	0,54%
Lisboa	20 516 618	350 000	20 866 618	20 866 618	18,38%
Loures	8 284 708	-	8 284 708	8 284 708	7,30%
Lourinhã	302 165	-	302 165	302 165	0,27%
Nazaré	273 724	-	273 724	273 724	0,24%
Óbidos	131 237	-	131 237	131 237	0,12%
Odivelas	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433	2,22%
Oeiras	3 936 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Peniche	386 004	-	386 004	386 004	0,34%
Rio Maior	183 768	-	183 768	183 768	0,16%
Sintra	3 936 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Sobral de Monte Agraço	57 438	-	57 438	57 438	0,05%
Torres Vedras	711 623	-	711 623	711 623	0,63%
Vila Franca de Xira	2 881 638	-	2 881 638	2 881 638	2,54%
Ações próprias da Sociedade	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433	2,22%
	<b>112 127 680</b>	<b>1 400 000</b>	<b>113 527 680</b>	<b>113 527 680</b>	<b>100%</b>

A Sociedade tem como objeto a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, provenientes de cerca de 2,4 milhões de habitantes, abrangendo os municípios de Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

### 1.2. Atividade económica

A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

O objeto da concessão compreende ainda o seguinte:

- A conceção, a construção, a instalação, a aquisição, ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao Contrato de Concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, ao tratamento e à rejeição dos efluentes urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;



- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, a instalação e a extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos afluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e o respetivo tratamento e rejeição;
- A conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos previstos nas alíneas anteriores, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados;

### Oportunidades de expansão da atividade

A AdTA tem como objetivo de longo prazo, até ao final da concessão, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, estimando abranger-se cerca de 2,6 milhões de habitantes.

O sistema pode ser alargado a outros municípios, por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, sob proposta da Sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

Encontra-se também previsto no Contrato de Concessão da AdTA, o desenvolvimento de outras atividades de negócio:

- A Sociedade pode ainda, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, explorar e gerir sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, mediante a celebração de contratos de parceria entre o Estado e os municípios;
- A Sociedade pode ainda, nos termos previstos na lei e designadamente nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, exercer outras atividades para além das previstas, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas, ficando desde já autorizada a exercer as anteriormente exercidas pelas Sociedades extintas;
- Na sequência da alteração operada ao Decreto-Lei n.º 92/2013 por intermédio do Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, a atividade de produção e disponibilização de água para reutilização a partir do tratamento de efluentes passou a ser considerada como uma atividade principal, ou seja, integrada no objeto da concessão, integrando, assim, o núcleo das atividades integradas nas missões de serviço público que impendem sobre a Sociedade.

### 1.2.1 Atividade regulada

O modelo dos contratos de concessão criado para os sistemas multimunicipais possui as seguintes características:

- I. As infraestruturas e equipamentos da concessão são construídos ou adquiridos pela Sociedade concessionária;
- II. O financiamento destas aquisições/construções é efetuado parcialmente com recursos a subsídios europeus a fundo perdido e a financiamentos de longo prazo efetuados maioritariamente pelo Banco Europeu de Investimentos;
- III. Os preços de venda (tarifa) praticados são genericamente fixados e sufragados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e incluem uma parcela de remuneração do capital investido, correspondente a um indexante (taxa das Obrigações do Tesouro), acrescida de três pontos percentuais a título de prémio de risco.

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., desenvolve a sua atividade num setor regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprovou os respetivos estatutos, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da Sociedade reside no escrutínio que a entidade reguladora efetua sobre a proposta de tarifa ou rendimentos tarifários a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual. Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pelo artigo 428.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2021, o poder de aprovação das tarifas ou rendimentos tarifários nos sistemas multimunicipais relativos aos serviços de águas, como é o caso do sistema cometido à exploração e à gestão da AdTA, é da titularidade do concedente, sem prejuízo da prévia emissão de parecer pela ERSAR sobre a proposta tarifária da concessionária que deve ser formulada nos termos das recomendações tarifárias a aprovar pela entidade reguladora.



Ainda assim, o Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que criou a AdTA, estabeleceu os rendimentos tarifários a aplicar aos utilizadores no primeiro período tarifário, que constitui um período de convergência tarifária (2017 a 2026).

Por via do Contrato de Concessão, a ERSAR passou ainda a deter o poder de aprovar o valor do DRG (desvio de recuperação de gastos) que a AdTA pode registar nas suas contas anuais. Este facto confere à entidade reguladora o poder efetivo de determinar os gastos que podem ser recuperados por via tarifária. Este poder está a ser ponderado em face da recente alteração legislativa que retirou à ERSAR o poder da fixação das tarifas nos sistemas multimunicipais de águas.

A AdTA está ainda sujeita à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e à ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano, no que respeita à qualidade da água para consumo humano.

Atividade	Prazo	Período	Remuneração acionista (taxa)	Incidência
Saneamento (concessão)	30 anos	2017-2046	OT 10 anos + 3%	Capital Social+ Res. Legal
			OT 10 anos	Remuneração em dívida

### 1.3. O exercício de 2022 da Águas do Tejo Atlântico

O ano de 2022 fica marcado na Águas do Tejo Atlântico pela concretização de um conjunto de passos decisivos para a melhoria da segurança das operações, dos níveis de serviço, da eficiência e da resiliência.

Este ano foi também um ano em que os efeitos da pandemia ainda se fizeram sentir, não só em termos operacionais no terreno, mas também ao nível dos preços praticados no mercado, a que se juntou a crise geopolítica vivida na Europa, com a guerra na Ucrânia, agravando os preços e a dificultar na obtenção de materiais e de serviços.

Mais uma vez, destacou-se o empenho das equipas operacionais que mantêm em funcionamento os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, 365 dias por ano e 24 horas por dia. Em condições difíceis, a Empresa conseguiu evitar interrupções deste serviço essencial, com a estabilidade que se exigia. Os trabalhadores da linha da frente continuaram a demonstrar a sua entrega e o seu profissionalismo, estando sempre presentes nos momentos mais críticos da pandemia. Destacam-se os meses de dezembro de 2021 e janeiro de 2022, que foram de extrema criticidade pelo número de casos de COVID verificados nas equipas operacionais, situação que exigiu esforços acrescidos na mobilização de recursos e meios para assegurar a continuidade do serviço com os padrões de qualidade que se exigem. As equipas de suporte continuaram a dar apoio às operações no terreno, tirando partido dos canais de comunicação virtual.

Ao nível da organização interna, destaca-se a estabilização do novo modelo organizacional da empresa e a clarificação das funções de cada área de responsabilidade, materializada no Manual de Funções da Empresa. As análises efetuadas neste âmbito vieram confirmar a necessidade premente do reforço de meios humanos em determinadas áreas críticas para a segurança das operações e para a execução de processos contínuos essenciais para o desenvolvimento de uma gestão sustentável dos ativos infraestruturais.

A melhoria das condições de trabalho e de segurança continuou a ser uma prioridade em 2022, que terá de ter continuidade em 2023. Muitas das medidas do Plano de Reforço de Segurança da Empresa foram executadas em 2022, permitindo, assim, reduzir os riscos de colapso de estruturas e, conseqüentemente, evoluir para níveis de segurança compatíveis com a atividade operacional da Empresa. Reakça-se o elevado passivo de manutenção acumulado ao longo da última década nos subsistemas da Tejo Atlântico, que tem de ser recuperado com celeridade para salvaguardar a funcionalidade dos ativos e otimizar os respetivos custos do ciclo de vida. A este propósito, assinala-se um conjunto de contratações de serviços externos de manutenção concretizadas em 2022.

Na atividade operacional, reakça-se o trabalho desenvolvido no Plano Estratégico para Cumprimento dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos (PECTURH), que guiará a ação da Empresa na melhoria contínua das condições de descarga de efluentes. A proposta de revisão da Diretiva Europeia das Águas Residuais Urbanas, conhecida recentemente, vem colocar ainda mais pressão nos níveis de tratamento das águas residuais urbanas, com os respetivos investimentos e gastos operacionais associados. Durante 2023 haverá seguramente maiores certezas sobre as exigências da nova Diretiva, que terá um impacto significativo na Águas do Tejo Atlântico.

Ainda no âmbito operacional, destaca-se em 2022 a continuidade de iniciativas estruturantes de otimização operacional e de reabilitação de ativos, na Fábrica da Água da Guia. Destacam-se os bons resultados obtidos na evolução dos indicadores operacionais, que confirmam a necessidade das intervenções iniciadas em 2022. Salienta-se ainda o arranque do processo de elaboração do Plano de Ação da Guia do Futuro, que se iniciou no segundo semestre de 2022, cujo objetivo é delinear as soluções de futuro para esta instalação, para que seja uma referência na perspetiva integrada da circularidade no saneamento.

O arranque do Plano de Ação para a Gestão das Águas Residuais Industriais na Região da Grande Lisboa e Oeste para o período 2022-2025, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 204/2021, de 31 de dezembro, marcou também 2022. Foi necessário afetar uma equipa interna para a gestão deste projeto pioneiro, que assenta num trabalho sistemático de grande proximidade com os municípios e as indústrias, tendo em vista encontrar as melhores soluções para a resolução dos problemas associados às descargas de efluentes industriais nas redes de drenagem urbanas e sistemas de tratamento, com impacto negativo quer a nível operacional, quer a nível ambiental. Este programa é financiado pelo Fundo Ambiental, que contribui financeiramente para as contratações de equipas externas. Os recursos internos que foram afetados à execução deste Plano vieram colocar maior pressão sobre a disponibilidade de recursos para a área operacional; no entanto, os resultados no médio prazo conseguidos com esta iniciativa irão ter um benefício muito significativo no funcionamento das ETAR sujeitas a uma contribuição elevada de afluências industriais indevidas, com os consequentes impactos ao nível da melhoria da eficiência do tratamento das águas residuais urbanas.

A valorização de recursos é uma prioridade da Empresa, pelo que, em 2022, foram dados passos importantes na preparação das novas atividades de gestão de biolamas e de reutilização de águas residuais.

O Plano de Biolamas integra soluções otimizadas de tratamento de lamas, tendo em vista, por um lado, a redução da produção de resíduos e, por outro lado, a maximização da sua valorização. Este projeto é uma componente da estratégia de transformação das instalações de tratamento do Tejo Atlântico em verdadeiras fábricas de recuperação e valorização de recursos, assentes num modelo de circularidade e de descarbonização do ciclo urbano da água. Em 2022, foi pedida autorização ao concedente para a execução dos investimentos em instalações de valorização de lamas e prevê-se que, em 2023, se possa dar início aos processos de contratação e execução das empreitadas.

A procura de água reutilizada pelos municípios parceiros da Empresa teve um crescimento exponencial no primeiro semestre de 2022. Em paralelo, verificou-se também a procura de utilização de água reutilizada por parte do setor agrícola e do setor do turismo (campos de golfe), na área de concessão da Águas do Tejo Atlântico. Destaca-se, em março de 2022, o início da operação do projeto piloto de rega dos jardins do Parque das Nações Norte, numa parceria com Câmara Municipal de Lisboa. A pressão colocada nesta atividade em 2022, para além de a reutilização ter sido formalizada pela lei como uma atividade principal da concessão, vem exigir a constituição de novas equipas dedicadas. Em 2023, essa será uma prioridade da Empresa, dotar a área de reutilização dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento desta nova área de negócios.

A gestão de energia é também uma prioridade da Empresa. Em 2022 tiveram início as empreitadas de instalação de painéis fotovoltaicos nos subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirilol. O sistema de gestão de energia (SGE), que está certificado, é um instrumento essencial na monitorização e decisão sobre as intervenções a realizar quer no domínio da produção de energia verde, quer no domínio da eficiência energética. O programa de otimização da produção de energia a partir do biogás produzido nas ETAR irá ter desenvolvimentos em 2023, sendo que as ETAR de Chelas e São João da Talha tiveram intervenções recentes centradas na maximização da produção de biogás.

O ano de 2022 é também marcado pelo trabalho desenvolvido na obtenção da certificação do sistema de Gestão de Ativos, no âmbito da Norma ISO 55001. A Empresa está fortemente comprometida com a implementação de uma ação transversal robusta e em contínua evolução para a gestão sustentável dos seus ativos infraestruturais. Esta é uma prioridade da Empresa que deu passos relevantes em 2021 e 2022, durante os quais foram desenvolvidas e utilizadas ferramentas de planeamento e de análise da criticidade e do risco infraestrutural. Estes avanços concretizados foram já integrados nos processos de tomada de decisão para priorização de investimentos a realizar nos próximos anos. No entanto, ainda não foi possível avançar sistematicamente com o processo de inspeções devido à limitação de recursos, o que terá de ser ultrapassado em 2023 para que este processo central na gestão de ativos seja efetivamente concretizado.



Em 2022, foi lançada a iniciativa de elaboração do Plano de Transição Digital da Águas do Tejo Atlântico. Nesse âmbito, a primeira fase do trabalho centrou-se na realização de um diagnóstico que veio a confirmar que esta Empresa necessita de uma evolução muito acentuada e rápida no que respeita aos processos digitais, principalmente na gestão da informação, nos processos operacionais e de suporte, na automação e telegestão. O nível de maturidade digital da Empresa é manifestamente insuficiente para uma entidade da dimensão e complexidade da AdTA, que não tira partido das potencialidades do Digital e limita fortemente a capacidade da Empresa no aumento da eficiência dos processos e na qualidade da informação para a tomada de decisão operacional, tática e estratégica. Assim, neste domínio, a Empresa pretende fazer em 2023 uma aposta forte nos recursos internos da área de IT, que passará essencialmente por constituir uma equipa que lidere o programa de transição digital, processo que se exige rápido, eficaz e sustentável.

A inovação continuou a ser uma alavanca transversal na evolução de paradigma no ano de 2022, com a continuação do projeto Hidrogasmove, um projeto pioneiro no domínio da descarbonização e valorização da energia produzida nas nossas Fábricas de Água. Foi dada continuidade aos projetos B-Watersmart, ECOVAL, COVIDTECT, ECO2COVID, e foram dados passos para novos projetos de demonstração a realizar nos "laboratórios vivos" que são as nossas instalações.

Por fim, é importante salientar que cada vez mais, os efeitos das alterações climáticas têm impacto na atividade da Tejo Atlântico. Se por um lado, a seca vivida nos últimos anos veio reforçar a importância do recurso "água reciclada" não só para usos municipais mas também para as atividades económicas (turismo e agricultura, entre outras), fazendo crescer exponencialmente os pedidos de diversas entidades para que a Tejo Atlântico possa fornecer ApR, por outro lado, as chuvadas intensas que provocaram inundações na zona da Grande Lisboa, no mês de dezembro, vieram demonstrar a necessidade de investir no aumento de resiliência dos sistemas.

#### 1.4 Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 3 de março de 2022. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

## 2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas

### 2.1 Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2022.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação e apresentação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas e apresentadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras da AdTA foram preparadas segundo o pressuposto da continuidade das operações e do custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.



## 2.2 Direito de Utilização de Infraestruturas ("DUI")

### 2.2.1 Classificação da infraestrutura

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma, a AdTA presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

Adicionalmente, prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o Contrato de Concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do Contrato de Concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão das empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais), nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), o modelo que se adequa à realidade da Sociedade é o do intangível. Deste modo, as empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais), como concessionárias, classificam as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

### 2.2.2 Reconhecimento e mensuração

Atendendo à especificidade do contrato de concessão da AdTA, nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento da gestão que o modelo que se aplica às condições contratuais da concessão atribuída à Sociedade é o do intangível. Deste modo, a AdTA, como concessionária, classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao ativo intangível através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

### 2.2.3 Amortizações

O ativo intangível direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas.

As amortizações na AdTA são calculadas pelo método das unidades de produção, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais que constam do estudo de viabilidade económico e financeiro utilizado, tendo como base os caudais de efluente tratados nesse exercício e os efluentes a tratar até ao final da concessão previstos no EVEL anexo ao Contrato de Concessão.

Atividade	Prazo	Investimento total do contrato concessão	Taxa média de amortização	
			31.12.2022	31.12.2021
Saneamento	30 anos	1.103.332.840 Euros	4,07%	3,89%

### 2.2.4 Acréscimos de gastos de investimento contratual

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e de acordo com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao Contrato de Concessão.

No caso da AdTA, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática, estes acréscimos correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente) em acréscimos de gastos de investimento contratual, sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas no ativo intangível aquando da concretização do investimento subjacente.

### 2.2.5 Desvio de recuperação de gastos (Défice/Superavit tarifário)

Consideram-se desvios de recuperação de gastos (DRG): (i) a diferença existente, à data da extinção das Sociedades concessionárias dos sistemas extintos, entre os resultados líquidos da Sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a Sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e (ii) a diferença verificada, anualmente, entre os resultados líquidos da Sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a Sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas, até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão, ficando os respetivos valores sujeitos a aprovação pela entidade reguladora do setor.

Os DRG gerados na vigência da concessão, e os existentes à data da cisão, pelo n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 16/2021, devem ser integralmente recuperados ou reintegrados nas tarifas ou rendimentos tarifários até ao termo do prazo da concessão.



Os DRG podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no Contrato de Concessão. O valor inicial do desvio de recuperação de gastos registado nas contas da Águas do Tejo Atlântico, S.A., resulta do valor registado na Sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., na vertente de saneamento de águas residuais anteriormente desenvolvida no sistema multimunicipal explorado pela extinta Águas do Oeste, S. A., correspondente à diferença entre os resultados líquidos, acrescido dos efeitos das reservas dos auditores às contas, e o valor a que aquela Sociedade teria tido contratualmente direito a título de remuneração do capital investido, desde a data da respetiva constituição e até 31 de dezembro de 2016, caso esta não tivesse sido extinta. A AdTA regista ainda nas suas contas os DRG que se verificarem anualmente até ao termo do prazo da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – “Défice/superavit tarifário de recuperação de gastos” – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida da demonstração da posição financeira, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio tarifário corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao rédito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

### 2.2.6 Rédito da construção

De acordo com a IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal, deverá por esta ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

## 2.3 Estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Águas do Tejo Atlântico são continuamente avaliados, representando, à data de cada relato, a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2 – vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 6.2 – vida útil e imparidade de ativos fixos tangíveis
- Nota 7.2 – vida útil de locações
- Nota 9.2. – estimativa do Desvio de Recuperação de Gastos
- Nota 10.2 – imparidade de ativos financeiros
- Nota 15.2 – provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 31 – estimativa de impostos e impostos diferidos





## 2.4 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

## 3. Novas normas e alteração de políticas

### 3.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação e apresentação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 apresentada nos comparativos, exceto quando referido em contrário.

### 3.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2022

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades Empresariais	1 de janeiro de 2022
IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 após 30 de junho de 2021	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações, até 30 de junho de 2022	1 de abril de 2021
Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022

Da aplicação destas novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Águas do Tejo Atlântico, S.A.

### 3.3 Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023 e que a Águas do Tejo Atlântico, S.A., não adotou antecipadamente são as seguintes:

- Já endossadas pela EU

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 17 – Contratos de seguro	Novo contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.	1 de janeiro de 2023

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas "materias", em detrimento de políticas contabilísticas "significativas"	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023

• Ainda não endossadas pela EU

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 - Passivos não correntes com "covenants"	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a "covenants".	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis.	1 de janeiro de 2024

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdTA após 1 de janeiro de 2023.

### 3.4 Normas em revisão

#### IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.



As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o Exposure Draft da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os cash-flows futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória. Caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os cash-flows futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021 o IASB após análise dos comentários recebidos ao Exposure Draft identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Ocorreram reuniões do IASB em 2022 e em 2023 ocorrerão outras reuniões, para análise e revisão de algumas propostas ao Exposure Draft. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do Exposure Draft.

## 4. Políticas de gestão do risco financeiro

### 4.1 Fatores de risco

As atividades da AdTA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, risco de liquidez e de capital, e risco de crédito. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

### 4.2 Risco de mercado

#### 4.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AdTA advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo (não corrente) quer de curto prazo (corrente), quando aplicável. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdTA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdTA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração acionista prevista no Contrato de Concessão, e consequentemente o desvio de recuperação de gastos. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da AdTA, que evidencia o facto de a AdTA apenas ter contratualizado neste momento financiamentos (BEI) à taxa fixa.

	31.12.2022	Taxa média +1%	Taxa média -1%
Juros suportados – taxa fixa (nota 29)	3 824 700	n.a.	n.a.

#### 4.2.2 Risco do preço da energia e combustíveis

Os gastos anuais da AdTA em energia e combustíveis representam aproximadamente 13% (22% em 2021) do total de fornecimentos e serviços externos, ou seja, cerca de 4 milhões de euros (7,1 milhões de euros em 2021) para um total de 31,2 milhões de euros (32,2



milhões de euros em 2021). A AdP Valor (Empresa de serviços partilhados do Grupo AdP) negocia e contratualiza centralmente a aquisição destes produtos para todo o Grupo.

A diminuição do peso dos gastos com energia em 2022 face a 2021, é justificada pelo facto de a Empresa ter em curso um contrato de fornecimento de energia a dois anos (2020-2022) e da redução das tarifas de acesso à rede (TAR) em 2022, o que resultou numa significativa diminuição do preço unitário da eletricidade. Esta situação não se repetirá em 2023, na medida em que os contratos de fornecimento de energia elétrica que abrangem as empresas do Grupo AdP cessam a 31 de dezembro de 2022, pelo que os novos procedimentos já serão abrangidos pelo mecanismo ibérico de ajuste do preço da energia elétrica e pelos preços do mercado atual de energia muito mais elevados devido à conjuntura internacional.

### 4.3 Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdTA pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis contratualizadas pelo Grupo AdP ("contratos grupados"). A AdTA, através do Grupo, efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdTA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (com os juros a que estão a ser remunerados estes passivos) (ver notas 7.4, 18 e 19).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	14 856 217	68 239 701	105 027 201
Passivos por locação	76 727	48 060	-
Fornecedores e outros passivos	17 310 194	359 560	739 458

O objetivo da AdTA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da AdTA, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da AdTA é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da Empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A., que, por sua vez, fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos não correntes	18	173 266 902	187 660 832
Empréstimos correntes	18	14 853 410	13 365 237
Descoberto bancário	18	2 807	-
Disponibilidades	13	(74 846 369)	(80 408 504)
Dívida líquida		113 276 750	120 617 564
Subsídios ao investimento e outros	17	116 667 042	121 389 287
Total do capital próprio	14	117 814 769	115 776 448
Capital e subsídios		234 481 811	237 165 735
Dívida líquida/total do capital		0,48	0,51

O modelo de financiamento da AdTA assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais: i) o financiamento bancário, com exclusiva incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e no capital próprio; e ii) subsídios ao investimento não reembolsáveis.

#### 4.4 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdTA. A Sociedade está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

##### Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios).

As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou Empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

O Conselho de Administração da AdTA avalia permanentemente a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais, o acionamento do mecanismo associado ao privilégio creditório (o qual incide sobre as dívidas correntes), e o estabelecimento de acordos de pagamento, interposição de injunções/ ações judiciais, medidas que não foram necessárias aplicar em 2022 (nota 10.3).

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da AdTA continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade, para além das reconhecidas e em situações muito específicas.

##### Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdTA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2022, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

Ativos financeiros bancários	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos à ordem	7 824 900	10 398 506
Depósitos a prazo	67 013 819	70 002 489
Investimentos Financeiros	29 936	20 406
	74 868 656	80 421 402

Rating	31.12.2022	31.12.2021
A2	-	8 989
A3	-	7 061
A-	57 465	-
Ba2	7 112	-
Ba1	-	613 142
Baa2	37 353	79 742 916
B1	-	28 887
BB	10 003	-
BBB+	74 726 787	-
N/A	29 936	20 406
	74 868 656	80 421 402

Nota: Cotação de rating obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2023.



## 4.5 Risco de exploração

### 4.5.1 Risco de catástrofe

A AdTA está exposta a riscos de catástrofes e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos, a Sociedade tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

### 4.5.2 Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes. O determinante apoio ao concedente nos sistemas multimunicipais de águas compreende a matéria tarifária e os planos de investimento.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela AdTA. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cashflow, na medida em que estabelece as recomendações que definem um cenário de eficiência produtiva que estabelece que os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

## 5. Ativos intangíveis

### 5.1 Políticas contabilísticas

#### Direitos de utilização de infraestruturas ("DUI")

Para as políticas contabilísticas relativas ao Direito de Utilização de Infraestruturas, consultar divulgação na nota 2.2.1.

#### Outros ativos intangíveis

Os outros ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas.

Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

#### Imparidade

Os ativos são analisados à data de cada demonstração da posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector.



Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

#### *Determinação da quantia recuperável dos ativos*

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

#### *Reversão de perdas por imparidade*

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

## 5.2 Estimativas e julgamentos

### Vida útil

A determinação da vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão), e de acordo com o respetivo contrato de concessão. No fim da concessão, o Direito de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%. Adicionalmente, face à característica da concessão de rendimento garantido, alterações nos caudais não tem impacto no resultado líquido dado que essas variações são neutralizadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos (ver nota 2.2.5).

Na determinação do investimento contratual a AdTA utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos no Contrato de Concessão e/ou EVEF (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos posteriormente à ERSAR, os quais poderão estar sujeitos a revisão e aprovação, com conseqüente impacto nas demonstrações financeiras.

### Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser espoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdTA, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Sociedade.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

À data de emissão das demonstrações financeiras a Sociedade não tinha situações que implicassem o reconhecimento de imparidades.

### 5.3 Detalhe e movimento

	31.12.2022	31.12.2021
Despesas de desenvolvimento	268 158	278 477
Propriedade industrial e outros direitos	22 619	24 364
Outros ativos intangíveis	2 549 243	2 653 614
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	402 568 033	409 103 588
Ativos em Curso	22 800 207	30 948 422
	428 208 261	443 008 466

A AdTA não reconhece ativos intangíveis gerados internamente.

Não existem restrições aos ativos intangíveis da Sociedade.

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis nos exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

Valor Bruto	31.12.2021	Aumentos	Transferências	31.12.2022
Despesas de desenvolvimento	2 343 814	-	-	2 343 814
Propr. industrial e outros direitos	43 065	-	-	43 065
AI-Outros Imob Inc	5 198 405	-	-	5 198 405
DUI	877 571 915	574 271	21 266 357	899 412 543
Ativos Intangíveis em Curso	30 948 422	13 122 029	(21 270 243)	22 800 207
	916 105 621	13 696 300	(3 887)	929 798 034

Amortizações acumuladas	31.12.2021	Aumentos	Transferências	31.12.2022
Despesas de desenvolvimento	(2 065 337)	(10 319)	-	(2 075 655)
Propr. industrial e outros direitos	(18 700)	(1 746)	-	(20 446)
AI-Outros Imob Inc	(2 544 790)	(104 371)	-	(2 649 162)
DUI	(468 468 327)	(16 175 884)	(12 200 299)	(496 844 510)
	(473 097 155)	(16 292 319)	(12 200 299)	(501 589 773)
Valor líquido	443 008 466	(2 596 019)	(12 204 186)	428 208 261

Valor Bruto	31.12.2020	Aumentos	Transferências	31.12.2021
Despesas de desenvolvimento	2 296 391	-	47 423	2 343 814
Propr. industrial e outros direitos	43 065	-	-	43 065
AI-Outros Imob Inc	5 198 405	-	-	5 198 405
DUI	870 307 368	712 269	6 552 279	877 571 915
Ativos Intangíveis em Curso	16 867 982	20 695 791	(6 615 351)	30 948 422
	894 713 210	21 408 060	(15 649)	916 105 621

Amortizações acumuladas	31.12.2020	Aumentos	Transferências	31.12.2021
Despesas de desenvolvimento	(2 056 737)	(8 600)	-	(2 065 337)
Propr. industrial e outros direitos	(18 811)	(2 889)	-	(18 700)
AI-Outros Imob Inc	(2 440 792)	(103 998)	-	(2 544 790)
DUI	(448 583 916)	(15 932 543)	(3 951 868)	(468 468 327)
	(453 097 256)	(16 048 031)	(3 951 868)	(473 097 155)
Valor líquido	441 615 954	5 360 029	(3 967 516)	443 008 466

Para os Investimentos realizados em 2022, no montante global de 13 696 300 euros, contribuiram principalmente as seguintes empreitadas (nota: foram ainda realizados investimentos relativos a estudos/projetos, assessorias, terrenos e fiscalizações associadas às empreitadas):

*acir*

Principais empreitadas	2022
Empreitada de Reabilitação do Sistema Pneumático de Transporte de Gradados e Areias da FA da Guis – Fase Líquida	1 388 245
Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase I	1 345 796
Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico	786 241
Execução do Emissário de Montemor (Frielas) - Troços II e IV	469 746
Empreitada de Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança - 2021/2023* - Lote 2	465 007
Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico	416 565
Fornecimento e Instalação de Centrais Fotovoltaicas nas Fábricas de Água de Alcântara e Beirolas	411 224
Fornecimento e Montagem de Sistema de Aneamento para a Fábrica de Água de Beirolas - PEPE	373 573
Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico	305 573
Empreitada de Reparações Gerais de Construção Civil na Área de Concessão por Lotes 1 e 2, para o LOTE 11 – Beneficiações de Condições de Segurança	269 771
Reabilitação do Intercetor da Asseiceira do Subsistema da Póvoa da Galega	229 367
Reparações em Pavimentos na Área de Concessão	193 105
Substituição de Coberturas de Fibrocimento nas Fábricas de Água de Beirolas, Bucelas e Fervença e na EE de Fontê da Pipa	188 439
Beneficiação do Sistema de Desinfeção por UV da Fábrica de Água de Alcântara	181 420
Reparação de Vedações de Recintos de ETAR e EE	175 876
Conceção/Construção do Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Beirolas	155 016
Execução do troço jusante do Intercetor do Rio da Silveira (Alverca) e Reabilitação do Emissário de Descarga de Dois Portos	151 330
Reabilitação de Câmaras de Visita do Emissário das Marianas - Zona Alta	149 771
Reparações de Construção Civil nos Múltiplos da ETAR de Alcântara (obra abrangida garantia)	141 127
Beneficiação e Ampliação do Subsistema do Barril	140 772
Conceção/Construção da Beneficiação do Aproveitamento de Biogás das Fábricas de Água de Beirolas, Frielas e S. João da Talha - PEPE	139 250
Emissário Quinta das Pretas - Fase II (Integrada na TA-108)	130 694
Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha - Fase I	121 272
Conceção/Construção da Remodelação da ETAR da Enceira	81 920
Conceção/Construção da remodelação do sistema de aneamento e do espessamento de lamas da Fábrica de Água de São João Talha	65 609
Empreitada de Fornecimento e Instalação de Analisadores de Energia em Instalações SGE e SGCE	58 859
Fornecimento e Montagem de Grupo de Cogeração na ETAR de Frielas - PEPE	58 279
	8 595 870

Do valor de aumento de investimento em 2022, 929 207 euros (913 483 euros em 2021) respeitam a capitalização de gastos com o pessoal das direções diretamente afetas aos projetos de investimento – engenharia, gestão de ativos e manutenção na componente de construção civil (nota 24).



Salienta-se durante o ano de 2022 a passagem a firme das seguintes empreitadas:

Principais empreitadas	2022
Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase I	6 328 148
Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica da Água de São João da Talha - Fase I	2 510 297
Empreitada de Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena – Fase I	1 561 222
Beneficiação e Ampliação do Subistema de Bem I	1 223 391
Execução de Reparações Gerais de Construção Civil – 2021	1 048 178
Reabilitação do Intercetor da Asseiceira do Subistema de Póvos da Galega	854 292
Aquisição de Bens e Serviços de Infraestrutura, Sistemas, Comunicações de IT e Setesmas Industriais da Águas do Tejo Atlântico	744 826
Empreitada de Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança - Lt I	731 416
Conceção/Construção do Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Beirólas	640 652
Construção de By-Pass ao Poço de Grossos (FA Alcântara) e Reabilitação do Circuito Hidráulico (Falésia – Costa do Estoril) (integra a TA-081)	483 155
Empreitada de Reparações de Sinalhanças várias na Fábrica de Água da Guia	386 461
Construção da Estação Elevatória de Ribaldeira	379 927
Reparações em Pavimentos na Área de Concessão	373 975
Reparações de Construção Civil nos Mutiões de ETAR de Alcântara (obra abrigo garantia)	363 595
Execução do troço jusante do Intercetor do Rio da Séviera (Aveiro) e Reabilitação do Emissário de Descarga de Dois Portos	356 490
Reparação de Vedações de Recintos de ETAR e EE	330 933
Fornecimento e Montagem de parafusos de Arquimedes na Fábrica de Água de Beirólas	279 022
Beneficiação da segurança e acessibilidades nas estações elevatórias de Alcântara	200 295
Reabilitação de Câmaras de Visita do Emissário das Marianas - Zona Alta	197 069
Prestação de Serviços de Manutenção Corrente de Edifícios de ETAR e Estações Elevatórias dos subistemas Sul	196 430
Fornecimento e Montagem de Iluminação LED nas Fábricas de Água de Alcântara, Guia, Beirólas e Frielas	130 771
Empreitada de Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança - Lt II	126 702
Empreitada de Realocação do Concentrador de Gorduras na FA da Guia FL	122 727
Reabilitação de Tampas do Poço da Estação Elevatória Inicial na FA da Guia FL	111 568
Prestação de Serviços de reparação de vedações de recintos de ETAR e EE	109 580
Outras	1 479 020
	21 270 243

Na coluna de transferências para além da passagem de investimento em curso para firme de ativos intangíveis, ocorreu ainda a transferência para ativos fixos tangíveis do valor de 3 887 euros (nota 6.3).

A título informativo, em 2022 ocorreu a receção provisória assinada das seguintes empreitadas:

Empreitadas	2022
Empreitada de Requalificação da Praça da República em Sacavém - Protocolo CM Loures - Quinta das Pretas	490 866
Empreitada de Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena – Fase I	1 561 222
Empreitada de Pavimentações na Área de Concessão da Águas do Tejo Atlântico - 2020/2021	373 975
Empreitada de execução do troço de jusante do intercetor do rio da Séviera (Aveiro) e reabilitação do Emissário de descarga de dois portos	356 490
Empreitada de Reparações de Construção Civil nos cinco Mutiões da FA de Alcântara	363 595
Empreitada de Constr. de By-pass ao Pç. de Gr. (FA Alcântara) e Reab. do Circ. Hidr. da Falésia	483 155
Empreitada de Reabilitação de Câmaras de Visita do Emissário das Marianas – Fase I	197 069
Empreitada de Forn. e Mont. de Paraf. de Arquim. na FA de Beirólas	279 022
Empreitada de Beneficiação da Segurança e Acessibilidades nas Estações Elevatórias de Alcântara	200 295
Empreitada de Conceção/Construção de Beneficiação da FA de São João da Talha - Fase I	2 510 297
Empreitada de Reabilitação do Intercetor da Asseiceira do Subistema de Póvos da Galega	854 292
	7 670 279

Do valor de ativos intangíveis em curso de 22 800 207 euros, destacam-se os seguintes projetos em curso:

*Handwritten signature and initials*

Projetos em curso	31.12.2022
Conceção/Construção da remodelação do sistema de arejamento e do espessamento de lamas da Fábrica de Água de São João Talha.	2 454 942
Empreitada de Reabilitação do Sistema Pneumático de Transporte de Gradados e Areias da FA da Guiz – Fase Líquida	1 424 865
Conceção/Construção da Beneficiação do Aproveitamento de Biogás das Fábricas de Água de Beirolos, Frietas e S. João da Talha - PEPE	1 254 780
Beneficiação do Sistema de Desinfeção por UV da Fábrica de Água de Alcântara.	969 646
Reparações Gerais Construção Civil Área Concessão Lt 1	912 312
Reabilitação de Descarregadores dos Subsistemas de Alcântara e Chelas- Fase I	896 586
Empreitada de Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança - 2021/2023* - Lote 1	886 354
Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico	846 230
Empreitada de Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança - 2021/2023* - Lote 2	739 729
Execução do Emissário de Montemor (Frietas) - Troços II e IV	663 206
Fornecimento e instalação de Centrais Fotovoltaicas nas Fábricas de Água de Alcântara e Beirolos	509 475
Emissário Quinta das Pretas - Fase II e Fase III	490 866
Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico	477 195
Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico	473 690
Fornecimento e Montagem de Sistema de Arejamento para a Fábrica de Água de Beirolos - PEPE	395 103
Reparações Gerais Construção Civil Área Concessão Lt 2	289 682
São Estevão das Galés	281 734
Conceção/Construção da linha de investigação e desenvolvimento de reutilização da Fábrica de Água de Alcântara	251 876
Secagem Térmica	238 100
Sobrep Arejamento ETAR Frietas	223 948
Substituição de Coberturas de Fibrocimento nas Fábricas de Água de Beirolos, Bucelas e Fervença e na EE da Fonte da Pipa	205 347
Caneiro Margem Esquerda	192 650
Resb emiss Barcarena IC19-Interceptor	187 479
Coletores da margem esquerda do Caneiro de Alcântara -restantes intervenções	172 595
Projeto Integração Paisagística FA Chelas	148 423
Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	145 055
Prestação de serviços de manutenção corrente de edifícios de ETAR e EE Lotel	136 703
Controlo de chuvas pluviais no Interceptor Caneças/Ramada/Odivelas (integrada na TA-224 C)	124 151
Conceção/Construção da Remodelação da ETAR da Enxofra	119 774
Remodelação Fase Sólida ETAR Porto Delheiro e Sobrerinhos	118 244
Reabilitação de cx de visita do Interceptor	101 647
Frietas Ligois	100 369
Aquisição de serviços * Projeto de execução de beneficiações urgentes de segurança nas instalações da AdTA	95 716
Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	94 314
Alcântara - ligação a Amadora / Benfica- Fase I e Fase II-Bacia de Anti-poliuição	90 949
Construção do Sistema Elevatório de Vale da Borra	89 438
Praia de Carcavelos - Ribeira	89 230
Montemor	88 835
Coletores da margem direita do Caneiro de Alcântara-restantes intervenções	86 574
Controlo automático do sistema de Desidratação Mecânico de Lamas de Centrífuga da FA de Alcântara	86 042
Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	84 011
ETAR Frietas - Afinação	74 692
Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase I	68 148
Reabilitação do emissário de Barcarena no troço entre a travessia do IC19 e o Interceptor (cx BA1790.00 a BA2880.00)	67 336
Empreitada de Fornecimento e Instalação de Analisadores de Energia em Instalações SGE e SGCIE	62 903
Construção do Sistema de Rejeição Pedra de Ouro/Vale Paredes	62 527
Alcântara - ligação a Amadora / Benfica-Fase I-Bacia de Anti-poliuição (Integrada na TA-182)	60 045
Execução dos Sistemas Elevatórios de Torre Penha e Casal de Além	57 311
Beneficiação do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril	54 227
Reabilitação do emissário de Barcarena no troço entre a travessia do IC19 e o Interceptor (cx BA1790.00 a BA2880.00)	51 535
Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica de Água de Santa Cruz	51 186

Projetos em curso	31.12.2022
Reabilitação de câmaras de visita do emissário do Jamor	50 698
Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha - Fase I	44 901
Equipamento para receção de limpa fossas - Encieira e Alverca	42 648
Fornecimento e Montagem de Turbinas Submersíveis Desarenador	41 672
Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água de Beirolos	40 801
Conceção/Construção das Secagens Solares de Lamas de Frielas e de Torres Vedras	39 864
Remodelação de Interiores/Condutas e Obras para Controlo de Afluências Indevidas	39 378
Beneficiações e Adaptações no Subsistema da Azambuja	38 419
Execução de Estação Elevatória e Conduta Elevatória de Azambuja	37 446
Aquisição e Parametrização de Plataforma Especializada para Gestão de Arquivo Digital Técnico	36 258
Beneficiarias da ETAR da Encieira, Execução da EE Pedra do Ouro II e EE de Santa Cruz III	35 093
Reabilitação de emissários de descarga (troços terrestres e submarinos)	34 227
Beneficiarias nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara - Fase II - Restantes intervenções	31 024
Fornecimento e montagem de unidade de produção de oxigénio para tratamento por ozonização - Alcântara	29 994
Remodelação do Emissário de Monsanto no Troço do Parque Urbano de Miraflores	28 168
Caudais Pluviais de Frielas II	27 296
Reabilitação de Quadros Elétricos em EE - Zona Sul	27 001
Reabilitação do emissário de Barcarena no troço situado a montante do jardim do Cacém (Integrada na TA-086 B)	25 691
Eficiência energética-Beirolos (Difusores) - Fase I (Integrada na TA-217 E2)	24 582
Beneficiarias da ETAR da Encieira, Execução da EE Pedra do Ouro II e EE de Santa Cruz III	24 365
Conceção/Construção da ETAR de Encarnação	24 230
Beneficiação do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril - fase I	24 127
Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	24 056
Remodelação Emissário de Famões	23 232
Reabilitação do Emissário São M	23 119
Reabilitação de Emissários e Interiores na área de Concessão 2021/2022	22 027
Execução de Estação Elevatória e Conduta Elevatória de Azambuja	21 089
Conceção/Construção do Sistema de Tratamento Complementar para Recidagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Beirolos	21 032
Conceção/Construção da Remodelação das ETAR de Arruda dos Vinhos, Silveira e Fervença	19 875
Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água da Ota	19 713
Interiores e sistemas elevatórios fase II do subsistema da Foz do Lizandro-restantes intervenções	19 394
Beneficiação/Reparação de construção civil na ETAR de Chelas (Integrada na TA-219)	15 629
Emissário Barcarena - controlo de caudais unitários	15 064
Remodelação do sistema de arejamento da ETAR de S. João da Talha (Integrada na TA-220)	13 436
Melhorias das Condições de Segurança em Infraestruturas Existentes 2021/2022	12 476
Telegestão-Fase I (Integrada na TA-124)	11 716
Fornecimento e montagem de sobrepessores do arejamento da ETAR de Chelas	11 049
Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	57 215
Execução dos Sistemas Elevatórios de Torre Penhalva e Casal de Além	48 857
Reabilitação de Câmaras de Visita do Emissário das Marianas - Zona Alta	45 471
Outros Projetos	3 780 098
	<b>22 800 207</b>

No respeitante às amortizações, na coluna referente a transferências de amortizações acumuladas, o valor de 12 200 299 euros, respeita à transferência de acréscimo de gastos de investimento contratual, tendo por base as aquisições do exercício e a passagem de ativo intangível em curso para firme (Nota 16.2), para amortizações acumuladas.

*[Handwritten signature and initials]*



## 6. Ativos fixos tangíveis

### 6.1 Políticas contabilísticas

#### Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor incluído na demonstração da posição financeira.

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a Sociedade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

#### Depreciações

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

No final de cada exercício, o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela AdTA. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Equipamento administrativo	4 - 10

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos não correntes detidos para venda.

#### Imparidade

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

#### Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

#### Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

## Desreconhecimento

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

## 6.2 Estimativas e julgamentos

### Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

### Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdTA, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

## 6.3 Detalhe e movimento

O detalhe dos ativos fixos tangíveis a 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Ativos fixos tangíveis	260 407	361 597
	260 407	361 597

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis nos exercícios de 2022 e de 2021 foi o seguinte:

Valor Bruto	31.12.2021	Aumentos	Transferências	31.12.2022
Ativos fixos tangíveis	773 377	35 012	3 887	812 275
	773 377	35 012	3 887	812 275
Depreciações acumuladas	31.12.2021	Aumentos	Transferências	31.12.2022
Ativos fixos tangíveis	(411 779)	(140 088)	-	(551 867)
	(411 779)	(140 088)	-	(551 867)
Valor líquido	361 597	(105 076)	3 887	260 407

Valor Bruto	31.12.2020	Aumentos	Abates	Transferências	31.12.2021
Ativos fixos tangíveis	491 492	266 384	(148)	15 649	773 377
	491 492	266 384	(148)	15 649	773 377
Depreciações acumuladas	31.12.2020	Aumentos	Abates	Transferências	31.12.2021
Ativos fixos tangíveis	(315 635)	(96 188)	51	(8)	(411 779)
	(315 635)	(96 188)	51	(8)	(411 779)
Valor líquido	175 857	170 196	(97)	15 641	361 597

## 7. Locações

### 7.1 Políticas contabilísticas

As locações nas quais a AdTA é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira.

Na data de início da locação, a AdTA reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A AdTA reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação do ativo sob o direito de uso.

A AdTA apenas tem locações enquanto locatário.

#### A) Identificação de uma locação

No início de um contrato, a Sociedade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

#### Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a Sociedade contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a AdTA (como locatária) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e, como tal, contabiliza tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

#### Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação ("commencement date") corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

#### Contabilização nos locatários

##### Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação, a AdTA reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

*Mensuração inicial do ativo sob direito de uso ("Right-of-use asset")*



Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

#### Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expectável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

#### Mensuração subsequente da locação

##### Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Equipamento de transporte	1 - 4
Intangíveis - Licenças	3

##### Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a Sociedade mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
  - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
  - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

#### Expedientes práticos utilizados pela AdTA enquanto locatária

A Sociedade utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;

- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5 000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a Sociedade é locatária e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

## 7.2 Estimativas e julgamentos

### Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados.

## 7.3 Ativos sob direito de uso

O detalhe dos ativos sob direito de uso a 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e o respetivo movimento ocorrido nos respetivos exercícios económicos foi o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Ativos sob o direito de uso	223 355	515 432
	223 355	515 432

Valor Bruto	31.12.2021	Aumentos	Abates	Ajustam.	31.12.2022
Equipamento de transporte	1 325 660	73 648	(852 114)	-	547 194
Intangíveis Licenças	337 801	-	-	-	337 801
	1 663 461	73 648	(852 114)	-	884 995
Depreciações acumuladas	31.12.2021	Aumentos	Abates	Ajustam.	31.12.2022
Equipamento de transporte	(1 025 866)	(252 652)	852 114	(473)	(426 877)
Intangíveis Licenças	(122 164)	(112 600)	-	-	(234 764)
	(1 148 029)	(365 252)	852 114	(473)	(661 641)
Valor líquido	515 432	(291 604)	-	(473)	223 355

Valor Bruto	31.12.2020	Aumentos	Abates	Ajustam.	31.12.2021
Equipamento de transporte	1 331 245	8 583	(14 168)	-	1 325 660
Intangíveis Licenças	337 807	-	-	(6)	337 801
	1 669 053	8 583	(14 168)	(6)	1 663 461
Depreciações acumuladas	31.12.2020	Aumentos	Abates	Ajustam.	31.12.2021
Equipamento de transporte	(669 993)	(362 104)	11 288	(5 057)	(1 025 866)
Intangíveis Licenças	(9 564)	(112 600)	-	-	(122 164)
	(679 556)	(474 704)	11 288	(5 057)	(1 148 029)
Valor líquido	989 496	(466 121)	(2 880)	(5 064)	515 432

Os abates de equipamento de transporte resultam do termino de contratos de AOV (aluguer operacional de viaturas). A Sociedade reconhece contabilisticamente, desde 2019, os contratos de AOV no âmbito da norma IFRS16 – Locações. Esta norma traduz o reconhecimento no momento inicial do contrato de um ativo e de um passivo que corresponde ao valor das rendas futuras descontado

à taxa de juro implícita em cada contrato, pelo prazo da locação. Este modelo implica o reconhecimento de gasto com: i) amortização do ativo sob direito de uso; e ii) juros da locação.

A impossibilidade de renovação da sua frota automóvel, por constrangimentos vários, e em face da necessidade de ter os veículos disponíveis, a Águas do Tejo Atlântico tem vindo a proceder sempre que possível e aceite pelas locadoras à extensão dos contratos de AOV, por períodos de 12 meses. Ora no âmbito da referida norma, os contratos com duração até 12 meses ou em contratos cujo justo valor do ativo subjacente seja inferior a 5.000 USD, o reconhecimento das rendas é realizado diretamente como gastos em FSE's, sendo o prolongamento do contrato tratado como um novo contrato. Ou seja, nos termos das regras contabilísticas aplicáveis, o prazo e o valor do contrato são determinantes para a forma como os encargos são reconhecidos contabilisticamente.

Esta situação traduz assim, os abates ocorridos em 2022, assim como o incremento do valor apresentado em FSE, por redução de amortização e juros (notas 23 e 25).

## 7.4 Passivos da locação

O detalhe dos passivos da locação apresenta-se do seguinte modo:

	31.12.2022	31.12.2021
Passivos por locação		
<i>Equipamento de transporte</i>	48.060	61.179
Não correntes	48.060	61.179
Passivos por locação		
<i>Equipamento de transporte</i>	76.727	252.404
<i>Intangíveis Licenças</i>	-	113.414
Correntes	76.727	365.818
Total de passivos por locação	124.787	426.997

Futuros pagamentos mínimos	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 ano	76.727	365.818
De 1 a 5 anos	48.060	61.179
Mais de 5 anos	-	-
	124.787	426.997

Juros	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 ano	3.440	7.695
De 1 a 5 anos	3.115	-
Mais de 5 anos	-	-
	6.555	7.695

 *ser*  
*so*



Valor presente dos pagamentos mínimos	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 ano	73 287	358 123
De 1 a 5 anos	44 945	61 179
Mais de 5 anos	-	-
	118 232	419 301

## 7.5 Pagamentos da locação

Os pagamentos de locação foram os seguintes:

Total de pagamentos da locação	31.12.2022	31.12.2021
Contabilizadas de acordo com o modelo único previsto no IFRS 16	373 862	524 027
Contabilizadas como despesa em resultados	293 569	99 968
	667 431	623 995

## 8. Outros ativos financeiros

### 8.1 Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos financeiros, consultar divulgação na nota 10.1.

### 8.2 Detalhe

O detalhe dos outros ativos financeiros a 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Fundo de compensação do trabalho	29 936	20 406
	29 936	20 406

## 9. Desvio de Recuperação de Gastos (Défice/Superavit tarifário)

### 9.1 Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas ao desvio de recuperação de gastos, consultar divulgação na nota 2.2.5.

### 9.2 Estimativas e julgamentos

O Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) é calculado nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, do Decreto-Lei n.º n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, e do Contrato de Concessão que estipula, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da Sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos; não devendo incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela ERSAR ('Critérios de Eficiência Produtiva').

	31.12.2022	31.12.2021
Remuneração acionista	5 941 196	3 778 286
Remuneração acionista +1%	7 088 157	4 923 375
Remuneração acionista -1%	4 794 234	2 633 198

A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

A AdTA recebeu a 9 de agosto de 2022 por parte da ERSAR o Projeto de Decisão Final sobre o DRG de 2021, ofício O-003955/2022, em que foi considerado por esta entidade o montante de 1 638 606 euros, como gastos não aceites. Contudo, apenas o valor de 460 419 euros, foi reconhecido nas contas como correção ao DRG de 2021, tendo o remanescente, 1 178 187 euros, sido peticionado junto do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. É convicção da Águas do Tejo Atlântico que, com base nos fundamentos apresentados na petição, resultará a aceitação dos gastos de 1 178 187 euros.

Nos termos do respetivo Contrato de Concessão, as concessionárias devem enviar à ERSAR, até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita, o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro.

À data de apresentação das contas por indicação da ERSAR, e em virtude de pedido de informação complementar por esta entidade, o processo de análise da proposta de Desvio de Recuperação de Gastos de 2022 encontra-se suspenso, conforme ofício O-001619/2023 de 27 de fevereiro (nota 39).

Face ao exposto, a Empresa não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

- (i) Ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditórios não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado; e
- (ii) Por ser convicção da Administração que o DRG relevado nas demonstrações financeiras ser a melhor estimativa na presente data.

### 9.3 Detalhe e movimento

	31.12.2022	31.12.2021
Passivo regulatório - desvio de recuperação de gastos (bruto)	11 944 137	6 923 128
	11 944 137	6 923 128

O valor apurado de DRG, líquido e bruto, nos exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Resultado líquido (sem DRG)	9 313 690	11 057 869
Remuneração acionista	5 941 196	3 778 286
DRG - líquido	3 372 494	7 279 582
Ajustamento da taxa de imposto	(2 512)	(17 879)
	3 369 982	7 261 703
Imposto (taxa 26,11%/26,14%)	1 190 608	2 570 373
DRG - bruto	4 560 590	9 832 076

Os movimentos no desvio tarifário foram os seguintes:

DRG Bruto	31.12.2022
DRG 31.12.2021	6.923.126
Acerto DRG de 2021	460.419
DRG de 2022	4.560.590
DRG Bruto 31.12.2022 (Passivo)	11.944.137

## 10. Clientes

### 10.1 Políticas contabilíticas

#### Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
  - a. Ativos financeiros detidos para negociação;
  - b. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
  - c. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Facê à atividade da AdTA, apenas são detidos ativos financeiros pelo custo amortizado.

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- I. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- II. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da Empresa).

#### Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

#### Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a AdTA determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado.



## Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a AdTA não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Rêditos de contratos com os clientes.

## Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a Sociedade valoriza os ativos financeiros ao custo amortizado, ao justo valor através de resultados ou ao custo. A AdTA apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

As receitas e as despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período quando o instrumento financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidos ou revertidas perdas por imparidade.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdTA recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela Sociedade no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

## Crédito abatido ao ativo (write-off)

A AdTA reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela AdTA se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

## Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas "Clientes" e "Outros ativos", a Sociedade aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de default anual que reflete a posição atual e projeções futuras, tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o default ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor da demonstração da posição financeira do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor da demonstração da posição financeira dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente, a Sociedade não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

#### Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a Sociedade alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

#### Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido na demonstração da posição financeira, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos na demonstração da posição financeira e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
  - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados;
  - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre:
  - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido da demonstração da posição financeira qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida;
  - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo na demonstração da posição financeira por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

## 10.2 Estimativas e julgamentos

### Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade para clientes e outros ativos são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Empresa.

Face à tipologia de clientes da AdTA, para os quais na sua maioria são considerados de risco baixo (Municípios) e conjugado com o facto de eventuais perdas por imparidade reconhecida na concessão ser considerada como um gasto aceite no Desvio de Recuperação de Gastos, não foram efetuadas análises de sensibilidade, dado que não existem impactos no resultado líquido nem no capital próprio.





### 10.3 Detalhe e movimento

A 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o detalhe de Clientes era o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Clientes - não corrente		
Cobranças Temporárias - Clientes ex-AdO a)	21 472	52 488
<b>Total não corrente</b>	<b>21 472</b>	<b>52 488</b>
Clientes - corrente		
S. M. Água Saneamento Sintra	1 018 483	970 283
Câmara Municipal Rio Maior	64 077	61 690
Município Bombarral	77 638	37 745
SMAS de Oeiras e Amadora	1 108 569	1 549 935
Município de Óbidos	47 568	90 931
SMAS Vila Franca de Xira	400 741	389 129
Município de Loures	2 928 567	1 448 423
SMAS de Torres Vedras	521 549	504 390
Município de Sobral de Monte Agraço	107 815	70 304
Município de Louinhã	84 502	82 393
Município do Cadaval	43 399	38 816
Município de Azambuja	83 836	83 836
S.M.C. Municipal de Alcobaga	123 378	119 402
S.M. das Caldes da Rainha	64 921	56 784
Águas da Azambuja, SA	102 685	(582 199)
AdC - Águas de Cascais, SA	1 400 170	1 332 966
Águas de Alenquer, SA	231 938	225 804
Município de Lisboa	2 855 939	2 805 084
Município de Arruda dos Vinhos	174 790	128 713
Município de Odiveselas	435 927	431 706
S. M. da Nazaré	117 514	230 130
SMAS de Peniche	51 996	50 544
SMAS de Mafra	4 886	1 520
	12 050 877	10 128 326
<b>Clientes municipais - total</b>	<b>12 072 349</b>	<b>10 180 814</b>
Outros	77 560	59 462
Clientes Cobrança Duvidosa	366	-
Cobranças Temporárias - Clientes ex-AdO a)	28 622	28 624
Saldos de natureza contrária - Passivos	88	595 903
Imparidade	(183)	-
<b>Total corrente</b>	<b>12 157 330</b>	<b>10 812 316</b>
<b>Total corrente e não corrente</b>	<b>12 178 802</b>	<b>10 864 804</b>

O valor classificado em "Cobranças Temporárias" (a) resulta de acordos de pagamento efetuados e geridos pela Águas do Vale do Tejo, e que, por englobarem, em simultâneo, dívidas resultantes da prestação de serviços de abastecimento e saneamento, permanecem sob gestão da AdVT, e que, à data de 31 de dezembro de 2022, respeitava ao Município de Sobral de Monte Agraço.

Face ao ano anterior verifica-se um aumento do valor da dívida em 1 313 998 euros, situação justificada pela dívida do Município de Loures, que à data de 31 de dezembro de 2022 era de 2 928 567 euros, e a 31 de dezembro de 2021 era de 1 448 423 euros.

O Prazo Médio de Recebimentos atingindo em 2022 foi de 56 dias (49 dias em 2021).

#### Clientes municipais por data de vencimento

Dos valores vencidos destaca-se o respeitante ao Município de Lisboa, que decorre de situação de desacordo sobre os valores faturados de juros de mora pela ex-SIMTEJO.

Os restantes valores vencidos até n devem-se essencialmente a valores vencidos com menos de 60 dias, resultando de ligeiros atrasos na liquidação da faturação, sendo exceção apenas o município de Sobral de Monte Agraço que apresenta dívida ente 60 e 120 dias, no valor de 35 446 euros.

Cientes municipais	vencido até n-2	vencido até n-1	vencido até n	total vencido	não vencido	total 2022
S. M. Água Saneamento Sintra	-	-	-	-	1 018 483	1 018 483
Câmara Municipal Rio Maior	-	-	-	-	64 077	64 077
Município Bombarral	-	-	-	-	77 638	77 638
SMAS de Ceiras e Amadora	-	-	-	-	1 108 569	1 108 569
Município de Óbidos	-	-	-	-	47 568	47 568
SMAS Vila Franca de Xira	-	-	-	-	400 741	400 741
Município de Loures	-	-	1 460 366	1 460 366	1 468 201	2 928 567
SMAS de Torres Vedras	-	-	-	-	521 549	521 549
Município de Sobral de Monte Agraço	-	-	71 157	71 157	36 659	107 815
Município de Lourinhã	-	-	-	-	84 502	84 502
Município do Cadaval	-	-	-	-	43 399	43 399
Município de Azambuja	83 836	-	-	83 836	-	83 836
S.M.C. Municipal de Alcobaça	-	-	-	-	123 378	123 378
S.M. das Caldas da Rainha	-	-	-	-	64 921	64 921
Águas da Azambuja, SA	-	-	-	-	102 685	102 685
AdC - Águas de Cascais, SA	-	-	-	-	1 400 170	1 400 170
Águas de Alenquer, SA	-	-	-	-	231 938	231 938
Município de Lisboa	296 763	-	-	296 763	2 559 175	2 855 939
Município de Amadora dos Vinhos	-	-	86 583	86 583	88 208	174 790
Município de Odvelas	-	-	-	-	435 927	435 927
S. M. da Nazaré	-	-	-	-	117 514	117 514
SMAS de Peniche	-	-	-	-	51 986	51 986
SMAS de Mafra	-	-	-	-	4 886	4 886
	380 597	-	1 618 105	1 998 704	10 052 173	12 050 877

## Clientes municipais por natureza dos saldos (Corrente)

Cientes municipais	serviço	TRH	CTA	juros de mora	31.12.2022	31.12.2021
S. M. Água Saneamento Sintra	897 355	53 527	67 601	-	1 018 483	970 283
Camara Municipal Rio Maior	60 439	3 638	-	-	64 077	61 690
Município Bombarral	74 686	2 952	-	-	77 638	37 745
SMAS de Oeiras e Amadora	987 577	53 824	67 168	-	1 108 569	1 549 935
Município de Óbidos	44 825	2 742	-	-	47 568	90 931
SMAS Vila Franca de Xira	354 136	24 786	21 819	-	400 741	389 129
Município de Loures	2 650 087	115 201	163 279	-	2 928 567	1 448 423
SMAS de Torres Vedras	495 379	26 170	-	-	521 549	504 390
Município de Sobral de Monte Agraço	104 406	3 410	-	-	107 815	70 304
Município de Lourinhã	81 068	3 435	-	-	84 502	82 393
Município do Cadaval	37 685	5 714	-	-	43 399	38 816
Município de Azambuja	-	-	-	83 836	83 836	83 836
S.M.C. Municipal de Alcobaca	117 040	6 338	-	-	123 378	119 402
S.M. das Caldas da Rainha	64 921	-	-	-	64 921	56 784
Águas da Azambuja, SA	98 210	4 474	-	-	102 685	(582 199)
AdC - Águas do Cascais, SA	1 234 862	71 754	93 555	-	1 400 170	1 332 966
Águas de Alenquer, SA	222 275	9 663	-	-	231 938	225 804
Município de Lisboa	2 286 015	132 313	140 847	296 763	2 855 939	2 805 084
Município de Arruda dos Vinhos	168 722	4 979	1 090	-	174 790	128 713
Município de Odivesas	393 196	18 506	24 226	-	435 927	431 706
S. M. da Nazaré	113 352	4 162	-	-	117 514	230 130
SMAS de Peniche	49 632	2 355	-	-	51 986	50 544
SMAS de Mafra	-	4 885	-	-	4 886	1 520
	10 535 866	554 828	579 585	380 599	12 050 877	10 128 326

A 31 de dezembro de 2022, a AdTA não tinha celebrado qualquer acordo transacional ou interposto qualquer processo de injunção.

### Risco de crédito

Sobre o risco de crédito ver nota 4.4.

A 31 de dezembro de 2022 a situação era a seguinte:

Segmento de negócio	Negócio "Alta"			Empresas do Grupo	TOTAL
	Municípios		Total		
	Baixo	Médio			
Exposição bruta	12 050 877	78 013	12 128 890	50 094	12 178 984
Imparidade	-	(183)	(183)	-	(183)
Exposição líquida	12 050 877	77 830	12 128 707	50 094	12 178 802

Segmento de negócio	Negócio "Alta"				Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida
	Outros		Empresas do Grupo					
Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida				
Não vencida	77 646	-	-	77 646	50 094	-	-	50 094
Vencida até 180 dias	367	(183)	50%	184	-	-	-	-
Vencida há mais de 180 dias	-	-	-	-	-	-	-	-
	78 013	(183)	-	77 830	50 094	-	-	50 094

### Perdas por imparidade de clientes

No exercício de 2022 foi reconhecida perda por imparidade relativamente a um cliente.



	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	-	-
Aumento (nota 10.3)	(183)	-
Reversões	-	-
Saldo final	(183)	-

## 11. Outros Ativos Correntes

### 11.1 Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos, consultar a divulgação na nota:

- 10.1 – Clientes

### 11.2 Detalhe e movimento

	31.12.2022	31.12.2021
Adiantamentos a fornecedores	25 552	29 493
Fornecedores gerais faturas em receção e conferência	-	122 565
Outros devedores	935 186	853 459
Acréscimos de rendimentos	141 483	162 916
Gastos a reconhecer	487 845	236 748
Estado e Outros entes Públicos	948 356	1 026 214
	2 538 422	2 431 395
Imparidade	(243 859)	(243 859)
Total	2 294 563	2 187 535

Em "Outros devedores" é de salientar o montante de 402.510 euros, já registado nas contas de 2018, referente a prestação de caução ao Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa no âmbito da Ação intentada pela Ambilogos – Equipamentos Industriais, Lda, (Proc. 700/12.2.BEL5B) (nota 15.3). O valor em causa respeita a faturação que a Ambilogos considera devida no âmbito de realização de empreitada adjudicada pela ex-Empresa SIMTEJO. Este valor foi reconhecido em ativos intangíveis em curso por contrapartida de fornecedores de imobilizado-faturas em receção e conferência em 2018.

O valor de "Acréscimo de rendimentos", quer de 2021 quer de 2022, diz respeito a valor a receber de subsídios à exploração, os quais são deduzidos às rubricas de "Fornecimentos e Serviços Externos" e de "Gastos com o Pessoal" (notas 23 e 24, respetivamente).

Em "Gastos a reconhecer" o valor é referente, na sua maioria, a prémios de seguro.

### Estado e outros entes públicos

	31.12.2022	31.12.2021
IVA a receber	449 538	1 026 214
IVA reembolsos pedidos	498 333	-
Outros	485	-
Estado e outros entes públicos ativos	948 356	1 026 214

O valor de IVA a receber respeita ao período de novembro a dezembro de 2022, tendo sido pedido o respetivo reembolso em janeiro de 2023.

Em IVA reembolsos pedidos, o valor de 498.333 euros respeita ao período de agosto a outubro de 2022, e cujo recebimento já teve lugar e janeiro de 2023.

A Sociedade tem apresentado com regularidade pedidos de reembolso de IVA, por normalmente apurar IVA a receber, uma vez que a taxa do IVA a que tem direito à dedução (aquisições de bens e serviços) é superior à taxa do IVA a que liquida (por via de prestação de

serviços e vendas). Em 2022 foram apresentados pedidos de reembolso no montante global de 2 064 003 euros, e foi recebido o montante de 1 565 670 euros.

#### Imparidade para outros ativos

O valor da imparidade diz respeito à totalidade da dívida da Trevoeste, referente ao período da extinta Empresa Águas do Oeste por prestação de serviços de assessoria técnica e faturação de juros de mora.

## 12. Inventários

### 12.1 Políticas contabilísticas

Os inventários estão valorizados ao mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Sociedade, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

### 12.2 Detalhe e movimento

	31.12.2022	31.12.2021
Mercadorias	3 007 424	1 975 088
Matérias-primas e subsidiárias	542 456	294 723
	3 549 880	2 269 811

As peças de manutenção por consumir estão classificadas na rubrica "Inventários - Mercadorias".

O movimento ocorrido nos exercícios de 2022 e 2021 e o apuramento do gasto com matérias consumidas foi o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Existência iniciais	2 269 811	1 852 266
Compras	5 267 482	4 117 814
CMVMC - Matérias subsidiárias	(3 987 412)	(3 700 267)
Existências finais	3 549 880	2 269 811

## 13. Caixa e seus equivalentes

### 13.1 Políticas contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa. A 31 de dezembro de 2022, a Sociedade apresenta o valor contabilístico de 2 807 euros de descoberto bancário.

### 13.2 Detalhe

O detalhe de caixa e seus equivalentes a 31 de dezembro de 2022 e de 2021 era o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	7 649	7 509
Depósitos à ordem	7 824 900	10 398 506
Depósitos a prazo	67 013 819	70 002 489
	74 846 369	80 408 504

Em depósitos a prazo, para os exercícios de 2022 e 2021, figuram os valores dos depósitos constituídos no IGCP (CEDIC), assim como os valores de juros a receber, correspondente ao horizonte temporal do respetivo exercício económico, de 13 819 euros em 2022 e de 2 489 euros em 2021, sendo que estes, face à sua natureza, não são considerados um elemento de "caixa e seus equivalentes no fim do exercício" na Demonstração de Fluxos de Caixa.

A AdTA constituiu a 15 e a 28 de dezembro de 2022 depósitos a prazo, CEDIC – Certificados Especiais de Dívida de curto prazo, nos valores de 62 milhões de euros, à taxa de 0,5%, e de 5 milhões, à taxa de 0,10%, ambos com maturidade a 2 de janeiro de 2023.

## 14. Capital próprio

### 14.1 Políticas contabilísticas

#### Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

#### Capital

As ações ordinárias, de categoria A e B (nota 1.1), são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

#### Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados/colocados à disposição, deduzidos da respetiva retenção na fonte, quando aplicável (nota 33).

*Handwritten signatures and initials:*  
  
 cc  
 B



	%	Capital subscrito	Capital realizado	Capital subscrito	Capital realizado
	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2021
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	50,68%	57 538 912	57 538 912	57 538 912	57 538 912
Comunidade Intermunicipal do Oeste	0,00%	2 921	2 921	2 921	2 921
Alcobaça	0,79%	899 856	899 856	899 856	899 856
Alenquer	0,34%	384 003	384 003	384 003	384 003
Arnadora	5,69%	6 458 431	6 458 431	6 458 431	6 458 431
Arruda dos Vinhos	0,05%	55 542	55 542	55 542	55 542
Azambuja	0,31%	346 733	346 733	346 733	346 733
Bombarral	0,10%	107 998	107 998	107 998	107 998
Cadaçal	0,11%	123 253	123 253	123 253	123 253
Caldas da Rainha	0,54%	614 244	614 244	614 244	614 244
Lisboa	18,38%	20 866 618	20 866 618	20 866 618	20 866 618
Louses	7,30%	8 284 708	8 284 708	8 284 708	8 284 708
Lourinhã	0,27%	302 165	302 165	302 165	302 165
Nazaré	0,24%	273 724	273 724	273 724	273 724
Óbidos	0,12%	131 237	131 237	131 237	131 237
Odivelas	2,22%	2 521 433	2 521 433	2 521 433	2 521 433
Oeiras	3,47%	3 936 998	3 936 998	3 936 998	3 936 998
Peniche	0,34%	386 004	386 004	386 004	386 004
Rio Maior	0,16%	183 768	183 768	183 768	183 768
Sintra	3,47%	3 936 998	3 936 998	3 936 998	3 936 998
Sobral de Monte Agraço	0,05%	57 438	57 438	57 438	57 438
Torres Vedras	0,63%	711 623	711 623	711 623	711 623
Vila Franca de Xira	2,54%	2 881 638	2 881 638	2 881 638	2 881 638
Ações próprias da Sociedade	2,22%	2 521 433	2 521 433	2 521 433	2 521 433
	100%	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680

O capital no montante de 113 527 680 euros é constituído por 113 527 680 ações de 1,00 euro cada e encontra-se integralmente realizado.

Em março de 2020 a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. declarou formalmente, junto do Conselho de Administração da AdTA, o seu compromisso de aquisição de todas as 2.521.433 ações próprias constantes do capital social inicial da AdTA, sem prejuízo do direito de preferência dos demais acionistas e após a necessária autorização da Tutela, sendo que, na mesma declaração, expressa, tendo por base o seu enquadramento legal, que a AdTA se encontra excepcionada de apresentar nos seus capitais próprios uma reserva indisponível do montante daquelas ações próprias, tal como menciona a alínea b) do n.º 1 do artigo 324.º do Código das Sociedades Comerciais.

Na Assembleia Geral de 23 de junho de 2020, a acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., considerando a caducidade das deliberações tomadas na assembleia geral de 16 de março de 2018 relativas à alienação do lote de 2.521.433 ações próprias da Sociedade, deliberou dar início ao procedimento para a alienação das mesmas nos termos e em conformidade como disposto no artigo 320.º, n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais, no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e nos artigos 1.º, 6.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 328/88, de 27 de setembro, mandatando o Conselho de Administração da AdTA para proceder à contratação de uma entidade avaliadora independente para determinação do valor das ações.

A AdTA em finais de 2020 contratou para o efeito a Ernst & Young, S.A., tendo sido o estudo concluído e apresentado em início de fevereiro de 2021, e subsequente submissão à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) do pedido de aprovação da venda das ações, de acordo com a avaliação proposta no Estudo, para posterior formalização da consulta aos acionistas sobre intenção de compra.

A 11 de fevereiro de 2021 a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. reforçou o transmitido no passado, declarando formalmente junto do Conselho de Administração da AdTA, o seu compromisso de aquisição de todas as 2.521.433 ações próprias constantes do capital social inicial da AdTA, sem prejuízo do direito de preferência dos demais acionistas.

À presente data, a AdTA encontra-se a aguardar a decisão da área governativa das Finanças.

## 14.3 Resultado líquido por ação

	31.12.2022	31.12.2021
Resultado líquido	5 600 976	3 750 162
Número médio de ações	113 527 680	113 527 680
Resultado por ação básico e diluído	0,05	0,03

O número médio de ações inclui o número de ações próprias da Sociedade (2 521 433).

## 14.4 Movimentos no ano

	Capital social	Ações Próprias	Reserva legal	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de dezembro de 2020	113 527 680	(2 521 433)	833 282	3 735 125	115 574 654
Aplicação do resultado líquido do exercício 2020			186 756	(186 756)	-
Dividendos atribuídos				(3 548 369)	(3 548 369)
Resultado líquido do exercício 2021				3 750 162	3 750 162
Saldo a 31 de dezembro de 2021	113 527 680	(2 521 433)	1 020 039	3 750 162	115 776 448
Aplicação do resultado líquido do exercício 2021			187 508	(187 508)	-
Dividendos atribuídos				(3 562 654)	(3 562 654)
Resultado líquido do exercício 2022				5 600 976	5 600 976
Saldo a 31 de dezembro de 2022	113 527 680	(2 521 433)	1 207 547	5 600 976	117 814 769

	31.12.2021	Constituição de reservas	Dividendos	Resultado líquido	31.12.2022
Resultado líquido do exercício	3 750 162	(187 508)	(3 562 654)	5 600 976	5 600 976
	3 750 162	(187 508)	(3 562 654)	5 600 976	5 600 976

De acordo com o disposto nos Estatutos da Empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, incluída na rubrica Reservas e outros ajustamentos, no Capital Próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

A aplicação de resultados de 2021 foi aprovada conforme ata n.º 11 da Assembleia Geral de 18 de março de 2022.

Do valor de dividendos, referente ao exercício de 2021, de 3 562 654 euros, foi pago o montante de 3 202 296 euros, respeitando o diferencial a retenções na fonte de IRC (nota 33).

## 15. Provisões

### 15.1 Políticas contabilísticas

#### Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AdTA divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Sociedade é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios



económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da demonstração da posição financeira, com base na melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

#### Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da Sociedade. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A AdTA procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

#### Ativos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da Sociedade que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A AdTA procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

### 15.2 Estimativas e julgamentos

A AdTA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A AdTA é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de fluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 15.3 Detalhe e movimento

A 31 de dezembro de 2022, a AdTA tinha constituídas as seguintes provisões:

	31.12.2022	31.12.2021
Provisões para processos judiciais (nota 26)	204 492	-
	204 492	-

O valor de 204 492 euros, respeita a processos de contencioso a decorrer em tribunal, nomeadamente aos processos: i) ação de impugnação de contencioso pré-contratual intentada por 4 Energy - Comércio e Instalações Técnicas, Lda, no valor de 25 207,23 euros, e ii) processo referente ao acidente de trabalho mortal ocorrido na Guia, no valor de 179 284,29 euros.

O movimento ocorrido no exercício de 2022 foi o seguinte:

	31.12.2021	Aumentos	Diminuições	Reversões	31.12.2022
Provisões para processos judiciais (nota 26)	-	204 492	-	-	204 492
	-	204 492	-	-	204 492



## Processos judiciais em curso

A Sociedade faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências, e nessa sequência constitui provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada, não houve lugar à constituição de provisões, e não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

À data de 31 de dezembro de 2022 os processos judiciais em curso eram os seguintes:

- Proc. 1440/11.5BELSB

Ação intentada por Humberto Clarence de Vasconcelos Cruz, contra a Câmara Municipal de Lisboa, que deduziu incidente de intervenção acessória da (então) SIMTEJO, que, por sua vez, deduziu incidente de intervenção acessória da Seguradora AIG – Europe, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa (Unidade Orgânica 2), para pagamento de indemnização de 1 007 500 euros e juros de mora. Proferida sentença. Em fase de recurso

- Proc. 700/12.2BELSB

Ação intentada pela Ambilogos – Equipamentos Industriais, Lda., no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, para pagamento de 402 509,60 euros, valor igualmente reclamado em sede de inquérito administrativo da empreitada. Remetido para TAF Sintra. Apesar de este processo estar aqui referido, o mesmo não constitui um passivo contingente, na medida em que está o valor de 402 509,60 euros reconhecido nas contas, em fornecedores de imobilizado (nota 11.2).

- Proc. 371/15.4BELSB

Ação intentada por Somague Engenharia, SA, Evolution, Engenharia, S.A., e Somague-Edifer ACE, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa (Unidade Orgânica 1), para pagamento 665 679,21 euros, com pedido reconventional de 1 966 696,97 euros. Aguarda designação data julgamento.

- Processo 982/17.3BELRA

Ação intentada pela Euro Insurances Limited no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (Unidade Orgânica 1) contra a Câmara Municipal de Rio Maior, que deduziu incidente de intervenção acessória da AdTA, que, por sua vez, deduziu incidente de intervenção acessória da Corretora MDS, para pagamento de 17 609,00 euros. Concluída a fase de articulados.

- Proc. 2088/2.9BEPRT

Ação de impugnação de contencioso pré-contratual intentada por 4 Energy - Comércio e Instalações Técnicas, Lda, no valor de 14 957,23 euros. TCAS determinou reapreciação 1.ª Instância. Em fase de fixação da indemnização a suportar pela AdTA.

- Proc. 243/19.3BELSB

Impugnação do ato de aplicação de sanção contratual pela Empresa Águas do Tejo Atlântico, S.A., no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, no âmbito da execução do contrato de "Fornecimento, Ligação e Colocação em Serviço de Postos de Carregamento para Veículos Elétricos" celebrado com a Empresa EFACEC ELECTRIC MOBILITY, S.A., no dia 21 de dezembro de 2017 e pedido de indemnização no valor de 15 195,00 euros. O valor do processo é de 35 336,00 euros e está em fase dos articulados e decidida a apensação ao processo n.º 1099/19.1BEPRT. Aguarda sentença.

- Proc. 865/20.0BELSB

Impugnação do ato de adjudicação proferido no âmbito do procedimento de concurso público, com publicidade internacional, para a "celebração de contrato de seguros de pessoas e aquisição de serviços de corretagem para as Empresas do Grupo Águas de Portugal", quanto ao Lote I - Seguros de Saúde, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, pelo valor de 3 329 296,26 euros. Por sentença do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa de 10/11/2020 foi julgada totalmente improcedente a ação intentada pelas Empresas AON Portugal, S.A. e OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., tendo estas interposto recurso jurisdicional para o Tribunal Central Administrativo Sul, que aguarda decisão.

- Proc. 538/13.0BELRA

Impugnação judicial dos atos de liquidação oficiosa, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, efetuados na sequência da PROAVE e que se reportam ao período compreendido entre 2005 e 2010, tendo sido invocada a caducidade do direito à liquidação relativamente às contribuições pagas anteriormente a janeiro de 2009 (referente à Águas do Oeste, S.A.), o valor do processo é de 92.049,02 euros. Foi emitido parecer do Ministério Público (23/04/2019), a considerar que tendo em conta a data de notificação das liquidações invocada pela impugnante e não contrariada pela Segurança Social (13/1/2013) terá caducado o direito à liquidação relativa a prémios pagos anteriormente a janeiro de 2009, devendo a ação ser procedente em matéria de caducidade. A 31/12/2020, aguardava-se a sentença. A mesma foi proferida no dia 23/02/2021, e julgou parcialmente procedente a impugnação, determinando a anulação do ato tributário impugnado na parte relativa às obrigações contributivas referentes aos períodos de 2005, 2006 e 2007 e absolvendo o Instituto da Segurança Social, IP, quanto ao demais. Foi ainda decidido que são ambas as partes responsáveis pelo pagamento das custas na proporção do decaimento, atendendo aos valores das remunerações dos anos a que respeitam as contribuições, que se fixa em 70% para o Instituto da Segurança Social, IP e 30% para a Impugnante. Aguarda decisão de recurso jurisdicional da sentença da 1.ª instância que absolveu parcialmente AdTA do montante de 80 466,79 euros.

- Proc. 2237/19.0T8VEX

Ação referente a acidente de trabalho, autor Nuno Alberto Gomes Ferreira, Juízo do Trabalho de Vila Franca de Xira - Juiz 2, no valor de 5 499,97 euros. Findo em 2023 tendo sido absolvida a AdTA.

- Proc. 1941/21.7BELSB

Ação de impugnação de contencioso pré-contratual intentada por WAVE Consulting Unipessoal, Lda. Proferida sentença absolvição AdTA e recurso para TCAS pela autora.

- Proc. 3404/20.9.T8CSC

Intentada por Marinela Sequeira de Castro no Juízo de Trabalho de Sintra - Juiz 3 referente a acidente de trabalho mortal.

- Proc. 2362/22.0T8CSC

Ação emergente de contrato de trabalho em que ex-trabalhador temporário solicita o reconhecimento da sua relação laboral com a Manpower (ETT) como contrato de trabalho sem termo e ilícito o seu despedimento, pedindo que a AdTA seja, subsidiariamente, condenada nesses efeitos (pedido de indemnização de antiguidade entre outros); subsidiariamente, pede indemnização por antecipação do prazo de caducidade. Ação a decorrer no Juiz 2 de Trabalho de Cascais - Comarca de Lisboa Oeste, no valor de 33 503 euros, em que findos os articulados o autor apresentou requerimento de intervenção principal provocada da AdTA, aguarda-se decisão do incidente e posteriormente do processo (eventualmente sem julgamento).

Dos processos acima elencados, por serem de desfecho incerto, afiguram-se como passivos contingentes, e não relevam para o reconhecimento de provisões, com exceção do Processo 700/12.2BELSB-Ação intentada pela Ambilogos, conforme nota 11.2, e dos processos 2088/2.96EPRT-Ação de impugnação de contencioso pré-contratual intentada por 4 Energy e 3404/20.9.T8CSC referente a acidente de trabalho mortal, conforme nota 15.3.

Face ao exercício de 2021, foram extintos os seguintes processos:

- Processo 997/19.7BELSB

Ação intentada por Massa Insolvente de Casa Violetambar, Sociedade de Construções, Lda, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa (Unidade Orgânica 3), para pagamento de 8 859,48 euros e juros de mora, por alegada retenção de caução contratual.

- Processo 1102201201097407

Execução Fiscal intentada Segurança Social contra a SANEST no IGFSS, e apensos, para alegada dívida de 9 938,18 euros

- Proc. 264/19.6BELSB



Ação intentada por Luís dos Santos Pereira contra a EPAL, que deduziu incidente de intervenção acessória da AdTA (Unidade Orgânica 3), para pagamento de indemnização de 5.017,90 euros e juros de mora. Concluída a fase de articulados.

- Proc. 112/20.4T8PRT

Ação intentada por Cariz-Promoção Imobiliária, Lda., contra AdLVT, que deduziu incidente de intervenção principal da AdTA, no Tribunal Judicial da Comarca do Porto (Juízo Central Cível do Porto - Juízo 7), por crédito constituído por garantia bancária apresentada à ex-AdO no valor de 4.361,85 euros

- Proc. 15386/20.2T85NT

Ação intentada por Rui Teixeira, por constituição errada de servidão sobre a propriedade, com pedido de reposição da legalidade e indemnização diária de 50 euros e 1,50 euros/m<sup>2</sup> mensal.

- Processo 1073/13.1BEL5B

Ação intentada por Carlos Neta no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra (Unidade Orgânica 3) para restituição de terreno e indemnização de 28.102,00 euros. Proferida sentença que absolveu a Águas do Tejo Atlântico.

- Ação emergente de contrato de trabalho n.º 1200/20.2T88RR

Ação intentada por Pedro Miguel R. Silva- Juízo do Trabalho de Barreiro - Juiz 2- com pedido de anulação de sanção disciplinar de 538,00 euros. Sentença totalmente favorável à empresa - transitado em julgado.

## Garantias

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas demonstram-se como se segue:

Beneficiários		31.12.2022	31.12.2021
Administração do Porto de Lisboa	Utilização de parcelas da APL	24.821	24.821
APA Agência Portuguesa do Ambiente	Caução no âmbito da Licença de Produção de Água para Reutilização	750	-
EDP	Relações comerciais com a ERSE	3.959	3.959
Infraestruturas de Portugal	Boa execução de trabalhos	65.025	65.025
Tribunas	Diversos (expropriações, indemnizações, etc.)	4.479.614	4.479.614
		4.574.169	4.573.419

## 16. Acréscimo de gastos de investimento contratual

### 16.1 Políticas contabilísticas

Ver política contabilística na nota 2.2.4.

### 16.2 Detalhes e movimento

Conforme expresso na nota 2.2.4, a AdTA, com base no disposto no Contrato de Concessão, bem como de acordo com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, reconhece a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às despesas contratuais em investimentos ainda não realizados ou em investimentos de expansão e modernização aprovados ou impostos pelo Concedente.

	31.12.2022	31.12.2021
Acréscimos de gastos de investimento contratual	110.486.524	118.808.401
	110.486.524	118.808.401



Movimento do período:

	31.12.2022
Saldo inicial	118 808 401
Dotação do exercício (nota 25)	3 678 423
Transferência para direito de utilização de infraestruturas (nota 5.3)	(12 200 299)
Saldo final	110 286 524

Tendo por base as aquisições do exercício e a passagem de ativo intangível em curso, para firme, foi transferido da rubrica "Acréscimos de gastos de investimento contratual" o montante de 12 200 299 euros, o qual representa as amortizações acumuladas do investimento efetivamente executado no ano de 2022 (nota 5.3).

## 17. Subsídios ao investimento

### 17.1 Políticas contabilísticas

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a AdTA cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos no passivo não-corrente e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação dos ativos subjacentes.

### 17.2 Detalhe e movimento

A 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o detalhe dos subsídios ao investimento era o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Fundo de Coesão	115 680 082	120 346 927
FEDER	18 937	19 807
POSEUR	887 053	938 409
Fundo Ambiental	43 045	44 732
Outros subsídios	37 926	39 412
	116 667 042	121 389 287

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2022 e 2021 foram conforme os constantes nos seguintes quadros:

	31.12.2021	Resultados	Regularizações	31.12.2022
Fundo de Coesão	120 346 927	(4 735 156)	68 311	115 680 082
FEDER	19 807	(871)	-	18 937
POSEUR	938 409	(21 197)	(30 159)	887 053
Fundo Ambiental	44 732	(1 687)	-	43 045
Outros subsídios	39 412	(1 486)	-	37 926
	121 389 287	(4 760 397)	38 152	116 667 042

	31.12.2020	Resultados	Aumentos	31.12.2021
Fundo de Coesão	125 076 285	(4 731 357)	-	120 346 927
FEDER	20 678	(871)	-	19 807
POSEUR	527 311	(19 887)	430 985	938 409
Fundo Ambiental	46 485	(1 753)	-	44 732
Outros subsídios	40 934	(1 522)	-	39 412
	125 713 692	(4 753 390)	430 985	121 389 287

No exercício de 2021, o valor recebido foi de 402 096 euros do POSEUR, referente à Fábrica de Água de Beirolos. Na coluna aumentos o valor respeita, também, à candidatura da Fábrica de Água de Beirolos.

A Sociedade reconhece o direito ao subsídio, tendo por base o valor das candidaturas, de acordo com o valor de investimento realizado.

## 18. Empréstimos

### 18.1 Políticas contabilísticas

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui os passivos apresentados nas rubricas "Empréstimos", "Outros passivos não correntes", "Fornecedores" e "Outros passivos correntes". Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A AdTA apenas tem reconhecidos passivos classificados como "Passivos financeiros ao custo amortizado".

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

#### Empréstimos obtidos

Os empréstimos (bancários) são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de encargos financeiros com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica "Gastos financeiros" da demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa aos encargos financeiros com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a Sociedade liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data da demonstração da posição financeira, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

#### Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

### 18.2 Detalhe e movimento

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos bancários BEI	173 266 902	187 660 832
Não correntes	173 266 902	187 660 832
Empréstimos bancários BEI	14 490 718	12 978 343
Descoberto bancário	2 807	-
Juros a liquidar	362 693	386 894
Correntes	14 856 217	13 365 237
Total de empréstimos	188 123 119	201 026 069

Os contratos de financiamento celebrados com o Banco Europeu de Investimento (BEI) e as Empresas do Grupo AdP, para além das condicionantes habituais (falta de pagamento, cumprimento da lei geral e ambiental, cross default, pari passu, negative pledge, falsas declarações, falência, insolvência, liquidação, alterações materiais) inclui ainda as seguintes obrigações que garantem as atuais condições contratuais dos financiamentos:

- Alterações na estrutura acionista das Empresas do Grupo AdP;
- Alterações decorrentes de cisão, fusão ou venda de Empresas;
- Alterações no património das Empresas;

- Alteração/ cessação da atividade das Empresas;
- Alterações na estrutura acionista da AdP;
- Operações serem realizadas com aval/ garantia da AdP;
- Cumprimento de obrigações definidas nos Contratos de Concessão/Gestão;
- Alterações no volume de negócios das Empresas.

Adicionalmente, e no âmbito dos referidos contratos de financiamento, a República Portuguesa constitui-se fiador do Grupo AdP face ao Banco Europeu de Investimento pela execução pontual e integral de todas as obrigações financeiras e pecuniárias.

#### Movimento nos empréstimos obtidos

	Não corrente	Corrente	Total
Saldo inicial	187 660 832	13 365 237	201 026 069
Reembolso de capital	-	(12 978 343)	(12 978 343)
Utilização de descoberto bancário		2 807	2 807
Reclassificação de não corrente para corrente	(14 490 718)	14 490 718	-
Varição no custo amortizado	96 788	-	96 788
Varição na especialização de juros	-	(24 201)	(24 201)
Saldo Final	173 266 902	14 856 217	188 123 119

#### Empréstimos por maturidade

	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 ano	14 856 217	13 365 237
De 1 a 2 anos	15 278 012	14 490 718
De 2 a 3 anos	16 202 655	15 278 012
De 3 a 4 anos	16 937 132	16 202 655
De 4 a 5 anos	19 821 903	16 937 132
Superior a 5 anos	105 027 201	124 752 316
	188 123 119	201 026 069



O valor em dívida dos empréstimos BEI, sem ter em consideração o valor dos juros e o do custo amortizado, era o seguinte a 31 de dezembro de 2022:

Data inicial empréstimo	Data final do empréstimo	Contrato / Linha	Tranche	Nº	Valor Negociado	Valor em dívida	Taxa	Tipo de Taxa	Data de revisão da taxa
13/06/2006	15/09/2030	BEI II	A	7	11 000 000	7 388 029	0,584%	fixa	15/09/2025
13/12/2006	16/12/2030	BEI II	A	50	21 333 333	12 746 624	4,002%	fixa	16/12/2025
21/11/2007	16/12/2030	BEI II	A	52	13 333 333	7 966 640	0,841%	fixa	16/12/2025
08/07/2008	16/12/2030	BEI II	A	9	15 000 000	8 962 470	0,035%	fixa	16/12/2021
08/08/2008	16/12/2030	BEI II	A	54	5 333 333	3 186 656	0,035%	fixa	16/12/2021
15/12/2008	15/09/2030	BEI II	A	16	3 500 000	2 350 737	2,529%	fixa	15/09/2025
15/12/2008	15/09/2030	BEI II	B	17	7 500 000	5 037 293	2,529%	fixa	15/09/2025
16/12/2008	16/12/2030	BEI II	A	56	5 333 333	3 186 656	0,035%	fixa	16/12/2021
16/07/2009	16/09/2032	BEI II	B	18	10 000 000	7 075 280	1,984%	fixa	16/09/2027
08/12/2009	15/09/2030	BEI II	B	24	6 400 000	4 298 490	1,822%	fixa	16/09/2025
11/12/2009	15/09/2030	BEI II	B	22	32 000 000	21 492 448	1,822%	fixa	16/09/2025
16/12/2009	16/06/2034	BEI II	C	27	35 000 000	27 427 715	0,108%	fixa	16/06/2029
10/12/2010	16/06/2034	BEI II	C	32	45 000 000	35 264 205	3,567%	fixa	16/06/2025
16/12/2010	16/06/2034	BEI II	C	58	10 666 667	8 358 923	3,745%	fixa	16/06/2025
16/12/2010	16/06/2034	BEI II	C	33	15 000 000	11 754 735	0,000%	fixa	16/06/2029
17/12/2012	16/06/2034	BEI II	C	60	5 333 333	4 179 461	2,881%	fixa	16/06/2025
17/12/2012	16/06/2034	BEI II	C	45	23 000 000	18 023 927	2,881%	fixa	16/06/2025
					264 733 333	186 700 288			

#### Empréstimos por tipo de taxa e maturidade

A AdTA apenas tem empréstimos à taxa fixa.

Taxa de juro fixa	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 anos	14 856 217	13 365 237
De 1 a 2 anos	15 278 012	14 490 718
De 2 a 3 anos	16 202 655	15 278 012
Superior a 3 anos	141 786 236	157 892 102
	188 123 119	201 026 069
	188 123 119	201 026 069

#### Justo valor

Os empréstimos obtidos correspondem a empréstimos BEI. Em consequência dos montantes e maturidades envolvidas nestes empréstimos (25 anos) e ao facto da escassez de comparativos sustentados de mercado que permitam avaliar a que taxas de financiamento alternativas ao BEI o Grupo AdP se poderia financiar, os referidos empréstimos encontram-se valorizados ao custo amortizado, no pressuposto de que o mesmo não difere significativamente do seu valor nominal.

## 19. Fornecedores e outros passivos

### 19.1 Políticas contabilísticas

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a AdTA adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como passivos não correntes.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a pagar a fornecedores e outras dívidas a pagar a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

## 19.2 Detalhe

### Fornecedores e outros passivos não correntes

A 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o detalhe de fornecedores e outros passivos não correntes, era o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Integração de infraestruturas municipais	1 099 018	568 642
Município de Torres Vedras	1 099 018	568 642
	1 099 018	568 642

O aumento do valor em dívida em 2022, face ao registado em 2021, decorre somente da atualização do valor da dívida, decorrente das estimativas de aumento da inflação.

### Fornecedores e outros passivos correntes

A 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o detalhe de fornecedores e outros passivos correntes, era o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores correntes	6 034 903	6 951 928
Outros passivos correntes	7 694 607	5 108 969
Estado e outros entes públicos	3 580 684	3 417 463
	17 310 194	15 478 359

#### i) Fornecedores correntes

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores de investimentos	1 292 143	1 275 050
Fornecedores de investimentos-Cauções/Retenções	897 769	1 002 996
Fornecedores de investimentos - Litígios	1 210 512	1 205 519
Fornecedores de investimentos - faturas em receção e conferência	-	84 224
Integração de infraestruturas municipais	78 271	55 266
Município de Torres Vedras	78 271	55 266
Fornecedores gerais	2 536 356	3 268 648
Fornecedores Empresas do Grupo	6 083	60 224
Fornecedores gerais faturas em receção e conferência	13 769	-
	6 034 903	6 951 928

A rubrica "Fornecedores de Investimento-Cauções/Retenções" respeita a cauções e retenções por garantia de obra e a rubrica "Fornecedores de investimentos – Litígios" respeita a valores por pagar de situações em litígio, ou que os fornecedores estão em processo de insolvência. No quadro seguinte apresenta-se a composição do saldo de "Fornecedores de investimentos – Litígios":

	31.12.2022	31.12.2021
Somague / Edifer	474 343	474 343
Ambilogos, Lda	412 510	412 510
Sacyr Somague, S.A.	73 612	73 612
Edifer Construcoes Pires Coelho	73 612	73 612
Malonga Construções SA	67 721	67 721
Ecotecnica	63 096	63 096
Leisilena - Soc. Construções, S.A.	24 223	24 223
Constragaço - Construções Cívis Lda	6 086	6 086
Assis & Gabriel, Lda.	4 993	-
Pirto & Bentes S.A.	3 091	3 091
Qvc Consulting	2 322	2 322
Cikos Construções, S.A.	2 057	2 057
Polobra - Const Cívis Lda	2 057	2 057
Tecmais-Eng e Ambiente, S.A.	788	788
	1 210 512	1 205 519

O Prazo Médio de Pagamentos de 2022 foi de 30 dias, mais 5 dias face ao de 2021.

## ii) Outros passivos correntes

	31.12.2022	31.12.2021
Acréscimos com férias e subsídio de férias	1 601 212	1 419 948
Outros acréscimos de gastos c/ pessoal	896 627	2 796
Outros acréscimos e diferimentos	2 255 409	1 240 088
Rendimentos a reconhecer - Fundo Ambiental	840 706	-
Componente tarifária acrescida	2 004 674	1 784 386
Cauções a fornecedores e outras	83 331	61 845
Outros credores	12 648	599 906
	7 694 607	5 108 969

A rubrica "Acréscimos com férias e subsídio de férias" representa a obrigação da Sociedade para com os trabalhadores referente a remunerações com subsídio de férias e férias (Incluindo encargos) do ano de 2022, os quais serão pagos a partir de 1 de janeiro de 2023.

A Sociedade registou ainda nesta rubrica a estimativa de gastos inerente ao impacto do aumento médio salarial de 5,1% no Grupo AdP em 2023, na componente de férias e subsídio de férias a liquidar em 2023 por trabalho prestado em 2022, no valor de 77 699,16 euros, na medida em que as férias e subsídio de férias são pagos ao valor da remuneração mensal do momento em que são pagos e não ao valor da remuneração mensal do momento em que o trabalho foi prestado.

Em "Outros acréscimos de gastos c/ pessoal", encontram-se reconhecidos os valores respeitantes às estimativas de gastos com pessoal inerente a:

- aumento salarial de 1,2% nos órgãos sociais (conselho de administração e conselho fiscal) – no valor de 4 567 euros;
- reclassificações da 2ª fase, ao abrigo da cláusula 21ª do ACT (Acordo Coletivo de Trabalho), ainda não processadas em 2022 – no valor de 892 248 euros.

A rubrica "Outros acréscimos e diferimentos" inclui a aplicação da periodização económica dos gastos suportados com, (i) eletricidade no montante de 790 146 euros (2021: 578 102 euros), (ii) tratamento de lamas no montante de 1 03 341 euros (2021: 84 292 euros), (iii) trabalhos especializados no montante de 1 63 738 euros (2021: 80 654 euros), (iv) gastos de conservação e reparação de 750 332 euros (2021: 64 971 euros) e de (v) gastos diversos no montante de 322 812 euros (2021: 430 308 euros).

Quanto à rubrica "Rendimentos a reconhecer" com o valor de 840 706 euros, este respeita na totalidade ao valor ainda por reconhecer como rendimento do total recebido de 1 milhão de euros do Fundo Ambiental no âmbito da candidatura AgIR-Plano de Ação para Gestão das Águas Residuais Industriais na Região da Grande Lisboa e Oeste, Resolução do Conselho de Ministros n.º 204/2021. Esta



candidatura financia as despesas elegíveis em 100%, recebendo a Sociedade por ano determinada verba para fazer face às despesas a incorrer nesse ano, a título de adiantamento.

A rubrica "Componente tarifária acrescida" corresponde ao valor cobrado aos clientes da Tejo Atlântico (ex-SIMTEJO e ex-SANEST), e que é entregue à Águas do Vale do Tejo trimestralmente, apenas na parte efetivamente recebida dos clientes, não constituindo por isso um rendimento da Sociedade. O valor correspondente ao último trimestre de 2022, foi faturado em janeiro de 2023 e pago no decorrer de fevereiro de 2023.

Em "Outros credores" o valor de 2021 respeita na sua maioria ao cliente Águas de Azambuja, 595 873 euros, que por ser credor foi reclassificado para o passivo (nota 10.3), este montante resulta de Notas de Crédito emitidas pela ex-Empresa Águas do Oeste.

ii) Estado e outros entes públicos

	31.12.2022	31.12.2021
Retenções - IRS	146 869	87 587
Retenções - Segurança social	273 155	212 525
Retenções - Outros	4 291	1 430
Outras tributações - TRH	3 156 369	3 115 920
Estado e outros entes públicos passivos	3 580 684	3 417 463
	(2 632 328)	(2 391 249)

Os valores de retenções de IRS, Segurança Social e de outros impostos registados a dezembro de 2022, foram liquidados em janeiro de 2023. O valor registado em "Outras tributações-TRH" será pago em março de 2023, aquando da emissão da faturação por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

## 20. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9

	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total da demonstração da posição financeira a 31.12.2022
Ativos intangíveis	-	-	-	428 208 261	428 208 261
Ativos fixos tangíveis	-	-	-	260 407	260 407
Ativos sob direito de uso	-	-	-	223 355	223 355
Outros ativos financeiros não correntes	29 936	-	29 936	-	29 936
Impostos diferidos ativos	-	-	-	57 326 038	57 326 038
Inventários	-	-	-	3 549 880	3 549 880
Clientes	12 178 802	-	12 178 802	-	12 178 802
Outros ativos correntes	1 346 207	-	1 346 207	948 356	2 294 563
Caixa e seus equivalentes	74 846 369	-	74 846 369	-	74 846 369
<b>Total do ativo</b>	<b>88 401 313</b>	<b>-</b>	<b>88 401 313</b>	<b>490 516 297</b>	<b>578 917 610</b>
Provisões	-	-	-	204 492	204 492
Acrescidos gastos investimento contratual	-	-	-	110 486 524	110 486 524
Subsídios ao investimento	-	-	-	116 667 042	116 667 042
Empréstimos não correntes	-	173 266 902	173 266 902	-	173 266 902
Passivos por locação não correntes	-	-	-	48 060	48 060
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	1 099 018	1 099 018	-	1 099 018
Impostos diferidos passivos	-	-	-	14 759 219	14 759 219
Desvio de recuperação de gastos (Superavit tarifário)	-	-	-	11 944 137	11 944 137
Empréstimos correntes	-	14 856 217	14 856 217	-	14 856 217
Passivos por locação correntes	-	-	-	76 727	76 727
Fornecedores e outros passivos correntes	-	13 729 510	13 729 510	3 580 684	17 310 194
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	384 309	384 309
<b>Total do passivo</b>	<b>-</b>	<b>202 951 647</b>	<b>202 951 647</b>	<b>258 151 194</b>	<b>461 102 841</b>

## 21. Rédito de contratos com clientes

### 21.1 Políticas contabilísticas

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da Sociedade. O rédito compreende assim, o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos. A AdTA apenas reconhece o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pela ERSAR.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela AdTA, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a prestação do serviço ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

#### Prestação de serviços

*Atividade regulada – Serviços em "alta" - Saneamento e parcerias*

O rédito é reconhecido com base em (i) rendimentos tarifários; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

#### Serviços de construção

Ver política contabilística descrita na nota 2.2.6.

#### Desvio de recuperação de gastos (superavit tarifário)

Ver política contabilística descrita na nota 2.2.5.

### 21.2 Detaine

	31.12.2022	31.12.2021
Vendas	29 488	28 504
Prestações de Serviços	83 393 461	82 647 918
	83 422 949	82 676 423

	31.12.2022	31.12.2021
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC12)	13 696 300	21 408 060
	13 696 300	21 408 060

	31.12.2022	31.12.2021
Desvio de Recuperação de gastos (superavit tarifário)	(4 560 590)	(9 832 076)
	(4 560 590)	(9 832 076)

Tal como referido na nota 2.2.6 a AdTA não tem margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói). Deste modo, o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante e correspondem ao investimento realizado no ano (nota 5).

Vendas e prestação de serviços por cliente e natureza

	31.12.2022	31.12.2021
Alcobaça	1 324 982	1 306 833
Amadora	5 864 157	5 839 514
Arruda dos Vinhos	477 330	471 471
Bombarral	422 751	416 960
Cadaval	426 621	420 777
Lisboa	25 783 740	25 781 677
Loures	7 472 519	7 471 921
Lourinhã	917 747	905 176
Nazaré	641 613	632 825
Óbidos	507 454	500 503
Odivelas	4 434 819	4 434 465
Oeiras	5 270 334	5 149 084
Peniche	561 868	554 172
Rio Maior	684 216	674 844
Sintra	10 112 817	9 829 577
Sobral de Monte Agraço	196 992	194 294
Torres Vedras	2 804 031	2 765 622
Vila Franca de Xira	3 994 262	3 993 943
Caldas da Rainha (transporte)	575 012	602 897
<b>Total de vendas a partes relacionadas</b>	<b>72 473 266</b>	<b>71 946 553</b>
Alenquer	1 258 159	1 240 924
Azambuja	555 908	548 293
Mafra	1 883 319	1 883 168
Cascais	6 959 012	6 757 068
Outros clientes não municipais	264 797	271 912
REA - água residual tratada	29 488	28 504
<b>Total de vendas a outros clientes</b>	<b>10 949 683</b>	<b>10 729 869</b>
	<b>83 422 949</b>	<b>82 676 423</b>

A faturação da AdTA decorreu nos moldes previstos da cláusula 16.ª do Contrato de Concessão, com base nos rendimentos tarifários previstos no seu Anexo III.

A Águas do Tejo Atlântico submeteu à apreciação do Concedente a atualização para o exercício de 2022 da tarifa e dos rendimentos tarifários estabelecidos no Contrato de Concessão, a aplicar aos utilizadores do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, nos termos do disposto do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, tendo sido obtido parecer favorável por parte da ERSAR através da comunicação O-006048/2021, de 21 de setembro de 2021, e sequente aprovação de S. Exa. a Secretária de Estado do Ambiente, ao abrigo do Despacho n.º 143/SEAMB/2021, de 3 de outubro de 2021.

A variação dos valores de faturação aos clientes municipais, na atividade de tratamento, resulta apenas da atualização dos rendimentos tarifários.

## 22. Gasto das vendas

	31.12.2022	31.12.2021
Matérias subsidiárias (nota 12.2)	3 987 412	3 700 269
	3 987 412	3 700 269
	31.12.2022	31.12.2021
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	13 696 300	21 408 060
	13 696 300	21 408 060



## 23. Fornecimentos e serviços externos

### 23.1 Políticas contabilísticas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, sendo apresentados a deduzir aos gastos relacionados.

Trabalhos para a própria Empresa, são os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo, portanto, reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (gastos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente na demonstração da posição financeira sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável, razão pela qual esta rubrica não é apresentada na demonstração dos resultados.

### 23.2 Detalle

	31.12.2022	31.12.2021
Assistência técnica	1.268	670.517
Análises/Monitorização	346.174	302.019
Tratamento de resíduos	838.846	936.002
Tratamento de Efluentes	401.571	800.110
Tratamento de lamas	6.969.764	6.282.514
Fee's gestão serviços	2.002.151	1.240.146
Assistência Informática	159.521	357.288
Trabalhos Especializados-Outros	625.709	684.850
Publicidade e propaganda	314.503	304.342
Vigilância segurança	742.883	682.862
Honorários	351.518	303.812
Conservação e reparação	9.658.011	7.491.120
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	280.790	165.521
Rendas e alugueres	780.788	492.118
Electricidade	3.527.238	6.832.537
Combustíveis	444.715	288.809
Fornecimento de água	584.731	1.032.442
Comunicação	129.881	127.630
Seguros	490.148	428.034
Limpeza higiene e conforto	364.005	308.338
Desinfeção as instalações	14.589	341.908
Trabalho temporário	1.080.630	1.216.822
Jardagem	388.554	312.158
Outros fornecimentos e serviços	776.186	634.795
	31.280.172	32.236.692
FSE's capitalizados	-	-
Total de FSE's brutos	31.280.172	32.236.692
Subsídios à exploração - respeitantes a FSE's	(44.189)	(61.186)
Total de FSE's líquidos de subsídios à exploração	31.235.983	32.175.506

Em outros fornecimentos e serviços estão incluídos gastos com honorários, auditorias e assessorias, publicidade e propaganda, material de laboratório, outros trabalhos especializados, etc..

Conforme referido na nota 23.1, os subsídios à exploração são deduzidos aos gastos (menos gastos) de acordo com a sua natureza. No exercício de 2022, os subsídios à exploração que respeitam a gastos incorridos com fornecimentos e serviços externos, foram de 203 484 euros (61 186 euros em 2021), em que 159 294 euros foram deduzidos diretamente nas contas onde foi contabilizado o respetivo gasto, no caso relacionados com o projeto AgIR em que o financiamento é de 100% (nota 19.2), e 44 189 euros por respeitarem a diversas rubricas de gastos e candidaturas foram contabilizados em rubrica específica para o efeito.

Estes subsídios resultam de candidaturas a financiamento, essencialmente, no âmbito da modernização de processos e de estudos de investigação e desenvolvimento, que do mesmo modo têm também permitido a obtenção de benefícios fiscais no âmbito do SIFIDE, e mais recentemente da candidatura ao Fundo Ambiental referente ao Plano de Ação para Gestão das Águas Residuais Industriais na Região da Grande Lisboa e Oeste (Resolução do Conselho de Ministros n.º 204/2021).

Estes subsídios, reembolsam as despesas efetuadas pela Sociedade, segundo as comparticipações contratualizadas, no âmbito de gastos ilegíveis suportados com "Fornecimentos e Serviços Externos" e "Gastos com pessoal".

A Sociedade reconhece o subsídio à medida que realiza a despesa na proporção do financiamento previsto nas candidaturas.

Aproximadamente 64% do total de Fornecimentos e Serviços Externos que totalizam 31 milhões de euros, respeitam a:

- Gastos com eletricidade - 3,53 milhões de euros;
- Conservação e reparação - 9,66 milhões de euros;
- Tratamento de lamas - 6,97 milhões de euros;

Tratam-se, portanto, de gastos necessários a garantir a operacionalidade da Empresa com eficiência, qualidade e segurança.

Comparativamente com o ano anterior, os gastos com fornecimentos e serviços externos (brutos) foram inferiores em 957 mil euros, contribuindo para a variação positiva a redução dos gastos com a eletricidade, derivado da diminuição do preço, e o facto de não ter sido necessários incorrer em 2022 com o mesmo volume de gastos devido à situação da Pandemia COVID 19. Em 2022, face a 2021, incorreram-se com menos gastos associados a COVID de 1,180 mil euros (nota 38).

De seguida identificam-se algumas das rubricas de fornecimentos e serviços externos com variações mais significativas, face a 2021:

- Assistência Técnica - menos gastos de 669 250 euros, por ter deixado de existir faturação emitida pela AdP relativa a NSE's;
- Tratamento de resíduos, tratamento de efluentes e água - Variação positiva de 943 406 euros, pelo facto de em 2021 na Fábrica da Água (FA) da Guia se ter recorrido a um maior consumo de água potável para realização de algumas tarefas operacionais normalmente efetuadas com recurso a água reutilizada (ApR). Uma avaria na FA da Guia limitou, praticamente durante todo o ano de 2021, a produção de água para reutilização elevando os gastos destas rubricas, em que que o tratamento de resíduos e de efluentes está indexado ao consumo de água;
- Tratamento de Lamas - Gastos superiores aos do ano anterior, em 687 250 euros, devido em grande parte à limpeza de lagoas;
- Fee's de Gestão - Gastos superiores em 762 004 euros devido à alteração da metodologia de apuramento dos Fee's, que passou de 1,5% para 2,4% do volume de negócios, e deixaram de ser faturados os serviços partilhados do Grupo AdP (NSE's) ao nível dos Sistemas de Informação e das Compras, Logística e Jurídico;
- Assistência Informática -Variação positiva de 197 767 euros, explicada por em 2021 se ter incorrido com mais gastos, nomeadamente com a aquisição de serviços de gestão de redes de comunicações e cibersegurança (61 490 euros), com a aquisição de serviços de suporte de utilização do sistema informático de suporte à gestão da manutenção dos ativos (36 951 euros), com a manutenção evolutiva e curativa dos produtos de software Ginteraqua (69 600 euros) e com a aquisição de serviços de desenvolvimento de aplicações empresariais (54 386 euros);



- Conservação e reparação de edifícios e outras construções - Variação negativa de 454 933 euros, por se ter incorrido com mais gastos, face ao ano anterior, com a aquisição de serviços de reforço da operação e manutenção de 1.º Nível (+67 872 euros), com a prestação de serviços de manutenção corrente de edifícios de ETAR e EE (+194 509 euros) e com a prestação de serviços de piquete de inspeção e reparação de estruturas em PRPV (+183 848 euros) e com a aquisição de serviços de limpeza de infraestruturas de drenagem e tratamento nos centros operacionais (+58 374 euros);
- Conservação e Reparação de equipamento básico - Variação negativa de 1 527 290 euros por novas prestações de serviços e intervenções durante 2022, a que acresceu revisão de preços de contratos;
- Conservação e Reparação - Outras - Variação negativa de 197 627 euros, justificada por maiores gastos com a prestação de serviços de fornecimento e substituição de carvão ativado (131 525 euros) e com o contrato de fabrico e montagem de quedas guiadas, descarregadores e defletores e grades manuais (30 417 euros).
- Ferramentas e utensílios de desgaste rápido - Variação negativa de 118 270 euros por se ter incorrido com mais gastos com a aquisição de escadas e escadotes para vários centros operacionais, e de equipamentos para armazéns, nomeadamente bancadas, estantes e caixas. Esta rubrica compreende os gastos com aquisição de ferramentas e utensílios ligados às áreas de operação e manutenção, que, pelo valor unitário ou pelo período de vida útil, não revestem a natureza de imobilizado. A Empresa tem vindo a fazer um esforço no sentido de fazer o levantamento de necessidades internas deste tipo de bens, permitindo-lhe, assim, lançar procedimentos para aquisição dos mesmos e, deste modo, proceder à satisfação das carências com recurso a contratos, ao invés de compras avulso. São exemplo os gastos tidos em 2022 com:
- Eletricidade - A variação positiva de 3 305 300 euros decorre do facto de a Sociedade ter em curso um contrato de fornecimento de energia a dois anos (2020-2022) e da redução das tarifas de acesso à rede (TAR) em 2022, o que resultou numa significativa diminuição do preço unitário da eletricidade.
- Combustíveis - Gastos superiores aos do ano anterior, em 1 55 906 euros. A variação negativa é explicada quer pela aquisição de gasóleo específico para consumo nos grupos geradores, quer pelo aumento do preço do combustível, fator não controlável pela Empresa, e pelo aumento do consumo nas viaturas da frota operacional da AdTA e das alugadas em regime de aluguer de curta duração. O aumento do consumo é explicado pelo término das restrições impostas em 2020 e 2021 devido à situação de pandemia COVID, que permitiu a algumas áreas da Empresa à retoma de trabalhos operacionais no terreno.
- Deslocações e Estadas - Gastos superiores aos do ano anterior, em 60 496 euros. A variação nesta rubrica está em muito ligada ao fim da pandemia COVID19, que, tal como referido na variação com combustíveis, permitiu para algumas áreas a retoma de trabalhos operacionais no terreno, assim como deslocações no âmbito de exposições e conferências, nacionais e internacionais.
- Aluguer de viaturas - Variação negativa de 197 308 euros explicada por:
  - a) extensão de contratos de aluguer operacional de veículos (AOV) que anteriormente estavam classificados ao abrigo da IFRS16, ou seja, contabilizados como um ativo sob direito de uso. Os gastos que, anteriormente, existiam nas rubricas de amortizações do exercício e gastos financeiros passaram a fornecimentos e serviços externos, registando-se, na prática, uma realocação de gastos nas rubricas da Demonstração de Resultados;
  - b) aluguer em regime de "short renting" de viaturas, por impossibilidade de contratar em regime de AOV decorrente da pendência da aprovação dos PAO. As referidas viaturas são imprescindíveis à atividade da Empresa que decorre no extenso território da concessão correspondente aos 23 municípios da Grande Lisboa e Oeste. A extensão máxima deste território atinge cerca de 130 km de comprimento e 80 km de largura, onde se distribuem 103 Estações de Tratamento de Águas Residuais, 268 Estações Elevatórias e mais de 1000 km de interceptores e condutas elevatórias. A disponibilização de viaturas operacionais corresponde a um dos meios necessários à realização da atividade da Águas do Tejo Atlântico, em particular das suas unidades descentralizadas no território, tendo em vista a prossecução das suas atribuições e o cumprimento das suas

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



obrigações de prestação de serviço público, que poderiam ser colocadas em risco pela privação de viaturas.

- Outras Rendas e Alugueres - Variação negativa de 64 486 euros decorrente essencialmente de maiores gastos com o aluguer de módulos pré-fabricados destinado quer a balneários quer a apoio administrativo.
- Limpeza Higiene e Conforto - Maiores gastos no valor de 55 667 euros com limpeza higiene e conforto, explicado por novos contratos em execução, em que, para além de terem sido incluídas mais instalações, inclusive contentores balneários e administrativos, houve também, para algumas instalações já abrangidas nos contratos anteriores, o reajuste do número de horas contratadas por constatação de défice de prestação de serviços nos contratos anteriores.
- Desinfeção às instalações - Variação positiva no valor de 327 319 euros justificada pelo término de serviços de desinfeção de instalações devido à situação de Pandemia COVID 19. Este serviço não foi contratado em 2022.
- Trabalho Temporário - A variação positiva de 133 192 euros, se expurgado o efeito COVID, a variação seria negativa em 624 mil euros. Em 2022 a contratação de trabalho temporário resulta, quase na totalidade, da substituição temporária por motivo de baixas ou de acréscimo de trabalho.
- Jardinagem - Maiores gastos face ao ano anterior no valor de 76 396 euros, em que o acréscimo verificado resulta essencialmente da aquisição de plantas para replantação parcial da cobertura verde da Fábrica de Água de Alcântara.

## 24. Gastos com pessoal

### 24.1 Detalhes

	31.12.2022	31.12.2021
Remunerações	10 810 498	9 369 604
Encargos sociais sobre remunerações	2 297 901	2 076 481
Outros gastos com pessoal	1 191 028	1 052 360
	14 299 427	12 498 445
Gastos com pessoal capitalizados	(929 207)	(913 483)
	13 370 220	11 584 962
Subsídios à exploração - respeitantes a gastos com o pessoal	4 102	(1 45 535)
Total de gastos com o pessoal líquidos de subsídios à exploração	13 374 322	11 439 426

Relativamente à rubrica de Gastos com o Pessoal, existiu, em 2022, um acréscimo de gastos que resulta da alteração da Remuneração Mensal Mínima Garantida (RMMG), na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 109-B/2021, de 7 de dezembro. Os trabalhadores incluídos no nível salarial correspondente ao vencimento de 677,00€ passaram a auferir 723,00€ a partir de 1 de janeiro de 2022, escalão nos Acordos Coletivos de Trabalho em vigor no Grupo AdP (ACT) correspondente à referida atualização.

Por outro lado, o referido acréscimo de gastos resultou ainda do cumprimento de outras imposições legais que contemplaram, com efeitos a 1 de janeiro de 2022, a:

- a) Atualização salarial de 1,2%;
- b) Atualização das bases da carreira de Técnico Superior;
- c) Aplicação da cláusula 21.ª dos ACT;
- d) Outras alterações.

#### a) Atualização salarial de 1,2%

Quanto à atualização salarial de 1,2%, a mesma decorre da aplicação, por determinação de S. Exa. o Senhor Secretário de Estado do Tesouro exarada no Despacho n.º 397/2022-SET, de 21 de novembro de 2022, considerando a Informação n.º 37/2022 da UTAM, de 15 de novembro de 2022.

O mecanismo de atualização salarial não decorre do disposto no Decreto-Lei n.º 10-B/2020, de 20 de março, e no Decreto-Lei n.º 109-A/2021, de 7 de dezembro, que procedem à atualização da base remuneratória da Administração Pública e do valor das remunerações base mensais nela existentes, uma vez que esses diplomas não são aplicáveis às empresas do Grupo Águas de Portugal (AdP) e aos respetivos trabalhadores.

O valor das remunerações base mensais é revisto, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2022, tendo em consideração as seguintes alterações:

- Atualização dos montantes em 1,2%;
- Eliminação dos escalões I a 5 do nível M.

Desta forma, e com efeitos a 1 de janeiro de 2022, foi revista a base remuneratória mínima do Grupo Águas de Portugal para 732,00€ (27€, ou 3,8%, acima da RMMG e da base remuneratória da Administração Pública – BRAP – de 2022; 67€, ou 10,1%, acima da RMMG e da BRAP de 2021).

#### b) Atualização da base da carreira de Técnico Superior

Da aplicação, por determinação de S. Exa. o Senhor Secretário de Estado do Tesouro, exarada no referido despacho, destas medidas de valorização remuneratória aos trabalhadores do Grupo Águas de Portugal, foi igualmente atualizada a base remuneratória da carreira profissional de Técnico Superior com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2022, tendo o vencimento de 902,00€ passado para 1.268,00€.

#### c) Cláusula 21.ª dos Acordos Coletivos de Trabalho

A Cláusula 21.ª dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) reproduz o direito à reclassificação previsto no artigo 115.º do Código do Trabalho, introduzindo módulos temporais para referência do vencimento do direito à reclassificação.

O artigo 115.º do Código do Trabalho estabelece que a atividade a prestar pelo trabalhador deve, primordialmente, ser determinada por acordo das partes, podendo tal ser feito por remissão para categoria profissional constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho ou de regulamento interno de empresa, quando existam.

Adicionalmente, os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, em regra, sobrepõem-se aos contratos individuais de trabalho, os quais não podem afastar as disposições daqueles, nomeadamente em matéria de categorias profissionais/conteúdos funcionais, até pela intrínseca interdependência desta temática com a das retribuições mínimas que a contratação coletiva estabelece para tais categorias.

Nesse sentido, em regra, sendo efetivamente desempenhado um conteúdo funcional de uma determinada carreira e categoria constante de um instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, surge imediatamente um direito à correspondente categoria e, sobretudo, à correspondente retribuição mínima, conforme previstas nesse mesmo instrumento (salvo situações específicas de mobilidade funcional temporária, por exemplo).

Esta situação surge, assim, como um corolário do direito do trabalhador a auferir, pelo menos, a retribuição mínima prevista para as respetivas funções, nos termos que são estabelecidos em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho e que apenas podem ser afastados pelas partes em sentido mais favorável, sem que se permita que o normal desempenho de tais funções dê lugar a retribuição inferior.

Por outro lado, a salvaguarda do direito à aquisição de uma categoria e retribuição superior connexionam-se com dois princípios fundamentais do nosso Direito do Trabalho e da sua vertente de proteção da situação jurídica do trabalhador que são os da irredutibilidade da retribuição e da irreversibilidade da categoria, expressamente previstos no artigo 129.º, n.º 1, alíneas d) e e) do Código do Trabalho.



Adicionalmente, o direito à reclassificação e correspondente retribuição superior também se relacionam com um dos princípios fundamentais do nosso Direito que é o da primazia da materialidade subjacente, protegendo-se assim o trabalhador contra situações em que a respetiva categoria formal não corresponde à sua categoria real, não sendo assim respeitados os direitos inerentes a esta última.

A inserção do tema na cláusula 21.ª, n.º 2 dos ACT em vigor no Grupo AdP tem duas funções: i) consagra expressamente um direito à reclassificação sem necessidade de recorrer a regras e a princípios gerais, e, ii) por outro, modela (ou modera) o direito à reclassificação, estabelecendo diversos módulos temporais para a aquisição do direito que inexistem nos termos gerais, pelo que, neste sentido, a cláusula 21.ª limita os riscos do empregador.

No entanto, a parte final do n.º 2 da cláusula 21.ª contém uma disposição transitória ao prescrever "Os períodos de tempo previstos neste número iniciar-se-ão somente após a entrada em vigor do ACT. Contudo, se após 31 de dezembro de 2018 um trabalhador estiver na situação regulada neste número e essa situação se mantiver há mais de vinte e quatro meses consecutivos, a aquisição do direito à categoria correspondente ao desempenho predominante ocorrerá no dia seguinte àquele em que ultrapassar esses vinte e quatro meses (salvo se entretanto perfizer doze meses consecutivos ou 547 dias interpolados no período de dois anos civis consecutivos, contados a partir da entrada em vigor do ACT)."

Considerando as (i) limitações impostas pelas sucessivas Leis do Orçamento do Estado a valorizações remuneratórias, (ii) a necessidade de inclusão dos gastos decorrentes das reclassificações nos respetivos Planos de Atividades e Orçamento de cada empresa e autorização prévia que este aumento de custo com pessoal necessita nos termos do quadro legal aplicável; e (ii) as alterações estruturais e organizativas, resultantes das determinações em matéria de política governativa que ocorreram no seio do Grupo AdP na última década, bem como a situação de pandemia que se viveu nos últimos dois anos, não permitiram iniciar mais cedo um processo estratégico de diagnóstico e dimensionamento dos recursos humanos do Grupo Águas de Portugal nem a análise decorrente do previsto na cláusula 21.ª dos ACT de confronto da função efetivamente desempenhada com a função pela qual o trabalhador está a ser remunerado.

Esta análise, decorrente do previsto na cláusula 21.ª dos ACT de confronto da função efetivamente desempenhada com a função pela qual o trabalhador está a ser remunerado, ocorreu em 2022 em todas as empresas, com os mesmos critérios e pressupostos e foram validados a sua aplicação por uma entidade externa e independente, por forma a garantir uma atuação e tratamento uniforme e igualitário a todos os trabalhadores abrangidos pelos ACT.

Face ao acima exposto, a aplicação desta disposição transitória constante da parte final do n.º 2 da cláusula 21.ª dos ACT na Águas do Tejo Atlântico, com efeitos a 1 de janeiro de 2022, traduz-se num aumento de gastos com pessoal, em 2022, de 1,022 milhões de euros.

De facto, no que respeita à AdTA, o referido processo de análise foi efetuado em 2020-2021, o que permitiu que fosse contemplado no PAO 2021 um montante destinado ao processo de reclassificações – 1.ª fase. E, assim, conforme o despacho que aprovou o PAO de 2021, (Despacho n.º 260/2021 /MEF, de 12 de novembro de 2021), foi autorizada a executar gastos com pessoal com o processo de reclassificações 1.ª fase (de acordo com as orientações corporativas, estas reclassificações só se repercutiram em 2022, com produção de efeitos a janeiro).

Deste modo, no exercício de 2022, a Empresa procedeu às reclassificações da 1.ª fase, que abrangeu parte dos trabalhadores (em todas as carreiras, na passagem da categoria A para a categoria B, e, na carreira de técnico operativo, correspondendo aos trabalhadores da #linhadafrente que asseguram a continuidade do serviço público, a passagem para as categorias de B e C), tendo especializado/provisionado o montante correspondente à 2.ª fase de reclassificações, as quais espera brevemente vir a concretizar com efeitos retroativos a janeiro de 2022, mediante autorização expressa cuja necessidade consta do despacho que aprovou o PAO 2022 (nota 19.2).

As reclassificações que decorrem da parte final do n.º 2, da cláusula 21.ª nos termos e pelas razões supramencionadas, resultam, de imposições legais, e resultam de uma circunstância única - ajustamento do quadro de pessoal e de requalificação nas carreiras existentes do Grupo AdP, que se mostra devido em função do contexto histórico descrito e do período temporal decorrido.

#### d) Outras alterações

A Empresa procedeu ainda à atualização em 5,1% do valor provisionado/especializado em 2022 respeitante ao subsídio de férias e ordenado em período de férias a pagar em 2023, referente ao trabalho prestado em 2022 (nota 19.2).



Tal situação decorre do facto de, a 9 de outubro de 2022, ter sido assinado o Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade, o qual prevê, entre várias medidas, uma valorização nominal das remunerações por trabalhador. Assim, em Despacho Conjunto de Suas Exas. os Secretário de Estado das Finanças e a Secretária de Estado do Tesouro, de 15 de dezembro de 2022, é possível ler, no n.º 2, o seguinte: "Em concretização do Acordo, no ano de 2023, as empresas devem proceder a um aumento da massa salarial global, que inclui todos os efeitos e componentes remuneratórias, até 5,1% de forma anualizada, face a 2022".

Apesar de maiores gastos em 2022 face a 2021, é de destacar menos gastos incorridos devido à Pandemia COVID 19. Em 2022 o total do gasto incorrido foi de 190 368 euros, cerca de menos 197 mil euros face a 2021.

Os gastos incorridos referem-se a:

- Trabalho suplementar e respetivos encargos sociais;
- Equipamento de Proteção Individual (EPI);
- Exames médicos;
- Limpeza de fardamento.

Os gastos referentes a trabalho suplementar e respetivos encargos com a Segurança Social, decorrentes da pandemia, importaram em 132 mil euros. O pagamento deste trabalho suplementar foi feito de acordo com orientações emitidas pela AdP SGPS, que determinou o pagamento de 2 horas adicionais diárias em relação ao período normal de trabalho a título de trabalho suplementar, tendo abrangido todos os trabalhadores que asseguraram o serviço público essencial cometido à AdTA (a designada #linha da frente), e que estivessem enquadrados entre o nível M – 4 e o nível I –7 da tabela salarial do Grupo Águas de Portugal, num máximo de 350,00€ por mês. O período considerado para esta remuneração suplementar teve início no dia 30 de dezembro de 2021 e terminou a 31 de janeiro de 2022.

O montante de gastos com pessoal capitalizado corresponde aos gastos com as Direções diretamente afetadas aos projetos de investimento, ou seja, das áreas de engenharia, gestão de ativos e manutenção, na componente de construção civil (nota 5).

Da adoção da política contabilística 23.1, são deduzidos aos gastos com o pessoal os subsídios à exploração reconhecidos no exercício, que em 2022 se traduziu numa correção aos valores que haviam sido reconhecidos em 2021, por reafecção da distribuição de valores entre gastos com o pessoal e FSE's, de acordo com os valores recebidos.

#### Número de colaboradores

Número médio de colaboradores durante o período	31.12.2022	31.12.2021
Órgãos sociais (CA)	7	7
Trabalhadores efetivos e outros	386	372
	393	379

Número de colaboradores a 31 de dezembro	31.12.2022	31.12.2021
Órgãos sociais (CA)	7	10
Trabalhadores efetivos e outros	406	383
	413	393

A AdTA encerrou o ano com 406 colaboradores, tendo o número médio durante o exercício de 2022 sido de 386. No decurso de 2022 entraram 41 colaboradores e saíram 18.

As 41 entradas ocorridas em 2022 respeitam a:

- 9 para suprir parte das saídas ocorridas em anos anteriores, por iniciativa do trabalhador, por situações de reforma ou por falecimento, cuja substituição ainda não havia sido efetivada;
- 1 referente a regresso à Águas do Tejo Atlântico de trabalhador que estava cedido a uma autarquia;
- 8 para suprir saídas ocorridas em 2022, que resultaram de cessação da relação laboral não determinada pela Águas do Tejo Atlântico, tais como reformas, rescisões unilaterais por iniciativa do trabalhador ou outras por iniciativa do trabalhador;
- 2 por internalização de trabalhadores que se encontravam a prestar serviço na Empresa, mas com vínculo precário, situação prevista no PAO de 2021. O PAO de 2021 foi aprovado a 12 de novembro de 2021, tendo sido autorizada a contratação dos 15 trabalhadores, conforme Despacho interno n.º 260/21/MEF por proposta do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, vertida no Despacho n.º 1002/2021-SET, de 4 de novembro de 2021, e Despacho n.º 199/SEAMB/2021 de 18 de novembro de 2021. Das 15 contratações autorizadas, a Empresa concretizou 13 contratações em 2021 e 2 em 2022;
- 21 por internalização de trabalhadores que se encontravam a prestar serviço na Empresa, mas com vínculo precário, situação prevista no PAO de 2022. O PAO de 2022 foi aprovado a 1 de dezembro de 2022, tendo sido autorizada a contratação de 23 trabalhadores, dos 46 solicitados, conforme Despacho n.º 423/2022-SET.

Em 2023, a Águas do Tejo Atlântico irá proceder às contratações em falta, quer por substituição de saídas ocorridas cuja cessação da relação laboral não tenha sido determinada pela entidade empregadora, tais como reformas, rescisões unilaterais por iniciativa do trabalhador ou outras, quer ao remanescente das contratações autorizadas no PAO de 2022 (2 trabalhadores).

À data de 31 de dezembro de 2022, o número de trabalhadores temporários era de 25 trabalhadores (46-21), dos quais a Empresa tem, como referido, autorização para a contratação de trabalho por tempo indeterminado, regularizando a situação de 2 trabalhadores temporários.

Espera-se ainda que a Empresa seja autorizada a contratar, em 2023, os restantes 23 trabalhadores temporários, que haviam sido solicitados no PAO de 2022. A Águas do Tejo Atlântico reforçou no seu Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2023 a necessidade de admitir esses 23 trabalhadores, que são, na verdade, atuais trabalhadores com um vínculo precário para uma necessidade da Empresa é de carácter permanente.

De referir que o número de trabalhadores atualmente existente continua a revelar-se insuficiente para satisfazer o conjunto de infraestruturas servidas pelo sistema da Águas do Tejo Atlântico, pelo que existe a necessidade premente e urgente de admissão de trabalhadores, cuja privação coloca em risco o cumprimento de obrigações legais, a salvaguarda da segurança das pessoas e a necessidade de adoção de novas metodologias inovadoras e com impacto na gestão, como foi sustentando no PAO 2023 submetido pela Empresa.

Os recrutamentos para os quais se solicitou autorização são imprescindíveis para a Águas do Tejo Atlântico, não sendo possível de satisfazer por recurso a outros colaboradores existentes na Empresa, seja por mobilidade ou por outros meios, por se tratar de uma efetiva carência de Quadro de Pessoal.

## 25. Amortizações, depreciações e reversões do exercício

	31.12.2022	31.12.2021
Amortizações de outros ativos intangíveis (nota 5.3)	116 436	115 488
Amortizações de ativos intangíveis – DUI (nota 5.3)	56 175 884	15 932 543
Depreciação de ativos fixos tangíveis (nota 6.3)	140 088	96 188
Depreciações de ativos sob direito de uso - equip. transporte (nota 7.3)	252 652	362 104
Depreciações de ativos sob direito de uso - licenças (nota 7.3)	112 600	112 600
Acréscimos de gastos de investimento contratual (nota 16.2)	3 879 423	4 080 785
	20 676 082	20 699 707

## 26. Provisões e reversões do exercício

	31.12.2022	31.12.2021
Provisões para processos judiciais (nota 15.3)	204 492	-
	204 492	-
Reversões de provisões para processos judiciais (nota 15.3)	-	735 068
	-	735 068
	(204 492)	735 068

## 27. Outros gastos e perdas operacionais

	31.12.2022	31.12.2021
Impostos e taxas	665 387	853 898
Donativos	48 143	60 920
Quotizações	22 290	24 590
Indemnizações	2 894	200 000
Garantias operacionais	65 308	65 517
Teletrabalho -Lei n.º 83/2021, de 7 de dezembro	13 887	-
Outros gastos operacionais	11 117	16 477
	829 026	1 221 402

O valor de 200 mil euros de indemnização, em 2021, resulta do pagamento aos SMAS de Mafra, tendo em vista evitar o litígio judicial, referente à cobertura de prejuízos pelo atraso verificado na execução da empreitada designada "Intercetores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro - restantes intervenções", sob responsabilidade da AdTA.

O valor de 13 887 euros decorre da Lei n.º 83/2021, de 7 de dezembro sobre novas exigências legais para o regime de teletrabalho.

### Impostos e taxas

	31.12.2022	31.12.2021
Taxas ERSAR	595 637	589 093
Taxas portuárias DOCAPESCA	25 363	223 007
Imposto de selo	7 568	7 875
Segurança Social de Trabalhadores Independentes	13 702	14 491
Outros	23 117	19 433
	665 387	853 898

No que respeita à nota de impostos e taxas é de referir que os gastos incorridos decorrem da atividade normal da Sociedade.

A diminuição de gastos resulta essencialmente do facto de em 2021 ter sido reconhecido o gasto com as taxas portuárias devidas à DOCAPESCA, pela implantação de infraestruturas da Águas do Tejo Atlântico no Porto da Nazaré, no valor de 223 mil euros, correspondente aos anos de 2013 a 2021.

## 28. Outros rendimentos e ganhos operacionais

	31.12.2022	31.12.2021
Rendimentos suplementares	87 260	99 059
Ganhos em ativos fixos tangíveis	2 500	128 006
Restituição de impostos	122 779	28 468
Dif. De Pagamento	1 554	35 647
Outros rendimentos e ganhos operacionais	300	36
	214 392	291 215



A rubrica "Rendimentos suplementares" inclui a venda de energia no montante de 44 183 euros (72 239 euros em 2021).

Em 2021 o valor registado na rubrica "Ganhos em ativos fixos tangíveis" respeita ao reconhecimento de indemnizações relativas a sinistros ocorridos na Fábrica da Água de Frielas e na Estação Elevatória de Chelas.

O valor de restituição de impostos em 2022, deve-se à anulação de acréscimos de taxas a pagar à DOCAPESCA do período de 2013 a 2017 (nota 27), uma vez que apenas vieram a ser cobrados os valores de taxas posteriores a 2017.

Quanto ao valor de diferenças de pagamento, a variação resulta, da anulação em 2021 do remanescente da dívida à ASIBEL por celebração de acordo com a Massa Insolvente.

## 29. Gastos financeiros

	31.12.2022	31.12.2021
Juros suportados BEI	3 824 700	4 352 482
Juros suportados Locações	8 061	19 349
Juros de mora	5 239	2 782
Outros juros	559 661	51 288
Comissões Grupo	1 279 406	1 353 224
	5 677 067	5 779 105

À semelhança do ano anterior, os juros suportados decorrem na sua maioria do empréstimo BEI e as comissões do Grupo referem-se aos gastos necessários incorrer para a obtenção deste empréstimo, concretamente o diferimento de comissões de montagem e comissões de aval, conforme descrito na nota 18.

Os juros suportados com o BEI estão de acordo com o capital em dívida e o plano de pagamentos previsto, de amortização de capital e de juros.

A variação positiva de juros suportados com locações resulta de um menor número, em 2022, de viaturas com contratos ao abrigo da IFRS 16.

O valor registado em outros juros diz respeito à atualização da dívida referente a integração de infraestruturas (nota 19.2).

## 30. Rendimentos financeiros

	31.12.2022	31.12.2021
Juros obtidos - IGCP	14 286	2 489
	14 286	2 489

O aumento de rendimentos financeiros, face a 2021, é explicado por maiores juros de aplicações no IGCP, por maior prazo de aplicação e taxa de juro.

## 31. Imposto sobre o rendimento

### 31.1 Políticas contabilísticas

#### Imposto sobre o rendimento

A AdTA encontra-se sujeita à tributação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base nas respetiva matéria coletável e taxas de imposto aplicáveis.

A Sociedade é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a AdTA cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras.

A AdTA entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

### Impostos diferidos

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores na demonstração da posição financeira. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração Empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma data e com a mesma autoridade fiscal.

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data das demonstrações financeiras e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

### 31.2 Detalhe e movimento

	31.12.2021	31.12.2020
Imposto corrente	(4 219 953)	(5 211 694)
Excesso/(insuficiência) de estimativa de impostos	(3 617)	199 630
<b>Total do imposto do exercício</b>	<b>(4 223 570)</b>	<b>(5 012 063)</b>
Imposto diferido	1 836 269	678 926
Imposto diferido s/ Desvio tarifário	2 562 448	2 786 070
<b>Total do imposto diferido</b>	<b>4 398 717</b>	<b>3 464 996</b>
<b>Total global</b>	<b>175 147</b>	<b>(1 547 068)</b>

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto corrente	(4 208 290)	(4 219 953)
Excesso/(insuficiência) de estimativa de impostos	240 245	(3 617)
<b>Total do imposto do exercício</b>	<b>(3 968 045)</b>	<b>(4 223 570)</b>
Imposto diferido	654 277	1 836 269
Imposto diferido s/ Desvio tarifário	1 308 294	2 562 448
<b>Total do imposto diferido</b>	<b>2 162 571</b>	<b>4 398 717</b>
<b>Total global</b>	<b>(1 805 474)</b>	<b>175 147</b>

*Assinatura*

O excesso de estimativa para imposto registado em 2022, resulta de 129 384 euros respeitantes ao novo apuramento do IRC de 2021 aquando da submissão do Modelo 22, e em 110 861 euros pela substituição de declarações dos anos de 2017 a 2020 devido ao benefício fiscal do SFIDE.

A insuficiência de estimativa para imposto registada em 2021, resulta de novo apuramento do IRC de 2020 aquando da submissão do Modelo 22, por acerto de taxa de derrama.

### Imposto sobre o rendimento do exercício

Foi apurado no exercício económico de 2022 a estimativa de imposto a pagar de 384 309 euros, conforme quadro infra:

		31.12.2022
Resultados antes de impostos		7 406 449
Ajustamentos fiscais		8 510 419
<b>Matéria Coletável</b>		<b>15 916 868</b>
Taxa imposto normal	21,00%	(3 342 542)
Derrama municipal	1,33%	(211 942)
Derrama estadual -sobre lucro tributável de 1 500 000 a 7 500 000	3,00%	(180 000)
Derrama estadual -sobre lucro tributável de 7 500 000 a 35 000 000	5,00%	(420 843)
Benefícios fiscais		-
Tributação autónoma		(52 962)
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício</b>		<b>(4 208 290)</b>
Retenções na fonte		4 150
Pagamentos por conta		3 269 004
Pag. adicional por conta		550 827
<b>Imposto a (pagar)/receber</b>		<b>(384 309)</b>

	31.12.2022	31.12.2021
Estimativa de imposto a receber	-	356 527
Estimativa de imposto a pagar	384 309	-
	<b>(384 309)</b>	<b>356 527</b>

A Sociedade fechou o exercício de 2022 com estimativa de imposto a pagar, não havendo dívidas em mora para com as entidades fiscais.

### Reconciliação da taxa efetiva do imposto sobre o rendimento

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2022 e 2021 é a que se apresenta no quadro infra:

		31.12.2022	31.12.2021
Resultados antes de impostos		7 406 449	3 575 015
Diferenças temporárias		8 510 419	12 827 690
<b>Matéria Coletável (Lucro Tributável)</b>		<b>15 916 868</b>	<b>16 402 705</b>
Taxa imposto normal	21,00%	3 342 542	3 444 568
Derrama municipal	1,33%	211 942	218 411
Derrama estadual	3,77%	600 843	625 135
	26,11%	4 155 328	4 288 114
Tributação autónoma		52 962	45 670
Benefícios fiscais		-	(113 831)
<b>Imposto do exercício (1)</b>		<b>4 208 290</b>	<b>4 219 953</b>
Impostos diferidos (2)		(2 162 571)	(4 398 717)
<b>Total de impostos (3) = (1)+(2)</b>		<b>2 045 718</b>	<b>(178 764)</b>
<b>Taxa efetiva de imposto sobre o rendimento do exercício = (3)/RAJ</b>		<b>28%</b>	<b>-5%</b>



As diferenças temporárias de 2022, respeitam em 5 021 009 euros ao desvio de recuperação de gastos do exercício (9 870 155 euros em 2021), e o remanescente, respeita na maioria à diferença resultante do critério adotado contabilisticamente de depreciação e de reconhecimento de subsídios ao investimento face aos critérios fiscais.

## Impostos diferidos

	Taxa % 2022/2021	31.12.2021	Regularizações	Efeito taxa	Aumentos	Diminuições	31.12.2022
Investimento contratual		195 883 928	-	-	3 878 423	(3 153 146)	196 609 205
Diferença amortizações		11 354 628	-	-	-	(526 647)	10 827 981
Provisões não aceites		-	-	-	204 492	-	204 492
		207 238 556	-	-	3 878 423	(3 679 792)	207 437 187
Imposto diferido ativo	26,14%/26,11%	54 177 809	-	(75 201)	1 065 904	(960 663)	54 207 849
Desvio de recuperação de gastos		6 923 128	460 419	-	4 560 590	-	11 944 137
Imposto diferido ativo - DRG	26,14%/26,11%	1 809 895	120 199	(2 512)	1 190 608	-	3 118 189
<b>Total imposto diferido ativo</b>	<b>26,14%/26,11%</b>	<b>55 987 703</b>	<b>120 199</b>	<b>(77 713)</b>	<b>2 256 511</b>	<b>(960 663)</b>	<b>57 326 038</b>

	Taxa % 2022/2021	31.12.2021	Regularizações	Efeito taxa	Aumentos	Diminuições	31.12.2022
Investimento contratual		55 192 514	-	-	-	(3 074 362)	52 118 152
Diferença subsídios		4 416 632	-	-	-	-	4 416 632
		59 609 146	-	-	-	(3 074 362)	56 534 784
Imposto diferido passivo	26,14%/26,11%	15 583 456	-	(21 630)	-	(802 606)	14 759 219
Desvio de recuperação de gastos		-	-	-	-	-	-
Imposto diferido passivo - DRG	26,14%/26,11%	-	-	-	-	-	-
<b>Total imposto diferido passivo</b>	<b>26,14%/26,11%</b>	<b>15 583 456</b>	<b>-</b>	<b>(21 630)</b>	<b>-</b>	<b>(802 606)</b>	<b>14 759 219</b>

Efeito em resultados	31.12.2022	31.12.2021
Efeito de regularizações	120 199	9 724
Efeito variação de taxa	(56 083)	855 659
Efeitos do período	2 098 455	3 533 335
	<b>2 162 571</b>	<b>4 398 717</b>

Conforme indicado na nota 31.1 a Sociedade regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras, sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.

## 32. Saldos e transações com entidades relacionadas

### 32.1 Saldos e transações com partes relacionadas

A Sociedade realiza transações com entidades relacionadas, pelo que, nas operações efetuadas entre a Sociedade e qualquer outra entidade, sujeita ou não a IRC, com a qual esteja em situação de relações especiais, são contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticas aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

2022	Empresa-mãe	Municípios	Outras empresas do grupo	Comissão executiva
<b>Ativo</b>				
Cientes	-	10 318 489	-	-
Outros saldos a receber	0	-	5 857	-
Águas de Santo André	-	-	1 626	-
Simarsul	-	-	3 195	-
Águas do Vale do Tejo	-	-	441	-
Águas do Norte	-	-	594	-
<b>Passivo</b>				
Municípios	-	1 221 789	-	-
Outros saldos a pagar	3 455	1 221 789	2 007 303	-
AdP - Energias	-	-	54	-
Águas do Vale do Tejo	-	-	2 004 674	-
EPAL	-	-	2 575	-
<b>Rendimentos</b>				
Verbas e prestação de serviços a municípios (nota 21)	-	72 473 266	-	-
Outros rendimentos	446	-	42 296	-
Simarsul	-	-	11 381	-
Águas de Santo André	-	-	15 863	-
AdP - Energias	-	-	125	-
Simãouro	-	-	446	-
AdDP	-	-	446	-
Águas do Algarve	-	-	1 337	-
Águas do Centro Litoral	-	-	297	-
EPAL	-	-	12 402	-
<b>Gastos</b>				
Gastos - Remunerações	-	-	-	235 457
Fees de gestão (nota 23.2)	2 002 151	-	-	-
Outros gastos	573 614	301 577	266 097	48 479
AdP - Valor	-	-	2 509	-
Simarsul	-	-	297	-
AdP - Energias	-	-	828	-
Simãouro	-	-	1 337	-
AdDP	-	-	149	-
EPAL	-	-	260 978	-
Gastos financeiros	1 182 618	-	-	-

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

2021	Empresa-mãe	Municípios	Outras Empresas do grupo	Comissão executiva
<b>Ativo</b>				
Cientes	-	9 157 591	-	-
Outros saldos a receber	-	-	107 088	-
Águas de Santo André	-	-	1 626	-
Águas do Vale do Tejo	-	-	4 772	-
EPAL	-	-	97 722	-
<b>Passivo</b>				
Municípios	-	782 507	-	-
Outros saldos a pagar	8 620	782 507	1 835 990	-
AcP - Energias	-	-	118	-
Águas do Vale do Tejo	-	-	1 784 386	-
EPAL	-	-	51 486	-
<b>Rendimentos</b>				
Vendas e prestação de serviços a municípios (nota 21)	-	71 946 553	-	-
Outros rendimentos	-	14 948	128 180	-
Simensul	-	-	7 770	-
Águas de Santo André	-	-	15 863	-
Águas do Vale do Tejo	-	-	35 709	-
EPAL	-	-	68 837	-
<b>Gastos</b>				
Gastos - Remunerações	-	-	-	269 710
Fees de gestão (nota 23.2)	1 240 146	-	-	-
Outros gastos	910 741	237 640	531 777	17 620
AcP - Valor	-	-	244 366	-
AcP - Energias	-	-	1 456	-
EPAL	-	-	285 955	-
Gastos financeiros	1 256 416	-	-	-

*[Handwritten signatures and initials]*



### 33. Remuneração acionista

No exercício de 2022 a AdTA procedeu à distribuição dos dividendos, conforme aprovado na Assembleia Geral que aprovou as contas e a aplicação de resultados de 2021.

Acionistas	Situação em 31 de dezembro de 2021	Dividendos do exercício de 2022	Distribuição Dividendos durante o Exercício de 2022	Situação em 31 de dezembro de 2022
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	1 805 650	2 696 790	(1 839 259)	2 696 790
Comunidade Intermunicipal do Oeste	92	137	(93)	137
Alcobaça	28 239	42 175	(28 764)	42 175
Alenquer	12 051	17 998	(12 275)	17 998
Amadora	202 674	302 700	(206 447)	302 700
Árdua dos Vinhos	1 743	2 603	(1 775)	2 603
Azambuja	10 881	16 251	(11 084)	16 251
Bombarral	3 389	5 062	(3 452)	5 062
Cadaval	3 868	5 777	(3 940)	5 777
Caldas da Rainha	19 276	28 789	(19 635)	28 789
Lisboa	654 823	977 997	(667 012)	977 997
Loures	259 985	388 296	(264 825)	388 296
Lourinhã	9 482	14 162	(9 659)	14 162
Nazaré	8 590	12 829	(8 750)	12 829
Óbidos	4 118	6 151	(4 195)	6 151
Odiveias	79 126	118 177	(80 599)	118 177
Oeiras	123 548	184 523	(125 848)	184 523
Peniche	12 113	18 092	(12 339)	18 092
Rio Maior	5 767	8 613	(5 874)	8 613
Sintra	123 548	184 523	(125 848)	184 523
Sobral de Monte Agraço	1 802	2 692	(1 836)	2 692
Torres Vedras	22 332	33 353	(22 747)	33 353
Vila Franca de Xira	90 430	135 059	(92 113)	135 059
Própria empresa	79 126	118 177	-	118 177
<b>Total</b>	<b>3 562 654</b>	<b>5 320 927</b>	<b>(3 548 369)</b>	<b>5 320 927</b>

O montante da "Situação em 31 de dezembro de 2021" e da "Distribuição de dividendos durante o exercício de 2022" corresponde ao montante bruto dos dividendos atribuídos, conforme apresentado na "Demonstração das variações do capital próprio" de 2022. O montante pago destes dividendos, depois de efetuadas as retenções na fonte em 2022, foi de 3 202 296 euros, conforme apresentado na "Demonstração dos fluxos de caixa" (nota 14.4).

O montante dos "Dividendos do exercício de 2022" e da "Situação em 31 de dezembro de 2022" corresponde ao montante dos resultados líquidos obtidos pela Empresa em 2022, deduzidos da aplicação de 5% para a reserva legal (este montante não considera as retenções na fonte a pagar em 2023).

Ocorreu um aumento na taxa das OT a 10 anos, como se verifica no quadro seguinte:

Ano	Indexante	Prémio de Risco	Taxa Final
2021	0,30%	3,00%	3,30%
2022	2,18%	3,00%	5,18%

Este aumento afetou de forma positiva o resultado líquido da Sociedade em 2022 face a 2021.

A remuneração acionista de 2022 por acionista é a seguinte:

Acionistas	Capital Social	2022		
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	57 538 912	2 980 562		
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	151		
Alcobaça	899 856	46 613		
Alenquer	384 003	19 891		
Amadora	6 458 431	334 547		
Arruda dos Vinhos	55 542	2 877		
Azambuja	346 735	17 961		
Bombarral	107 998	5 594		
Cadaval	123 253	6 385		
Caldas da Rainha	614 244	31 818		
Lisboa	20 866 618	1 080 894		
Loures	6 284 708	429 148		
Lourinhã	302 165	15 652		
Nazaré	273 724	14 179		
Óbidos	131 237	6 798		
Odivelas	2 521 433	130 610		
Oeiras	3 936 998	203 936		
Peniche	386 004	19 995		
Rio Maior	183 768	9 519		
Sintra	3 936 998	203 936		
Sobral de Monte Agraço	57 438	2 975		
Torres Vedras	711 623	36 862		
Vila Franca de Xira	2 881 638	149 269		
Própria empresa	2 521 433	130 610		
<b>Total</b>	<b>113 527 680</b>	<b>5 880 734</b>		
<b>Reserva Legal</b>	<b>1 207 547</b>	<b>60 529</b>		
<b>Ajustamento ao DRG de 2020 refletido no RLE 2021</b>	<b>(28 124)</b>	<b>(67)</b>		
<b>Remuneração Acionista</b>		<b>5 941 196</b>		
<b>Resultado Líquido de 2022</b>				
	<b>Valor base</b>	<b>Dias</b>	<b>RA</b>	
CS realizado a 1 janeiro 22	113 527 680	OT + 3	365	5 880 734
Reserva Legal a 1 janeiro 22	1 020 039	OT + 3	365	52 838
Ajustamento ao DRG de 2020 refletido no RLE 2021	(28 124)	OT	288	(67)
Dividendos em dívida 2022	-			-
Pagamento de dividendos de 2021	3 548 369			-
Reforço da reserva legal	187 508	OT + 3	289	7 691
<b>Remuneração de 2022</b>				<b>5 941 196</b>
Ajustamento da ERSAR ao Resultado Líquido de 2021				(340 220)
<b>Resultado líquido - Remuneração de 2022 com ajustamento ERSAR</b>				<b>5 600 976</b>

O Resultado Líquido de 2022 de 5 600 976 euros, corresponde à remuneração garantida do capital investido, apurada com base na variação média da taxa OT do período acrescida do prémio de risco (2,18%+3%), no valor de 5 941 196 euros, subtraída do correspondente à remuneração do ajustamento ao DRG de 2020 refletido no Resultado Líquido de 2021, de 67 euros, e à correção do DRG líquido de 2021 no valor de 340 220 euros (nota 9).

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## 34. Investimento contratual

Os investimentos incluídos no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira perfazem cerca de 1,1 mil milhões de euros, dos quais cerca de 930 milhões de euros já se encontram realizados.

	Investimento reversível	Eur
Investimento do contrato de concessão		1 103 332 840
Investimento total		1 103 332 840
Investimento já realizado (nota 5.3)		906 997 827
Investimento em curso (nota 5.3)		22 800 207
Investimento contratual (regulado) a realizar		173 534 806

## 35. Honorários de auditoria e de revisão legal de contas

Os honorários de Auditoria e de Revisão Legal de contas da AdTA à data de 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

	R.O.C.	Outros Serviços	Total
PWC, SROC	11 205	800	12 005
	11 205	800	12 005

## 36. Informações exigidas por diplomas legais

Alínea d) do nº5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais

Conforme referido na nota 14 a Sociedade é detentora de ações próprias.

Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a Sociedade Águas do Tejo Atlântico, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a Sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Artigo 210.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Sociedade ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2022 correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

## 37. Informação sobre matérias ambientais

Em 31 de dezembro de 2022 não se encontram reconhecidas nem divulgadas quaisquer contingências ambientais, por ser convicção da Administração da Sociedade que não existem, a esta data, contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a AdTA. A Administração confirma igualmente que não foram despendidos quaisquer montantes quer para prevenir, quer para reparar qualquer dano de carácter ambiental.

## 38. Outros assuntos

### COVID 19

Os anos de 2020 e 2021 foram fortemente marcados pela pandemia da COVID-19, que foi marcante para a atividade socioeconómico do país, que se refletiu no ano de 2022 essencialmente ao nível de agravamento de preços e disponibilização de alguns bens.



Em termos da atividade operacional os primeiros meses do ano foram de extrema criticidade pelo número de casos de COVID verificados nas equipas operacionais, situação que exigiu esforços acrescidos na mobilização de recursos e meios para assegurar a continuidade do serviço com os padrões de qualidade exigidos. Estes constrangimentos levaram a Águas do Tejo Atlântico a readotar algumas das medidas tidas em 2020 e 2021.

Ao nível de impactos nas demonstrações financeiras do ano 2022 é de referir:

#### • Resultado Líquido

Gastos COVID 19	31.12.2022	31.12.2021
Fornecimentos e serviços externos	65 200	1 244 803
Gastos com pessoal	190 368	387 553
Amortiz, deprec e reversões do exercício	8 595	7 823
Resultados operacionais	264 163	1 640 181

Por força da Pandemia da COVID 19 a AdTA incorreu com gastos de 264 163 euros, encargos absolutamente imprescindíveis, para manter a operacionalidade da Sociedade cumprindo as regras sociais e de trabalho impostas.

Os gastos com "Fornecimentos e serviços externos", decorrentes da Pandemia COVID 19, respeitaram essencialmente a serviços de trabalho temporário, para fazer face a ausências de trabalhadores por motivo de doença ou de isolamento profilático devido à COVID 19, e a aluguer de viaturas, e despesas inerentes, tais como combustíveis e portagens, de modo a permitir o devido distanciamento dos trabalhadores e a gerir as equipas operacionais.

Os gastos com o pessoal são traduzidos em trabalho suplementar e respetivos encargos sociais, equipamento de proteção individual (EPI), fardamento e respetiva limpeza e exames médicos (testes COVID).

As depreciações respeitam a equipamentos informáticos necessários para as atividades de suporte para desempenho de funções remotamente.

### Crise geopolítica

Decorrente da crise geopolítica vivida na Europa derivada da invasão da Ucrânia pela Rússia em finais de fevereiro de 2022, que entre vários efeitos acarretou também a subida de preços de alguns materiais e serviços, a Sociedade veio a incorrer com gastos superiores aos que seriam expectáveis na ordem dos 525 587 euros. Este acréscimo de gastos verificou-se essencialmente na aquisição de reagentes destinados ao tratamento águas residuais e nos serviços e materiais relacionados com a conservação e reparação.

O ano de 2022 foi um ano de grande turbulência no mercado de reagentes, resultante do abrupto aumento dos custos com a energia elétrica, gás natural e combustíveis, que tiveram origem nas perturbações de mercado pós-covid, bem como nas alterações resultantes do início da guerra na Ucrânia. Para a rubrica de Gastos das Vendas o impacte apurado, derivado da crise geolítica foi de 335 587 euros.

No que concerne às rubricas de conservação e reparação o impacte apurado foi de 190 mil euros, em que o incremento generalizado dos preços de mercado neste setor, levou quer à revisão de valores contratados, quer à celebração de novos contratos com valores superiores aos praticados no passado (quando comparados com os preços praticados em 2021 e no primeiro trimestre de 2022).

### 39. Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes que justifiquem alterações ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras, para além das que já estão divulgadas.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, e do Contrato de Concessão, a Comissão Executiva submeteu à ERSAR no dia 31 de janeiro de 2023, para aprovação, o valor do DRG inscrito nas presentes demonstrações financeiras.

A 27 de fevereiro de 2023 a Entidade Reguladora comunicou que, em virtude de pedido de informação complementar por esta entidade a 13 de fevereiro, o processo de análise da proposta de Desvio de Recuperação de Gastos de 2022 se encontrava suspenso, conforme ofício O-001619/2023, sendo o processo retomado e elaborado o projeto de decisão após receção de todos os elementos solicitados.

Face ao exposto, a Empresa não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

- (i) Ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditórios não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado; e
- (ii) Por ser convicção da Administração que o DRG relevado nas demonstrações financeiras ser a melhor estimativa na presente data.

Lisboa, 2 de março de 2023

O Conselho de Administração



Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Presidente Executivo)



Hugo Filipe Kambre Bento Pereira (Vice-Presidente Executivo)



Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa (Vogal Executivo)

Armando Jorge Paulino Domingos (Vogal Não Executivo)



José Manuel da Costa Baptista Alves (Vogal Não Executivo)

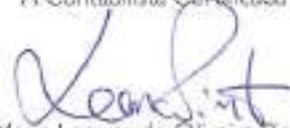


Simone Ferreira Pio (Vogal Não Executivo)



Sónia Raquel Conchinha Pacifico (Vogal Não Executivo)

A Contabilista Certificada



Maria Leonor de Oliveira Pinto

# Águas do Tejo Atlântico

## Certificação Legal das Contas





Handwritten signature or initials in blue ink, located in the upper right corner of the page.

Handwritten signature or initials in blue ink, located in the lower right corner of the page.



## **Certificação Legal das Contas**

### **Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 578.917.610 euros e um total de capital próprio de 117.814.769 euros, incluindo um resultado líquido de 5.600.976 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Águas do Tejo Atlântico, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Ênfase**

Conforme divulgado nas notas 9 e 21.2 do Anexo às demonstrações financeiras, o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) corresponde à correção (positiva no caso de défice, negativa no caso de superavit) a registar ao réditto das atividades reguladas, para que este se apresente conforme o disposto no Contrato de Concessão, nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral dos gastos (incluindo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) e remuneração anual garantida aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2022, na rubrica de "Défice/(Superavit) tarifário de recuperação de gastos" da Demonstração dos resultados, a Entidade apresenta um superavit de 4.560.590 euros.

Esta quantia foi estimada pelo Conselho de Administração, não tendo sido ainda aprovada pelo Regulador. Conforme divulgado na nota 39 do Anexo às demonstrações financeiras, é convicção do Conselho de Administração que a referida estimativa é a melhor na presente data e que os eventuais ajustamentos após contraditório não serão materialmente relevantes nas demonstrações financeiras.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Recepção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1000-121 Lisboa, Portugal  
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt  
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 2016/1485

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

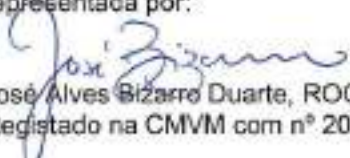
### ***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

#### ***Sobre o relatório de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

3 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

  
José Alves Bizarro Duarte, ROC n.º 1957  
Registado na CMVM com n.º 20200003

# Águas do Tejo Atlântico


## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Handwritten signature in blue ink, located in the upper right corner of the page.

Handwritten signature in blue ink, located in the lower right corner of the page.





**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**  
**SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2022**  
**DA ÁGUAS DO TEJO E ATLÂNTICO, S.A.**

**RELATÓRIO**

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade Águas do Tejo e Atlântico, S.A. (AdTA), relativo ao ano de 2022, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em 02 de março de 2023.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da AdTA e a evolução dos seus negócios. Efetuou reuniões, tendo contado com a presença da Comissão Executiva com os membros do Conselho de Administração, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
4. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Revisor Oficial de Contas e o Conselho Fiscal, emitiram em 07 de junho de 2022 e 08 de junho de 2022, respetivamente, os seus pareceres sobre a segunda versão do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2022 (PAO 2022), aprovado pelo Conselho de Administração em 02 de junho de 2022, o qual foi aprovado pelo Ministério das Finanças pelo Despacho n.º 423/2022-SET, de 1 de dezembro de 2022.
5. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal, tanto quanto lhe foi possível, deu cumprimento à alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º, do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, relativo à emissão dos seus Pareceres sobre os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental (RTEO), faltando nesta data a emissão do segundo, terceiro e quarto trimestre de 2022, os quais serão concretizados, logo que os referidos relatórios sejam remetidos ao Conselho Fiscal para sua análise e apreciação.
6. O relatório dos Administradores não executivos sobre o desempenho dos Administradores executivos evidencia uma apreciação globalmente positiva do desempenho dos membros do órgão de administração em 2022.

M  
Z  
fin

7. Em observância do artigo 420.º do Código das Sociedades, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais, estatutárias e disposições aplicáveis ao setor empresarial do estado, designadamente quanto à monitorização do cumprimento das orientações legais, das quais destacamos:
- **Rácio PRC:** No exercício de 2022, o peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios foi aferido por comparação a 2021, ano que regista um volume de negócios superior ao de 2019. O rácio, após terem sido excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais e de fatores excecionais, diminuiu 1,75 p.p., face a 2021 (2022 executado: 51.87%; 2021 executado: 53.62%), cumprindo com o disposto no artigo n.º 144 do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto (DLI(II) 2022), pese embora, a execução de 2022 tenha excedido o rácio previsto no PLO 2022 em 2.35 p.p.
  - **Gastos com Pessoal:** O Despacho n.º 423/2022-SET, de 1 de dezembro de 2022 (parágrafo 4 acima), determinou o limite de aumento de 1,17 milhões de euros, face a 2021, dos gastos com pessoal (excluindo os efeitos dos TPPE, Subsídios à exploração, órgãos sociais e absentismo), além de que, limitou o total dos gastos com pessoal para o ano de 2022, em 14 milhões de euros. Nas Demonstrações Financeiras de 2022, a AdTA apresenta um gasto incorrido de 12,9 milhões de euros, cuja variação, face ao ano de 2021, foi de 555 mil euros, razão pela qual existe cumprimento de ambos os limites aprovados por aquele Despacho.
  - **Conjunto de Encargos com Deslocações, Ajudas de Custo e Alojamento, os associados à Frota Automóvel e Contratação de Estudos, Percursos, Projetos e Consultoria:** O Despacho n.º 423/2022-SET, de 1 de dezembro de 2022 (parágrafo 4 acima), determinou que o limite de aumento destas encargos agregados, face a 2021, deveria ser de 148,8 mil euros, além de que, limitou o total dos gastos para o ano de 2022 a 975,7 mil euros. Nas Demonstrações Financeiras de 2022, a AdTA apresenta, neste agregado, um montante global de 1,1 milhões de euros, com um aumento face ao ano de 2021 de 252 mil euros, razão pela qual não existe cumprimento de ambos os limites aprovados por aquele Despacho, pese embora a AdTA fundamente as razões associadas a este incumprimento.
8. O grau de avaliação em 2022 do cumprimento dos objetivos de gestão ascendeu a 2,1 (2021: 2,7), sendo que os indicadores referentes a esta avaliação, encontram-se divulgados no Relatório de Gestão. Esta avaliação, deve ser enquadrada, considerando as restrições mencionadas no Relatório de gestão, que a seguir se transcrevem:

M  
E  
Fica

*"Tendo por base o critério comparativo de aplicação dos indicadores das objetivos de gestão no ano de 2022, nomeadamente quanto à evolução dos processos dos investimentos associados aos indicadores de Neutralidade Energética, Plano de Lamas, Reutilização, e Efluentes Agroindustriais e Agropecuários, estes não são alvo de avaliação, por não se encontrarem reunidas as bases necessárias para o efeito.*

*Na decurso do exercício de apuramento dos indicadores de gestão de 2021, verificou-se não estarem reunidas as condições para avaliar os indicadores de Neutralidade Energética, Plano de Lamas, Reutilização, e Efluentes Agroindustriais e Agropecuários tendo sido definido que, para efeitos da avaliação dos objetivos de mandato, e considerando o andamento dos processos de investimentos, os objetivos não seriam alvo de avaliação em 2021, sendo o seu peso redistribuído pelos restantes objetivos. Considerando que, em 2022, os investimentos associados nos indicadores referidos não tiveram o desenvolvimento previsto, mantém-se a situação do ano anterior, tendo o apuramento dos objetivos de gestão de 2022 sido efetuado com a distribuição equitativa da ponderação dos indicadores não avaliados pelos restantes indicadores."*

9. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), em 03 de março de 2023, nos termos da legislação em vigor, sem "Reservas" e com uma "ênfase", relativa à suspensão da aprovação, por parte do regulador ERSAR, do DRG de 2022 (um superavit do cerca de 4,6 milhões de euros), e obteve deste, as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.
10. O Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento de um "Memorandum" emitido pelo ROC, denominado "Aspectos para Partilha com o Conselho Fiscal", o qual apresenta algumas matérias transversais ao Grupo AdP, tais como, riscos relevantes, estimativas significativas, metodologia de auditoria, materialidade e independência. Refira-se que o "Relatório Adicional" emitido em 2021 pelo ROC, deixou de ser de aplicação obrigatória, pois em 2022 a AdTA não reúne as condições legais necessárias, para ser considerada uma Entidade de Interesse Público.
11. A AdTA recebeu a 09 de agosto de 2022 por parte da ERSAR o projeto de decisão final sobre o DRG de 2021, em que foi considerado por este regulador a não aceitabilidade de gastos operacionais de aproximadamente 1,6 milhões euros.



17  
6  
C. J. Almeida

Refira-se que deste montante, cerca de 460 mil euros, foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 2022 (como correção ao DRG de 2021), sendo que o montante remanescente, cerca de 1,2 milhões de euros (divulgado nas Demonstrações Financeiras), foi posicionado junto do Tribunal Administrativo de Circuito de Lisboa, em ação interposta pelo AdTA contra a BRSAR, pelo que nesta data se aguarda o desfecho da sua tramitação. É convicção do Conselho de Administração, que atendendo aos fundamentos apresentados na referida petição, tal resultará num desfecho favorável à AdTA.

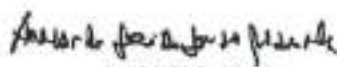
12. Os impactos do COVID 19 ainda se fizeram sentir na AdTA no ano de 2022, pois esta divulga ter incorrido em gastos não usuais de 264 mil euros, por forma a conservar a atividade dentro do cumprimento das regras sociais e laborais que lhe são impostas. Adicionalmente, as Demonstrações Financeiras do ano de 2022, reconhecem e divulgam um agravamento dos gastos operacionais de aproximadamente 526 mil euros, em resultado da crise geopolítica existente na Europa, em consequência da invasão da Ucrânia pela Rússia no decorrer do mês de fevereiro de 2022, acontecimento que gerou a subida (não prevista) da generalidade dos preços de diversos materiais e serviços, nomeadamente, na aquisição de reagentes para o tratamento de águas residuais e nos serviços com conservação e reparação.
13. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (que compreendem, a Demonstração da posição financeira, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das variações do capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, bem como, as respetivas notas anexas), são adequados à compreensão da situação patrimonial da AdTA no fim do exercício de 2022, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenvolveu a atividade.
14. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços Administrativos e Financeiros da AdTA.

## PARECER

Tendo em consideração as matérias referidas nos parágrafos anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da AdTA delibere sobre:

- a) O Relatório do Conselho de Administração relativo às Contas do Exercício de 2022.
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados, formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Lisboa, 06 de março de 2023

  
António José Mendes  
Presidente

  
Catarina Alexandra Correia Feres  
Vogal

  
Patrício Isabel Sousa Caldeira  
Vogal

Handwritten signature or initials in blue ink, possibly reading "A. H. H."

Handwritten signature or initials in blue ink, possibly reading "A. H. H." with a small "m" to the right.



